



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**RICARDO CELSO ULISSES DE MELO**

***NÃO MORDA A LÍNGUA PORTUGUESA: NORMA CULTA OU NORMA CURTA?***

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2015**

**RICARDO CELSO ULISSES DE MELO**

***NÃO MORDA A LÍNGUA PORTUGUESA: NORMA CULTA OU NORMA CURTA?***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Professor Doutor Antônio Ponciano Bezerra

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO CELSO ULISSES DE MELO

***NÃO MORDA A LÍNGUA PORTUGUESA: NORMA CULTA OU NORMA CURTA?***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Professor Doutor Antônio Ponciano Bezerra

**Banca Examinadora:**

---

Carlos Alberto Faraco  
Pós-doutor em Linguística, University of California  
Universidade Federal do Paraná

---

Raquel Meister Ko Freitag  
Doutora em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina  
Universidade Federal de Sergipe

---

Antônio Ponciano Bezerra  
Doutor em Linguística, Universidade Federal de São Paulo  
Universidade Federal de Sergipe

**Aprovado em:**

São Cristóvão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Ao português brasileiro, parte integrante e  
essencial da nossa cultura, mas raramente  
reconhecido como tal.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, inicialmente, à minha esposa Tereza Cristina de Souza Melo, minha companhia sempre segura e parceira em todos os desafios. Sem o seu apoio, não conseguiria concluir este trabalho.

Aos meus filhos Marcelo, Igor e Thaís, que sempre me apoiaram nas minhas aventuras intelectuais. Em especial, ao meu filho Igor de Souza Melo, meu implacável leitor, a quem devo tantas observações criteriosas.

A meu pai João Ulisses de Melo, que me iniciou no mundo mágico da leitura e à minha mãe, cuja doçura me fez a vida sempre alegre.

Ao meu irmão João Ulisses de Melo Filho, aos meus amigos Silvano Alves Rolemberg Mendonça, Marcelo Cardoso Ribeiro, à minha norinha Carla Juliane e à minha irmã Tânia Simone Ulisses de Melo, que tiveram uma enorme paciência para me ouvir discorrer sobre diversos aspectos desta pesquisa. Suas observações foram-me sempre valiosas.

Ao Colégio Estadual Atheneu Sergipense, pela permissão de acesso à sua biblioteca, onde pude consultar os dicionários do acervo PNLD – Dicionários 2012, voltado para o Ensino Médio, e, em particular, a André, pela generosa acolhida.

À professora Raquel Freitag, uma referência recente na minha vida intelectual, mas nem por isso menos importante, com quem partilho a paixão pela Sociolinguística. Não tenho, literalmente, palavras para agradecer o estímulo intelectual com que sempre me brindou e o rigor crítico com que sempre me estimulou.

Ao meu orientador e amigo Antônio Ponciano Bezerra, uma referência em minha vida intelectual e pessoal desde os tempos da graduação. Sua paixão pelo ensino, sua capacidade de trabalho e sua sempre constante benevolência intelectual e pessoal são um exemplo de vida. Seu apoio, críticas e sugestões foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

*Todas as vozes são vozes da língua. (LEDO IVO)*

*Quase tudo o que se tem escrito sobre língua  
padrão (ou norma linguística) no Brasil está  
prejudicado por uma atitude normativa e muito  
subjetiva, que procura impor à sociedade um  
padrão, em lugar de procurar descobrir o  
padrão, ou os padrões naturalmente constituídos  
na sociedade. (ARYON RODRIGUES, 1968)*

*si volet usus*

*Quem penes arbitrium est et jus et norma  
loquendi (HORÁCIO, Ars poética)*

## RESUMO

A despeito dos desdobramentos teóricos e práticos decorrentes dos estudos sociolinguísticos no Brasil, os anos 90 trouxeram o recrudescimento de um conjunto de reflexões sobre a língua que, manifestadas em colunas jornalísticas, gramáticas escolares, livros de “não erre mais” e manuais de redação de grandes jornais e órgãos da Administração Pública, difunde a crença de que só existe uma maneira “certa” de usar a língua e que essa é a única maneira aceitável: a norma-padrão. Todas as outras são “erradas” e devem ser evitadas. Nessa linha de reflexão, no Estado de Sergipe sobressai a obra *Não morda a língua portuguesa*, de autoria da professora Wilma Ramos, descrita em sua 10ª edição como um manual de consulta para dificuldades corriqueiras da língua portuguesa, que traz conselhos de como usar o idioma à luz da gramática da variante padrão. Esta pesquisa tem por objetivo analisar prescrições contidas na obra *Não morda a língua portuguesa* que desconsideram lições constantes nos instrumentos normativos de referência da língua e desqualificam as variedades diversas da norma-padrão, assim como seus falantes; discutir lições que rejeitam fenômenos linguísticos típicos do português brasileiro, não acolhidos pelos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa, mas amplamente disseminados na fala ou escrita de falantes urbanos escolarizados, além de perquirir os princípios subjacentes à obra *Não morda a língua portuguesa*, sua contribuição ao processo de representação social da língua e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. O referencial teórico centrar-se-á em postulados da Sociolinguística, cujos estudos têm evidenciado que as línguas naturais são caracterizadas pelo fenômeno da variação e mudança e que as variedades cultas convivem com as variedades informais em um complexo processo de interações, abrindo espaço para o reconhecimento da legitimidade da diferença, de que são resultado as recentes publicações das primeiras gramáticas voltadas para a variedade do português falado no Brasil. Com fundamento no conceito de norma em Coseriu, busca-se precisar o emprego dos termos “norma culta”, “norma-padrão”, “norma gramatical”, “norma pedagógica”, “norma popular”, caracterizando a realidade linguística brasileira como essencialmente tripartite, formada por uma norma-padrão, um conjunto de normas prestigiadas e uma gama de normas populares. Definiu-se o conceito de norma curta, com base em Faraco, para mostrar a sua materialização na obra em análise. Discutir-se-á também o conceito de língua legítima, conforme Bourdieu, objetivando delinear os fatores sociais de larga escala envolvidos no processo de construção da norma-padrão, de modo a correlacionar questões linguísticas com sua interface propriamente institucional. O processo de construção da língua legítima, conjugado com a concepção sociolinguística acerca do fenômeno da variação, fornecerá as bases para analisar o papel institucional da obra da professora Wilma Ramos e discutir as suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Os instrumentos normativos de referência da língua portuguesa foram escolhidos entre gramáticas e dicionários em voga na segunda metade do século XX, cujos autores são ou foram filólogos consagrados. No tocante aos dicionários, também foram utilizadas obras referendadas pelo Programa Nacional do Livro Didático – Dicionários.

Palavras-chave: Variação. Mudança. Norma. Norma-padrão. Norma culta. Língua legítima.

## ABSTRACT

Despite the theoretical and practical ramifications arising from sociolinguistic studies in Brazil, the 90s brought the resurgence of a set of reflections on language which, expressed in newspaper columns, school grammars, books "no more mistakes" and writing manuals of major newspapers and public administration bodies, spreads the belief that there is only a "right" way to use language and that is the only acceptable way: the standard norm. All others are "wrong", and should be avoided. In this line of thought, in the state of Sergipe stands the book "Do not bite the Portuguese language", authored by Professor Wilma Ramos, described in its 10th edition as a reference guide for everyday difficulties of the Portuguese language, which brings advice on how to use the language in the light of the grammar of standard variant. This research aims to analyze prescriptions contained in the book "Do not bite the Portuguese language", which disregard lessons contained in the normative instruments reference of Portuguese and disqualify the several varieties non-standard, as its speakers; discuss lessons that reject typical linguistic phenomena of Brazilian Portuguese, not welcomed by normative instruments reference of the Portuguese language, but widely disseminated in speech or writing from educated urban speakers, and, moreover, to assert the principles underlying the work "Do not bite the Portuguese language", its contribution to the process of social representation of language and its implications for the process of teaching and learning Portuguese. The theoretical framework will focus in the postulates of sociolinguistics, whose studies have evidenced that natural languages are characterized by the phenomenon of variation and change and that the cultured varieties coexist with the informal varieties in a complex process of interactions, making room for the recognition of the legitimacy of difference, which are a result of the recent publication of the first grammars aimed for variety of Portuguese spoken in Brazil. Based on the norm concept in Coseriu, they seek to clarify the use of the terms "cultured norms", "standard norm", "grammatical norm", "pedagogical norm", "popular norm", characterizing Brazilian linguistic reality as essentially tripartite, formed by a standard norm, a set of prestigious norms and a large range of popular standards. It will set-up the concept of short standard, based on Faraco, to show their materialization in the work under review. It will also discuss the concept of legitimate language, as Bourdieu, aiming to outline the large-scale social factors involved in the construction process of the standard norm, in order to correlate linguistic issues properly with its institutional interface. The process of building the legitimate language, coupled with the sociolinguistic conception of the variation phenomenon, will provide the basis to place the institutional role of the work from Professor Wilma Ramos and discuss their implications for the Portuguese language teaching-learning process. The reference normative instruments of Portuguese language were chosen from grammars and dictionaries in vogue in the second half of the twentieth century, whose authors are or were consecrated philologists. Regarding the dictionaries, works ratified by the National Textbook Program will also be used – Dictionaries.

Keywords: Variation. Change. Norm. Standard norm. Cultured norm. Legitimate language.



## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU .....	93
<b>QUADRO 2</b> – AUTORIDADES CLÁSSICAS DE REFERÊNCIA DA GRAMÁTICA EXPOSITIVA DE PEREIRA ..	98
<b>QUADRO 3</b> – DIFERENÇAS ENTRE A NORMA-PADRÃO/GRAMATICAL/PEDAGÓGICA, NORMA CULTA/COMUM/STANDARD E NORMA POPULAR .....	102
<b>QUADRO 4</b> – FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS CLASSIFICADOS COMO INEXISTENTES .....	116
<b>QUADRO 5</b> – OBSERVAÇÕES EM DESACORDO COM A TRADIÇÃO GRAMATICAL NORMATIVA .....	135
<b>QUADRO 6</b> – ALTERNATIVA NA ACEPTÃO DE OPÇÃO .....	144
<b>QUADRO 7</b> – DEFINIÇÃO DE APREENDER NOS DICIONÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	147
<b>QUADRO 8</b> – LIÇÕES QUE DESCONSIDERAM FENÔMENOS DA <i>NORMA CULTA/COMUM/STANDARD</i> .....	150
<b>QUADRO 9</b> – REGISTRO DAS FORMAS RASPAR/RAPAR/ESTADIA/ESTADA/COGOTE/CANGOTE.....	155
<b>QUADRO 10</b> – LIÇÕES APRIORÍSTICAS, QUE DESCONSIDERAM INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	160
<b>QUADRO 11</b> – COLOCAR NA ACEPTÃO DE EXPOR, CONFORME DICIONÁRIOS DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA .....	183
<b>QUADRO 12</b> - DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU .....	192
<b>QUADRO 13</b> – QUANDO DOS PRONOMES PESSOAIS DA <i>NORMA PADRÃO/GRAMATICAL/PEDAGÓGICA</i> ...	199
<b>QUADRO 14</b> – QUADRO DOS PRONOMES PESSOAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL, CONFORME PERINI .	199
<b>QUADRO 15</b> – REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....	200
<b>QUADRO 16</b> - COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS EUROPEU SEGUNDO SALVI (1990) .....	205
<b>QUADRO 17</b> - COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO SEGUNDO PAGOTTO .....	206
<b>QUADRO 18</b> – REGÊNCIAS TRADICIONAIS E REGÊNCIAS INOVADORAS E REJEITADAS .....	208
<b>QUADRO 19</b> – AUTORES QUE EMPREGARAM AS REGÊNCIAS CONDENADAS .....	210
<b>QUADRO 20</b> – REGÊNCIAS INOVADORAS EM RAMOS .....	214
<b>QUADRO 21</b> – FRASES DO LIVRO <i>NÃO MORDA A LÍNGUA PORTUGUESA</i> QUE INFRINGEM A <i>NORMA- PADRÃO/GRAMATICAL/PEDAGÓGICA</i> OU APRESENTAM CONTRADIÇÕES COM SUAS PRÓPRIAS LIÇÕES .....	230

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	21
1.1 <i>VARIAÇÃO, VARIANTES, MUDANÇA E GRAMÁTICA EMERGENTE</i> .....	22
1.2 <i>NORMA, NORMA CULTA, NORMA-PADRÃO, NORMA GRAMATICAL, NORMA POPULAR, NORMA CURTA</i> .....	33
1.2.1 <b>O conceito de norma</b> .....	34
1.2.2 <b>Norma Culta, Norma-padrão, Norma Gramatical, Norma Pedagógica, Norma Popular</b> .....	41
1.2.3 <b>Norma Curta</b> .....	46
1.3 <i>ADEQUAÇÃO E CONVERGÊNCIA DE FALA</i> .....	52
1.4 <i>O CONTINUUM DA RELAÇÃO FALA-ESCRITA</i> .....	55
1.5 <i>A LÍNGUA LEGÍTIMA</i> .....	57
1.6 <i>OS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO GRAMATICAL DE JESPERSEN</i> .....	62
<b>2 OS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	66
2.1 <i>AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DE REFERÊNCIA</i> .....	69
2.2 <i>OS DICIONÁRIOS</i> .....	73
2.2.1 <b>Tipos de Dicionários, Dicionários Gerais, Dicionários Padrão e Dicionários Escolares</b> .....	73
2.2.2 <b>A Seleção dos Dicionários Gerais</b> .....	76
2.2.3 <b>A Seleção de um Dicionário Padrão</b> .....	77
2.2.4 <b>A Seleção dos Dicionários Escolares</b> .....	78
2.2.5 <b>Dicionários: Um lugar de Lições sobre a Língua</b> .....	81
2.2.6 <b>O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</b> .....	83
<b>3 AS ORIGENS DA REALIDADE LINGÜÍSTICA TRIPARTITE NO BRASIL</b> .....	85
3.1 <i>AS ORIGENS DA NORMA POPULAR E DA NORMA CULTA/COMUM/STANDARD</i> ..	86
3.2 <i>A CONSTITUIÇÃO DA NORMA-PADRÃO/GRAMATICAL/PEDAGÓGICA</i> .....	95
<b>4 ANÁLISE DE FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS</b> .....	106
4.1 <i>INTRODUÇÃO</i> .....	106
4.2 <i>NÃO MORDA A LÍNGUA PORTUGUESA: O LIVRO E SUA AUTORA</i> .....	107
4.3 <i>A NEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS</i> .....	109
4.3.1 <b>Menas existe?</b> .....	110
4.3.2 <b>Somatória e maquinário</b> .....	111
4.3.3 <b>Defronte de ou defronte a</b> .....	112
4.3.4 <b>Detetar</b> .....	114

4.3.5	<b>Massivo, necrópsia e descriminalizar</b>	114
4.4	<b>PRESCRIÇÕES QUE EXCLUEM LIÇÕES DA TRADIÇÃO GRAMATICAL NORMATIVA</b>	117
4.4.1A	<b>A estrutura <i>a + infinitivo</i> para expressar a condição</b>	118
4.4.2A	<b>concordância verbal em estruturas relativas com o pronome <i>quem</i></b>	120
4.4.3	<b>A concordância verbal com expressões partitivas</b>	122
4.4.4	<b>Sujeitos constituídos por infinitivos</b>	125
4.4.5	<b>O plural de modéstia</b>	126
4.4.6	<b>O emprego do presente pelo futuro</b>	127
4.4.7A	<b>regência indireta de namorar</b>	128
4.4.8A	<b>concordância do adjetivo anteposto a mais de um substantivo</b>	130
4.4.9A	<b>concordância com números fracionários</b>	131
4.4.10	<b>Sujeitos unidos por conjunções comparativas assim <i>como</i> ou <i>bem como</i></b>	132
4.4.11A	<b>concordância do infinitivo na estrutura <i>ao + infinitivo</i></b>	133
4.4.12A	<b>concordância com <i>mais de um</i></b>	133
4.4.13A	<b>concordância com <i>um dos que</i></b>	134
4.5	<b>A DESQUALIFICAÇÃO DA NORMA CULTA/COMUM/STANDARD</b>	136
4.6	<b>LIÇÕES APRIORÍSTICAS</b>	152
4.7	<b>A DESQUALIFICAÇÃO DA NORMA POPULAR</b>	162
4.8	<b>A CULTURA DO ERRO E O NORMATIVISMO EXACERBADO</b>	169
4.9	<b>A INTOLERÂNCIA LINGUÍSTICA</b>	179
5	<b>PORTUGUÊS BRASILEIRO: A LEGITIMIDADE DA DIFERENÇA E O SEU SILENCIAMENTO</b>	190
5.1	<b>INTRODUÇÃO</b>	190
5.2	<b>DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU</b>	191
5.3	<b>O EMPREGO DE TER EXISTENCIAL</b>	193
5.4	<b>O EMPREGO DE ELE COMO OBJETO DIRETO</b>	198
5.5	<b>A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A PRÓCLISE NO INÍCIO DE PERÍODOS</b>	204
5.6	<b>REGÊNCIAS VERBAIS IMPUGNADAS: MAIS UMA VEZ O SILENCIAMENTO DA DIFERENÇA</b>	208
5.7	<b>CONCLUSÕES</b>	215
6	<b>CONTRIBUTO À REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA</b>	218
6.1	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	240
	<b>REFERÊNCIAS</b>	246

## INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é a análise do livro “*Não morda a língua portuguesa*”, de autoria da professora Wilma Ramos, visando a apreendê-lo sob o ângulo da manifestação, por excelência, no Estado de Sergipe, do recrudescimento da visão normativista ocorrida no Brasil a partir dos anos noventa, com forte apoio dos meios de comunicação de massa e grande aceitação nos círculos não especializados da população.

Centrada na crença da existência de um padrão único para o português, na rejeição dos fenômenos da variação e mudança, na redução do padrão linguístico à língua literária do romantismo lusitano, em detrimento da língua literária brasileira após o Modernismo, e na convicção de que o ensino de português equivale ao ensino da Gramática Normativa, essa concepção tende a proscrever não somente os usos inovadores, mas também fenômenos linguísticos já reconhecidos pela própria tradição normativa consubstanciada em gramáticas e dicionários da língua.

Não obstante a longa e sólida tradição normativista na abordagem da língua portuguesa, não deixa de ser surpreendente a sua notável vitalidade e aceitação hodiernas, principalmente se levarmos em consideração a emergência, nos primeiros anos do século XX, da Linguística como disciplina científica, com métodos e princípios bastante distintos daqueles que enformam a Gramática Tradicional. Com a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, tomaram vulto em todo o mundo, e também no Brasil, os estudos linguísticos que objetivavam apreender o fenômeno linguístico a partir de uma perspectiva descritiva, abordando a língua como ela é, e não como se julgava que deveria ser.

Não é difícil demonstrar que as áreas do conhecimento humano passam por alterações substanciais em seus conteúdos e métodos, ao longo da história, alterando significativamente o modo como são percebidos os seus objetos de estudo, não somente pelos especialistas, mas também pelos leigos. Um exemplo de que se poderia lançar mão seria a substituição do modelo geocêntrico pelo modelo heliocêntrico. Na antiguidade, no século II d.C., Ptolomeu lançou as bases do modelo geocêntrico, segundo o qual a terra estaria no centro do universo e os demais corpos celestes, inclusive o sol, girariam em seu redor. A essa concepção se opunha o modelo heliocêntrico, postulado por Copérnico no século XVI, que punha o sol no centro do sistema solar e os demais astros, inclusive a terra, gravitando em seu redor. A substituição de

um modelo por outro não foi instantânea e isenta de conflitos, sendo bem conhecido o processo movido pela Igreja contra Galileu, em face de sua defesa do sistema heliocêntrico. Contudo, ao fim e ao cabo, a concepção ptolomaica foi inteiramente substituída pela visão heliocêntrica.

Um outro exemplo que vem facilmente à mente é a revolução por que passou a Física. A Física aristotélica, vigente na Antiguidade Clássica, foi paulatinamente substituída pela Física Newtoniana, que, no século XX, com os estudos de Einstein e Max Planck, se revelou insuficiente para dar conta dos fenômenos físicos em escala atômica, assim como em escala planetária. Em consequência, foi preciso redesenhar os seus princípios, de forma a abranger uma gama mais vasta de fenômenos. No campo da Biologia, um exemplo manifesto é o da Genética, ramo que se desenvolveu a partir dos estudos de Mendel, no século XIX.

Também não seria difícil evidenciar que as inovações científicas se disseminam pelo corpo social, seja pela sua difusão em escolas e universidades, seja pela divulgação em livros de vulgarização científica, seja pela sua presença nos meios de comunicação de massa ou pelos impactos que trazem à vida quotidiana. Em regra, as pessoas conhecem, ao menos de ouvir falar, a teoria da relatividade, mecânica quântica, DNA, clonagem, fatores genéticos, teoria do Big Bang, cromossomos, fenômenos que não eram conhecidos em épocas passadas, mas que constituem moeda corrente na atualidade. Um estudante do ensino médio não vai mais estudar a doutrina dos quatro elementos de Aristóteles, mas certamente trará conhecimento com as leis de Newton e poderá ter rudimentos de Mecânica Quântica e Teoria da Relatividade. De igual forma, não se vislumbra a possibilidade de um ensino de Biologia que não leve em consideração a miríade de descobertas realizadas pela Genética.

Pode-se dizer, em suma, que as descobertas e inovações científicas vão paulatinamente se incorporando à vida quotidiana e integrando, de alguma forma, os currículos escolares. Ainda que um estudante do ensino médio não saia dos bancos escolares com o domínio matemático da Teoria da Relatividade ou da Mecânica Quântica, certamente terá uma noção do que ela é, assim como de sua importância teórica para a Física Moderna.

Também os estudos que tomam a linguagem como objeto de reflexão tiveram as suas diferentes fases. No *Cours de Linguistique Générale*, Saussure distinguiu três fases da ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua: a Gramática, a Filologia e a Linguística. Os estudos gramaticais objetivavam unicamente estabelecer regras para distinguir as formas corretas das formas incorretas. A Filologia tinha por objetivo a interpretação crítica dos

textos, mas se prendia apenas à língua escrita, esquecendo a língua viva. A Linguística, por sua vez, ocupa-se de todas as manifestações da linguagem humana, sejam elas dos povos civilizados ou não, abordando não somente as formas da linguagem correta ou do bem falar, mas todas as formas de expressão. Para o mestre genebrino, cuja obra é considerada o marco inicial dos modernos estudos linguísticos, diferentemente da gramática, que tem preocupações exclusivamente normativas, a Linguística assume um ponto de vista essencialmente descritivo, importando-lhe a apreensão do fenômeno linguístico tal como ele se manifesta e não como deveria se manifestar.

A assunção do ponto de vista descritivo, em detrimento da questão normativa, representou uma transformação decisiva na abordagem da linguagem humana, acarretando o estabelecimento de princípios e premissas inteiramente diversos dos vigentes nos estudos gramaticais tradicionais, direcionados exclusivamente para considerações de ordem normativa. Para efeito de comparação, poder-se-ia dizer que Saussure representou para os estudos linguísticos o que Galileu representou para a Física Moderna, ou que a Linguística representou para os estudos sobre a linguagem o que a Genética representou para as ciências biológicas. Contudo, se os princípios da Física Moderna e os novos conceitos da Genética disseminaram-se pelo corpo social, ocupando os espaços do cotidiano, da imprensa, da educação, seja em nível médio ou superior, os princípios decorrentes dos estudos das diversas correntes da Linguística permanecem praticamente restritos aos setores que abordam as línguas naturais como objeto de suas reflexões. Quando se trata de fenômenos linguísticos, a abordagem vigente em círculos não especializados continua aquela mesma concepção vigente há dois mil anos: os fenômenos linguísticos se reduzem a uma questão de certo e errado.

Diferentemente do que ocorreu em diversos campos do saber, as novas concepções linguísticas não encontraram acolhida nos diversos espaços sociais não especializados, sejam estes escolarizados ou não. Como lembra Sírio Possenti, ao apresentar o livro *Introdução à Linguística: domínio e fronteiras*, organizado por Mussalim e Bentes (2011, p.12), quando o assunto é linguagem, as considerações de um intelectual em nada diferem das emanadas por um jogador de futebol. A despeito de todo o avanço verificado nos estudos linguísticos, em todo o mundo, desde o *Cours de Linguistique Générale*, no início do século XX, e sem embargo das diferentes escolas teóricas que se desenvolveram ao longo desse século (Gerativismo, Funcionalismo, Linguística Textual, Análise do Discurso, Sociolinguística, Psicolinguística, Etnografia da Comunicação, Pragmática, entre outras), pode-se afirmar, sem

receio, que, nas apreciações linguísticas contemporâneas não especializadas, vigesse essencialmente o espírito do *Appendix Probi*.

Do mesmo modo que chama a atenção a ausência de disseminação, em meio ao grande público, das concepções oriundas da Linguística em face da Gramática Tradicional, aqui entendida como a doutrina gramatical iniciada pelos gregos, continuada pelos romanos e elaborada na Europa e América, antes do surgimento da Linguística no século XX (Trask, 2008), não é menos surpreendente que alterações significativas nos paradigmas de apreensão dos fenômenos culturais não possuam o mesmo valor quando aplicadas às línguas. Pode-se dizer que, no século XIX, houve uma significativa ruptura com as concepções que buscavam, em modelos atemporais, a chave para a compreensão dos fenômenos culturais. Se até o Romantismo buscava-se a imanência de valores perenes, em regra centrados nos clássicos da Antiguidade greco-latina, a partir desse movimento passou-se a identificar, na história e na evolução, a chave para a compreensão dos fenômenos culturais. Mas, salienta Azeredo (2008, p. 534), “se o século XIX ocidental privilegiou o olhar histórico e evolutivo na compreensão da natureza e dos bens simbólicos, o século XX, ‘era dos extremos, segundo a expressão de Hobsbawm, distinguiu-se pelo debate sobre a legitimidade da diferença.” (grifo nosso)

O debate sobre a legitimidade da diferença pode ser claramente perceptível em diversos aspectos da vida sociocultural que marcam a vida moderna brasileira neste último século. Assim, não se tolera mais social e juridicamente a discriminação racial, assegura-se a liberdade dos diversos credos, reconhecem-se paulatinamente formas de união civil entre pessoas do mesmo sexo, procura-se evitar a discriminação sexual e étnica, sem falar na propalada riqueza da diversidade da nossa geografia, das nossas tradições culturais, de nossa fauna, de nossa flora e quejandos, discurso comum no imaginário social. No entanto, quando se trata da língua, é inegável que, fora dos círculos especializados, a diversidade linguística é vista de forma negativa e tende-se a desqualificar não somente todas as variedades que difiram do padrão considerado “correto”, mas também os falantes dessas variedades despojadas de reconhecimento social. Vigora no Brasil, em matéria de língua, nos meios não especializados nos estudos linguísticos, não somente a ficção da língua única, mas também da língua homogênea.

Uma das evidências do baixo prestígio de que goza a diversidade em matéria de língua no Brasil diz respeito ao padrão vigente para o português no Brasil, calcado em modelos românticos vigentes em Portugal, no século XIX. A pesquisa linguística tem mostrado

diferenças significativas entre o português praticado no Brasil e a variedade lusitana, mas todos os usos brasileiros inovadores que se distanciam das formas vigentes em Portugal tendem a ser considerados erros, ainda que disseminados amplamente por todas as camadas da população. Apesar de os modernistas já terem clamado em 1922 pela legitimidade da sintaxe brasileira em detrimento da sintaxe lusitana, e a despeito dos numerosos estudos realizados e das diversas bases de dados linguísticos constituídas desde então, somente em 2010 foi publicada a primeira gramática do português brasileiro, de Mário Perini, o que mais uma vez confirma o aforismo de Ezra Pound acerca de serem os artistas as antenas da raça. Sem desconsiderar o padrão escrito vigente no Brasil, e reconhecendo mesmo a sua vitalidade e permanência, Perini elenca, com base em estudos de numerosos linguistas, diversas estruturas gramaticais que regem a efetiva fala dos brasileiros, estruturas essas que apresentam diferenças significativas em relação às que regem o falar lusitano.

Assim, a emergência da ciência linguística, no século XX, e o debate sobre a legitimidade da diferença na apreensão dos fenômenos culturais e simbólicos levariam a crer em uma retração daquela visão normativista que dominara a cena até então. Em sua *Gramática do Português Brasileiro*, Castilho (2010, p.101) observa que, com o avanço dos estudos linguísticos no Brasil, a Gramática Tradicional foi objeto de forte crítica pela Linguística, visto que esta nova disciplina rejeitava a “crença” da Gramática Normativa na existência de um padrão único para o Brasil, o seu “curioso silêncio” a respeito da variação linguística”, o apego à língua literária do período clássico e a convicção de que o ensino de português equivale ao ensino da Gramática. No entanto, menciona Castilho (2010, p.102) que, quando parecia decidida a batalha a favor da Linguística, recrudescer, nos anos noventa, a aliança da “gramatiquice com o purismo”, com grande apoio da mídia brasileira. Segundo esse autor, “ignorando o avanço das pesquisas sociolinguísticas, jornais de grande tiragem e canais de televisão abriram generosamente suas portas a um tipo de argumentação que supúnhamos enterrada”.

É bem verdade, que tal aliança não ficou sem resposta por parte da Linguística e o próprio Castilho (id.ib.) menciona que Neves, Bagno e Fiorin “discutiram minuciosamente a volta aos consultórios gramaticais e seus efeitos de exclusão social na sociedade brasileira.” De fato, pode-se afirmar que surgiu nos últimos anos uma forte tradição crítica das concepções normativistas, manifestada nas obras de diversos autores, tais como Geraldi, Bagno, Perini, Possenti, Fiorin, Faraco, Lucchesi e Scherre, entre outros. Pode-se mencionar também a publicação, já no século XXI, das três primeiras gramáticas do português brasileiro,



de autoria de Perini, Castilho e Bagno, como um indicador de que as manifestações da Gramática Tradicional não são mais exclusivamente dominantes.

Pode-se, assim, esboçar um panorama atual das relações entre a Linguística e a Gramática Normativa no Brasil, apontando, por um lado, para o recrudescimento, dentro dos quadros da Gramática Tradicional, de uma tradição normativista exacerbada com forte apoio na imprensa e larga penetração nos círculos não especializados e, por outro lado, para a existência de uma corrente crítica das manifestações prescritivistas, materializada na publicação de livros e gramáticas por linguistas que atuam no espaço acadêmico.

É na interface desse quadro esboçado acima que este trabalho vai se situar. Por um lado, esta dissertação tem por objetivo anotar, no Estado de Sergipe, o fenômeno apontado por Castilho – o recrudescimento, nos anos 90, da argumentação normativista com forte apoio da mídia –, por meio da análise do livro *Não morda a língua portuguesa*, de autoria da professora Wilma Ramos. Por outro lado, a análise da obra se fundamentará na argumentação dessa tradição crítica que se vem formando nos últimos anos, apoiando-se em estudos de matriz sociolinguística e funcionalista desenvolvidos por linguistas brasileiros empenhados na descrição do português praticado no Brasil.

A escolha da obra da professora Wilma Ramos se dá pelo fato de que ela sintetiza, no Estado de Sergipe, o fenômeno apontado por Castilho. Em primeiro lugar, o livro reproduz uma posição fortemente normativista, que floresceu dentro dos quadros da Gramática Tradicional. Em segundo lugar o livro reúne os comentários diários da professora Wilma Ramos em programas da FM Sergipe, da Rádio Aperipê AM e da TV Cidade, demonstrando a íntima identificação entre a mídia e a argumentação normativista. Por último, a ampla repercussão encontrada na comunidade sergipana indica o forte apelo e ressonância que o ideário prescritivista encontra nos círculos não especializados do Estado.

No tocante ao primeiro aspecto – a argumentação normativista e frequentemente redutora dos fenômenos linguísticos –, é digno de nota que a obra da professora parece caracterizar o que Faraco, ao discutir o conceito de norma culta, denomina de norma curta. Para ele, fenômenos linguísticos já largamente incorporados ao português empregado no Brasil e já reconhecidos nos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa continuam a ser impugnados em nome de uma pretensa norma culta, que, de fato, mais se

assemelharia a uma norma curta, na medida em que não leva em consideração o fato de que o uso culto<sup>1</sup> não exclui a existência de formas alternativas.

Por último, pode-se identificar, na obra da professora, um fenômeno apontado por Castilho (1980), que acentua o caráter redutor de algumas apreciações normativas. Para esse autor, alguns gramáticos, em vez de identificar nos usos sociais as formas que moldam a modalidade de prestígio, tendem por vezes a assumir o papel decisivo na fixação da regra. Disso resulta que algumas apreciações da argumentação normativa afiguram-se claramente apriorísticas, dependendo mais das preferências ou idiosincrasias do gramático do que propriamente dos fatos linguísticos em consideração.

Dessa forma, parece-nos que a obra da professora evidencia com clareza a manifestação do fenômeno apontado por Castilho – o recrudescimento da argumentação normativista nos anos 90 – já que subjaz à sua abordagem da língua portuguesa uma concepção normativista apriorística que, por vezes, vai de encontro não somente aos usos inovadores, mas também a fenômenos já reconhecidos pela própria tradição normativa consubstanciada em gramáticas e dicionários da língua.

Como já observado, o objetivo geral centra-se na análise da obra *Não morda a língua portuguesa*. Como objetivos específicos, este trabalho pretende:

a) analisar prescrições contidas na obra *Não morda a língua portuguesa*, relativamente a fenômenos léxicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos, confrontando-as com as lições contidas nos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa;

b) Analisar fenômenos típicos do português brasileiro, impugnados no livro *Não morda a língua portuguesa* e nos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa, à luz das gramáticas do português brasileiro.

c) identificar os princípios subjacentes à obra *Não morda a língua portuguesa*, sua contribuição ao processo de representação social da língua e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

Para levar a efeito este trabalho, delinear-se-ão, no primeiro capítulo, os pressupostos teóricos que nortearão a análise da obra da professora Ramos, com o objetivo de delimitar o

---

<sup>1</sup>O adjetivo *culto* conota uma sensível carga axiológica, excludente, que tentaremos evitar na medida do possível. Contudo, quando empregado neste trabalho, frise-se que o fazemos, referindo-se aos falantes comelevado grau de escolarização e letramento, sem que tal emprego implique uma oposição necessária entre culto e popular.

instrumental analítico que sustentará o exame crítico, assim como de explicitar a concepção de língua que subjaz à pesquisa.

O segundo capítulo abordará os instrumentos normativos de referência da língua portuguesa que serão empregados para dar conta do objetivo específico da alínea “a”: o confronto entre prescrições do livro em análise e lições das gramáticas normativas e dicionários de referência da língua. O objetivo desse capítulo é definir os critérios de seleção dos instrumentos normativos de referência, para, em seguida, definir quais obras serão empregadas no trabalho de análise.

Antes de partir para a análise propriamente dita, far-se-á um breve excuro histórico sobre a constituição da *norma-padrão*, das *normas cultas* – definidas com base nos padrões de fala das camadas escolarizadas – e das *normas populares* – caracterizadas pelos falares das camadas socialmente menos prestigiadas. Esse excuro afigura-se importante para os objetivos deste trabalho, porquanto, se a *norma-padrão*, no imaginário coletivo, é vista como parâmetro atemporal, como se não tivesse história, as normas não padrão – as *normas populares* e as normas praticadas efetivamente pelas camadas escolarizadas – são vistas como um amontoado de erros e, em consequência, não possuem reconhecimento como normas legítimas, com uma história específica e distinta organização gramatical. É nossa crença que a falta de uma visão histórica da constituição de tais normas, a existência do que Bourdieu chamou de *amnésia da gênese* – o esquecimento das origens –, é uma das raízes do preconceito existente contra as variedades não padrão. Assim, neste terceiro capítulo, revisitaremos Bezerra, (1985), Pagotto (2013), Pinto (1978) e Faraco (2008), para a constituição da *norma-padrão*, e Lucchesi (2001, 2006 e 2009) e Pinto (1978), para a constituição das *normas populares* e *normas cultas*.

No quarto capítulo, proceder-se-á ao confronto de prescrições da obra *Não morda a língua portuguesa* com os instrumentos normativos de referência selecionados no segundo capítulo. O confronto terá como núcleo a identificação das prescrições que impugnam formas e construções amparadas pelos referidos instrumentos normativos de referência, o que caracteriza essencialmente um dos aspectos do que Faraco denominou de norma curta. A análise buscará evidenciar este fenômeno – a norma curta – nos campos fonético, morfológico, sintático, lexical, semântico e discursivo-pragmático. Para esta caracterização, considerar-se-á o conceito de *norma curta*, tal como definido no segundo capítulo.

No quinto capítulo, serão selecionados alguns fenômenos típicos do português brasileiro, abordados de forma condenatória na obra da professora Wilma Ramos e nos instrumentos normativos de referência, e far-se-á uma análise de tais fenômenos à luz das reflexões efetuadas nas gramáticas do português brasileiro de Perini (2010), Castilho (2010) e Bagno (2011a). Os fenômenos selecionados serão o verbo *ter* empregado em sentido existencial, o emprego do pronome proclítico em início de frases, o emprego do pronome *ele* em função acusativa, e a regência variável de alguns verbos, tais como *assistir*, *esquecer*, *namorar*, *implicar*, *obedecer* e *visar*, centrando a discussão na rejeição das regências inovadoras pelas gramáticas normativas, a despeito de sua generalização na fala e escrita dos falantes escolarizados e acolhimento na escrita literária moderna.

No sexto capítulo, discutir-se-ão os princípios subjacentes à obra *Não morda a língua portuguesa* e sua contribuição ao processo de representação social da língua portuguesa, bem como suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem. Neste capítulo, objetiva-se especificamente situar o trabalho da professora Wilma Ramos no complexo institucional que sustenta e reproduz o discurso da língua legítima, conforme definido em Bourdieu (1982), avaliar as implicações para o processo educacional da hierarquização linguística resultante do conceito de língua legítima e, por último, discutir a contribuição que uma Sociolinguística fundada no reconhecimento da variação e da pluralidade de normas pode oferecer, como contraparte a uma visão normativista que desqualifica todas as variedades não padrão. A discussão sobre o conceito de língua legítima afigura-se fundamental para o desenvolvimento da argumentação, uma vez que, a despeito da equivalência linguística das diversas variedades componentes de qualquer língua, tais variedades se submetem a um sistema de avaliação social que toma como referência a língua legítima. A análise, portanto, se possui uma face linguística, não pode prescindir da face social, sem a qual ficaria necessariamente incompleta.

Por fim, nas considerações finais, far-se-á um levantamento de tudo o que foi construído ao longo da análise, sumariando algumas conclusões que situam o livro de Ramos como manifestação da *norma curta* e evidenciam o descompasso existente entre a obra em exame e as contribuições da ciência linguística para a abordagem das línguas naturais e para uma perspectiva educacional centrada no respeito à diferença.

## 1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo serão delineados os pressupostos teóricos que nortearão as análises a serem efetuadas nos capítulos 4, 5 e 6. Trata-se, portanto, de definir e delimitar os conceitos que serão empregados, implícita ou explicitamente, como suporte dos argumentos levantados ao longo da reflexão sobre a obra *Não morda a língua portuguesa*.

O núcleo teórico básico, sustentado na premissa da heterogeneidade constitutiva das línguas naturais, envolverá os conceitos de variação, variantes, variável e mudança linguística, tal como formulados nos quadros da Sociolinguística, o de gramática emergente, na concepção de Neves (2012), e o modelo dos três *continua* de Bortoni-Ricardo (2005).

Também se lançará mão do conceito de *norma*, tal como postulado por Coseriu (1979), e buscar-se-á delimitar os conceitos de *norma-culta*, *norma-padrão*, *norma gramatical*, *norma pedagógica*, *norma popular* e *norma curta*, acompanhando a discussão em Faraco (2008), dentro de uma visão tripartite da realidade linguística brasileira, formada essencialmente por uma *norma-padrão*, *normas cultas* e *normas populares*, conforme Bagno (2008) e Mattos e Silva (2004).

Definido esse núcleo teórico básico, discutir-se-á o emprego de dois conceitos extraídos da inter-relação entre os estudos linguísticos e a Sociologia, Antropologia e a Psicologia, que se revelarão importantes em alguns aspectos da análise a ser efetuada: a noção de *adequação*, tal como proposta por Dell Hymes em seu conceito de competência comunicativa, e o conceito de *convergência de fala*, formulado dentro dos quadros da Psicologia Social.

Tendo em vista que a análise abordará fenômenos da fala e da escrita, assumir-se-á a concepção do *continuum* na relação fala-escrita, tal como exposto em Marcuschi (2008), Castilho (2010) e Bagno (2011a).

Discutir-se-á também o conceito de língua legítima, conforme exposto por Bourdieu (1982) em sua *L'économie des échanges linguistiques*. Ao contemplar os fatores sociais de larga escala envolvidos no processo de construção da língua legítima, Bourdieu propicia as condições necessárias para correlacionar questões linguísticas com sua interface propriamente institucional. A sua abordagem do processo de construção da língua legítima, conjugada com a concepção sociolinguística acerca do fenômeno da variação, fornecerá as bases para, no

capítulo 6, situar o papel institucional da obra da professora Wilma Ramos e discutir as suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

Por fim, como se trata de um trabalho que examina criticamente uma obra voltada para distinguir formas e construções “corretas” de formas e construções “incorretas”, abordar-se-ão brevemente os critérios de correção de Jespersen e o conceito de exemplaridade, tal como formulado por Bechara, a fim de delimitar os critérios de “correção” que embasarão a análise a ser realizada.

### *1.1 VARIAÇÃO, VARIANTES, MUDANÇA E GRAMÁTICA EMERGENTE*

Uma abordagem empírica das línguas naturais não tem como deixar de levar em conta a sua heterogeneidade, o seu caráter múltiplo, diversificado, variado, plural. Não há língua empregada por uma comunidade de fala real que não apresente diferenciações em seus efetivos usos sociais. O português falado no Nordeste brasileiro apresenta sensíveis diferenças quando confrontado com o português falado no Sul do país, os cidadãos escolarizados não usam o mesmo padrão dos analfabetos, os habitantes dos grandes centros urbanos não falam do mesmo modo que os habitantes da área rural e os falantes das classes sociais mais abastadas não empregam os mesmos recursos linguísticos de que lançam mão os setores economicamente desfavorecidos. O próprio falante, seja ele escolarizado ou analfabeto, de origens rurais ou urbanas, abastado ou despossuído, varia os recursos linguísticos de acordo com o contexto em que se encontra, de forma que o seu comportamento linguístico não será o mesmo se estiver numa entrevista pleiteando um emprego ou discutindo um jogo de futebol com os amigos, numa mesa de bar, tomando uma cerveja.

Essa diversidade não é privativa da língua falada, pois também caracteriza a língua escrita. Não se redige uma carta para a namorada utilizando-se dos mesmos recursos linguísticos empregados numa exposição científica, e um diálogo entre amigos, nas diversas mídias eletrônicas, apresentará diferenças linguísticas significativas quando comparado com um diálogo travado por *e-mail* entre um empregado do terceiro escalão de uma empresa e um dirigente integrante dos postos mais altos de sua hierarquia.

Da mesma forma, a língua também se altera no tempo, o que pode ser facilmente percebido nos textos escritos em períodos distintos de sua história. A carta de Caminha, um documento administrativo do século XVIII e um Decreto redigido no final do século XX apresentarão diferenças linguísticas perceptíveis, mesmo a um não especialista. O dialeto

toscano da *Divina Comédia* difere do toscano em que Manzoni escreveu *Os noivos*, no século XIX, e o francês em que foi redigida a *Chanson de Roland* apresenta notórias diferenças com o francês quinhentista dos *Essais* de Montaigne, que, por sua vez, é bastante distinto do francês em que Lamartine escreveu a sua *Histoire des Girondins*, no século XIX. Também na fala pode-se perceber a variação linguística no curso do tempo, na medida em que a linguagem empregada pelos mais velhos apresenta diferenças perceptíveis em relação à linguagem empregada pelos mais jovens.

Pode-se afirmar que o caráter multiforme da linguagem é consensual entre os linguistas. Faraco (2008, p.136), por exemplo, observa que

...qualquer língua varia de lugar para lugar (temos, então, os dialetos geográficos). Há também, no interior da estrutura social, uma grande diversidade linguística correlacionada a diferentes características de grupos de falantes: sua classe social, seu nível de escolaridade, sua ocupação e nível de renda, sua idade, ascendência étnica, seu gênero (temos, então, inúmeros dialetos sociais, jargões profissionais, gírias, estilos de fala).

Por outro lado, as línguas que têm escrita apresentam também diferenças entre os modos de falar e de escrever (estes, em geral, mais conservadores do que aqueles)

Acrescente-se a isso tudo outro importante fator de diferenciação: todas as variedades linguísticas mudam continuamente no tempo.

Ao tratar da diversidade do português brasileiro, Castilho (2010,p.197-223) menciona a variação geográfica, a variação sociocultural, a variação individual (registro formal e informal, as diferenças entre crianças e adultos, homens e mulheres), a variação de canal (português falado e português escrito) e a variação temática (português corrente e português técnico).

Bezerra (2008, p.21) observa, com esteio na pesquisa sociolinguística, que existem variedades linguísticas em múltiplas direções, entre as quais se destacam cinco tipos fundamentais: a variedade padrão, a variedade regional, a variedade social, a variedade funcional e a variedade diacrônica ou histórica.

Aryon Rodrigues (2004,p.11-12), em um texto de 1968, também registra o caráter heteróclito da linguagem:

Toda língua comporta variações de duas ordens: em função do falante (ou, em termos de comunicação, do emissor) e em função do ouvinte (ou do receptor, e também das circunstâncias em que se produz a fala). À primeira ordem pertencem as variantes que se podem chamar dialetais em sentido amplo: variantes espaciais (dialetos geográficos), variantes de classe social (dialetos sociais ou diastráticos), variantes de grupos de idade (dialetos etários), variantes de sexo (dialetos masculino e feminino), assim como variantes de gerações (variantes diacrônicas). Na segunda

ordem de variação incluem-se as variantes que, segundo recente sugestão, diremos *de registro*: variantes de grau de formalismo, variantes de modalidade (falada e escrita) e variantes de sintonia (ajustamento de emissor ao receptor). Tanto as variações de primeira ordem como as de segunda se superpõem e se entrecortam de diversas maneiras, do que resulta uma situação extremamente complexa, mesmo quando nos limitamos à observação da língua de um só indivíduo.

Bagno (2007, p.46-47) menciona que, nos textos especializados, geralmente se classifica a variação linguística em variação diatópica, a que se verifica entre os modos de falar de diferentes regiões; a variação diastrática, a que se verifica entre os modos de falar das diferentes classes sociais; a variação diamésica, a que ocorre entre a língua escrita e falada; a variação diafásica, a que se constata no “uso diferenciado que cada indivíduo faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que ele confere ao seu comportamento verbal”; e a variação diacrônica, a que ocorre quando se confrontam as diversas etapas da história de uma língua.

A noção de que a língua apresenta variação é de tal forma generalizada que mesmo obras de caráter normativo, como as gramáticas de Cunha & Cintra e de Bechara, expressamente a contemplam, conforme se vê abaixo:

Em princípio, uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas:

1º) diferenças no espaço geográfico, ou VARIAÇÕES DIATÓPICAS (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais);

2º) diferenças entre as camadas socioculturais, ou VARIAÇÕES DIASTRÁTICAS, (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.);

3º) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou VARIAÇÕES DIAFÁSICAS (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagens das mulheres, etc.). (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 3).

(...)

Os sistemas que integram a língua histórica apresentam três aspectos fundamentais de diferenças internas:

- a) No espaço geográfico, constituindo os diferentes *dialetos*; Essa diversidade no espaço se diz *diatópica* (do grego *diá* ‘através de’, *topos* ‘lugar’), enquanto a relativa uniformidade no espaço se diz *sintópica* (do grego *syn* ‘reunião’).
- b) No nível sociocultural, constituindo os diferentes *níveis* de língua e estratos ou camadas socioculturais. Essa diferença no estrato sociocultural se diz *diastrática* (do latim *stratum* ‘estrato’, ‘camada’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinestrática* ou *sinstrática*, também conhecida por *dialeto social*.
- c) No estilo ou aspecto expressivo, isto é, em relação a diferentes situações do falar e estilos de língua. Essa diferença se diz *diafásica* (do grego *fásis* ‘expressão’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinfásica* ou homogeneidade estilística. (BECHARA, 2009, p. 37).



O fato de que autores tão diversos em suas concepções, como Bagno, Bechara e Cunha & Cintra, refiram-se à existência de variações diatópicas, diastráticas e diafásicas indica o caráter praticamente generalizado da constatação da variação linguística. Embora se possa discutir acerca da identidade dos conceitos ou sobre as diversas consequências que tais autores deduzem do fenômeno da variação, na sua prática como linguistas e gramáticos, para os fins deste trabalho, é suficiente destacar o reconhecimento de seu caráter generalizado.

Nesta percepção da língua como uma realidade heterogênea, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 103) deram um passo adiante ao conceberem a língua não apenas como um sistema multiestratificado, “produto das combinações, alternâncias ou mosaicos de subsistemas distintos, conjuntamente disponíveis”, mas também como um sistema caracterizado por heterogeneidade ordenada, rompendo com a identificação entre estruturalidade e homogeneidade e postulando que, “numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 36, *itálico do autor*).

Por fim, importante mencionar a concepção de Bortoni-Ricardo (2005, p.40) de variação em termos de *continuum*, considerado por Faraco (2008, p. 46) o melhor modelo para dar conta da diversidade do português no Brasil. Para essa autora, a variação no português brasileiro se dispõe ao longo de um eixo tricotômico: o eixo rural-urbano, o eixo de oralidade-letramento e o eixo de monitoração estilística. Essa divisão apresenta interesse neste trabalho principalmente por ressaltar que a variação linguística não apresenta caráter estanque, mas contínuo. Assim, nas diversas interações sociais, o falante vai adotar procedimentos linguísticos que serão resultado da interseção de cada um dos eixos: as suas origens rurais ou urbanas, como resultado da posição do falante no contínuo rural-urbano; o fato de a interação estar mais ou menos próxima de práticas orais ou de práticas escritas, dispondo-se ao longo do eixo oralidade-letramento; e o grau de atenção que o falante presta à sua fala, como resultado do eixo da monitoração estilística. Assim, o comportamento linguístico do falante não se reduz a classificações estáticas, mas a contínuos deslocamentos ao longo desses três eixos.

Deve-se ressaltar que, além dos conceitos de variação diatópica e diastrática, todos os autores citados mencionam a variação diafásica, um tipo de variação menos perceptível ao público não especializado. Para a argumentação que se desenvolverá na parte analítica deste trabalho, deve-se ter em mente, muito claramente, a importância da variação diafásica – a

que se verifica na fala de cada utente da língua, em decorrência das diferentes situações do falar – para se avaliar qual, dentre as formas linguísticas disponíveis no repertório do falante, seria a mais adequada socialmente, em um dado contexto.

O fato de fazermos referência a formas socialmente mais adequadas já traz implícito o corolário do conceito de variação. Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 99) observam que “estudos empíricos têm confirmado o modelo de um sistema ordenadamente heterogêneo em que a escolha entre alternativas linguísticas acarreta funções sociais e estilísticas”. A literatura designa tais formas alternativas como variantes, “the option of saying ‘the same thing’ in several different ways; that is, the variants are identical in referential or truth value, but opposed in their social and/or stylistic significance”(LABOV, 1985, p. 270)<sup>2</sup>. Assim, neste trabalho, empregar-se-á o termo variante no sentido de “formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo” (MOLLICA, 2007, p. 9).

Por sua vez, o conceito de variante implica o de variável, “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 105), ou seja, algum elemento da língua, alguma regra, que se realiza de maneiras diferentes ou, conforme Meyerhoff (2006, p.8), “an abstract representation of the source of the variation”<sup>3</sup>, que é “realised by two or more variants”<sup>4</sup>.

Os conceitos de variação, variante e variável serão instrumentos analíticos importantes para fundamentar as análises que se vão efetuar neste trabalho, mormente porque boa parte do livro a ser analisado é dedicado a comentar pares opositivos dos quais, em regra, um estaria “certo”, e o outro, “errado”. De fato, Ramos discute, em seu livro, a oposição de pares marcados pela redução dos ditongos [ey] a [e] diante de consoantes palatais ou de vibrante simples, que constitui exemplo de variável fonética, como se dá com os pares *inteiro* x *eu intero*, *ele ajeija* x *ele aleja*, *empoeira* x *empoera*. Na morfologia, pode-se aduzir a discussão do gênero de palavras como *o sósia* x *a sósia*, *o bebê* x *a bebê*, *o agravante* x *a agravante*. Na área da morfossintaxe, são comuns discussões acerca da regência de determinados verbos, tais como *implicar* (no sentido de acarretar), *namorar*, *assistir* (no sentido de presenciar) e *ir*, com

---

<sup>2</sup> A opção de dizer “a mesma coisa” de várias maneiras diferentes, isto é, as variantes são idênticas em valor de verdade ou referencial, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística (tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso in Labov (2008, p. 312).

<sup>3</sup> Uma representação abstrata da fonte da variação. (tradução nossa)

<sup>4</sup> Realizada por duas ou mais variáveis. (idem)

seus respectivos pares *implicar x implicar em, namorar x namorar com, assistir a x assistir*. Na sintaxe, discute-se, por exemplo, o par *ele x o* em função acusativa, as relativas cortadoras (*as pessoas que eu confio x as pessoas em que eu confio*), a falta de concordância no sintagma nominal (*os livros x os livro*), entre outros.

A noção de variantes, por sua vez, aponta para a mudança linguística. Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 125) argumentam que “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade”. Fazendo-se abstração das razões da mudança, em geral ela implica que uma determinada forma linguística (fonética, morfológica, sintática, etc.), vigente na língua, passa a sofrer a concorrência de uma outra forma emergente – a variante dita inovadora – diante da forma já existente – a variante dita conservadora. A concorrência pode se resolver (i) pela manutenção da variante conservadora e desaparecimento da variante inovadora; (ii) pelo desaparecimento da variante conservadora e substituição pela variante inovadora; ou (iii) pela concorrência indefinida de ambas as variantes. Assim, pode-se dizer que a coexistência de variantes constitui um indício de uma mudança em curso, mas não exclui a possibilidade de uma situação de variação estável.

É importante ressaltar que tais processos de mudança linguística implicam a coexistência de variantes que competem entre si. Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 122) postulam que “a mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta.” Labov (1985, p. 1) detalhou esse modelo tripartite de explicação da mudança linguística, em que uma das etapas é exatamente a competição de formas linguísticas:

The model which underlies this three-way division requires as a starting point a variation in one or several words in the speech of one or two individuals. These variations may be induced by the processes of assimilation or differentiation, by analogy, borrowing, fusion, contamination, random variation, or any number of processes in which the language system interacts with the physiological or psychological characteristics of the individual. Most such variations occur only once, and are extinguished as quickly as they arise. However, a few recur, and, in a second stage, they may be imitated more or less widely, and may spread to the point where the new forms are in contrast with the older forms along a wide front. Finally, at some later stage, one or the other of the two forms usually triumphs, and regularity is achieved.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>O modelo que subjaz a essa tripartição requer como ponto de partida a variação em uma ou mais palavras na fala de um ou mais indivíduos. Essas variações podem ser induzidas pelos processos de assimilação ou dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória ou quaisquer outros processos em que o sistema linguístico interaja com as características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. A maioria

O processo de mudança, portanto, não se dá de forma abrupta, mas envolve necessariamente a coexistência de formas concorrentes. Bagno (2011a, p. 132) chama a atenção para o fato de que a representação da mudança de forma linear, como no caso *deluna* > *lũa* > *lua*, tende a obliterar que, antes de ter havido a substituição de uma forma por outra, ocorreu a concorrência entre elas. Diferentemente do que a descrição linear pode sugerir, inicialmente houve uma competição entre as variantes *luna* e *lũa* e esta última foi gradativamente substituindo a anterior, sobrepondo-se progressivamente nos diversos usos sociais da língua. Mas a forma *lũa*, por seu turno, passou a sofrer a concorrência da forma *lua*, que terminou por se impor na língua portuguesa, afastando o uso da forma *lũa*, “extremamente minoritária e restrita a comunidades isoladas”. Bagno, ao descrever o processo de mudança, comenta:

Em cada fase da mudança, a forma inovadora se torna majoritária no uso dos falantes daquela comunidade, enquanto a forma antiga sobrevive em grupos sociais mais isolados e/ou na fala dos mais idosos. Com o avanço do tempo, a forma mais antiga desaparece e a forma inovadora se impõe completamente, mas só para sofrer concorrência de outra forma inovadora, e assim por diante. (BAGNO, 2011a, p.132).

Tomando de empréstimo da Geologia a expressão *uniformitarian principle* (princípio da uniformidade)<sup>6</sup>, Labov (1985, p. 275) postula que “the forces operating to produce linguistic change today are of the same kind and order of magnitude as those which operated in the past five or ten thousand years”.<sup>7</sup> As línguas, portanto, da mesma forma que em épocas anteriores, continuam a sofrer alterações. A redução dos ditongos [ey] a [e] diante de consoante palatal ou vibrante múltipla ocorre na fala dos brasileiros em geral, variando apenas a frequência (BAGNO, 2007, p. 147), assim como o apagamento do [r] nos infinitivos verbais (BAGNO, 2007, p. 148), a despeito da disciplina gramatical e da ubiquidade da escrita na vida moderna. O mesmo se pode afirmar a respeito de diversos casos de regência verbal, em que formas inovadoras competem com formas tradicionais, como se dá com os verbos *implicar*, no sentido de acarretar, ter como consequência, *namorar*, *assistir*, no sentido de

---

dessas mudanças ocorre apenas uma vez e se extingue tão rapidamente quanto surge. No entanto, algumas são recorrentes e, numa segunda etapa, podem ser imitadas mais ou menos extensamente, e podem se difundir a ponto de formas novas entrarem em contraste com as formas mais antigas num amplo espectro de usos. Por fim, numa etapa posterior, uma ou outra das duas formas geralmente triunfa, e a regularidade é alcançada. (tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso in Labov (2008, p. 19).

<sup>6</sup>O conceito foi introduzido na teoria geológica por James Hutton na virada do século XVIII. Hutton mostrou que as montanhas, vulcões, praias e abismos que temos hoje são o resultado de processos observáveis que ainda ocorrem à nossa volta, e não de convulsões violentas em algum ponto remoto do passado (catastrofismo). A doutrina uniformitarista é um dos princípios aceitos na geomorfologia atual – talvez seu eixo principal (nota de Labov (1985, p. 275), traduzida por Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso in Labov (2008, p. 317)

<sup>7</sup> As forças que operam para produzir a mudança linguística hoje são do mesmo tipo e ordem de grandeza das que operaram no passado, há cinco ou dez mil anos (tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso, in Labov (2008, p. 19).

presenciar, *ir*, entre outros. O senso comum<sup>8</sup> e as gramáticas normativas tradicionais tendem a considerar como erro a coexistência de variantes dessa natureza, ainda que a literatura especializada demonstre empiricamente a sua disseminação pela fala de brasileiros de todos os estratos sociais, inclusive em contextos formais.

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 87) argumentam que “a mudança linguística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística”. A compreensão do perpétuo devir das línguas naturais é fundamental para uma adequada interpretação do fenômeno da variação no português efetivamente praticado no Brasil. A desqualificação como erro de toda variante inovadora, ainda que generalizada em todos os estratos sociais e nos mais diversos contextos, dos informais aos formais, em face de uma variante anteriormente vigente e fixada pela tradição, implica, na verdade, como decorrência lógica, assumir toda a língua portuguesa como um monumental erro linguístico. Com efeito, as palavras e construções vigentes no português hodierno não tinham a mesma forma e estrutura no passado. Assim, todas elas seriam erros em relação a formas e construções vigentes anteriormente, que, por sua vez, seriam também erros em relação a formas e construções anteriores, até que chegássemos ao latim vulgar, que também seria “erro” em relação ao latim clássico, que também seria “erro” em relação ao itálico, que seria “erro” em relação ao hipotético indo-europeu...!!!No limite, a considerar esse ponto de vista, a única língua correta seria uma língua original antes de sofrer qualquer mudança: a protolíngua...!!! A respeito disso, manifesta-se Fiorin, ao tecer considerações em torno do projeto de lei nº 1.676/99, apresentado à Câmara dos Deputados pelo Deputado Federal Aldo Rebelo, com o objetivo de defender, proteger e promover o uso do idioma português:

Apesar de falar em peculiaridades regionais da fala e da escrita e em deixar claro que as línguas mudam, o projeto, na verdade, baseia-se numa concepção homogênea e estática de língua, pois pensa fundamentalmente em sua unidade. É um mito essa pretensa possibilidade de comunicação igualitária em todos os níveis. Isso é uma idealização. Todas as línguas apresentam variantes: o inglês, o alemão, o francês etc. Também as línguas antigas tinham variações. O português e outras línguas românicas provêm de uma variedade do latim, o chamado latim vulgar, muito diferente do latim culto. Além disso, as línguas mudam. O português moderno é muito distinto do português clássico. Se fôssemos aceitar a ideia de estaticidade das línguas, deveríamos dizer que o português inteiro é um erro e, portanto, deveríamos voltar a falar latim. Ademais, se o português provém do latim vulgar, poder-se-ia afirmar que ele está todo errado. (FIORIN, 2001, p. 113, grifos nossos).

---

<sup>8</sup> Neste trabalho, definir-se-á *senso comum* como a concepção de que a língua está “atrelada a um conjunto de regras e preceitos que aparecem estampados nos livros didáticos e gramáticas”(ANDRADE, 2015, p. 15)

Por outro lado, se todas as línguas são marcadas pela variação e se todas as línguas mudam, fato facilmente demonstrável empiricamente<sup>9</sup>, a alternativa para evitar as observações de Fiorin seria conceber a mudança e as variedades como pertencentes ao passado, mas não ao presente. Contudo, invocando o princípio da uniformidade (LABOV, 1985, 275) e a concepção da continuidade e inevitabilidade da mudança linguística, (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 87), acima referidos, forçoso é concluir que as línguas naturais são “inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas”(CASTILHO, 2010, p. 197).

Importante frisar que o dinamismo das línguas não atinge apenas o nível das palavras, mas também todos os demais níveis da língua, dos fonemas às construções morfossintáticas, ou seja, alcança o próprio cerne das construções gramaticais. Castilho (2010, p.86) registra, por exemplo, que “o latim não tinha o traço /+palatal/ em seu quadro de consoantes”, mas “o português, e outras línguas românicas, criaram este traço”, de forma que existem hoje, no português, diferentemente do passado, os fonemas /ʃ/, /ɲ/, /ʒ/ e /ʎ/, presentes respectivamente nas palavras chato, galinha, Jesus e galho.

No tocante à morfologia das línguas românicas, pode-se,acompanhando Bagno ( 2011a, p.678), mencionar a perda do gênero neutro na passagem do latim para as línguas neolatinas, com a exceção do romeno, que continua a possuir os três gêneros. Fora do âmbito românico, lembre-se o inglês, cuja mudança foi ainda mais radical, uma vez que, no inglês antigo, os adjetivos podiam ser do gênero masculino, feminino ou neutro, conforme a regra da concordância, além de variarem em número e caso, mas, no inglês moderno, desapareceram os gêneros, os números e os casos, restando a expressão da qualidade por uma forma adjetiva única e invariável (BAGNO, p. 678-679).

Do ponto de vista morfossintático, Castilho (2010, p. 86) cita o desaparecimento dos casos no latim, o que acarretou a expansão do emprego das preposições, assim como o enrijecimento da ordem dos constituintes. Assim, uma construção do latim clássico como *Petrus amat Paulum* poderia ter uma ordem mais livre do que em português, uma vez que, sendo a função sintática indicada pela flexão da palavra, a sua identificação independeria da ordem. Na sentença *Paulum amat Petrus*, o sujeito continuaria sendo *Petrus*. Em português, contudo, a construção *Pedro ama Paulo*, não tendo o recurso da flexão para indicar a função

---

<sup>9</sup> Vide observações às páginas 22 e 23

sintática, torna-se mais rígida, de forma que *Pedro ama Paulo* não possui o mesmo valor de verdade que *Paulo ama Pedro*, uma vez que *Pedro* é sujeito na primeira, mas objeto na segunda. Ou seja, a perda dos casos passou a exigir uma posição mais rígida dos constituintes da frase.

Um exemplo que bem mostra a dinamicidade passada e futura inerente às línguas naturais é a formação do futuro do presente simples em português. Em latim, havia o futuro do presente conjugado sinteticamente como *cantabo*, *cantabis*, *cantabit*, *cantabimus*, *cantabitis* *cantabunt*. Mas essa forma foi progressivamente abandonada, no processo de romanização, pela forma perifrástica composta de *infinitivo* + *habeo*, do verbo *habere* (ter), e, após a inversão da ordem do verbo auxiliar, o futuro passou a ser conjugado como *cantare habeo*, *cantare habes*, *cantare habet*, *cantare habemus*, *cantare habetis*, *cantare habent*. Estas formas perifrásticas, sofrendo alterações fonéticas, passaram progressivamente às formas *cantar hei*, *cantar hás*, *cantar há*, *cantar hemos*, *cantar heis*, *cantar hão*, e, pela fusão do verbo haver com as formas do infinitivo, chegaram às atuais formas simples do futuro do presente: cantarei, cantarás, cantará, cantaremos, cantareis, cantarão. Em suma, o futuro do presente simples, em português, originou-se de uma construção sintática (*infinitivo* + *verbo habere*), tendo este último adquirido caráter flexional.

Construções hoje fixas possuem a sua história e não se pode afirmar que não mudarão daqui por diante. O próprio futuro do presente, em português, ilustra que, hodiernamente, a forma sintética está praticamente abandonada em favor da forma perifrástica *verbo ir* + *infinitivo verbal*, de modo que, atualmente, na fala generalizada dos brasileiros, escolarizados ou não, prefere-se dizer *eu vou cantar* a *eu cantarei*. Já no século XIX, Capistrano de Abreu (apud PINTO, 1978, p. 309) observava que, na linguagem falada, o futuro do presente estava praticamente desaparecido. Azeredo (2008, p. 362) anota a predominância da construção *ir* + *infinitivo* nos registros menos formais em geral, incluindo a maioria dos usos falados e Perini (2010, p. 224) observa que o futuro simples é de uso muito raro no português brasileiro e pode ser considerado uma forma própria do padrão escrito. Verifica-se que, de maneira similar ao que aconteceu no passado latino, a forma simples está sendo preterida em favor da forma perifrástica.

Pode-se afirmar, então, que, para a expressão do futuro, existe uma variante tradicional, conservadora, *eu cantarei*, cada vez mais restrita a usos formais da escrita, e uma variante inovadora, *eu vou cantar*, que compete com a primeira e vai progressivamente afastando-a. Por outro lado, a gramaticalização do verbo *ir*, que perde progressivamente o seu sentido de

deslocamento espacial, permite o surgimento de construções do tipo *vou ir*, em que, limitando-se a uma análise meramente descritiva, sem finalidades normativas, a forma *vou* indica simplesmente a marca de futuro. Pode-se mencionar também, como evidência do dinamismo da língua, o processo de gramaticalização ocorrido com o verbo *ter* nas construções dos tempos verbais compostos, a exemplo de *tenho feito*, *tinha feito*, em que o verbo *ter* não possui o seu sentido original de ‘possuir’, mas funciona puramente como suporte da informação gramatical, desempenhando o papel de verbo auxiliar e expressando a flexão modo-temporal nos tempos compostos em português.

Não são, portanto, somente as palavras que mudam, mas as próprias estruturas gramaticais que se alteram continuamente. Aplicando-se o mesmo raciocínio empregado mais acima, as construções gramaticais formaram-se ao longo da história das línguas e continuam a se transformar, de modo que se pode falar em gramática emergente (HOPPER, 1988), que, conforme Bagno (2011a, p. 76), “nunca está pronta e acabada, porque seus elementos (fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais) sofrem constantes e ininterruptos processamentos cognitivos da parte dos falantes.”

Adotar-se-á então, neste trabalho, como pressuposto, seguindo Neves (2012, p.66), que a gramática possui um intrínseco equilíbrio dinâmico/instável/provisório decorrente da “contínua redefinição da relação entre formas e funções – e seu aproveitamento no uso.” A autora discute o dinamismo da gramática com base em uma visão pancrônica, ou seja, assumindo a coexistência de diversas sincronias (NEVES, 2012, p.59-61). Nessa moldura pancrônica, caracterizado o equilíbrio da gramática como instável/dinâmico/provisório, devido a pressões externas e internas, configura-se a existência de categorias não discretas. Em decorrência da contínua redefinição de formas e funções pressuposta acima, verifica-se, na contraparte sincrônica, a fluidez de padrões, ao passo que, na perspectiva diacrônica, constata-se a alteração de padrões. A autora observa que “ambas as perspectivas anunciam a existência de uma concorrência de formas”, em que padrões emergentes se somam a padrões estáveis. Conclui a autora que tais alterações se resolvem, na perspectiva sincrônica, em variação, e, na perspectiva diacrônica, em mudança.

A manifestação desse dinamismo gramatical, caracterizado pela contínua redefinição da relação entre forma e função, da qual emergem novos padrões, poderia ser ilustrada com a forma *logo*, conforme Pereira (2013, p. 93). Na origem latina, estava ligada ao sentido de lugar, local, posição, situação, mas passou a assumir gradativamente o sentido de tempo (*eu chego logo*) e, posteriormente, a função de articulador textual (*penso, logo existo*). Trata-se de



padrões emergentes e coexistentes, embora com larga predominância das duas últimas funções.

Um outro exemplo, este ainda em processo de consolidação normativa, poderia ser ilustrado com o item *onde*. Embora a gramática normativa preceitue o seu emprego apenas com valor locativo, referente a lugar físico, estudos empíricos que tomam amostras reais da língua falada e escrita mostram que a forma *onde* está assumindo outras funções, não só para referir-se a lugar abstrato, mas também para exercer a função de mero conector (SILVA, 2008; PEREIRA, 2013, p. 93).

Para finalizar esta seção, à guisa de resumo, cabe dizer que a variação constitui um fenômeno comum a todas as línguas naturais, ocorrendo no espaço geográfico, nos grupos sociais, no próprio indivíduo e no seu devir temporal. A variação implica a existência de variantes, formas alternativas que podem ocupar o mesmo ambiente linguístico com o mesmo valor de verdade. A existência de variantes aponta para a mudança linguística, na medida em que elas competem entre si, em um processo que pode levar à alteração. O processo de mudança alcança todos os níveis da língua, inclusive, as estruturas gramaticais. A gramática de uma língua, portanto, apresenta uma contínua redefinição de suas formas e funções.

O reconhecimento da variação e mudança não implica, contudo, o desconhecimento da existência de padrões de prestígio, nem da sua importância para a vida social. Assim, esboçado o quadro geral das línguas naturais como heterogêneas e mutantes, e visando este trabalho a analisar criticamente prescrições que invocam a *norma culta* como parâmetro para excluir algumas variantes em detrimento de outras, faz-se necessário indagar o significado de *norma culta* e delimitar o lugar que ela ocupa na paisagem multiforme da língua portuguesa.

## 1.2 NORMA, NORMA CULTA, NORMA-PADRÃO, NORMA GRAMATICAL, NORMA POPULAR, NORMA CURTA

Nesta seção abordar-se-á, inicialmente, o conceito de norma, tal como definido por Coseriu, com o propósito de embasar uma discussão subsequente, visando a delimitar os conceitos de *norma culta*, *norma-padrão*, *norma gramatical*, *norma popular* e *norma curta*, de forma a precisar os sentidos em que cada uma dessas expressões será empregada neste trabalho.

### 1.2.1 O conceito de norma

A noção de norma surgiu dentro dos quadros do estruturalismo europeu e visava a dar conta do fenômeno da variação na abordagem empírica das línguas. Como a dicotomia saussuriana *langue* versus *parole* não explicava a variação regular supraindividual, Eugenio Coseriu postulou, em seu lugar, a tricotomia sistema, norma e fala. O próprio Coseriu (1979, p. 48) observa que o “impulso decisivo para a constituição dos dois conceitos de **norma** e **sistema** surge da própria investigação empírica do fato linguístico e, particularmente, dos progressos da fonologia e, em geral, da linguística estrutural” (negritos do autor e sublinhas nossas).

Para Saussure (1978, p.26), o objeto de estudo da Linguística é a *langue*, definida por ele como “un système de signes distincts correspondant à des idées distinctes” (SAUSSURE, 1978, p. 26)<sup>10</sup>. Para o mestre genebrino, “dans la langue il n’y a que des différences” (SAUSSURE, 1978, p. 166)<sup>11</sup> e “un système linguistique est une série de sons combinées avec une série de différences d’idées” (SAUSSURE, 1978, p. 166)<sup>12</sup>. Para Saussure, “elle [*la langue*] ne demande que la différence et n’exige pas, comme on pourrait l’imaginer, que le son ait une qualité invariable” (SAUSSURE, 1978, p. 165)<sup>13</sup>. Por fim, lembremos que, para Saussure, “la langue est une forme et non une substance” (SAUSSURE, 1978, p. 169).<sup>14</sup>

Esse conjunto de referências a Saussure intenta mostrar que a *langue*, para ele, é uma realidade formal, sistemática, em que os elementos se opõem por diferenças e não por sua qualidade material. O essencial não é a qualidade substancial dos elementos que compõem o sistema, mas as relações opositivas que se estabelecem entre os elementos deste sistema. Assim, os fonemas /p/ e /b/ apresentam-se de forma funcional porque a diferença de sonoridade entre os dois, [- sonoro], para o fonema /p/ e [+sonoro] para o fonema /b/, permite criar diferenças de significados no mesmo contexto. Assim, os signos *pata* e *bata* se opõem não por qualquer qualidade intrínseca que ambos tenham, mas pela oposição recíproca entre todos os seus elementos constituintes, /p/, /a/, /t/, /a/ e /b/, /a/, /t/, /a/. No caso específico, todos os fonemas são iguais, à exceção do primeiro, que apresenta uma diferença em virtude do traço de sonoridade, suficiente para criar uma diferença de significado. Assim, para

---

<sup>10</sup>Um sistema de signos distintos correspondendo a ideias distintas. (tradução do autor)

<sup>11</sup>Na língua não há senão diferenças. (idem)

<sup>12</sup>Um sistema linguístico é uma série de sons combinados com uma série de diferenças de ideias. (idem)

<sup>13</sup>Ela [a língua] não requer senão a diferença e não exige, como se poderia imaginar, que o som tenha uma qualidade invariável. (idem)

<sup>14</sup>A língua é uma forma e não uma substância. (idem)

estabelecer o sistema fonológico de uma língua, um passo fundamental seria isolar os elementos cujas oposições nos mesmos contextos gerassem diferenças de significados, determinando, assim, quais elementos seriam funcionais e quais seriam desprovidos dessa qualidade.

A proposta do mestre genebrino de que o objeto de estudo fosse um sistema estruturado por um conjunto de diferenças funcionais se revelou extremamente produtiva para o avanço dos estudos linguísticos, particularmente no estudo da Fonologia. Contudo – para restringir, por ora, a argumentação a essa área – deixava em aberto um conjunto de realizações dos fonemas que não eram simplesmente fruto da execução individual, de particularidades meramente idiossincráticas, mas constantes, normais, características, por exemplo, de toda uma região ou de todo um grupo social. Observa Coseriu (1979, p.51) que os estudos de Trubetzkói mostravam que:

Ocorrem nas línguas realizações acústicas particulares de certos fonemas, que caracterizam o falar das várias gerações, ou dos dois sexos, de certas comunidades profissionais ou culturais: evidentemente, essas realizações distintas não implicam distinções nos respectivos “sistemas” linguísticos; entretanto, não são individuais, não são momentâneas e ocasionais, mas **normais** e **constantes** na expressão de grupos humanos mais ou menos amplos. (grifos do original).

De fato, se considerarmos o português do ponto de vista sistêmico, funcional, constataremos a existência dos fonemas /t/ e /d/, porquanto tais formas diferenciam unidades léxicas da língua, como se pode verificar nos pares opositivos *lento* x *lento* e *fado* x *fado*. Contudo, o exame das realizações desses fonemas no português do Brasil demonstra que, antes de [i], eles são realizados por meio de uma africada alveopalatal, que constitui a pronúncia típica do Sudeste [tchia];[dchia], e também são realizados por meio de uma oclusiva alveolar, que constitui a pronúncia típica do Nordeste [tia];[dia]. Tais realizações distintas não constituem idiossincrasias, meras execuções individuais, inteiramente subjetivas, mas são fenômenos constantes, normais, costumeiros, característicos de uma região, de uma coletividade. Constatava-se, portanto, que o estudo da *langue*, do sistema funcional, nos termos propostos por Saussure, deixava de fora fenômenos linguísticos que tinham alcance social, típico, interindividual. Coseriu (1979, p. 54) afirma, então, que:

Existem aspectos extrafonológicos e, em geral, extra-estruturais, afuncionais, não pertencentes ao sistema e que, entretanto, não ocorrem como puramente casuais, mas antes caracterizam uma língua: **a língua, no sentido amplo do termo, não é apenas sistema funcional, mas também realização normal.** (negritos do original).

Coseriu prossegue aduzindo exemplos dessas realizações normais, não só no campo fonológico, mas também no morfológico, no sintático e lexical, demonstrando a sua

ocorrência em diversas línguas tais como o espanhol, francês, português, latim e romeno, o que o leva a concluir pela possibilidade e necessidade de considerar dois aspectos diferenciados no que Saussure denominava a *langue*:

Comprovamos, pois, que em todos os campos, em todas as funções que se podem considerar na linguagem, é possível e necessário distinguir os dois aspectos – **norma** e **sistema** –, para uma compreensão mais íntima dos fatos linguísticos; ou, melhor, que, ao lado do **sistema funcional**, há que distinguir a **realização normal**, ou seja, um grau inferior de abstração, que também caracteriza as línguas. (COSERIU, 1979, p. 68, grifos do original).

Coseriu termina, portanto, por propor a tricotomia sistema-norma-fala para ampliar a dicotomia saussuriana *langue-parole*, argumentando que tal proposta incluiria a dicotomia do mestre genebrino e daria conta dos fenômenos de natureza social, normais, comuns, que eram deixados de fora na dicotomia saussuriana. Efetivamente, a fala incluiria os atos linguísticos tomados em sua concretude, no momento mesmo de sua realização, considerando todos os aspectos individuais e subjetivos. Depois, em um primeiro grau de abstração, identificar-se-ia a norma pela eliminação de “tudo aquilo que no falar é aspecto totalmente inédito, variante individual ocasional ou momentânea, só se conservando os aspectos comuns que se comprovam nos atos linguísticos considerados” (COSERIU, 1979, p. 73). Por fim, pela eliminação daquilo que é variante facultativa normal, chegar-se-ia ao sistema.

A tricotomia coseriana tem a virtude de manter a intuição genial de Saussure acerca da língua como um sistema de elementos que se definem por um conjunto de oposições recíprocas e, ao mesmo tempo, permitir a caracterização do fenômeno da variação linguística, mediante a identificação de fenômenos linguísticos comuns a uma dada comunidade de fala. Desta forma, com base em Coseriu, e acompanhando Faraco (2008, p.37), utilizaremos a noção de norma neste trabalho como significando “determinado conjunto de fenômenos lingüísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”.

Definida a noção de norma a ser utilizada neste trabalho, importa considerar três aspectos do conceito: em primeiro lugar, a pluralidade de normas; em segundo lugar, a sua não identificação com aspectos relacionados ao “falar correto”; e, por fim, o seu caráter de realização de possibilidades sistêmicas.

No tocante ao primeiro aspecto, a pluralidade de normas surge como uma consequência da variação observada. Como deixou claro Coseriu, a noção de norma surgiu na abordagem empírica dos fenômenos linguísticos, pela observação de que, ao lado de

elementos exclusivamente funcionais, seria possível identificar na fala fenômenos constantes, costumeiros, típicos de uma comunidade, de uma região. A pluralidade de normas, portanto, seria um corolário da própria definição:

Dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.), distintas sobretudo no que concerne ao vocabulário, mas amiúde também nas formas gramaticais e na pronúncia: assim, o sueco tem uma pronúncia literária e erudita e uma pronúncia usual e corrente; e no próprio Rio de Janeiro há ainda quem considere norma do falar erudito (discursos solenes, aulas universitárias, etc.) a pronúncia castelhana de **ce, ci, z, ll, y**. (COSERIU, 1979, p.75, negritos do original).

No que concerne ao segundo aspecto, é necessário salientar que a noção de norma não tem relação com o “bem falar”, o “falar correto”, a língua exemplar ou língua modelar que constituem o objeto das gramáticas normativas, mas diz respeito tão-somente às características linguísticas (fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais) que são correntes, costumeiras, habituais numa dada comunidade de fala, o que, de resto, Coseriu (1979, p.69) deixa claro em sua argumentação:

Não se trata de **norma** no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade linguística, e não daquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade. Ao comprovar a norma a que nos referimos, comprova-se **como se diz** e não se indica **como se deve dizer**. (grifos do autor).

Por fim, será necessário, para os fins deste trabalho, principalmente na identificação de uma norma popular, precisar a relação entre o sistema, como repositório de possibilidades, e a norma, como realização de uma das possibilidades sistêmicas. Ao abordar as relações entre sistema e norma, assim se manifesta Coseriu (1979, p.74):

O **sistema** é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode ser considerado como conjunto de ‘imposições’, mas também, e talvez melhor, como **conjunto de liberdades**, pois que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico; mais que ‘imperativa’, sua índole é consultiva. Se nos é permitida uma analogia, diríamos que o sistema não se impõe ao falante mais do que a tela e as cores se impõem ao pintor: o pintor não pode ultrapassar a tela e não pode empregar cores que não tem, mas, dentro dos limites da tela e no emprego das cores que possui, sua liberdade expressiva é absoluta. Poderíamos dizer, pois, que, mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema. (COSERIU, 1979, p.74, negritos do autor e sublinhas nossas).

De fato, como já dito acima, quando se referiu à pluralidade de normas, “dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas” (Coseriu, 1979, p.75). A observação de Coseriu acerca da possibilidade de infinitas realizações propiciadas pelo

sistema linguístico, desde que não sejam alteradas as suas condições funcionais, permite uma interpretação sistemática, descritiva, objetiva, de fenômenos linguísticos considerados “errados” pelo senso comum e pelas gramáticas normativas tradicionais. Tome-se, como exemplo, a oposição para marcação do plural do par *o livro* x *os livros*.

Com base no postulado de Saussure de que a língua é um sistema que funciona por diferenças, mantido por Coseriu em sua definição de sistema, tomemos o caso da formação do plural de uma construção formada por *determinante + núcleo do sintagma nominal*, como é o caso do sintagma nominal *o livro*, e observemos como se dá a oposição para marcação da ideia de singular e plural em algumas línguas que possuem esta estrutura. Ora, para representar, do ponto de vista linguístico, a noção de plural, há de se ter ao menos uma unidade que apresente alguma diferença em relação ao sintagma *o livro*, já que a língua é um sistema que funciona por diferenças, relacionando diferença de sons a diferenças de significado. Coseriu afirma que seriam infinitas as possibilidades de realização, o que nos parece ser efetivamente verdadeiro. Mas, para fins de argumentação, vamos considerar apenas cinco possibilidades.

A primeira delas seria a empregada pelo português padrão<sup>15</sup>, acrescentando-se o morfema -s tanto ao determinante quanto ao núcleo do sintagma nominal. Assim, teríamos uma distinção entre *o livro* x *os livros*, o que permitiria evidenciar a diferença de significado entre a unidade e a pluralidade, sempre lembrando o postulado de Saussure de que o sistema é uma série de sons combinados com uma série de diferenças de ideias. Portanto, um conjunto de sons com alguma marca diferencial, no caso o morfema -s, acrescido ao determinante e ao núcleo do sintagma nominal, permite representar a oposição entre a ideia de unidade e pluralidade.

A segunda seria a empregada pelo inglês-padrão, acrescentando-se o morfema -s somente ao núcleo do sintagma nominal (SERPA, p. 35, 1966). Assim, teríamos uma diferença entre *the book* x *the books*, que também permite evidenciar a diferença de significado entre a unidade e a pluralidade.

A terceira seria a empregada pelo português popular, acrescentando-se o morfema -s somente ao determinante (CASTILHO, 2010, p. 208). Assim, teríamos uma diferença entre *o livro* x *os livro*, que também permite evidenciar a diferença de significado entre a unidade e a

---

<sup>15</sup> Para discutir a formação do plural na construção formada por *determinante + núcleo do sintagma nominal*, vamos considerar língua-padrão a codificação idealizada em gramáticas normativas.

pluralidade. Observemos que o procedimento, no inglês-padrão, é semelhante ao do português popular, distinguindo-se, porém, em que o primeiro apresenta o morfema plural no núcleo do sintagma nominal (o que corresponderia, em português, a *o livros*), ao passo que o segundo apresenta o morfema -s no determinante (*os livro*). Ambos apresentam apenas uma marca diferencial (o morfema no determinante ou no núcleo), ao passo que, no português-padrão, existem duas marcas diferenciais (o morfema no determinante e no plural).

A quarta possibilidade seria a empregada no francês-padrão. Embora nesta língua se escreva *le livre* para o singular e *les livres* para o plural, de forma semelhante ao português-padrão, na fala não se pronuncia o -s nem do singular nem do plural. Mas, se é necessária uma marca distintiva para diferenciar a ideia de unidade e pluralidade, como isso ocorre? É que, no francês, a diferença está na abertura da forma -e. No singular, pronuncia-se [lə], e, no plural, se pronuncia [le].

A quinta possibilidade que aduzimos a título de exemplo seria a empregada no italiano-padrão (Brito et al., 2010, p. 107). No caso da construção *il libro*, o plural é *i libri*, observando-se aqui a oposição tanto no determinante (*il/i*), quanto no núcleo do sintagma nominal (*libro/libri*), neste último caso substituindo-se o morfema /o/ por /i/. Embora, como no português padrão, a marca diferencial ocorra tanto no determinante quanto no núcleo do sintagma nominal, o sistema de oposições é diferente, já que no português simplesmente se acrescenta um morfema (-s)

Vê-se, pois, que, do ponto de vista sistêmico, poder-se-ia marcar a oposição singular x plural, no sintagma nominal, de diversos modos. Considerando as cinco possibilidades acima, evidencia-se o acerto da observação de Coseriu quanto às múltiplas possibilidades permitidas pelo sistema, desde que não sejam afetadas as condições funcionais do instrumento linguístico. Assim, demonstra-se que, do ponto de vista linguístico, não há nenhum erro na expressão *os livro*, típica do português popular, para expressar a ideia de plural de *o livro*, uma vez que não foram infringidas as condições funcionais do instrumento linguístico, porquanto este funciona com base em relações de oposições distintivas, o que se pode verificar no par *o livro* x *os livro*. Observe-se, inclusive, que o procedimento empregado no português popular está mais próximo do empregado pelo inglês e francês, línguas em que não há qualquer questionamento quanto a uma necessidade de pluralizar tanto o determinante quanto o núcleo do sintagma nominal. As diferentes formas de se tratar a oposição singular-plural no português popular e português-padrão configuram, na verdade, diferentes normas possibilitadas pelo sistema da língua e não erros de execução.

Embora, do ponto de vista estritamente linguístico, não haja erro na expressão do português popular *os livro*, dada a observância da exigência sistemática da relação distintiva, do contraste funcional que se verifica no par *o livro* x *os livro*, que faz com que a diferença de forma se preste a representar uma diferença de significado, a análise da referida construção não se pode esgotar em termos puramente linguísticos. De fato, como a linguagem está fortemente interligada aos sistemas de valores sociais de uma comunidade, é necessário levar em conta, na análise, a avaliação social a que são submetidas as formas linguísticas. A construção *os livro*, por exemplo, é fortemente estigmatizada do ponto de vista social<sup>16</sup>.

É também fato facilmente comprovável a hierarquização a que são submetidas as diversas normas na vida social, demonstrando que a sua abordagem possui necessariamente uma dupla face, linguística e social. Assim, se a evidência empírica da realidade das línguas aponta para a pluralidade de normas, a mesma evidência empírica aponta para a diferente valorização social dessas normas. Bezerra (1985,p.24) observa que “a norma [ a norma-padrão ] instaura uma hierarquia entre as variedades linguísticas e, a partir disso, seleciona uma que ela conserva e privilegia, em detrimento de outras que ela rejeita e marginaliza.”

Assim, as sociedades, em geral, erigem uma norma como a mais prestigiada socialmente – a *norma culta* ou *norma-padrão* –, atribuindo-lhe um caráter obrigatório, normativo. Como deixa claro Bezerra (1985,p. 20), em sua monografia intitulada *Norma e linguagem*, “após a incidência de um juízo de valor sobre a variedade dos usos linguísticos, elege-se um nível de linguagem como um indício da essência ou mesmo como a realização da essência da linguagem”

Pode-se constatar, então, que da palavra norma derivam dois sentidos: o normal e o normativo. A esse respeito, Dubois (2006, p. 435) observa que o termo norma designa “tudo o que é de uso comum e corrente numa comunidade linguística”. É a norma no sentido de normal, na definição que lhe deu Coseriu. Mas Dubois (id.ib.) acrescenta que norma também é:

um sistema de instruções que definem o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo ideal estético ou sociocultural. A norma, que implica a existência de usos proibidos, fornece seu objeto à gramática normativa ou gramática no sentido corrente do termo.

---

<sup>16</sup> A estigmatização da construção *os livro* pode ser evidenciada na reação fortemente negativa que recebeu o livro *Por uma vida melhor*, em que se defendia a possibilidade de uso da construção em contextos familiares e informais. Bagno (2011, p. 939-948) arrola diversas manifestações na imprensa, oriundas de jornalistas, gramáticos e linguistas, inclusive, em que se censura acerbamente a possibilidade de usar a referida construção.



A norma no sentido de normativo prevê a existência de usos proibidos. A forma *os livro* seria um desses usos proibidos pela gramática normativa, uma vez que tal construção, não pertenceria à *norma culta*, que outros chamariam de *norma-padrão*. Mas o que seria *norma culta* ou *norma-padrão*? E as demais normas não padrão? Como se relacionam com as primeiras? Para responder a essas questões, faz-se necessário examinar tais conceitos e verificar como eles se entrelaçam no panorama linguístico brasileiro, o que será objeto da próxima seção.

### **1.2.2 Norma Culta, Norma-padrão, Norma Gramatical, Norma Pedagógica, Norma Popular**

Na seção precedente, buscou-se deixar bem assentado que uma comunidade linguística implica uma pluralidade de normas, porquanto se verifica empiricamente que as comunidades linguísticas não se caracterizam por uma única norma, mas por um conjunto delas.

Neste feixe de normas de que se constituem as línguas, existirão normas prestigiadas e normas não prestigiadas. No caso do panorama linguístico brasileiro, tem sido comum o emprego da expressão *norma culta* para expressar a modalidade prestigiada socialmente. Contudo a sua utilização generalizada tem atraído a crítica de linguistas.

Examinando os sentidos em que se usa o termo *norma culta* no Brasil, Faraco (2008) observa que a sua utilização indiscriminada terminou por recobrir conceitos que, tecnicamente, se aplicam a noções diferentes. Observa ele, inicialmente, que algumas vezes a expressão é empregada como sinônimo de *norma-padrão*; outras vezes, é utilizada para denominar a norma codificada em gramáticas e dicionários, a *norma gramatical*; há também o emprego de *norma culta* como equivalente de *expressão escrita*. O autor observa, contudo, que tais conceitos não são intercambiáveis.

Em primeiro lugar, partindo do modelo dos três *continua* postulado por Bortoni-Ricardo, o autor salienta que as variedades mais prestigiadas na sociedade brasileira são aquelas que se distribuem na interseção do polo urbano (no eixo rural-urbano) com o polo do letramento (no eixo oralidade-letramento), percorrendo uma ampla gama de estilos mais ou menos monitorados no eixo da monitoração estilística. Faraco reserva para elas a denominação dada por Dino Preti: *linguagem urbana comum*.

Prosseguindo em sua argumentação, Faraco menciona o projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), idealizado para a descrição das normas cultas urbanas, pela análise de amostras de fala dos falantes urbanos com educação superior completa, na década de 70. Pressupunha-se que os falantes ditos cultos possuísem, nas situações de fala mais monitoradas, uma variedade diversa da *linguagem urbana comum*, uma modalidade que fosse mais próxima dos preceitos da gramática normativa. Porém, observa Faraco (2008, p. 48) que a análise dos resultados mostrou que a modalidade empregada pelos falantes brasileiros tecnicamente denominados cultos pouco se diferencia dos estilos mais monitorados da *linguagem urbana comum*, conforme já evidenciara Preti:

Em síntese, o que o *corpus* do Projeto NURC/SP tem-nos mostrado (e isso já na década de [19]70) é que os falantes cultos, por influência das transformações sociais contemporâneas a que aludimos antes (fundamentalmente, o processo de democratização da cultura urbana), o uso linguístico comum (principalmente a ação da norma empregada pela mídia), além de problemas tipicamente interacionais, utilizam praticamente o mesmo discurso dos falantes urbanos comuns, de escolaridade média, até em gravações conscientes e, portanto, de menor espontaneidade (PRETI, 2005, p. 33).

Faraco observa que isso não significa que não sejam utilizadas as estruturas prescritas pelas gramáticas normativas em situações de monitoramento estilístico, mas que seu emprego se dá variavelmente com suas variantes não autorizadas ou condenadas. Considerando que, tecnicamente, a *norma culta* é a norma efetivamente empregada pelos falantes letrados em situações de elevada monitoração estilística e, verificando-se a inexistência de diferenças substanciais, no nível da fala, entre a norma empregada pelos falantes letrados e a *linguagem urbana comum*, propõe o autor que seja a ela reservada a designação de *norma culta/comum/standard* (FARACO, 2008, p. 64).

Considera Faraco, então, que a *norma culta/comum/standard* é uma modalidade efetivamente empregada pelos falantes letrados em situações específicas da vida social, o que a diferenciaria da *norma-padrão*, que, tecnicamente, não diz respeito ao uso real dos falantes, mas a “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p.75).

Faraco cita a gênese da noção de *norma-padrão* com a elaboração das primeiras gramáticas, exatamente na época da formação dos Estados Nacionais – considera-se a primeira gramática da língua moderna a gramática do castelhano, publicada em 1492 por Antônio de Nebrija, e as primeiras gramáticas portuguesas foram as de Fernão de Oliveira e João de Barros, respectivamente em 1536 e 1540 –, para salientar o seu caráter padronizador,

ou seja, “como instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador) do comportamento dos falantes, visando a alcançar uma ‘língua para o Estado Centralizado’.”(FARACO, 2008, p.76)

Há, então, de se fazer uma distinção entre a *norma culta*, o conjunto das características fonético-fonológicas, morfossintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas, normais, comuns ao uso real pelas camadas letradas da comunidade (nos termos de Coseriu), e a *norma-padrão*, o modelo idealizado de língua codificado nas gramáticas normativas. A distinção entre uma *norma culta* evidenciada em usos reais e uma *norma-padrão* idealizada, considerada modelar, codificada em gramáticas normativas, é um pressuposto básico deste trabalho, uma vez que se parte da premissa de que qualquer avaliação do panorama linguístico brasileiro que se pretenda minimamente realista terá de considerar essa diferenciação, mormente quando se tem em vista a história da constituição da norma-padrão para o português brasileiro, conforme se verá no capítulo 3.

Estabelecida essa distinção básica, é interessante chamar a atenção para a proposta de Faraco de reservar a designação *norma culta/comum/standard* para a fala “cultura” brasileira. Essa proposta tem como um de seus pontos de apoio a evidência empírica levada a efeito pelo projeto Nurc de que a norma efetivamente praticada pelos falantes letrados brasileiros – aqueles de escolaridade superior, conforme o projeto – diverge, embora não a exclua, da norma-padrão idealizada nas gramáticas normativas. Preti (2005, p. 33) observa, contudo, que, para a identificação de um discurso próprio dos falantes cultos, não seria suficiente a variável básica considerada – o grau de escolaridade –, e observa:

Assim, se pretendêssemos encontrar um discurso que revelasse marcas mais constantes e uniformes do nível de escolaridade do falante culto, isto é, seu grau universitário, só poderíamos surpreendê-lo em situações formais, tensas, como, de certa forma, acontece com as *elocuições formais* gravadas pelo Projeto (PRETI, 2005, p. 33).

Essa observação de Dino Preti chama a atenção para o fato de que a fala praticada pelos brasileiros cultos percorre um *continuum* que varia de acordo com o grau de formalidade e tensão, indicando a complexidade de se identificar o que seria uma *norma culta*: a fala dos brasileiros letrados ou a fala dos brasileiros letrados em situações de elevada formalidade e tensão? Sem embargo da interessante discussão, para os limites deste trabalho, e partindo do pressuposto da pluralidade de normas, entendemos que não existiria uma *norma culta*, mas diversas *normas cultas*. Por outro lado, considerando a proposta dos três *continua* de Bortoni-Ricardo, assumir-se-á que as *normas-cultas* percorrem um *continuum* que se

estende (i) na direção do polo urbano, ao longo do eixo do rural-urbano, (ii) na direção do polo letramento, no eixo oralidade-letramento, passando por diversos graus de monitoramento estilístico, tendendo, à medida que as situações se tornam mais formais e tensas, ao modelo adotado como *norma-padrão*. Assim, embora se empregue a expressão *norma culta/comum/standard* no singular, é preciso ter em mente que ela recobre uma realidade plural, que comporta variação conforme a região, idade, sexo, canal, grau de formalidade, etc.

A distinção entre uma *norma culta* real e uma *norma-padrão* idealizada tem também uma razão particular para ser considerada um pressuposto neste trabalho. Além da distinção já observada entre uso real e padrão idealizado, há de se ter em mente que o processo de codificação da *norma-padrão* do português no Brasil se baseou em modelos bastante afastados do uso dos brasileiros, ainda que letrados. Faraco observa que, na elaboração da norma-padrão das línguas europeias, tomou-se como base, em regra, a língua *culta/comum/standard* da época, ou, seja, a linguagem dos falantes letrados do período, ou, no dizer de João de Barros, a modalidade praticada pelos “barões doutos”. No entanto, lembra Faraco que:

O caso brasileiro é particularmente exemplar nesse sentido, em especial porque o padrão foi construído, já na origem, de forma excessivamente artificial. A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta/comum/standard (a linguagem urbana comum, nos termos de Preti, 1997) brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo. (FARACO, 2008, p.80).

Este fator, o significativo afastamento entre os usos reais dos falantes letrados e a codificação da *norma-padrão* do português no Brasil, afigura-se importante para a argumentação desenvolvida na parte analítica deste trabalho, mormente porque, se mesmo uma *norma-padrão* calcada em uma *norma culta/comum/standard* tende a se afastar do uso real, em virtude da variação e mudança a que estão sujeitas as línguas naturais, um padrão constituído com base em modelos bastante afastados dos usos reais de uma comunidade tende a exacerbar problemas decorrentes dessa diferença, caso se adote uma postura inflexível na defesa da *norma-padrão*.

Observemos, também, que neste trabalho consideramos os termos *norma-padrão*, *norma gramatical* e *norma pedagógica* como sinônimos, uma vez que a *norma-padrão* se encontra codificada em *gramáticas normativas*, que, por sua vez, constituem o padrão de

língua ensinado nas escolas<sup>17</sup>. Desse modo, empregaremos a designação *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, para ressaltar os três aspectos definidores dessa modalidade.

Até aqui a discussão pautou-se em uma diferença entre a *norma culta* e a *norma-padrão*, mas, para uma caracterização realista do panorama linguístico nacional, não se pode olvidar um terceiro conjunto de normas: as normas comumente denominadas *normas populares*, conforme lembra o próprio Faraco em sua exposição:

As variedades rurais e urbanas faladas pelas populações que, por força do intenso êxodo rural das últimas décadas, se tornaram urbanas só mais recentemente. O conjunto destas variedades constitui o que alguns estudiosos costumam chamar de *português popular brasileiro* em contraste com um português dito culto. (FARACO, 2008, p. 47).

Assim, uma descrição panorâmica da paisagem linguística brasileira envolveria três aspectos: a existência de uma *norma-padrão*, codificada em gramáticas normativas, calcada em modelos hauridos nos escritores lusitanos do romantismo; um conjunto de *normas cultas*, que tendem a se aproximar da *norma-padrão* na interseção dos polos urbano-letramento-elevada monitoração estilística; e um conjunto de *normas populares*, que tendem a se distribuir nos polos rural-oralidade-reduzida monitoração estilística.

Este modelo tripartite é reconhecido por alguns estudiosos, entre os quais Mattos e Silva (2004, p.118), quando – embora seu livro se intitule *O português são dois...* – afirma que “no caso brasileiro, sociolinguistas e professores de português têm adotado a interpretação tripartida da realidade linguística brasileira: norma-padrão, norma(s) culta(s), norma(s) vernácula(s)”.

Bagno (2007, p.104) defende a proposição de que o português são três e, argumentando que o termo *norma culta* conduz a equívocos com a designação técnica de *norma-padrão* e considerando que a oposição *culto* a *popular* implica uma conclusão inadmissível do ponto de vista da antropologia contemporânea – a de que o povo não tem cultura –, propõe que se designem essas três grandes linhas do português contemporâneo com os termos *norma-padrão*, *variedades prestigiadas* e *variedades estigmatizadas*.

---

<sup>17</sup> Andrade (2015, p. 50) observa que, a despeito dos avanços decorrentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Programa Nacional do Livro Didático, as pesquisas sobre as práticas de ensino, seja no tocante à ação dos professores, seja na elaboração dos livros didáticos, apontam para a permanência do ensino prioritário na abordagem de nomenclatura da gramática normativa. Suelen Viana (apud Andrade, 2015, p. 45) assevera que “a norma padrão continua intacta, intocável, e a heterogeneidade da língua não é um plano guia da língua, um plano de fundo presente e determinante para a elaboração geral das coleções [livros didáticos para o ensino fundamental].”

Independentemente das diferenças e implicações teóricas e ideológicas de uma ou outra designação, neste trabalho tais designações serão empregadas como sinônimas, dado que o objetivo principal, para fins de análise, é identificar a realidade linguística brasileira como essencialmente tripartite.

Definida a diferença entre a *norma culta* e *norma-padrão*, identificada esta com a *norma gramatical* e a *norma pedagógica*, e reconhecida também a existência de *normas populares*, resta conceituar a expressão *norma curta*, empregada por Faraco em seu livro *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*.

### 1.2.3 Norma Curta

Faraco (2008, p. 94) chama *norma curta* “um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa *norma culta/comum/standard*.” Para Faraco, trata-se de uma concepção que encurta a riqueza da língua, na medida em que não percebe que o uso “culto” tem abundância de formas alternativas e que, nome de uma norma-padrão artificialmente fixada, contribui fortemente para a desqualificação da língua portuguesa do Brasil, bem como de seus falantes.

Embora a designação *norma curta* possa conotar uma denominação jocosa pelo trocadilho existente entre as palavras *culta* e *curta*, o fato é que tal designação efetivamente se presta a caracterizar algumas atitudes normativistas dogmáticas. Em primeiro lugar, a contradição entre muitas lições prescritivas e os ensinamentos contidos em instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Muitos fatos da *norma culta/comum/standard*, embora recepcionados por tais instrumentos, continuam sendo tachados de erros, o que implica uma redução, um encurtamento das possibilidades do uso “culto”. A *norma curta* seria caracterizada, então, por uma acentuada inflexibilidade em seus juízos.

Na raiz dessa inflexibilidade, encontra-se a intolerância à variação. Observa Faraco que, se, para a análise empírica, a variação é um dado a ser descrito e compreendido, para a concepção normativista trata-se de um mal a ser combatido. E essa aversão à questão da variação é de tal forma evidente, que a sua rejeição não ocorre somente em relação a fatos da *norma culta/comum/standard*. Centrada na cultura do erro em sentido absoluto, não é incomum determinadas prescrições irem de encontro inclusive a possibilidades abonadas pela

própria tradição normativista. Não se trata mais de variantes inovadoras, oriundas da *norma culta/comum/standard*, mas variantes coexistentes e já aceitas pela própria tradição gramatical do português.

Além da intolerância à variação, reduzindo as possibilidades de usos alternativos, uma outra característica da *norma curta* é o caráter arbitrário de seus juízos, que Faraco considera um fenômeno decorrente do processo padronizador levado a efeito no século XIX. Para Faraco, os equívocos deste processo – a codificação de uma *norma-padrão* distante do uso culto real brasileiro – constituiriam o vício de origem da *norma curta*.

Com efeito, Pagotto (2013, p.40) mostra, mediante a análise das Constituições de 1824 e 1891, que a norma escrita portuguesa se alterou entre 1824 e 1891. Foi nesse espaço de tempo que Portugal atribuiu o estatuto de *norma culta* às mudanças que por lá se operavam. Segundo o autor, o romantismo português popularizou a escrita e defendia uma aproximação com o público leitor, com a incorporação de alterações ocorridas na fala. Esse processo de incorporação de características da fala, se ocorreu em Portugal, não se verificou no Brasil, conforme explica Pagotto (2013, p.41):

enquanto em Portugal os autores românticos conferem às formas novas (no caso, a ênclise) o estatuto de formas de prestígio, no caso do Brasil, as mudanças aqui ocorridas não são incorporadas como modelo de língua a ser seguido. No Brasil, terminamos o século XIX com uma nova norma importada de Portugal. O movimento em Portugal parece bem claro: uma nova gramática emerge e, aos poucos, vai tomando a escrita, até se expandir completamente no século XIX. No Brasil, a gramática antiga é abandonada por outra, moderna, sem que isto passe necessariamente pela incorporação de formas do português brasileiro falado.

Faraco observa que, nos embates travados no século XIX entre os defensores de uma norma que incorporasse usos brasileiros e os defensores do padrão lusitano – os puristas –, era comum que estes apontassem “erros” dos primeiros com base no padrão lusitano. Quando, porém, os defensores dos usos brasileiros replicavam, demonstrando que também os clássicos da língua empregavam as formas condenadas, os puristas respondiam que os clássicos haviam errado, que nos clássicos havia para tudo, etc.. Ora, se os clássicos da língua não eram referência segura e se não era admitida nenhuma possibilidade de usos brasileiros, a referência para o padrão ficava restrita ao arbítrio do gramático, de forma que, observa Faraco:

É certamente esse vício de origem a causa principal do desenvolvimento da **norma curta** entre nós – essa coleção de preceitos categóricos que se autojustificam, que recusam a norma real, que desmerecem o trabalho dos escritores, dos bons dicionaristas e gramáticos e que excluem qualquer diversificação de suas fontes. (FARACO, 2008, p. 123).

Este fenômeno também foi observado por Castilho, ao analisar a constituição do que ele denominanorma pedagógica do português. Observa ele que a língua representa um fator de aglutinação social, e, como tal, “constitui-se num alvo das pressões da sociedade”(1980, p.10). Forças coletivas, portanto, seja da comunidade em seu todo, seja de um segmento da comunidade, atuam para fixar a modalidade linguística de prestígio. Destaca então Castilho:

Ao gramático compete identificar essas forças e recolher nelas as indicações com que deve compor a norma pedagógica. Não obstante, alguns gramáticos cometem a este respeito um curioso desvio, que é acumularem em si o papel decisivo na fixação da regra.(CASTILHO, 1980, p.12).

Teríamos então a curiosa situação em que a norma dita “cultura”, decorrente da atividade linguística de seus segmentos “cultos”, não é mais a fonte da autoridade do gramático, mas este passa a ser a própria fonte produtora da norma.

Essa situação é agravada pela direção que tomou a literatura pós-modernista. Observa CASTILHO(2010, p. 221-2) que a língua literária, após o Modernismo, passou a se caracterizar pelos seguintes eixos: (i) da “restrição à infiltração da oralidade”; (ii) da “discriminação à aceitação dos regionalismos”; (iii) “do estilo formal para o estilo coloquial, urbano, cotidiano”; e, por fim, (iv) “da gramática do português europeu para a gramática do português brasileiro”. Ora, na medida em que a língua literária moderna tornou-se permeável à oralidade, aos regionalismos, ao estilo coloquial, cotidiano, familiar e à gramática do português brasileiro, afastou-se ainda mais do padrão lusitano, impossibilitando, dados os critérios puristas, o seu emprego como referência para a escrita formal.

Assim, a rejeição *in limine* do uso brasileiro, ainda que generalizado em todas as camadas sociais, inclusive letradas, e da língua literária do pós-modernismo, aliada a uma significativa distância entre a *norma culta/comum/standard* e a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, traz como consequência a ausência de uma adequada referência normatizadora, dando margem a que se desenvolva aqui um purismo exacerbado, centrado em torno dos juízos arbitrários, apriorísticos, dos normativistas dogmáticos. Aryon Rodrigues observa, com particular propriedade, que

quase tudo o que se tem escrito sobre língua padrão (ou norma linguística) no Brasil está prejudicado por uma atitude normativa e muito subjetiva, que procura impor à sociedade um padrão, em lugar de procurar descobrir o padrão, ou os padrões naturalmente constituídos na sociedade.(RODRIGUES, 2004, p.15).

Bezerra (1985, p.21) também registra a visão subjetiva que embasa o posicionamento de diversos gramáticos e outros estudiosos da linguagem:



Com o objetivo de consagrar privilégios existentes, numerosos gramáticos, além de outros estudiosos da linguagem, deduzem, a partir de sua própria visão de mundo, de seus sentimentos linguísticos, de seus preconceitos e de seu culto a valores de classe, normas e regras ideais que qualificam de naturais, universais, eternas e cultas. O recurso a essas categorias gerais atua no sentido de legitimar as suas preferências.

Girando em torno de seus próprios juízos de valor, sem base em estudos linguísticos empíricos ou ao largo de lições normativas consubstanciadas em instrumentos de referência normativa da língua portuguesa (gramáticas e dicionários), os normativistas incidem no que Perini (1999, p. 22) denominou de “normativismo sem controle”. Ao discorrer sobre a gramática normativa, ressaltando a ideia de que o ensino normativo não é um mal em si, Perini considera que ele tem sido aplicado de maneira prejudicial aos alunos. E acrescenta:

O grande perigo é transformar a gramática – uma disciplina já em si um tanto difícil – em uma doutrina absolutista, dirigida mais ou menos exclusivamente à “correção” de pretensas impropriedades linguísticas dos alunos. A cada passo, o aluno que procura escrever encontra essa arma apontada: “Não é assim que se escreve (ou se fala)”, “Isso não é português” e assim por diante. Daí só pode surgir aquele complexo de inferioridade linguístico tão comum entre nós: ninguém sabe português – exceto, talvez, alguns poucos privilegiados, como os que se especializam em publicar livros com centenas ou milhares de “erros de português. (PERINI, 1999, p.22).

Outra característica da *norma curta*, para além da desqualificação das variedades que se afastem da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* artificialmente codificada, é a desqualificação do próprio falante. A este, se não domina a *norma-padrão*, reservam-se as ironias mais ferinas, quando não o escárnio direto, sem meias palavras, particularmente contra os falantes da modalidade popular.

Marli Quadros (2008, p. 21-22), em seu estudo sobre o preconceito e a intolerância na linguagem, chama a atenção para uma diferenciação a ser feita entre um e outro termo. Argumenta a autora que, embora ambos tenham em comum a não aceitação da diferença, o preconceito não leva necessariamente a um discurso acusatório sobre a diferença, porque “o preconceito pode construir-se sobre o que nem foi pensado, mas apenas assimilado culturalmente”. Para a autora, o preconceito teria sua origem na tradição, no costume ou na autoridade. Tratando-se especificamente das línguas, o preconceito seria uma “discriminação silenciosa que um falante pode ter em relação à linguagem do *outro*: é um não-gostar, um achar-feio ou achar-errado um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário”. Diante de uma tradição normativa secular que considera a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* a única modalidade linguística aceitável, agravada pelo fato de que a *norma-padrão*, no Brasil, está relacionada a *status* e classe social, em vez de relacionada a contexto (BORTONI-

RICARDO, 2005, p. 26), a discriminação silenciosa em relação às variedades populares e cultas reais é praticamente um dado da nossa cultura.

A intolerância, contudo, embora pressuponha o preconceito, implica a não aceitação da diferença, e, em consequência, manifesta-se na forma de discurso acusatório contra o *outro*, desqualificando-o no que ele possui de diferente, atingindo-o em sua integridade física, moral ou racial.

Os juízos da *norma curta* ultrapassam o limiar do preconceito, na medida em que frequentemente vêm acompanhados desse discurso acusatório contra os falantes das diversas modalidades, desqualificando-os do ponto de vista pessoal, procurando pô-los em ridículo ou indo mesmo até a grosseria franca e direta. Não se trata simplesmente de um *não-gostar*, de um *achar-feio* ou um *achar-errado*, mas de um *não-aceitar*, um *não-tolerar* nem a diferença, nem o falante que a expressa.

Os preceitos prescritivistas característicos da *norma curta*, portanto, trazem em si, explicitamente, a negação da variação em língua aliada à desqualificação do falante das demais variedades e, em particular, das variedades populares. Embora se possa opor que uma gramática normativa deva considerar efetivamente as formas modelares, e de fato é assim, não é menos verdade que há uma diferença essencial no modo como os normativistas e os linguistas apreendem essas formas modelares. Enquanto a Linguística descreve a pluralidade de normas, aí incluída a *norma-padrão*, como repositório de formas modelares fixada pela tradição, a abordagem normativista tende a obliterar a realidade linguística brasileira plural e a reforçar atitudes preconceituosas e intolerantes para com toda forma e construção não padrão. Assim é que tanto as modalidades populares quanto as modalidades da norma *culta/comum/standard* são negadas *in limine* como anomalias teratológicas, entulho de erros e impropriedades, o que impede a visão de que tais modalidades também possuem a sua história, a sua gramática e também compõem a língua portuguesa, fazendo esquecer que, invocando Ledo Ivo, “todas as vozes são vozes da língua”. Em um artigo intitulado *O Brasil entre a norma culta e a norma curta*, Faraco (2011, p. 260-1) traduziu em palavras lapidares o ponto de vista predominante na Linguística:

A ideia de que a norma culta é uma dentre várias normas tem justificado também nossa tradicional defesa (diga-se de passagem, muito pouco compreendida e aceita socialmente) da equiparação das normas enquanto realidades linguísticas e, ao mesmo tempo, do reconhecimento de que há distintas valorações sociais das diferentes normas, resultando daí uma hierarquização social do que não pode ser hierarquizado por critérios exclusivamente linguísticos.

Em outras palavras, nós linguistas dizemos que, do ponto de vista estritamente linguístico (gramatical/sistêmico), as normas se equivalem; mas do ponto de vista social não. Dizemos, então, que há escalas sociais de prestígio e de aceitação das diferentes normas.

Dentro desta mesma linha de raciocínio, defendemos, em geral, o ensino da norma culta como um bem sociocultural inquestionável – em especial quando estabelecemos a estreita vinculação entre língua escrita e norma culta ou entre cultura letrada e norma culta. (FARACO, 2011, p. 260-1).

A expressão *norma curta*, portanto, sem embargo de seu tom irônico, se presta a recobrir prescrições linguísticas que caracterizam com propriedade uma concepção de língua que, longe de ser circunstancial, alcança, em verdade, boa parte do imaginário social em matéria de língua, assim como o complexo institucional que se move em torno dela. Faraco (2008, p. 93-94) observa que, embora os instrumentos normativos de referência da língua portuguesa costumem desmentir os preceitos dogmáticos que caracterizam a *norma curta*, são tais preceitos que têm servido de referência para o sistema escolar e têm sido reforçados pelos consultórios gramaticais dos meios de comunicação de massa, pela ação dos revisores das editoras, manuais de redação de grandes jornais, cursinhos pré-vestibulares e elaboradores de questões de concursos públicos.

A análise deste trabalho visa a lançar mão do conceito de *norma curta* para identificar um determinado conjunto de lições normativas que se caracterizam por esse aspecto redutor, fundamentalmente centrado na rejeição de variantes quando estas são explicitamente previstas em instrumentos de referência normativa da língua portuguesa. Para a realização desta análise, tomando como base as considerações de Faraco, Castilho e Perini, a qualificação de *norma curta* a ser empregada neste trabalho levará em conta os seguintes aspectos:

- a) rejeição de formas e construções linguísticas oriundas da *norma culta/comum/standard* quando já recepcionadas por instrumentos normativos de referência;
- b) rejeição de formas e construções linguísticas componentes da própria tradição normativista;
- c) emissão de juízos apriorísticos contraditados pelos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa;
- d) manifestações de intolerância não somente contra as variedades diversas da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, mas também de seus próprios falantes, materializada na desqualificação pessoal destes.

Delimitadas as acepções em que se empregará a expressão *norma curta* neste trabalho, bem como as noções de *variação*, *variante*, *mudança*, *gramática emergente*, *norma*, *norma-padrão*, *norma culta*, *norma gramatical* e *norma pedagógica*, resta ainda definir alguns instrumentos analíticos que também serão empregados no exame crítico que constitui esta pesquisa. Muito embora não integrem o núcleo teórico básico para a análise a ser efetuada, serão conceitos importantes para abordar questões específicas da língua portuguesa no Brasil. São as noções de *adequação* e *convergência de fala*, que serão expostas na seção a seguir.

### 1.3 ADEQUAÇÃO E CONVERGÊNCIA DE FALA

Quando postulou a sua dicotomia *langue-parole*, Saussure buscou autonomizar o objeto de estudo da Linguística, identificando um sistema homogêneo, regular, que permitisse uma abordagem em estritos termos linguísticos. Castilho (2010, p.44) menciona que, ao caracterizar a *langue* como um sistema homogêneo e autônomo, formado por elementos cujo valor se define pela oposição recíproca entre si, em que cada um se define por ser o que os outros não são, Saussure abriu espaço para a análise linguística independentemente da Lógica, da História, da Literatura, da Sociologia, etc. Em suma, autonomizou a Linguística como disciplina científica.

A análise da língua, em sua especificidade, permitiu um grande avanço à ciência da linguagem, particularmente em seus elementos formais, mas foi insuficiente para dar conta de fenômenos relativos ao uso linguístico. Sem esquecer o papel do funcionalismo linguístico clássico na primeira metade do século XX, deve-se destacar, a partir dos anos 50, as novas correntes que buscavam apreender a linguagem em seus usos efetivos, destacando-se, entre outras, a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Etnografia da Comunicação, a Análise da Conversação, a Linguística Textual, a Pragmática. Tais disciplinas, além de se centrarem no uso, promoveram um diálogo da Linguística com outras disciplinas. Os estudos sociolinguísticos de Labov, Fishman e Ferguson a partir dos anos cinquenta evidenciaram a correlação entre fenômenos linguísticos e fatores sociais e a visão funcionalista, conforme observa Castilho (2010, p.67), ao conceber a língua como “um somatório de usos concretos, historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado”, implica necessariamente uma visão interdisciplinar, em que se faz necessária uma interface com a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Filosofia, etc.

Neste trabalho lançaremos mão de alguns conceitos oriundos dessa inter-relação entre a Linguística e a Antropologia e a Linguística e a Psicologia Social. Em primeiro lugar, do conceito de *competência comunicativa*, formulado nos quadros da Antropologia Linguística, de que nos interessa particularmente o critério da *adequação* e, em segundo lugar, do conceito de *convergência de fala*, oriundo da Psicologia Social, em particular da teoria da acomodação. O emprego de tais conceitos como ferramenta analítica permite uma visão mais abrangente da fala de indivíduos e grupos sociais, superando a visão tradicional que reduz os enunciados a uma questão de “certo” ou “errado” em termos absolutos.

A concepção normativista, oriunda da Gramática Tradicional, tem como uma de suas características a identificação entre o ensino de língua e o ensino de gramática (CASTILHO, 2010, p. 102), do que decorreria, naturalmente, a necessidade de todo usuário da língua conhecer as regras fonético-fonológicas, morfossintáticas e semânticas, que lhe permitam formar os enunciados que possam ser reconhecidos como pertencentes à *norma-padrão*. Dentro da concepção que considera a língua como uma entidade homogênea, a questão da comunicação se resumiria a dominar as regras da *norma-padrão* e aplicá-las quando fosse necessário interagir socialmente. A comunicação, portanto, dentro desta concepção, dependeria fundamentalmente, senão exclusivamente, do conhecimento das regras gramaticais da *norma-padrão* para a formação dos enunciados.

Ocorre que a questão da comunicação na interação social, embora envolva necessariamente a questão gramatical, não está restrita a ela. Dell Hymes, ao criticar a noção de competência chomskyana<sup>18</sup>, propôs uma reformulação deste conceito, por entender que a comunicação não requer apenas competência linguística, ou seja, não requer apenas o conhecimento das regras que viabilizam a formação e a compreensão das sentenças, mas requer também o conhecimento das normas sociais e culturais que regulam as interações sociais. Dell Hymes propunha, pois, que, além do critério gramatical, seria também necessário o critério da *adequação*. Enunciados podem ser bem formados, “corretos”, do ponto de vista gramatical, mas, a despeito de sua “correção”, podem não ser aceitáveis, adequados em um dado contexto interacional.

Não se trata aqui de discutir o conceito de competência de Chomsky, mas apenas de trazer à discussão um aspecto do conceito de competência comunicativa de Hymes, a noção da *adequação*, que pode se revelar importante para algumas análises a serem feitas neste

---

<sup>18</sup> Chomsky (1975, p. 84) define competência como “o conhecimento que o falante-ouvinte possui da sua língua”.

trabalho. É preciso ter em mente que um ato interacional obedece a regras sociais e a língua, como parte do comportamento social, está envolvida nesse complexo normativo que envolve mais do que regras gramaticais. Em um panorama linguístico marcado por uma *norma-padrão/gramatical/pedagógica* com diferenças importantes em relação ao uso culto real, a *norma culta/comum/standard*, o critério da adequação pode explicar por que um falante que domina a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* faz uso da *norma culta/comum/standard*.

Pode-se facilmente trazer à baila a questão dos clíticos *o, a, os, as*. Estudos empíricos têm demonstrado que tais pronomes, preceituados na *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, estão sendo cada vez menos usados na elocução dos falantes de todos os níveis sociais, em escala maior ou menor, segundo se considere o eixo da monitoração estilística. Omena e Duarte (2007, p.83) registram, inclusive, que o seu uso na fala pode adquirir conotações associadas ao pedantismo e formalidade, o que faz com que o falante, para não empregá-los, e não empregar as formas retas – *ele, ela, eles, elas* – condenadas pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, ou repita o sintagma nominal ou não preencha a função do objeto. Mesmo que o falante conheça a regra prevista na gramática normativa e a utilize na escrita formal, o seu emprego na fala obedece a regras distintas, tanto do ponto de vista linguístico como comportamental, razão pela qual tende a reduzir a frequência de uso dos clíticos na sua fala em geral, chegando, inclusive, a utilizar as formas retas nas situações de maior informalidade (CASTILHO, 2010, p. 208).

Outro exemplo facilmente constatável seria o uso do pronome proclítico em início de frases. Preti (2005, p.26) chama a atenção para o fato de que se tornou tão comum iniciar uma frase com pronome proclítico, que um falante brasileiro, mesmo com elevado grau de letramento, em qualquer tipo de interação verbal, não tem mais como evitar esse uso condenado pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, muito embora, acrescentamos, o falante escolarizado obedeça à regra em textos escritos formais. Como lembra Perini (2010, p.19), “seria bastante estranho chegarmos na cantina e dizermos *dê-me um quibe* – o falante ia parecer pedante, até mesmo antipático”. No entanto, esse mesmo falante, na escrita formal, anotaria *dê-me um quibe*. Não é só a questão da correção gramatical que está em jogo nas interações sociais, mas outros critérios, como, no caso, o de adequação ao contexto, às normas sociais vigentes na comunidade de fala.

Outro aspecto a se levar em conta em um ato de interação verbal diz respeito às estratégias de que lança mão o falante a fim de obter a aprovação do interlocutor ou do grupo a que pertence o interlocutor. Uma dessas estratégias é a *convergência de fala*, recurso

estudado pela Psicologia Social. Para explicar esse expediente, Bortoni-Ricardo (2011, p. 106-108) invoca a teoria da acomodação da Psicologia Social de Giles e Powesland, com o seu postulado de que as pessoas tendem a ajustar a sua fala, a fim de expressarem valores, atitudes e intenções em relação a outras. Uma das teorias psicológicas que dão suporte à teoria da acomodação diz respeito ao princípio de atração-similaridade-apoio, segundo o qual “quanto mais semelhantes forem as atitudes, crenças e comportamento de uma pessoa ao de outras, tanto mais provável que ela seja atraída por eles” (2011, p. 107), comportamento e atitudes que envolvem também a componente linguística como parte integrante do comportamento social. Dentro desse princípio, as pessoas são levadas a adotar o recurso da *convergência de fala*, conforme o qual buscam adequar as características de sua fala às que julga serão bem recebidas por seus interlocutores.

A estratégia da *convergência da fala* faz parte do esforço do indivíduo para ser aceito pelo grupo e obter avaliação favorável e, como consequência, a aceitação social. Existe também o recurso da *divergência de fala*, em que o objetivo é marcar um distanciamento do interlocutor, mas importante para assegurar a sua identidade grupal, uma tática de dissociação social “usada por grupos étnicos como estratégia para manutenção de sua identidade, ou seja, um recurso para enfatizar a similaridade intragrupo e a distinção intergrupo”(BORTONI-RICARDO, 2011, p. 108). Em suma, a atividade linguística envolve estratégias de integração social e pode ocorrer que um processo de *convergência de fala* se dê em bases distintas das regras da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, como é o caso do emprego da próclise em início de frases nas interações quotidianas. Ainda que o falante domine a regra da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* (o emprego da ênclise), o emprego desta, em situações de interação quotidiana, não geraria a *convergência de fala* com os interlocutores, razão pela qual o falante inconscientemente altera as regras gramaticais para adaptá-las ao contexto.

#### 1.4 O CONTINUUM DA RELAÇÃO FALA-ESCRITA

Os fenômenos a serem analisados nesta pesquisa ora dizem respeito à fala, ora à escrita, de forma que se faz necessário precisar de que forma se conceberão as relações existentes entre uma e outra. A visão gramatical tradicional, ao tomar suas formas modelares da língua escrita, tendeu a considerar a fala uma modalidade inferior da expressão linguística. Bezerra (2008, p.19) anota que

a própria tradição letrada construiu a ideia de que a escrita seria a forma canônica, a forma ideal, a verdadeira forma de uma língua e se fez legitimar através da instituição literária. Reserva-se, pois, à modalidade falada o estatuto de imagem degenerada, de aproximação negligenciada da forma escrita.

Assim, a escrita seria o repositório da linguagem cuidada, elegante, formal, precisa, ordenada, correta, e a fala, ao contrário, seria o reino da expressão descuidada, despretensiosa, imprecisa, informal, caótica e incorreta. Ganhou asas, assim, uma concepção de fala não só como expressão inferior à escrita, mas como expressão oposta a esta, ou seja, fundou-se uma polarização entre a fala e a escrita, em que a primeira é avaliada negativamente e a segunda, positivamente.

Em especial, uma dessas oposições é particularmente comum: a que identifica a fala com informalidade e a escrita com formalidade. Argumenta-se, assim, que certos fenômenos linguísticos ocorrem na fala devido à sua informalidade intrínseca, mas não poderiam ocorrer na escrita devido à formalidade característica desta.

O equívoco dessa concepção é que normalmente se compara um gênero da oralidade – a conversa espontânea – com um gênero da escrita formal – um ensaio, por exemplo –, desconsiderando o fato de que entre a conversa espontânea e um ensaio existe uma multiplicidade de gêneros que percorrem uma gradação que vai do informal ao formal, tanto na fala como na escrita.

De fato, há uma significativa diferença de grau de formalidade entre uma conversa espontânea, uma entrevista ao vivo em uma rádio, um noticiário ao vivo da televisão e uma exposição acadêmica. O mesmo falante empregará recursos linguísticos diversos em cada uma das situações, empregando formas e construções mais livres na conversa espontânea e formas e construções mais formais na exposição acadêmica.

De forma similar, há uma gradação de formalidade também na escrita, facilmente verificável quando se confronta uma carta pessoal, uma notícia de jornal, um editorial e um texto acadêmico. Um mesmo falante não empregaria os mesmos recursos linguísticos em um bilhete e em um texto acadêmico. As formas e construções espontâneas, coloquiais, vedadas em um texto acadêmico, serão usuais em um bilhete ou em uma carta pessoal.

Pode-se observar que essa gradação de monitoração estilística vai da oralidade à escrituralidade (CASTILHO, 2010, p. 222). Efetivamente, um bilhete estará mais permeável à oralidade do que um texto acadêmico ou científico. Da mesma forma, um discurso oficial, não



obstante oralizado, estará bem mais próximo da escrituralidade do que uma conversa espontânea, eminentemente oral.

Neste trabalho, portanto, não se tratará a relação entre fala e escrita forma polarizada, mas assumir-se-á a concepção de um *continuum* existente entre a fala e a escrita, que vai da oralidade para a escrituralidade, percorrendo uma gradação de monitoração estilística, tal como postulado em Marcuschi (2008, p.197), Castilho (2010, p.222) e Bagno (2011a,p.347).

### 1.5 A LÍNGUA LEGÍTIMA

A análise da constituição, disseminação e avaliação da *norma-padrão* não se pode dar em termos exclusivamente linguísticos, mas deve levar necessariamente em consideração aquilo que Labov (1985, p. 183) chamou de “large-scale social factors”<sup>19</sup>, com os quais trabalha a Sociologia da Linguagem.

Bezerra (1985, p.2) tem como tese central de seu trabalho a concepção de que “a norma linguística é uma construção social, obtida por meio de seleção, exclusão e avaliação de tipos de uso da língua. Portanto, trata-se de um instrumento político e ideológico”. Para esse autor, a norma linguística ou gramatical “é uma construção intencional, cujo valor é determinado por condicionamentos sociais, políticos e ideológicos” (BEZERRA. 1985, p. 4).

Um exemplo bem recente, e evidente, da faceta sócio-político-ideológica do processo de constituição de uma norma-padrão pode ser vislumbrado na Unificação italiana. Em uma região marcada pelo multilinguismo, uma questão que se impôs aos políticos e intelectuais do *Risorgimento* referia-se à língua da nação italiana. No mosaico de línguas faladas na península, – o piemontês, o napolitano, o toscano, o bergamasco, o milanês o friulano, entre outras (Bagno, 2011b, p. 378-380) – qual delas seria a mais apropriada à construção da nação italiana? Segundo Gonçalves (2011, p. 165), os políticos e intelectuais da Unificação, desejosos de resgatar o glorioso passado italiano, escolheram o toscano, língua detentora de elevado *status* cultural, por ter sido aquela em que escreveram Dante, Petrarca e Boccaccio. Foi neste processo político, cujo imperativo, conforme Gonçalves (2011, p.165), era uma nação, uma cultura, uma língua, que o toscano foi alçado à condição de língua da nação italiana, língua oficial do Estado italiano, ao italiano, enfim. A sua promoção à condição de

---

<sup>19</sup> Fatores sociais de larga escala.

língua oficial, contudo, não se esgota na mera escolha da língua, mas se sustenta em um complexo conjunto de fatores político-institucionais, que, ao fim e ao cabo, consolidam o que Bourdieu denominou de língua “legítima”.

Bourdieu refletiu sobre o processo de constituição de uma língua oficial, *standard*, padrão. Suas ponderações afiguram-se particularmente importantes neste trabalho, porque centram sua atenção sobre o complexo institucional que dá suporte à constituição e manutenção da língua legítima, como ele a denomina, permitindo entrever os fatores sociais de larga escala envolvidos no processo de avaliação das variedades linguísticas.

Para o sociólogo francês, a unificação política fornece a base para a constituição de uma língua *standard*, padrão, oficial, cuja reprodução é assegurada pelo aparelho escolar e sua íntima relação com o mercado de trabalho, bem como pela estruturação de um campo de produção linguístico especializado, centrado na concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítimo, que termina por reforçar a manutenção e reconhecimento da língua oficial. Paralelamente, um processo de inculcação longo, lento e contínuo, que discrimina produtos linguísticos valorizados e não valorizados e estabelece relações de força simbólica nas relações de interação entre os sujeitos, generaliza o uso e o reconhecimento da língua oficial.

Bourdieu chama a atenção, inicialmente, para a íntima relação existente entre a construção do Estado e a constituição da língua legítima, oficial. A instituição de uma língua padrão, *standard*, é caudatária de um processo propriamente político mediante o qual um conjunto determinado de sujeitos falantes se encontra praticamente obrigado a aceitar a língua oficial, aquela que, “dans les limites territoriales de cette unité, s’impose à tous les ressortissants comme la seule légitime. (BOURDIEU, 1982, p.27)<sup>20</sup>.

A constituição desta, em verdade, se confunde com o processo de constituição dos estados nacionais, em suma, da construção da nação. O autor exemplifica essa correlação com a história da constituição da *norma-padrão* francesa. Em um processo iniciado por volta do século XIV – como já dito, as primeiras gramáticas modernas surgiram no entorno dos séculos XV e XVI –, a língua comum elaborada nos meios cultivados de Paris, promovida a língua oficial por um processo de objetivação na língua escrita e, sobretudo, por um processo de codificação quase jurídico, vai paulatinamente se impondo ao longo de todo o território

---

<sup>20</sup>Nos limites territoriais dessa unidade, se impõe a todos os habitantes do país como a única legítima. (tradução do autor)

francês e afastando os dialetos locais, que passam progressivamente à condição de linguagem “corrompida”.

Mas essa ligação intrínseca com o Estado não diz respeito apenas à sua origem, mas também aos seus usos sociais. A língua legítima passa a ser “obrigatória nas ocasiões e espaços oficiais, tais como na escola, administração pública, instituições políticas” (BOURDIEU, 1982, p.27). Torna-se a norma teórica e parâmetro em relação ao qual são avaliadas todas as demais práticas linguísticas. A ninguém é dado ignorar a lei linguística, que possui seu aparato institucional,

“les grammairiens, et ses agents d’imposition et de controle, les maîtres de l’enseignement, investis du pouvoir de soumettre universellement à l’examen et à la sanction juridique du titre scolaire la performance linguistique des sujets parlants”. (BOURDIEU, 1982, p. 27).<sup>21</sup>

Para o processo de difusão, consolidação e reprodução da “língua legítima” são particularmente importantes o sistema escolar e o mercado de trabalho. Segundo Bourdieu (1982,p. 33), o código que rege a língua escrita, identificado com a língua correta, adquire força de lei no e pelo sistema de ensino. Além disso, a unificação do sistema escolar e do mercado de trabalho, resultantes do processo de centralização do Estado, possui um papel direto na desvalorização dos dialetos e na instauração da hierarquia dos usos linguísticos, em cujo topo figura a norma codificada, na medida em que, com o desenvolvimento da administração e do seu corpo funcional, o acesso às posições públicas passa a depender do domínio do padrão disseminado no sistema escolar. O autor mostra esta relação entre o domínio da “língua legítima” e o acesso à administração pública com o concomitante aumento do número de funcionários e o incremento do processo de escolarização ocorrido em algumas regiões da França no decorrer dos séculos XIX e XX:

Les départements qui, selon l’enquête menée par Victor Duruy en 1864, comptent, sous le Second Empire, les taux les plus élevés d’adultes ne parlant pas le français et d’enfants de 7 à 13 ans ne sachant ni le lire ni le parler, fournissent, dès la première moitié du XX siècle, un nombre particulièrement élevé de fonctionnaires, phénomène qui est lui-même lié, on le sait, à un taux élevé de scolarisation dans l’enseignement secondaire. (BOURDIEU, 1982, p.34).<sup>22</sup>

Bezerra (1985, p. 49) também salienta o papel do aparelho escolar, em sua relação com o mercado de trabalho, para consolidar a língua oficial:

---

<sup>21</sup> Os gramáticos, e seus agentes de imposição e de controle, os professores, investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos falantes.(id.)

<sup>22</sup>Os departamentos que, de acordo com a pesquisa conduzida por Victor Duruy em 1864, possuem, no Segundo Império, as taxas mais elevadas de adultos que não falam o francês e de crianças de 7 a 13 anos que não sabem ler nem falar o francês, fornecem, desde a primeira metade do século XX, um número particularmente elevado de funcionários, fenômeno que está ligado, sabe-se, a uma elevada taxa de escolarização no ensino secundário. (tradução do autor)

De outro lado, indiretamente, por intermédio da relação que mantém com o mercado de trabalho, o aparelho escolar valoriza, apenas, o modelo linguístico oficial. Destinada a formar uma elite intelectual pensante e um corpo administrativo que possa atender às exigências do desenvolvimento do aparelho burocrático, a escola outorga privilégios e institui títulos acadêmicos dotados de um valor nacional independente, pelo menos formalmente, das propriedades sociais e regionais de seus portadores.

E, logo adiante, Bezerra (1985, p. 49) destaca o papel da gramática normativa neste complexo formado pelo aparelho escolar em relação com o mercado de trabalho:

Dessa forma, o aparelho escolar aparece como a via de acesso principal, e às vezes até a única, às posições administrativas fortemente procuradas. Com a instituição do mercado escolar, a gramática normativa recebe, por intermédio do sistema de ensino que a põe a seu serviço, o poder de certificação que legitima a sua concepção de linguagem.

Essa inter-relação direta entre aparelho escolar e mercado de trabalho, na medida em que atribui à língua oficial um elevado valor social, atua diretamente como um fator para a desvalorização das demais línguas e variedades existentes em uma comunidade. Bagno (2011b, p. 378) registra que a transformação do toscano no italiano implicou a divisão linguística da Itália em duas categorias: ao toscano, reservou-se a categoria de língua italiana, e às demais línguas faladas na Itália reservou-se a categoria de dialetos. Gonçalves (2011, p. 166) também observa que as “áreas em que o uso da língua regional era dominante estão pouco a pouco diminuindo, perdendo o espaço para o italiano, ao mesmo tempo em que vem diminuindo o número de falantes.”

A importância do sistema educacional e do mercado de trabalho, para consolidação e reprodução da língua legítima, pode ser vista no processo de constituição da *norma-padrão* no Brasil. Pagotto mostrou que esse processo se deu ao longo do século XIX e pautou-se pela desconsideração das características da fala brasileira culta em detrimento do padrão fixado em Portugal. Uma das etapas da consolidação deste processo de constituição da *norma-padrão* diz respeito à criação da cátedra de Língua Portuguesa, em 1871. Cabia ao Colégio Pedro II, criado para ser a instituição de referência de todo o sistema de educação média do país, definir os programas curriculares de português a serem exigidos no ensino e nas avaliações. Paralelamente multiplicaram-se as gramáticas escolares ao longo das décadas de 1870 e 1880, disseminando paulatinamente os padrões lusitanos. Em 1897 dá-se a criação da Academia Brasileira de Letras, praticamente na mesma época em que se comprova a consolidação da lusitanização da norma escrita na Constituição de 1891.

Faraco também observa que os programas de português cristalizaram-se na tradição escolar, repetindo-se até os dias de hoje e exercendo um papel importante para a consolidação e prestígio da norma lusitana, porquanto tal norma passa a ser exigência para ingresso tanto

no ensino superior quanto para ingresso no serviço público. Essa relação termina por criar um círculo vicioso, já que a programação dos concursos para ingresso no serviço público se pauta pelos currículos escolares e estes, por sua vez, encontram sua justificativa nas exigências dos programas dos concursos.

A unificação do sistema escolar, assim como do mercado de trabalho, mostra que a imposição de uma língua padrão depende de um conjunto de instituições e de mecanismos específicos, dos quais, lembra Bourdieu (1982, p.35), “la politique proprement linguistique et même les interventions expresses des groupes de pression ne représentent que l’aspect le plus superficiel.”<sup>23</sup>

A unificação política e a correlativa imposição de uma língua oficial criam entre as diversas variedades um sistema de diferenças sociais, uma vez que todas as práticas linguísticas passam a ser efetivamente avaliadas em comparação com a prática da língua legítima. Tendo em vista esse sistema de diferenças sociais, Bourdieu considera ingênua a posição que relativiza o uso dominante.

Ressalta o autor que as relações comunicativas não são apenas relações de trocas linguísticas, mas também relações de poder simbólico em que se materializam as relações de força entre os indivíduos e seus respectivos grupos sociais. A assunção do relativismo com base em considerações exclusivamente linguísticas, sem a correlação com as relações sociais que as trocas linguísticas atualizam, não daria conta do processo de exclusão levado a efeito nessas relações simbólicas, uma vez que, no limite, um falante desprovido da língua legítima estará excluído dos espaços em que ela é exigida ou, então, condenado ao silêncio nesses mesmos espaços sociais.

Bourdieu salienta ainda que o reconhecimento da legitimidade da língua oficial não é um processo deliberado e revogável, nem um ato intencional de aceitação de uma norma, mas o resultado de disposições insensivelmente inculcadas por meio de um longo e lento processo de aquisição pelas sanções do mercado linguístico, que institui produtos linguísticos valorizados em face de produtos desprovidos de valor simbólico. O domínio da competência linguística oficial assegura o domínio desses produtos linguísticos valorizados e viabiliza um proveito simbólico e material ao seu detentor. Nesse processo de inculcação lento, contínuo e profundo, a legitimidade da língua oficial termina por ser reconhecida pelos próprios sujeitos a quem a língua é imposta.

---

<sup>23</sup> A política propriamente linguística e mesmo as intervenções expressas dos grupos de pressão representam apenas o aspecto mais superficial (tradução do autor)

Tem-se, portanto, que uma discussão a respeito do processo de representação social da língua não pode desconsiderar a existência de um complexo institucional que impõe, sustenta, consolida e reproduz a língua-padrão, de forma a identificar o lugar e a forma de atuação de uma obra prescritiva neste processo de legitimação dessa língua.

Dentro desse escopo, pretende-se também avaliar as implicações para o processo educacional da hierarquização linguística resultante do conceito de língua legítima e, por último, discutir a contribuição que uma Sociolinguística fundada no reconhecimento da variação e da pluralidade de normas pode oferecer, como contraparte a uma visão normativista que desqualifica todas as variedades não padrão.

### *1.6 OS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO GRAMATICAL DE JESPERSEN*

Esta dissertação tem como objeto a análise de uma obra centrada em prescrições que opõem formas “corretas” a formas “incorretas”, o “certo” ao “errado”, de modo que se faz necessária uma discussão, ainda que sumária, sobre os critérios de correção, a fim de delimitar o ponto de vista adotado na análise.

Jespersen (1954), objetivando descrever os critérios comumente empregados para fundamentar a correção gramatical, discriminou sete critérios: o critério da autoridade, o critério geográfico, o critério literário, o critério aristocrático, o critério democrático, o critério lógico e o critério estético.

O critério da autoridade se baseia na competência de instituições e autores, tais como os órgãos superiores de educação, academias literárias, gramáticas, dicionários, mestres, escritores e os historiadores da língua.

O critério geográfico implica a assunção de uma região como a referência para a identificação sobre a melhor maneira de falar uma língua, em regra a região de maior prestígio socioeconômico e cultural.

O critério literário apoia-se sobre os escritores considerados “clássicos”, tomados como modelos de correção.

O critério aristocrático fundamenta-se na linguagem das classes superiores ou no que se considera a “linguagem da boa sociedade”.

O critério democrático, oposto ao anterior, considera que o correto é o que é consensualmente empregado pela comunidade, ou seja, considera o uso como a autoridade suprema em matéria de linguagem.

O critério lógico se estriba nas “regras universais do pensar”, a que toda língua deveria obedecer.

Por fim, o critério estético ou artístico, que considera que o “correto” equivale ao belo, à linguagem enformada pela beleza.

Jespersen considera que nenhum desses critérios fornece uma base científica para decidir de forma inquestionável sobre a correção das formas linguísticas. De fato, nenhuma autoridade externa pode dirimir de modo inquestionável questões de natureza normativa. Não há por que se adotar sem reservas a linguagem de uma região em detrimento da linguagem de outras. Da mesma forma não há cientificidade em escolher os escritores de um período, em detrimento dos clássicos de outra época. As considerações baseadas na lógica e na estética não se aplicam de forma decisiva em todos os casos. Acerca da incongruência do critério aristocrático, basta mencionar que na revolução francesa, com a ascensão da burguesia, a linguagem da “boa sociedade” passou a ser posta em xeque pela linguagem da burguesia em ascensão.

Partindo das reflexões de Jespersen, Bechara considera que a questão da correção é mais bem resolvida pela diferenciação entre o “correto” e o “exemplar”. Para Bechara, cada variedade de língua possui seus critérios de correção e nenhuma pode ser considerada incorreta, senão quando avaliada pelos critérios de correção de uma outra variedade:

Em certa variedade de língua portuguesa, diz-se “sastifeito” e “framengo”, que são formas corretas na maneira daquela comunidade usar a língua. Se numa comunidade, ou se numa comunidade escolarizada, se disser “chegar em casa”, “deu dez horas”, “isso implica em insucesso” etc. – que são realidades de um registro informal da língua –, isso está certo nesse registro informal. E se há um registro em que se usa “cheguei a casa”, “deram dez horas”, “hoje são vinte e um” e “isto implica insucesso”, isso também está correto nessa variante de língua, nesse modo de falar. O erro, portanto, a incorreção é o uso que destoa da norma usual dentro de cada comunidade. (BECHARA, 2007, p.14)

Bechara invoca, então, o conceito de exemplaridade idiomática. Há de se separar, então, o “correto” do “exemplar”. Para Bechara (2009, p. 51) “quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correto nem incorreto”.

Considera Bechara, então, que a questão da “correção idiomática”, nos termos em que foi discutida por Jespersen, seria adequadamente resolvida pelo conceito de exemplaridade,

uma eleição feita pela tradição literária, feita pelas pessoas escolarizadas, trabalhada na escola, trabalhada nas academias, trabalhadas nas instituições e preservada por essas agências de cultura. (BECHARA, 2007, p.16)

Embora concordemos com as ponderações de Bechara acerca da impossibilidade de definir formas corretas e formas incorretas de modo absoluto, não nos parece que o conceito de exemplaridade idiomática tenha superado a questão dos critérios de Jespersen. Em primeiro lugar, a questão da tradição literária consiste na adoção do critério literário de que fala Jespersen. Mas, indaga-se, por que uma tradição literária – o romantismo português – e não outra – a literatura modernista e pós-modernista brasileira, por exemplo?

Em segundo lugar, na medida em que a “eleição” é feita pelas pessoas escolarizadas, retorna, sob outra roupagem, o critério aristocrático de que fala Jespersen, em detrimento do critério democrático. Por que o critério aristocrático deveria sobrepor-se ao critério democrático, do uso consensual na comunidade?

Em terceiro lugar, se a exemplaridade é trabalhada pela escola, pelas academias, instituições e agência de cultura, retorna também o critério de autoridade.

Em quarto lugar, por que a tradição literária, em detrimento do padrão escrito vigente na imprensa, nos documentos oficiais, nas obras científicas, por exemplo? A nosso ver, ao se adotar a tradição literária, retorna também o critério estético de Jespersen.

Não se trata, pois, de uma mera “eleição”, mas também de uma “imposição” resultante dos processos atuantes na constituição do que Bourdieu denominou língua legítima. Não se trata, convém frisar, de recusar o conceito de uma exemplaridade idiomática – em verdade, uma outra denominação para *norma-padrão* -, mas de negar-lhe o caráter asséptico que lhe atribui Bechara, como se essa “eleição” não se baseasse em critérios questionáveis e não decorresse de um processo político-ideológico, inerente à constituição de uma norma, conforme anota Bezerra (1985, p. 2).

A noção de exemplaridade, portanto, a nosso ver, não ultrapassa a discussão posta por Jespersen, de forma que se impõe necessariamente o recurso a um ou outro de seus critérios.

Para a análise a ser desenvolvida neste trabalho, partimos do pressuposto, extraído em Aryon (2004, p.15), de que a língua-padrão não deveria resultar de atitudes subjetivas e normativas, mas da descoberta dos padrões naturalmente constituídos na sociedade. Postula-



se, assim, o critério democrático, conforme Jespersen, do uso consensual, como autoridade suprema. Porém, na medida em que se recorrerá a instrumentos normativos de referência da língua portuguesa – gramáticas e dicionários –, evidencia-se a adoção do critério da autoridade, de forma que se adotará, nesta análise, o critério do uso, homologado pela autoridade.

Assim, se, na obra da professora Wilma Ramos, está dito que a forma “descriminalizar” não existe, mas ela é encontrada nos dicionários gerais de língua, nos dicionários escolares, no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, no Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras, pode-se afirmar que a forma em questão está generalizada pelo uso e homologada por instrumentos dotados de autoridade normativa, de modo que seria improcedente considerá-la inexistente ou incorreta.

Da mesma forma, se autoridades como Celso Cunha, Evanildo Bechara e Cegalla, fundamentados na tradição literária, ensinam que a estrutura *a + infinitivo* é uma legítima forma para expressar a condição, carece de fundamento a impugnação apriorística da construção *a persistirem os sintomas, procure o médico*, conforme prescrito na obra de Ramos.

A adoção do critério democrático – entendido como do uso generalizado na comunidade –, conjugado com o critério da autoridade – homologado em gramáticas e dicionários –, parece-nos indicar um caminho, se não incontroverso, ao menos distante dos juízos apriorísticos e arbitrários que costumam caracterizar o que Faraco denominou *norma-curta*, além de mais consentâneo com as conquistas da ciência linguística.

## 2 OS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Um dos objetivos deste trabalho consiste em confrontar lições prescritivas do livro *Não morda a língua portuguesa* com os instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Impõe-se, pois, preliminarmente, definir o que são instrumentos normativos de referência, a fim de identificá-los e, posteriormente, proceder à sua seleção, visando às finalidades analíticas da pesquisa.

Dubois (2006, p. 435) observa que o termo norma designa “tudo o que é de uso comum e corrente numa comunidade linguística”. É a norma no sentido de normal, na definição que lhe deu Coseriu, conforme já exposto no capítulo primeiro. Mas Dubois (id.ib.) também registra que norma é “um sistema de instruções que definem o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo ideal estético ou sociocultural”. É a norma no sentido de normativo. Neste caso, acrescenta Dubois (id.ib) que a norma “implica a existência de usos proibidos” e fornece seu objeto “à gramática normativa ou gramática no sentido corrente do termo”. À gramática normativa, portanto, reserva-se o papel de selecionar as formas ideais ou modelares entre os diversos usos de uma língua. De fato, pode-se rastrear essa função desde a constituição das primeiras gramáticas normativas modernas.

Como já apontado no primeiro capítulo, as primeiras gramáticas da época moderna surgiram durante a consolidação dos Estados Centralizados. A primeira delas foi a gramática do castelhano, publicada em 1492 por Elio Antônio de Nebrija, e as primeiras gramáticas portuguesas foram as de Fernão de Oliveira e João de Barros, vindas a lume respectivamente em 1536 e 1540.

A associação entre as gramáticas e a formação dos Estados Centralizados não é fruto do acaso. A centralização monárquica, levada a efeito nesse período, implicava a necessidade política de instituir uma língua que servisse de meio de comunicação uniforme entre o poder monárquico e os cidadãos(AUROUX, 2009, p. 52-53; BOURDIEU, 1982, p. 27; FARACO, 2008, p. 74). Em face das diferentes variedades linguísticas, ou até mesmo diferentes línguas, existentes nas regiões em processo de unificação política, fazia-se necessário escolher uma língua, ou uma variedade dessa língua, que atuasse como língua oficial. É o processo já referido da constituição da *norma-padrão*. Assim é que, na Espanha, país em que se falam diversas línguas – catalão, galego, basco -, foi escolhida, como língua-padrão, a língua falada

na região de Castela, o castelhano. Na França, onde também se falavam outras línguas e dialetos – bretão, basco, provençal, gascão -, impôs-se a variedade do francês da região de Paris, que foi, pouco a pouco, se transformando na língua francesa. Em Portugal, firmou-se a variedade do português falado na região central do país, entre Coimbra e Lisboa, que veio a configurar a *norma-padrão* do português.

Bagno (2007, p. 89-90) mostra que o processo de constituição de uma *norma-padrão* implica (i) a criação de um modo único de escrever a língua, ou seja, uma ortografia oficial; (ii) o inventário lexical dessa língua, origem dos dicionários – em que são consignadas as palavras integrantes das variedades mais prestigiadas social e culturalmente –; (iii) o estabelecimento das regras de uso correto da língua, origem das gramáticas normativas; (iv) e a criação de instituições para divulgar e preservar essa língua, em geral as escolas e academias.

Ao abordar o processo de constituição das *normas-padrão*, à época da formação dos Estados Nacionais, Faraco (2008, p.76) observa que as gramáticas e dicionários tiveram finalidades não somente descritivas, mas também normativas, na medida em que eram entendidos como “instrumentos padronizadores, ou seja, como instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador) do comportamento dos falantes, visando a alcançar uma ‘língua’ para o Estado Centralizado”.

Por sua vez, Bechara (2009, p.52) ensina que a gramática normativa tem por objetivo “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social”. E acrescenta:

A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos. (BECHARA, 2009, p.52) (grifos nossos)

Com fundamento nos autores citados, pode-se dizer que a constituição de uma norma-padrão envolve necessariamente os seguintes instrumentos de referência: uma norma ortográfica, como padrão oficial para a escrita; gramáticas normativas para o estabelecimento dos padrões modelares da exemplaridade idiomática; e dicionários, para o inventário de informações sobre o léxico de uma língua.

É preciso mencionar que a doutrina gramatical tradicional adota como referência a língua escrita literária, conforme se pode depreender da referência de Bechara aos “escritores corretos”. Contudo, o que se observa com frequência é que o critério literário é suplantado pelo critério normativo. Se o critério fosse efetivamente o literário, a norma linguística seria

deduzida da efetiva prática dos escritores. O que ocorre, no entanto, é que os “escritores corretos” são aqueles que escrevem conforme a norma-padrão e, mesmos os “escritores corretos”, se infringem uma determinada regra, não servem como modelo no tocante a essa regra, de forma que o critério já não é mais o literário e, sim, o linguístico (JESPERSEN, 1954, p. 91). Quando Rui Barbosa, em sua réplica a Carneiro Ribeiro, opôs exemplos colhidos nos clássicos, Veríssimo redarguiu que “nos clássicos há para tudo” (apud PINTO, 1978, p. 255). Silva Ramos escreveu que Mário Barreto preconizava corrigir os clássicos Camões e Fernão Mendes, quando estes “errassem” ao empregar os infinitivos verbais (apud PINTO, 1978, p. 447). Ramos cita Graciliano Ramos, quando menciona o emprego de *vitrina* por este autor (RAMOS, 2014, p. 283), mas não o cita quando ele emprega a regência direta do verbo *agradar* (LUFT, 2010, p. 43). Cecília Meireles é invocada, para ilustrar a concordância verbal na passiva sintética (RAMOS, 2014, p. 265), mas não o é para abonar a construção *prefiro mais* (LUFT, 2010, p. 413), e Vieira, invocado para ilustrar a regência do verbo *apelar* (RAMOS, 2014, p. 278), não é lembrado quando emprega a regência direta do verbo obedecer (LUFT, 2010, p. 380).

Por outro lado, a norma literária, pelas suas peculiaridades estéticas, não se afigura como o repositório do padrão linguístico usual de uma comunidade de fala. Assim, adotar-se-á, neste trabalho, o ponto de vista de Castilho, de que não se pode considerar que o padrão do português brasileiro

esteja documentado na língua literária. Há um padrão da língua falada, que corresponde aos usos linguísticos das pessoas cultas. Há um padrão da língua escrita, que corresponde aos usos linguísticos dos jornais e revistas de grande circulação, os únicos textos que garantidamente estão ao alcance da população. Ambos os padrões apresentam as variações linguísticas comuns às sociedades complexas. Já a língua literária é outra coisa, pois assenta num projeto estético que impulsiona os autores a, justamente, distanciar-se da escrita do dia a dia, buscando um veio próprio, singular, diferenciado (CASTILHO, 2010, p. 98)

Assim, não se lançará mão, neste trabalho, da referência aos “escritores corretos” como critério central da configuração da *norma-padrão*, mas como subconjunto da produção escrita em geral. Dessa forma, os instrumentos normativos de referência limitar-se-ão à norma ortográfica oficial, a gramáticas normativas e a dicionários, que refletiriam o “uso exemplar” da língua. Definida, então, a natureza dos instrumentos normativos de referência, o próximo passo é selecioná-los entre os existentes. Para isso, trataremos, em primeiro lugar, das gramáticas normativas e, depois, dos dicionários, em cujo grupo se incluirá a questão da norma ortográfica oficial.

## 2.1 AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DE REFERÊNCIA

A despeito de as primeiras reflexões conhecidas sobre a língua terem sido desenvolvidas por babilônios e hindus, a gramática, tal como hoje se concebe, é fruto da cultura greco-romana, resultante de três fontes diferentes: a tradição retórica, que visava a habilitar os cidadãos para a vida política e jurídica na pólis ateniense; a tradição filosófica, que analisou a língua como parte da reflexão sobre a Lógica; e a tradição alexandrina, que estudava a literatura dos grandes autores do período grego clássico.

A tradição atribui a primeira gramática a Dionísio Trácio, erudito alexandrino do século II a.C., que conceituava gramática como “o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores” (FARACO, 2008, p.135). No conceito de Dionísio já se pode observar a ligação com a língua escrita literária, concebida como modelo não só para a descrição, mas também para o uso de todos os que escreviam. Segundo Faraco, (id.ib), a gramática da língua grega de Dionísio foi tomada como modelo para os estudos gramaticais que sobrevieram.

A tradição alexandrina criou uma concepção de língua que iria perdurar por séculos, mantendo-se viva até os dias atuais. Em primeiro lugar, ao privilegiar a escrita em detrimento da fala, deslocou o foco do estudo para a primeira, que passou a ser percebida como elegante e correta, ao contrário da primeira, que seria caótica e desregrada. Em segundo lugar, percebendo que a língua falada da época em que viviam os alexandrinos era diferente da língua dos grandes autores do período clássico grego, no século V a.C., entendeu a mudança como corrupção da língua, cujo modelo estaria no passado, na língua dos autores do século de ouro ateniense, cuja pureza buscavam reconstituir.

Com a conquista da Grécia por Roma, a cultura grega passou a ter grande influência sobre os conquistadores, o que incluiu os estudos gramaticais. Os romanos produziram diversas gramáticas do latim, com destaque para as de Varrão e Prisciano. A gramática de Prisciano, que viveu em Constantinopla, no século VI d.C., foi, inclusive, tomada como referência para o estudo do latim, no período medieval.

Com a fragmentação do império romano, foram surgindo paulatinamente as línguas românicas, que passaram progressivamente a afastar o latim como única língua da cultura. Na França, floresceu uma rica literatura, em língua provençal, e, nos séculos XIII e XIV, foram escritos, no dialeto toscano (que viria a ser o italiano após a unificação no século XIX), a

*Divina Comédia*, de Dante Alighieri, o *Decameron*, de Boccaccio, e os poemas de Petrarca. Mas somente nos séculos XV e XVI, surgiram as primeiras gramáticas das novas línguas românicas: as já mencionadas gramáticas do castelhano, de Nebrija, de 1492, e as gramáticas do português de Fernão de Oliveira e João de Barros, respectivamente em 1536 e 1540.

Desde então, multiplicaram-se entre nós as gramáticas normativas, firmando-se, na sociedade brasileira, praticamente como o único tipo de gramática – a que prescreve regras da linguagem correta –, com o seu subproduto: a percepção de que só há uma variedade linguística boa: o padrão culto. (CASTILHO, 2010, p. 90).

Considerando que o mero inventário das gramáticas normativas do português não seria fundamental para as finalidades deste trabalho, limitar-nos-emos a, seguindo Bezerra (1985), fazer uma breve referência a algumas gramáticas que se revelaram representativas de momentos importantes para a reflexão e consolidação da *norma-padrão* em língua portuguesa, para estabelecer, então, os critérios de seleção daquelas que serão empregadas como gramáticas de referência.

Bezerra (1985,p.151) registra que, após Fernão de Oliveira e João de Barros, em que se buscava a normalização com o objetivo de elevar a língua nacional à dignidade da língua literária, sobreveio, com a pedagogia jesuítica, um período de predomínio do modelo de gramática latina, que passaria a pautar o ensino da língua nacional, inclusive em termos de precedência.

Com as reformas da instrução pública promovidas por Pombal, na segunda metade do século XVIII, produziram-se gramáticas que promovessem a nova ordem pedagógica, entre as quais sobressai a gramática filosófica de Soares Barbosa. Registra Bezerra (1985,p.115) que a reforma pombalina tornou obrigatório o ensino do vernáculo, que continuou “a ser pautado no modelo linguístico-literário, agora extraído de três autores clássicos: Camões, Bernardes e Vieira”.

No século XIX, a independência do Brasil avivou nos escritores o desejo de estabelecer nas letras o seu correspondente linguístico, mas observa Bezerra (1985,p.157) que esse anseio não obteve a mínima repercussão nos estudos gramaticais, de forma que, até a década de 1880, o ensino da língua portuguesa segue o modelo logicista de Soares Barbosa:

Brasileiros como Sotero dos Reis, Soares Passos e outros revelam-se firmes seguidores da gramática racional. Não despertam, portanto, interesse as peculiaridades do português falado no Brasil. Ao contrário, tudo que soa diferentemente de Portugal merece reparo ou censura. É a época de as diferenças

serem pejorativamente tachadas, pelos gramáticos, de brasileirismos.(BEZERRA, 1985, p. 166)

Em 1881 foi publicada a primeira edição da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, que esposava o ideal evolucionista vigente na ciência da época. Em 1887 publica João Ribeiro a sua também denominada *Grammatica Portuguesa*, em que demonstra, segundo Bezerra (1985,p.185) “uma preocupação maior com refletir e compreender os fatos da língua do que com legislar sobre eles”

No que toca às gramáticas normativas em voga no decorrer do século XX, importantes para a definição e consolidação da *norma-padrão* no Brasil, destacam-se,segundo Bezerra (1985, p. 208-225), as obras de Eduardo Carlos Pereira, Souza Lima, Souza da Silveira, Evanildo Bechara e Celso Cunha, além de autores que vão nortear os estudos gramaticais, como Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Fausto Barreto e Carlos de Laet. Bezerra (1985, p. 208-217) salienta, na primeira metade do século XX, a *Gramática Expositiva* de Carlos Eduardo Pereira. Esta obra, publicada em 1907, atinge a sua 110ª edição em 1958, números que evidenciam a sua vitalidade no plano pedagógico.

Na segunda metade do século XX, destacam-se a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, cuja primeira edição é de 1961, e a obra de Celso Cunha, em particular a sua *Gramática da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1972, e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, em co-autoria com Lindley Cintra. Trata-se de gramáticas de filólogos consagrados, reconhecidas, inclusive, pelos críticos das concepções normativistas, o que também se dá com a obra de Rocha Lima (FARACO, 2008, p. 84, BAGNO, 2004), Cegalla (BAGNO, 2004, p. 76) e Luft (FARACO, 2008, 97; BAGNO, 2004, p. 76).

Este corpo de doutrina gramatical, elaborado ao longo da história da língua portuguesa, que adota, como modelo, a língua escrita de autores consagrados e postula formas exemplares como de cumprimento obrigatório por todos os falantes, é o que chamaremos de Gramática Tradicional para os fins deste trabalho. Dentro de uma tal multiplicidade de gramáticas normativas, a pergunta óbvia que surge é: como selecionar as gramáticas normativas a servirem de referência?

Considerando que a proposta de constituição de uma *norma-padrão* para o português no Brasil se delineou no decorrer do século XIX, após a independência, e se consolidou ao longo deste período até os dias atuais, poderiam, em princípio, ser empregadas gramáticas que representassem esse decurso temporal. Por outro lado, levando em conta que a análise se prende a uma obra do final do século XX, poder-se-ia adotar um critério sincrônico,

selecionando as gramáticas normativas mais em voga no final do século. Na tentativa de conjugar os dois critérios, optou-se, neste trabalho, pela consulta de obras que buscam consolidar as lições da gramática tradicional, tal como definida acima, e também pela seleção de gramáticas deste último século, cujos autores gozam de reconhecimento do público e da crítica especializada.

No tocante ao primeiro tipo de obra, consultar-se-á o *Guia de Usos do Português: Confrontando Regras e Usos*, de Maria Helena de Moura Neves. Essa obra, publicada em 2003, tem como objetivo confrontar as regras da tradição normativa e os efetivos usos na escrita contemporânea. Baseada num *corpus* de oitenta milhões de ocorrências do português contemporâneo do Brasil, que abrange textos dos tipos romanesco, oratório, técnico-científico, jornalístico e dramático, permite fazer um apanhado geral, tanto da tradição quanto da realidade do uso, aferida esta por critérios estatísticos, em uma grande e diversificada base textual. O recurso à obra, inclusive, permite um confronto entre a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* e a *norma culta/comum/standard*, em relação aos fenômenos de que trata.

Com relação ainda a esse primeiro aspecto, uma outra obra a ser consultada é o *Manual de Redação Profissional*, de José Maria da Costa. Embora constitua obra do tipo “consultório gramatical”, em cada questão que aborda, seu autor faz um minucioso inventário da posição de diversos gramáticos portugueses e brasileiros, dos séculos XIX e XX, expondo variadas manifestações a respeito das lições que prescreve, nem sempre coincidentes, de forma que permite um panorama das posições marcadas pelo tradicionalismo.

Por força da necessidade de limitar as obras gramaticais de referência, selecionamos as mais representativas de uma dada conjuntura histórica, no caso, a segunda metade do século XX, visto que o objeto de análise se insere na década final do referido período. A par do corte sincrônico, levou-se também em conta o prestígio e reconhecimento institucional das obras e autores, filólogos consagrados e de amplo reconhecimento entre o público leigo e especializado, salientando o fato de que suas obras são reconhecidas, inclusive, pelos críticos da gramática normativa, a despeito das divergências de concepções teóricas.

Assim, forma o núcleo básico das gramáticas de referência a serem consultadas neste trabalho a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Evanildo Bechara, em sua 37ª edição, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, em sua 5ª edição, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, em sua 51ª edição, e a *Novíssima gramática da língua portuguesa*, de Cegalla, em sua 48ª edição. As



gramáticas de Bechara e Cunha & Cintra revelam-se particularmente adequadas, na medida em que, além de consagradas pela tradição normativa, a primeira é citada nas referências bibliográficas da obra da professora Wilma, e ambas são recomendadas, em seu livro, como modelos para o aprendizado da língua portuguesa, ou seja, trata-se de gramáticas reconhecidas não só pelos seus críticos, mas também pelos normativistas.

Como modelos dessa concepção mais estritamente normativista, em voga também no último quartel do século XX, selecionaremos também para consulta a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, em sua 46ª edição, e a obra de Luiz Antônio Sacconi, em particular, os seus livros *Não erre mais* e a *Nossa gramática completa Sacconi*, em sua 31ª edição.

Com essa seleção, pretende-se contemplar, em primeiro lugar, (i) uma visão de conjunto sobre as lições tradicionais, com o recurso à obra de Neves; (ii) uma visão de conjunto focada nos autores mais conservadores, na obra de Costa; (iii) uma visão de gramáticas de filólogos consagrados, inclusive pelos críticos do normativismo, tomados como referência na segunda metade do século XX; e (iv) uma visão mais estritamente normativista, na época atual. Assim, objetiva-se apreciar, de forma ampla, o conjunto de vozes que refletem ou refletiram sobre as formas modelares que constituem o objeto da gramática normativa.

Definidas as gramáticas de referência, passemos agora à seleção dos dicionários.

## 2.2 OS DICIONÁRIOS

Na discussão a seguir, será apresentada uma tipologia dos dicionários baseada em Welker (2004), com o fito de situar os tipos de dicionários que serão escolhidos para compor os instrumentos de referência deste trabalho. Definidos os tipos, seguir-se-á a respectiva seleção dos dicionários. Feita a seleção, far-se-á um breve excursus com o objetivo de mostrar que o dicionário, antes de ser uma mera fonte de consulta sobre a existência, forma ou o sentido primeiro de uma palavra, é, fundamentalmente, um lugar de lições sobre a língua.

### 2.2.1 Tipos de Dicionários, Dicionários Gerais, Dicionários Padrão e Dicionários Escolares

A disciplina que estuda o dicionário é a Lexicografia, termo para o qual Welker (2004, p.11) identifica dois sentidos: uma acepção concernente à ciência, técnica, prática ou arte de

elaborar dicionários, configurando o que ele também chama de Lexicografia prática; e uma outra acepção relativa à crítica de dicionários, à sua história e ao seu uso, configurando o que ele denomina Lexicografia teórica ou Metalexicografia. Neste trabalho, empregam-se conceitos oriundos dos trabalhos dos metalexicógrafos e sua teorização sobre os dicionários.

Preliminarmente, deve-se destacar a falta de consenso entre os metalexicógrafos, no que toca a uma classificação tipológica dos dicionários, dada a extrema diversidade do gênero. Neste trabalho, lançaremos mão da tipologia proposta por Welker (2004, p. 44). Para esse estudioso, o dicionário é uma espécie do gênero obras de consulta, do qual se ramificariam como exemplos prototípicos os dicionários de língua, de um lado, e, do outro, as demais obras de consulta, cujo melhor exemplo seriam as enciclopédias. Os primeiros teriam como objeto o léxico de uma língua, ao passo que os segundos teriam como objeto não as palavras, mas as coisas. Para os fins deste trabalho, importa observar os dicionários de língua.

Por sua vez, Welker distingue entre os dicionários de língua monolíngues e multilíngues. Considerando que os dicionários multilíngues visam a discriminar os termos equivalentes entre duas ou mais línguas, interessa-nos aqui os dicionários monolíngues. Prosseguindo em sua classificação, Welker discrimina entre os dicionários gerais e os dicionários especiais, caracterizando os primeiros como obras que têm por objetivo arrolar os lexemas da língua comum, configurados de forma alfabética, sincrônica e contemporânea. Todos os demais se classificariam como dicionários especiais, de que poderiam ser exemplos os dicionários históricos, os onomasiológicos, os dicionários de sinônimos, de regência verbal ou nominal, de arcaísmos, de regionalismos, de verbos, de conjugação verbal, ortográficos, de abreviaturas, de estilo, de provérbios, de citações, etc. A exemplificação aleatória e sem relação intrínseca entre si demonstra a riqueza e variedade das possibilidades de dicionários especiais.

Tendo em vista o fato de que os dicionários gerais de língua visam ao ideal de “descrever e documentar o léxico de uma língua” (BIDERMAN, 2001, p.132), este trabalho terá de necessária e sistematicamente recorrer a eles, pelo que se impõe defini-los e caracterizá-los. Por outro lado, alguns dicionários especiais serão particularmente importantes para o desenvolvimento da argumentação a ser desenvolvida, de modo que se fará necessário considerar algumas espécies de dicionários de língua, além dos gerais, notadamente os dicionários padrão e os dicionários escolares. Há de se observar também que a própria natureza do assunto pode levar a que sejam consultados dicionários especiais, tais como os

dicionários ortográficos, de regência, de verbos e de conjugação verbal, muito embora a pesquisa esteja centrada nos dicionários de língua, gerais, padrão e escolar.

Como já referido acima, o dicionário geral de língua aspira ao ideal de ser o repositório de informações acerca do léxico de uma língua. A palavra ideal aplica-se particularmente bem à questão, dado que, como observa Biderman (2001, p. 132), esse objetivo “é sempre inatingível, já que o léxico cresce em progressão geométrica, hoje sobretudo em virtude da grande aceleração das mudanças socioculturais e tecnológicas.” A Metalexicografia define tais dicionários como aqueles que possuem mais de 100.000 palavras-entrada.

Biderman (2001, p. 134) também observa que os lexicógrafos consideram um dicionário com 50.000 palavras-entrada como suficiente para atender às necessidades do homem moderno, já que um homem culto dominaria, no máximo, 25.000 palavras. O dicionário geral de língua tem como meta arrolar todo o léxico de uma língua, trazendo, em seu bojo, lexemas de natureza vária, incluindo vocábulos, por exemplo, obsoletos, arcaicos, regionais, técnicos, etc., que podem ter pouca utilidade quotidiana. Assim, tendo em vista as necessidades práticas dos utentes e o conjunto lexical em efetivo uso pela comunidade, possuem grande voga os dicionários padrão, que se caracterizam por uma nomenclatura que vai de 50.000 a 70.000 palavras-entrada. O modo como se procede à recolha desse universo, dentro do conjunto total de lexemas da língua, terá implicações para o objeto da pesquisa e será discutido mais adiante.

Já o dicionário escolar é voltado especificamente para os educandos e se caracteriza por uma seleção vocabular especificamente direcionada para esse segmento. Biderman (2001, p.132) ensina que tais dicionários se caracterizam por possuírem em torno de 25.000 palavras-entrada. O dicionário escolar tem recebido um grande impulso com a criação do Programa Nacional do Livro Didático – Dicionários.

Dentro da perspectiva adotada neste trabalho – confrontar lições prescritivas com instrumentos normativos de referência da língua portuguesa – as três espécies de dicionários – gerais, padrão e escolares – serão essenciais para a análise.

Os dicionários gerais, em virtude de seu ideal de constituir o repositório completo de informações sobre o léxico da língua, constituem-se na mais ampla fonte de referências sobre os lexemas componentes do idioma, de forma que, em princípio, todas as formas linguísticas estariam neles registradas. São as obras de referência de uma língua por excelência.

Os dicionários-padrão, em virtude do seu objetivo de registrar o léxico mais usual da língua, são fundamentais por viabilizarem, em princípio, a identificação do léxico em efetiva circulação em uma dada comunidade linguística.

Por fim, os dicionários escolares, em face da sua adaptação a um segmento para o qual as prescrições linguísticas adquirem particular relevo, serão importantes por permitirem identificar a visão dos órgãos educadores acerca da *norma-padrão* que deve ser objeto de ensino.

### 2.2.2 A Seleção dos Dicionários Gerais

A história da lexicografia portuguesa, no sentido da produção e elaboração de dicionários, remonta ao século XVI, momento em que se codificava a gramática e o léxico das línguas dos estados nacionais, dos quais se pode referir como modelo a obra de Elio Antônio de Nebrija, humanista e filólogo espanhol, autor da primeira gramática da língua castelhana, como já visto, e também do primeiro dicionário espanhol. Depois da sua obra, começaram a surgir, na Europa, as gramáticas e dicionários das línguas então ditas vulgares.

Todo dicionário geral aspira ao ideal de ser o repositório do léxico de um idioma, mas esse ideal nunca é atingido, em virtude de o léxico de uma língua estar sempre em expansão, para atender à sociedade que o emprega. A impossibilidade de representar de forma definitiva o léxico de uma língua viva implica que os dicionários, se não atualizados, tendem a perder a sua operacionalidade. Biderman observa que faz mais de um século que o *Petit Larousse*, em sua versão padrão, registra cerca de 50.000 entradas e, a cada nova edição, descarta um determinado número de palavras que caíram em desuso e inclui novas palavras que entraram em uso, de modo a manter a operacionalidade de um dicionário padrão. A esse título, caberia mencionar que o dicionário mais vasto da língua portuguesa é a 10ª edição do dicionário de Moraes, reeditado em 12 volumes durante o decênio de 1949-1959, com 306.949 palavras-entrada. Biderman (2001, p. 133) observa que a obra, “baseada num dicionário do século XVIII e elaborado há mais de quarenta anos, está muito desatualizada com relação ao vocabulário do português contemporâneo”.

Diante de tais considerações, a busca de dicionários de referência para o português contemporâneo deve-se limitar à seleção entre as principais obras do gênero atualmente em circulação, tornando desnecessário um exaustivo percurso histórico dos dicionários no Brasil.

É natural que, tendo os dicionários gerais de língua o ideal de inventariar todo o conjunto lexical de uma língua, sejam eles necessariamente tomados como instrumentos de referência para dirimir questões lexicais e indagações correlatas. Dentro desta ótica, impõe-se, para as finalidades deste trabalho, o recurso aos três grandes dicionários gerais de língua do Brasil: o *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, edição de 2004, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, edição de 2001, e o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, a 5ª edição de 2010. Como dicionários gerais da língua portuguesa, aspiram ao ideal de recolher o léxico do português à época em que foram editados.

Os referidos dicionários, contudo, até pelo fato de serem gerais, não estabelecem critérios que permitam identificar quais lexemas são os mais utilizados no português contemporâneo, exceção feita ao Aurélio, que registra as 3.000 palavras mais empregadas. Esse objetivo, que de fato não lhes pertence, caracteriza os dicionários padrão. Afigura-se, conveniente, pois, selecionar obra, ou obras, que tenham por objetivo a recolha do léxico em efetivo uso na língua, já que a discussão deste trabalho se centrará em questões normativas contemporâneas.

### **2.2.3 A Seleção de um Dicionário Padrão**

A escolha de um dicionário padrão, com o inventário do léxico mais recorrente no português contemporâneo, recaiu sobre o *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*, organizado pelo professor Francisco S. Borba. Essa obra apresenta 58.237 verbetes em sua edição de 2011, o que a enquadra como dicionário padrão. Por outro lado, baseada em critérios científico-estatísticos de frequência sobre um *corpus* de 90 milhões de palavras levantadas em gêneros monitorados da escrita do português vigente no Brasil, nos últimos cinquenta anos, permite avaliar, com rigor científico, o léxico em circulação mais frequente no português escrito contemporâneo.

Para que o levantamento fosse representativo do uso do português contemporâneo, o *corpus* em que se baseou envolveu a literatura “romanesca, técnica, dramática, oratória e jornalística, com absoluta predominância desta última por ser aí que as palavras mais circulam” (BORBA, 2004, VIII). A seleção dos itens lexicais se deu predominantemente pela frequência, o que, amparado por critérios estatísticos, permite o levantamento de um inventário representativo e real das palavras mais utilizadas no português, nos últimos

cinquenta anos. Abordando o critério objetivo de organização da nomenclatura, nas suas páginas iniciais, menciona-se a

ocorrência real nos textos associada à frequência de certos tipos. Por esse critério a nomenclatura fica composta de três camadas: (i) itens que compõem a base do léxico da língua e que ocorrem em qualquer contexto e em qualquer registro. Consta de cerca de +- 14.000 tipos com frequência mínima de 6. Reconhece-se esse núcleo pela presença maior de vocábulos polissêmicos; (ii) itens que compõem a base ampliada, que alcança vários setores da vida social e vários aspectos culturais. Tem frequência mínima de 4 e conta com +- 14.000 tipos. Aí, ao mesmo tempo que aumenta a presença de vocábulos monossêmicos, diminui a de polissêmicos; e (iii) itens que circulam na língua escrita como um todo, com frequência diferente de zero e abrangendo todos os setores da vida social. Abrange cerca de 30.000 itens e se caracteriza pela predominância de itens monossêmicos. (BORBA, 2004)

A obra emprega como teoria gramatical subjacente a mesma que apoia a gramática escolar, o que se afigura importante, tendo em vista os objetivos do trabalho de confronto entre lições prescritivas e lições das obras de referência.

Importante também salientar que o *Dicionário Unesp* apresenta exemplos para cada uma das acepções e discrimina explicitamente as preposições nos casos de regências verbal e nominal, além de registrar as preposições passíveis de serem empregadas em construções com verbos, substantivos e adjetivos, configurando uma inovação em relação aos demais dicionários empregados neste trabalho.

#### **2.2.4 A Seleção dos Dicionários Escolares**

O ensino de língua portuguesa sempre teve como objeto privilegiado, quando não exclusivo, a *norma-padrão* e, nesse desiderato, a gramática normativa sempre ocupou lugar de destaque. Embora os dicionários, juntamente com as gramáticas, viessem sendo empregados, ao longo do tempo, como instrumentos de descrição e ensino das línguas, somente no ano 2000 é que eles passaram a compor o Programa Nacional do Livro Didático.

A inclusão do dicionário no Programa Nacional do Livro Didático vem causando um grande impacto nos estudos lexicográficos, na prática escolar e no mercado editorial. Na medida em que os dicionários escolares passam a observar critérios para serem eleitos no programa, demandam a realização de estudos lexicográficos, com o objetivo de dotá-los de estruturas voltadas às necessidades didático-pedagógicas, evitando, assim, que se configurem como simples condensações de obras gerais.

Por outro lado, à medida que se consolida o seu papel como instrumento didático-pedagógico, ressalta-se progressivamente o seu caráter não só descritivo, mas também o seu matiz normalizador. Parece-nos relevante, portanto, selecionar alguns dicionários escolares elencados pelo Ministério da Educação e Cultura para compor o quadro de instrumentos normativos de referência da língua portuguesa a serem empregados neste trabalho. De fato, na medida em que são chancelados institucionalmente pelo órgão responsável pela Educação no país, refletem, de certa forma, a visão oficial que se tem dos dicionários representativos da *norma-padrão* para o alunado.

Inicialmente o Programa Nacional do Livro Didático fez a opção pelos dicionários monolíngues de português de primeira à quarta série do ensino fundamental. Foram utilizados os minidicionários já disponíveis no mercado editorial (entre 15.000 e 35.000 verbetes) voltados ou não para o público escolar. Mas a questão da adequação ao tipo de aluno levou a uma reavaliação das escolhas efetuadas.

De fato, os minidicionários então existentes no mercado se dirigiam a um público já escolarizado, pressupondo um usuário experiente, na medida em que eram de fato condensações de obras gerais já existentes. Continham arcaísmos, vocábulos em desuso, com grande espaço para lusitanismos, exclusão de palavras de amplo uso cotidiano, especialmente entre os mais jovens. Por outro lado, mesmo quando se considera o público-alvo “alunos”, há de se fazer uma diferenciação nesse conjunto, na medida em que um dicionário voltado para os discentes dos últimos anos do ensino médio certamente não conviria aos alunos das séries iniciais.

Diante dessas inadequações, o Programa Nacional do Livro Didático 2006 resolveu definir parâmetros para a elaboração de dicionários voltados para o primeiro segmento do ensino fundamental. A redefinição de parâmetros incluiu a preferência pela língua descrita no dicionário, que terá de ser o português brasileiro e a língua contemporânea.

Posteriormente, como desdobramento das ações do PNLD – Dicionários, voltaram-se as atenções para o ensino médio, definindo-se o dicionário do tipo 4 para esse segmento do alunado. No portal do MEC na internet, o Programa Nacional do Livro Didático – Dicionário 2012 relaciona as seguintes obras para o ensino médio:

### **Quando 2.1 – PNLD – Dicionários. Acervo para o Ensino Médio**

Acervo 4 - Ensino Médio		
NOME EDITORA	CÓDIGO LIVRO	TÍTULO
EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES SA	32245L0000	DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA EVANILDO BECHARA
EDITORA MODERNA LTDA	32256L0000	DICIONÁRIO HOUAISS CONCISO
EDITORA PLÁ LTDA	32262L0000	DICIONÁRIO UNESP DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO
LEXIKON EDITORA DIGITAL LTDA	32291L0000	NOVÍSSIMO AULETE DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Para compor o conjunto de obras de referência da língua portuguesa serão considerados os dicionários de tipo 4 citados acima, voltados para o ensino médio, porquanto esse tipo de dicionário pressupõe um aluno maduro no manejo de tais obras, o que as aproxima dos dicionários próximos ao tipo padrão. Serão então empregados neste trabalho o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara e o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. O *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* já fora selecionado anteriormente como dicionário padrão.

Embora sem a chancela do Ministério da Educação e Cultura como obra de referência para o público estudantil, consideramos importante incluir como instrumento de referência normativa, para as finalidades deste trabalho, o *Dicionário escolar da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras*, na medida em que se trata de uma obra dedicada ao público escolar, segmento para o qual adquire particular relevo as questões normativas no ensino de língua, bem como de uma obra patrocinada pela instituição cujo objetivo consiste no cultivo da língua e literatura nacionais.

Por fim, com o fito de ilustrar a visão normativista que integra a reflexão sobre a língua, inclui-se também nesse rol de obras a serem contempladas neste trabalho o *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa*.

A seleção desses oito dicionários, representativos dos dicionários gerais de língua, dicionários padrão e dicionários escolares, permite uma avaliação ampla na abordagem de fenômenos a serem analisados nesta pesquisa.



### **2.2.5 Dicionários: Um lugar de Lições sobre a Língua**

Pode-se dizer que, na prática, é bastante comum utilizar-se o dicionário de forma bastante limitada: em regra, consulta-se o dicionário para atestar a existência ou não de uma palavra, a sua grafia correta e o seu sentido primeiro. Essa utilização deixa em segundo plano a extrema potencialidade desse tipo de obra, no tocante às informações sobre a língua e a linguagem, seja em seu campo estritamente formal, seja em seu campo semântico. Nesta pesquisa, o dicionário será considerado essencialmente um lugar de lições sobre a língua, adquirindo um papel que suplanta o seu uso corriqueiro.

Para evidenciar a riqueza de informações propiciadas pelo dicionário, abordar-se-ão algumas possibilidades de lições sobre a língua tomando como referência a estrutura do verbete, notadamente informações que envolvem questões a serem estudadas na parte propriamente crítica deste trabalho.

Antes de se proceder a uma análise da estrutura dos verbetes, porém, tomando o dicionário como um lugar privilegiado de lições sobre a língua, importa destacar o caráter intrinsecamente normativo de tais obras.

Inicialmente, cabe trazer à baila as observações de Castilho, para quem os dicionários sistematizam o uso lexical considerado culto, ou seja, “recolhem os vocábulos e seus sentidos considerados aceitos no uso culto da língua”. (CASTILHO, 2010, p.92).

Um trabalho que pretende cotejar lições prescritivas de uma dada obra e a tradição normativa consubstanciada em gramáticas e dicionários tem, na consulta destes, uma etapa indispensável, haja vista que estas últimas obras inventariam a forma e os sentidos reconhecidos pela tradição normativa e culta da língua. A esse respeito são lapidares as palavras de Krieger (2012, p. 18):

No fundo, é o dicionário que, ao registrar as palavras, informa, mas também determina ‘qual’ é o repertório léxico das línguas. Por isso, o dicionário torna-se uma espécie de autoridade, exercendo o papel de obra de referência em relação ao que é dito e ao que é consagrado como significados socialmente compartilhados. Resulta daí que o dicionário funciona como uma espécie de cartório de registro das palavras. É ele que, ao registrar a palavra, concede-lhe a ‘certidão de nascimento’ e, desse modo, institucionaliza o conjunto léxico das línguas.

O dicionário, portanto, confere legitimidade às expressões, termos e sentidos que registra, de forma que:

quando o consulente quer saber se uma palavra nova está dicionarizada, ele está buscando uma espécie de ‘autorização’ para poder empregá-la. Diante disso, entende-se também que o dicionário goza de grande autoridade nas sociedades de cultura que, inclusive, tradicionalmente o consideram como instrumento do saber e da ‘verdade’ lingüística.(KRIEGER, 2012, p. 18)

Diante de seu papel legitimador e do reconhecimento da autoridade de que goza o dicionário nas sociedades de cultura, afigura-se importante o seu manuseio pelo professor de língua materna, já que este

deve, com muita freqüência, responder a perguntas sobre a existência ou não de alguma palavra nova. Se ela é dita e circula num determinado ambiente social, ela existe sim. Pode ainda não ter recebido sua certidão de nascimento, tal como uma criança que nasceu, mas não foi ainda registrada em cartório. (KRIEGER, 2012, p. 18)

O dicionário de língua surge, então, como uma das autoridades da legitimação da forma, sentido e uso dos lexemas, assumindo o papel de instrumento de normalização lingüística. Como bem observa a autora, a lexicalização de uma palavra equivale ao reconhecimento formal de sua existência, o que pode ser confirmado pelo fato de que, para a maioria dos falantes, as palavras que não estão consignadas nos dicionários simplesmente “não existem”, ou, inversamente, se as palavras estão registradas é porque elas “existem” e, por consequência, eles estariam legitimados a empregá-las. Mas esse papel normalizador não se restringe ao aspecto da existência ou não das palavras. Diz respeito, também, à sua grafia, à sua pronúncia, aos seus sentidos, ao seu uso, enfim, a todas as esferas abrangidas dentro da estrutura do verbete. Para se verificar a potencialidade de informações sobre a língua, lançar-se-á mão do conceito de microestrutura abstrata.

A Metalexicografia distingue entre a microestrutura concreta e a microestrutura abstrata. A concreta é aquela que pode ser vislumbrada quando se consulta a entrada, como é o caso do verbete *etilista*, extraído do Houaiss:

**etilista** adj.2g.s.2g. p.us. m.q. *ALCOÓLATRA*. ETIM etil(ismo)+ista. SIN/VAR ver sinonímia de *beberão*

A microestrutura abstrata é aquela projetada para dar conta de todos os verbetes de uma forma geral, ou seja, uma estrutura com todos os componentes que deveriam, em tese, ser preenchidos por um lexema para poder figurar no dicionário. Um exemplo de uma microestrutura abstrata pode ser dado com a estrutura exposta na proposta lexicográfica do *Houaiss*, conforme reproduzido abaixo:

1 **entrada** + 2 **ortoépia/pronúncia** + 3 **língua** (só pal. ou loc. Estrangeiras)/(tradução literal)/marca registrada + 4 **classe gramatical** (em sub-blocos e blocos) + 5 **datação** + 6 **acepções: numeração** 7 **regências** (só verbos)/qualificativos complementares de conjunções, numerais e pronomes 8

**derivação semântica e acepção restritiva {uso do freq.} + 9 rubrica temática + 10 regionalismo + 11 nível de uso + 12 nível de emprego + 13 registro diacrônico + (plural com sentido próprio) 4 locuções + 15 gramática (ou uso ou gramática e uso) + 16 etimologia + 17 sinonímia + 18 antonímia + 19 coletivos + 20 homonímia + 21 paronímia + 22 vozes de animais + 23 onomasiologia (HOUAISS, 2001, XLIII)**

A análise da microestrutura abstrata de um dicionário permite visualizar, de pronto, a multiplicidade de informações sobre a língua passíveis de serem obtidas por meio de seus verbetes: a forma que corporifica o lexema, o lema ou a palavra-entrada ou simplesmente entrada, a pronúncia ou variações da pronúncia de um dado lexema, a classe gramatical, a data de entrada na língua, as acepções numeradas de acordo com a sua quantidade, as regências no caso dos verbos, a derivação semântica, as marcas de uso, as locuções, as informações sobre a gramática e sobre o uso do lexema ou sobre ambos, as informações sobre a etimologia, uma lista de sinônimos sempre passível de ser ampliada pelo processo de remissão, uma lista de antônimos também sempre possível de ser ampliada pelo processo de remissão, informação sobre coletivos, homônimos e parônimos.

Importante mencionar que a estrutura abstrata acima reproduzida diz respeito apenas ao dicionário *Houaiss*, que não reproduz todas as informações possíveis de serem encontradas em um verbete. Vê-se, por exemplo, que o verbete abstrato acima não reproduz informações sobre a regência de substantivos e adjetivos, informação que é dada, por exemplo, no *Dicionário Unesp*. Observe-se também que não consta da estrutura do verbete do *Houaiss* a informação acerca do gênero, número e flexões dos substantivos e adjetivos, muito embora tais informações sejam efetivamente fornecidas no dicionário.

A reprodução acima permite evidenciar que o dicionário possibilita o acesso a informações que vão muito além da ortografia e do seu sentido fundamental, expandindo o seu campo de possibilidades para incluir informações de caráter formal, gramatical, semântico e discursivo, configurando-se como um fundamental instrumento de referência sobre a língua nos seus aspectos descritivo e normativo.

## **2.2.6 O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**

Quando se discutiu o processo de constituição de uma *norma-padrão*, observou-se que ela implica a criação de um modo único de escrever a língua, ou seja, uma ortografia oficial. No caso do português do Brasil, a ortografia oficial está configurada no *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*, também conhecido pela sigla *Volp*. Trata-se de uma obra

do gênero consulta, constituindo um dicionário de tipo especial, que tem por objetivo arrolar o conjunto lexical de que se compõe a língua portuguesa no Brasil, registrando-lhe a ortografia, mas não as diversas acepções. O *Volp* possui caráter oficial em virtude dos Decretos-leis nº 292, de 23 de fevereiro de 1938, e nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943, que regulam o uso da ortografia nacional. Por conta das disposições desses Decretos-leis, foi editado em 1943, pela Academia Brasileira de Letras, o *Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Posteriormente, em 1971 foi promulgada a Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, que, entre outras determinações, prescrevia que a Academia Brasileira de Letras promoveria, dentro do prazo de 2 (dois) anos, a atualização do Vocabulário Comum, a organização do Vocabulário Onomástico e a republicação do Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Assim, veio a lume a 1ª edição do *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* em 1977, sucedendo-lhe a segunda em 1998, a terceira em 1999, a quarta edição em 2001, e a quinta, atualmente vigente, em 2009, na esteira do Acordo Ortográfico de 1990.

O *Volp*, portanto, possui caráter oficial por força de disposição legal, constituindo-se, assim, em instrumento normativo no tocante a questões ortográficas. Pelo seu caráter normativo, inclusive por força de lei, não pode deixar de ser obra de referência neste trabalho.

### 3 AS ORIGENS DA REALIDADE LINGUÍSTICA TRIPARTITE NO BRASIL

Nos pressupostos teóricos deste trabalho destacou-se o caráter intrinsecamente multiforme das línguas naturais e a sua inelutável variação diacrônica, em estreita correlação com a dinamicidade dos grupos humanos e com as novas situações históricas a que eles se adaptam. Salientou-se também a amplitude da mudança, que atinge não somente os aspectos fonéticos e lexicais, mas também as características morfológicas e sintáticas.

Em seu *Cours*, Saussure (1978, p. 272-3) anota que, admitindo-se, por hipótese, um país unilíngue, após um certo lapso temporal, ocorrerão dois fenômenos em decorrência de inexistir a imobilidade absoluta em matéria de língua: em primeiro lugar, após esse lapso temporal, a língua não será mais idêntica a si mesma, e, em segundo lugar, a evolução não será uniforme ao longo de toda a superfície, mas variará de acordo com os diferentes lugares. E conclui: “on n’a jamais constaté qu’une langue change de la même façon sur la totalité de son domaine.”<sup>24</sup> (SAUSSURE, 1978, p. 273).

Para os falantes das línguas românicas, o exemplo mais próximo desse fenômeno diz respeito à paisagem linguística europeia após a derrocada do império romano. O latim, que se havia espalhado pela Europa com a conquista romana, se fragmentou em diversos falares, que originaram as línguas neolatinas, o que está em consonância com a assertiva saussuriana: a paisagem linguística europeia do século XV não era mais a mesma de 476 d. C. e as mudanças ocorreram de forma distinta pelas diversas regiões da Europa.

Ora, se, como argumenta Saussure, jamais se constatou uma língua que mudasse da mesma maneira sobre a totalidade do seu território, não seria de surpreender que o português, transplantado para a América, apresentasse diferenças em relação ao português da Europa. Além de não constituírem territórios contíguos – o que, saliente-se, não impediria a mudança –, 500 anos de história diversa implicaram alterações que atingiram não só o campo fonético, mas também a morfossintaxe do português, fazendo com que a modalidade efetivamente empregada no Brasil apresente diferenças significativas, quando comparada com a variedade utilizada em Portugal.

Saliente-se, também, que não só as variedades de aquém e além-mar passaram a apresentar diferenças entre si, mas o próprio português praticado no território brasileiro apresentou evoluções distintas. Acrescente-se, ademais, que também o português falado em

---

<sup>24</sup>Jamais se constatou que uma língua mude do mesmo modo sobre a totalidade de seu território (tradução nossa).

Portugal hodiernamente não se assemelha àquele da época do descobrimento. Sua alteração mais perceptível, o processo de consonantização pela redução das vogais pretônicas, tão típico da variedade europeia, passou a ocorrer por volta do século XVIII (Castilho, 2010, p. 186). Em suma, mudanças ao longo do tempo e ao longo de um dado espaço territorial são comuns na história das línguas e estão de acordo com a observação de Saussure.

Deixando de lado as alterações que sofreu a variedade europeia, que não nos interessa neste trabalho, este capítulo buscará delinear, de forma sinóptica, a origem e desenvolvimento das três normas caracterizadoras da realidade linguística brasileira hodierna: a *norma popular*, a *norma culta/comum/standard* e a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. Para as duas primeiras, recorrer-se-á a Lucchesi (2001, 2006 e 2009) e Pinto (1978), e, para a última, a Pagotto (2013), Bezerra (1985) e Faraco (2008).

### 3.1 AS ORIGENS DA NORMA POPULAR E DA NORMA CULTA/COMUM/STANDARD

De acordo com Castilho (2010, p. 186-191), os estudos linguísticos hodiernos apontam duas hipóteses básicas para explicar a natureza distinta do português praticado no Brasil. Em primeiro lugar, a hipótese da deriva: o português brasileiro resultaria de tendências evolutivas presentes na língua, já perceptíveis na própria península ibérica, o que faria do português brasileiro uma continuação do português arcaico. O contato do português com línguas indígenas e africanas não teria feito mais do que acelerar tendências previstas na própria estrutura da língua portuguesa. A outra hipótese postula que o português brasileiro decorreria de uma possível base crioula<sup>25</sup>, decorrente das mútuas influências resultantes do contato, ao longo da nossa história, entre o português e as mais de duzentas línguas africanas e as cerca de mil línguas indígenas (LUCCHESI, 2009, p. 41)

Neste trabalho não nos interessa decidir entre uma ou outra hipótese, embora se busque ressaltar o papel do contato entre línguas e variedades no Brasil, para explicar o delineamento de duas grandes vertentes do português praticado no Brasil: uma *norma popular* e uma *norma culta/comum/standard*. Observe-se, também, que não se descarta a importância de mudanças estruturais internas do próprio sistema linguístico nem a retenção de traços antigos do português europeu para explicar as singularidades do português brasileiro. Considerando-se a complexidade do fenômeno linguístico e a diversidade dos processos sócio-históricos no Brasil e em Portugal, e dentro do próprio território brasileiro, poder-se-ia

---

<sup>25</sup>Línguas crioulas seriam “adaptações de uma língua europeia por falantes de outras línguas, em geral africanas ou asiáticas, com as quais os europeus entraram em contato por interesse mercantil. (CASTILHO, 2010, p. 670)

mentonar antes uma confluência de motivos do que a predominância absorvente de uma ou outra hipótese.

Tomar-se-ão como base, então, as concepções de Lucchesi (2001, 2006, 2009), para identificar as linhas gerais dos processos sócio-históricos que conduziram à constituição das *normas popular e culta/comum/standard*, sem desconsiderar a permanência de características morfossintáticas do português arcaico para esboçar a diferente feição do português do Brasil em relação ao português de Portugal.

Acrescente-se, também, que a primeira hipótese, embora negue ao contato linguístico o caráter deflagrador do processo de mudança do português no Brasil, não deixa de reconhecer o seu papel como catalizador, acelerador das alterações (NARO, J.; SCHERRE, M, 2007, p. 53). Assim, se a amplitude das mudanças pode ser creditada ao contato linguístico, não há negar-lhe o seu papel central, quer se abrace a hipótese da deriva ou a hipótese crioulista.

Lucchesi (2001, 2006, 2009) aborda o processo sócio-histórico de constituição da realidade lingüística brasileira, considerando-a como polarizada, entre uma *norma culta*, definida a partir dos padrões das classes médias e alta, e uma *norma popular ou vernácula*, reunindo os falares das classes baixas.

Considera o autor que, nos primeiros séculos da história brasileira, as camadas médias e altas que formavam a reduzida elite colonial modelavam seu comportamento linguístico pelos padrões da metrópole, enquanto, no polo das camadas populares, teriam ocorrido drásticas transformações linguísticas em decorrência do extenso e profundo contato do idioma português com as línguas africanas e ameríndias. Assevera Lucchesi (2001, p.104) que “o português sofreu profundas alterações ao ser adquirido inicialmente pelos índios aculturados e posteriormente por contingentes cada vez mais expressivos de escravos trazidos da África.”

Lucchesi (2009, p. 53) argumenta que o português era adquirido de forma precária pelos escravos e indígenas. Esse modelo precário, defectivo, forneceria a base para a nativização como língua segunda para os descendentes dos negros, índios e mestiços, e ambos terminariam por desencadear um processo de transmissão linguística irregular que, ao fim e ao cabo, acarretou sensíveis alterações no português falado pelas camadas populares.

O autor chama a atenção para a influência ocorrida na morfossintaxe pelo intenso contato entre o português e as línguas ameríndias e africanas, particularmente no que diz respeito às concordâncias nominal e verbal, que sofreram significativas alterações no

português popular. Observa o autor que “um traço que é virtualmente universal entre essas línguas geralmente classificadas como *pidgins* e crioulas é a drástica redução da complexidade morfológica e da irregularidade.” (LUCCHESI, 2009, p. 124)

Realmente, à parte o reconhecimento das contribuições lexicais de origem banta, não há negar que fenômenos típicos da gramática do português popular no Brasil podem ser correlacionados à gramática do quimbundo, aqui citada por ser, no entender de estudiosos, uma das línguas mais faladas pelos escravos trazidos ao Brasil.

Com efeito, com base em lições da obra publicada em 1697 pelo padre jesuíta Pedro Dias, *Arte da língua de Angola*, Bagno chama a atenção para algumas dessas correlações. Diz ele, com fundamento na obra do jesuíta, que o quimbundo “não usa terminações para marcar o plural, mas, sim, prefixos, partículas que são afixadas antes dos nomes.” Refere, então, a possibilidade de

postular que os falantes de quimbundo, tendo de aprender português, identificaram nos artigos e outros determinantes dos nomes elementos semelhantes aos seus prefixos, de modo que não faziam a concordância dos nomes por meio de flexões. Disso teriam resultado concordâncias como *as casa, os menino, meus amigo, minhas terra, essas coisa*, tão características das variedades rurais e rurbanas brasileiras e também das variedades urbanas de prestígio, quando seus falantes se acham em situações de menor monitoramento, maior informalidade” (BAGNO, 2011, p. 241).

Da mesma forma que se dá com os nomes, Bagno (2011, p. 242) chama a atenção para o fato de que o quimbundo emprega prefixos na conjugação verbal em vez de terminações, de forma que cada pessoa verbal tem o seu próprio prefixo. Assim, no processo de aprendizado irregular do português, os falantes do quimbundo teriam identificado nos pronomes pessoais do português os seus prefixos verbais, o que explicaria o paradigma da conjugação com a ausência de marcas flexionais de pessoa.

Observa-se, portanto, que o intenso contato com falantes de outras línguas ameríndias e africanas no interior do país, favorecendo a transmissão irregular do português, constituiu-se em fator importante para diferenciar a evolução no interior daquela que ocorria no litoral, onde vivia a reduzida elite letrada componente da administração colonial.

Pode-se dizer, então, que, até as primeiras décadas do século XIX, configurou-se pelo interior do país uma variedade do português, chamada por Lucchesi de português popular brasileiro, com características fonético-fonológicas e morfossintáticas próprias, distintas das características do português culto das classes médias e alta, restritas estas aos reduzidos grupos urbanos escolarizados do Brasil de então, salientando que esse português culto, por sua vez, apresenta progressivamente características fonético-fonológicas e morfossintáticas



distintas das do padrão lisboeta, conforme se verá mais à frente. Observa o autor que a paulatina integração dos escravos e ex-escravos e, principalmente, a intensa miscigenação abrirão “vias de introdução na fala das camadas médias e altas de estruturas criadas por mudanças ocorridas nos extratos mais baixos” (LUCCHESI, 2009, p. 71). Em suma, retomando o conceito de norma de Coseriu, configuraram-se, ao longo da história colonial e do Brasil império, uma *norma popular*, essencialmente rural, e uma *norma culta*, essencialmente urbana, restrita à reduzida elite escolarizada.

Outro aspecto relevante para a descrição é a grande vitalidade dessa norma popular, essencialmente rural, haja vista que o Brasil era um país fundamentalmente agrário. Em 1940, setenta e cinco por cento da população brasileira vivia no campo. Por outro lado, devido às dificuldades nas comunicações, não havia intenso contato entre as duas variedades, entre as duas normas.

Esse quadro de profunda separação entre um padrão culto urbano, modelado pelos cânones de Coimbra, e um padrão popular rural sofreria uma significativa transformação a partir do final do século XIX e no decorrer do século XX, como consequência de um intenso e profundo processo de industrialização e urbanização. Tal processo acarretou ao longo do século XX uma inversão do padrão demográfico brasileiro, fazendo com que a população rural, predominante no início do século XX, passasse a ser minoritária no final do milênio. Por outro lado, a maciça difusão dos meios de comunicação de massa passou a englobar praticamente toda a população do país, penetrando no outrora isolado ambiente rural, fazendo com que o padrão popular rural e o padrão culto metropolitano passassem a ter um intenso contato.

Para Lucchesi (2001, p. 109), o crescente contato entre as duas variedades ocasionou duas ordens de influências recíprocas. Em um processo de influência que ele chama de “baixo para cima”, teria ocorrido um afrouxamento do padrão culto das camadas médias e alta, que já não seguiriam estritamente os cânones lisboetas, e, do outro lado, num processo que ele chama de “cima para baixo”, teria ocorrido um progressivo nivelamento lingüístico dos falares rurais e populares brasileiros, com o apagamento das marcas mais salientes, cabendo destacar, nesse processo, a contínua expansão do ensino ao longo do século XX. Esse processo de influências recíprocas, ocorridas no contato cada vez mais intenso entre o português brasileiro popular e o português brasileiro culto, explicaria a progressiva diferenciação deste diante do padrão da metrópole.

À guisa de resumo, portanto, pode-se destacar que o intenso processo de contato decorrente do êxodo rural, da difusão dos meios de comunicação de massa e da expansão da educação básica, ocorrido ao longo do século XX, tende a promover uma equalização na direção da *norma culta/comum/standard* e a transformar em variação diastrática o que era antes variação diatópica. Em outros termos, o que se caracterizava como variação geográfica, rural x urbano, tende a se constituir como variação linguística centrada em diferenças de classes sociais, opondo camadas favorecidas do ponto de vista sócio-econômico-cultural, com elevado grau de escolarização, a estratos desfavorecidos, em regra carentes de escolarização ou insuficientemente submetidos ao processo de educação.

Mas não foi somente no interior do país que o português sofreu alterações fonéticas, lexicais e morfossintáticas. O português das camadas médias e altas, dos setores escolarizados dos reduzidos núcleos urbanos brasileiros, também sofreu alterações que o distanciavam paulatinamente do português lusitano. Tarallo argumenta que, enquanto em Portugal a retenção do pronome é muito baixa na posição de sujeito e muito alta na posição de objeto, no Brasil estaria ocorrendo uma tendência exatamente inversa, ou seja, o português brasileiro estaria progressivamente incrementando a retenção do pronome na posição de sujeito e diminuindo a retenção do pronome na posição de objeto. Lucchesi e Tarallo divergem, contudo, quanto ao momento decisivo para a mudança. Enquanto Tarallo aponta o século XIX como decisivo para a mudança, Lucchesi (2001, p. 112), com base em estudos de Tarallo, Duarte e Cyrino, considera que as mudanças de fato se implementam a partir das primeiras décadas do século XX.

Castilho (2010, p. 210), por sua vez, observa que o português brasileiro culto (modalidade real e não a *norma-padrão*) deve ter surgido no século XIX, “quando se criaram escolas, se fundaram jornais, tem início a alfabetização dos brasileiros, e uma vida cultural mais rica dá seus primeiros passos”. Conclui o autor que isso acarretou uma divisão sociocultural na sociedade brasileira. Surge a classe culta, falante do português brasileiro culto.

Nos escritos selecionados por Edith Pimentel Pinto (1978), a respeito do português do Brasil, observa-se a menção a diversas peculiaridades do português praticado no país, que o distinguiam da variedade lusitana. Ao longo do século XIX, como desdobramento do processo da Independência e da busca de uma língua nacional, travaram-se polêmicas que opunham os defensores de um modo de falar e escrever que incorporasse características da

fala e escrita especificamente brasileiras e os defensores de uma norma lusitana, que recriminavam acerbamente os “erros” dos brasileiros.

De um lado, Pinheiro Chagas, criticando José de Alencar, estendia sua crítica a todos os livros brasileiros:

Não, esse não é o defeito que me parece dever notar-se na Iracema; o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela) chegarão a ser risíveis se se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.(PINTO, 1978, p.73, grifo nosso)

Alencar, como chefe da reação às críticas lusitanas, a quem os adversários acoimavam de “escritor incorreto e descuidado”, replicava, em 1872:

O povo que chupa a caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera? (apud PINTO, 1978, p. 96).

Embora as polêmicas se centrassem em torno de questões léxicas (palavras de origem tupi e africana, desconhecidas dos europeus, ou palavras empregadas no Brasil com significado diverso do empregado em Portugal), Alencar observava que “não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inauferível direito de imprimir o cunho de individualidade, abasileirando o instrumento das idéias.” (apud PINTO, 1978, 123)

Com efeito, constata-se aqui e ali diferenças linguísticas em relação ao padrão lusitano, objeto de críticas acrimoniosas, sem nenhuma concessão ao uso brasileiro. Já em 1870 Alencar (apud PINTO, 1978, p. 79) observa que a colocação brasileira relativa aos pronomes que servem de complemento ao verbo, *me*, *te*, *lhe* e *se*, constituía matéria de escândalo. José Veríssimo (apud PINTO, 1978, p. 243) anota, em 1886, na mesma linha de Alencar, que os brasileiros falam *me disse* em vez de *disse-me*. À preferência brasileira pela próclise, opõem-se os lusitanistas, para quem, “em português de bom cunho”(ALENCAR, apud PINTO, 1978, p. 79), a regra é pospor o pronome. A polêmica em torno dos pronomes será um dos pontos conflituosos da discussão sobre os “erros” brasileiros.

Alencar (apud Pinto, 1978, 124-5) também observa que os portugueses se riam dos brasileiros no tocante ao emprego das preposições *a* e *em* com verbos do movimento, como se dá em frases tão típicas do português falado no Brasil: “*estou na janela*”, “*cheguei em casa*”, etc. Alencar defende o uso brasileiro argumentando que os clássicos não empregavam a regra

de forma determinista, mas de modo variável. Em 1880, ao discorrer sobre as transformações da língua portuguesa na América, Sílvio Romero (apud PINTO, 1978, p. 317) caracterizava como início de mudanças sintáticas a diversidade de emprego dessas preposições. João Ribeiro (apud PINTO, 1978, p. 340), por sua vez, vai observar, em 1889, que esse uso talvez tivesse uma razão etimológica, uma vez que, no latim, a preposição *in* indicava também o movimento, além do que o mesmo fenômeno também ocorria em línguas neolatinas, como se verifica no francês, em que se diz: *je vais em Amérique* etc.

Capistrano de Abreu (apud PINTO, 1978, p. 309) observa que, na linguagem falada, dois tempos estavam praticamente desaparecidos: o futuro do presente do indicativo e o mais-que-perfeito simples.

No que concerne ao emprego de *ele* em função acusativa, João Ribeiro (apud PINTO, p. 352) denomina o “*euvi ele*” como brasileirismo e registra que Rui Barbosa, em sua réplica, apontou que esse brasileirismo já se encontrava em prosadores do século XV.

José Veríssimo (apud PINTO, 1978, p. 249) registra, em 1886, que, no Brasil, não se pronunciava o *r* dos infinitivos. Carneiro Ribeiro (apud PINTO, 1978, p. 360) observa, em 1890, o fenômeno da monotongação dos ditongos *ai* e *ei* antes de palatal, em palavras como *paixão, baixa, caixa, deixar*.

Silva Ramos (apud PINTO, 1978, 445), em discurso no Colégio de D. Pedro, proferido em 1918, faz referência às regências comuns entre alunos brasileiros, tais como *assistiram festas, responderam cartas, obedeceram ordens, perdoaram dívidas*, o que deixa evidenciado o caráter secular dessas regências ainda hoje condenadas. Observa também o emprego do *lhe* como objeto direto:

asseguem aos mestres que *lhes* estimam, que, se *lhes* não visitam com frequência, é que receiam incomodar-*lhes* e que, se *lhes* não saudaram na rua, foi que *lhes* não viram?

Constatam-se, portanto, novas pronúncias, novas palavras, novos torneios, novas construções, que vão definindo, no Brasil, uma variedade urbana diversa da lusitana. Contudo, como observa Batista Caetano em 1881, os portugueses e seus acólitos “condenam como viciosa toda e qualquer construção que se não adapte lá a certos moldes” (apud PINTO, 1978, p. 220). Faraco observa que seria fácil inventariar as características da linguagem urbana comum do Brasil, haja vista que, “desde o século XIX, elas estão listadas pelos comentadores gramaticais mais conservadores como “erros comuns” da fala brasileira” (FARACO, 2008, p. 49-50).

Assim, se, no interior do Brasil, se desenvolveu uma variedade do português com características distintas das do português dos reduzidos núcleos urbanos do Brasil de então, da mesma forma foi-se desenvolvendo, nesses centros urbanos, uma modalidade que paulatinamente se diferenciava do português europeu e que vai formar o conjunto de características fonéticas, lexicais, morfológicas e sintáticas que definem a norma *culta/comum/standard*, conforme a definiu Faraco.

No quadro abaixo, adaptado de Castilho (2010, p. 192-193), estão listadas algumas diferenças das características fonético-fonológicas e morfossintáticas do português no Brasil e aquelas típicas do português europeu.

**Quadro 1**–Diferenças entre o português brasileiro e o português europeu

PORTUGUÊS BRASILEIRO	PORTUGUÊS EUROPEU
<b>FONÉTICA E FONOLOGIA</b>	
As vogais pretônicas soam claramente. Todas elas são pronunciadas, e assim não se confunde <i>de frente</i> com <i>diferente</i> .	A tendência é omitir as vogais pretônicas, como em <i>telefone</i> [tulfõn], <i>pedido</i> [p'didu] etc. Pedir num hotel <i>um apartamento de frente</i> será entendido como "um apartamento diferente".
O ditongo oral <i>ey</i> pode manter-se ou monotongar-se ( <i>terreiru/terruru</i> ) e o ditongo nasal <i>em</i> mantém-se, como em <i>bem</i> , dito [b~ey].	Esses ditongos soam como [ay] e [ãy]: <i>terreiro</i> [t'rɐyru], <i>bem</i> [bãy].
Pronuncia-se da mesma forma a consoante [-l] e a semivogal [-w] em posição final: o advérbio <i>mal</i> e o adjetivo <i>mau</i> são pronunciados da mesma maneira.	O [-l] é lateralizado, como no PB do Rio Grande do Sul, não se confundindo com a semivogal [-w].
<b>MORFOLOGIA</b>	
Simplifica-se a morfologia nominal, com a perda de {-s} indicador de plural na variedade popular, menos no especificador, tanto quanto na morfologia verbal, em que a pessoa <i>tu</i> foi substituída por <i>você</i> .	A morfologia nominal e verbal não apresentam essas simplificações, exceto em alguns falares regionais.
O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta quatro formas: <i>eu/você/ele/nós</i> , que alterna com <i>a gente/eles</i> . A morfologia verbal acompanha essa simplificação, reduzindo-se a quatro formas: <i>falo, fala, falamos, falam</i> . Em consequência, mudarão as regras de concordância do verbo com o sujeito	O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta seis formas: <i>eu/tu/ele/nós/vós/eles</i> . A morfologia verbal dispõe de 6 formas diferentes: <i>falo, falas, fala, falamos, falais, falam</i> .
O quadro dos pronomes pessoais átonos (ou clíticos) apresenta as formas: <i>me, te, nos</i> , tendendo a desaparecer (i) o acusativo <i>o</i> : <i>Ainda não vi hoje</i> , (ii) o acusativo <i>te</i> , substituído por <i>para você</i> : <i>Preciso falar uma coisa pra você</i> , e (iii) o reflexivo <i>se</i> , que se generaliza como reflexivo universal no PB popular: <i>Nos nossos</i>	O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta seis formas: <i>me, te, se/si, nos, vos</i> . O reflexivo <i>si</i> pode se referir ao interlocutor: <i>isto é para si</i> .

<i>dias não</i> <del>Ø</del> <i>usa mais saia, Eu não se alembro.</i>	
<b>SINTAXE</b>	
No tratamento, usa-se <i>você</i> quando há intimidade, e <i>o senhor</i> nas situações formais. Essa forma continua a alterar-se, surgindo <i>ocê</i> e <i>cê</i> . Nas regiões em que se mantém <i>tu</i> no tratamento informal, o pronome <i>você</i> marca certo distanciamento.	Até o século XVI, usava-se <i>tu</i> para o tratamento informal e <i>vós</i> para o tratamento formal. <i>Vós</i> era substituído por <i>Vossa Mercê</i> para dirigir-se ao rei, depois aos nobres ( e aí o rei passou a ser tratado por <i>Vossa Majestade</i> , <i>Vossa Alteza</i> ). <i>Vossa Mercê</i> foi em seguida aplicado ao tratamento cerimonioso da burguesia, vindo finalmente a concorrer com <i>tu</i> , mudando para <i>você</i> .
O pronome <i>ele</i> pode funcionar (i) como objeto direto: <i>Maria viu <u>ela</u></i> , (ii) redobrar uma construção de tópico: <i>A Maria, <u>ela</u> ainda não chegou</i> , (iii) aparecer na oração relativa copiadora: <i>O menino que <u>ele</u> chegou</i> .	<i>Ele</i> só funciona como sujeito, o objeto direto pronominal é expresso por <i>o</i> , não existem construções de tópico nem relativas copiadoras.
Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: <i><u>Me</u> passa o bife</i> . <i>Mim</i> pode aparecer como sujeito de infinitiva preposicionada, em <i>Isto é para <u>mim</u> fazer</i> .	Os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: <i>Passa-me o bife</i> . O sujeito da infinitiva preposicionada vem no caso reto: <i>Isto é para eu fazer</i> .
Usa-se <i>ter</i> em lugar de <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não tem comida</i> .	Usa-se apenas <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não há comida</i> .
Verbos de movimento são constuídos com a preposição <i>em</i> : <i>Vou na feira</i> .	Verbos de movimento são constuídos com a preposição <i>a</i> : <i>Vou à feira</i> .
Ocorre a dupla negação: <i>não sei, não</i> .	Prefere-se a negação simples: <i>não sei</i> .
Amplia-se o uso das perífrases <i>estar</i> + gerúndio e <i>ir</i> + infinitivo, substituindo neste caso a forma do futuro do presente: <i>estou falando, vou falar</i> .	Prefere-se a perífrase <i>estar</i> + <i>a</i> + infinitivo, mais recente que a anterior: <i>estou a falar</i> . A forma simples do futuro é vivaz.
Preenche-se o lugar de sujeito e elide-se o objeto direto: <i>Ele já viu</i> . O sujeito elíptico é interpretado como um participante indeterminado: <i>usa saia</i> quer dizer "alguém usa saia".	Elide-se o sujeito e preenche-se o lugar do objeto direto com o clítico <i>o</i> : <i>já o viu</i> . O sujeito elíptico é interpretado como um participante determinado: <i>usa saia</i> quer dizer "determinada pessoa usa saia".
O sujeito vem anteposto ao verbo, e o objeto direto, posposto: <i>Maria comeu o chocolate</i> . O objeto direto pode ser deslocado para a esquerda, sem retomada por um clítico: <i>O chocolate, Maria comeu</i> .	O sujeito pode vir posposto ao verbo e o objeto direto pode ser deslocado para a esquerda, com retomada por um clítico: <i>O chocolate, comeu-o Maria</i> .

### 3.2 A CONSTITUIÇÃO DA NORMA-PADRÃO/GRAMATICAL/PEDAGÓGICA

Após a proclamação da Independência em 1822, poder-se-ia esperar que houvesse manifestações de nacionalismo linguístico, uma espécie de Ipiranga das letras, que reivindicasse a autonomia linguística do português no Brasil perante Portugal. Ao longo do século XIX, desenvolveu-se um vigoroso debate que opôs os defensores de um *dialeto brasileiro* aos defensores de uma língua portuguesa pautada nos padrões europeus. Nesse processo, pode-se afirmar que a linguagem literária foi paulatinamente se emancipando dos cânones literários de Portugal, em um movimento que pode ser remontado a Gregório de Matos, passando por Alencar e culminando nas manifestações da Semana de Arte Moderna, em 1922. Contudo, no que diz respeito à elaboração de uma *norma gramatical*, uma *norma-padrão*, uma *norma pedagógica*, pode-se também afirmar que prevaleceu a estrita obediência aos cânones lisboetas. Como observa Bezerra (1985, p. 157), a independência linguística se deu no âmbito dos escritores, mas sem nenhuma repercussão nos estudos gramaticais.

Já se referiu, no capítulo primeiro, à tese central do trabalho de Bezerra (1985, p.2): a concepção de que “a norma linguística é uma construção social, obtida por meio de seleção, exclusão e avaliação de tipos de uso da língua. Portanto, trata-se de um instrumento político e ideológico”. Para esse autor, a norma linguística ou gramatical “é uma construção intencional, cujo valor é determinado por condicionamentos sociais, políticos e ideológicos” (BEZERRA, 1985, p. 4).

Impõe-se observar, portanto, os condicionamentos sociais, políticos e ideológicos vigentes no Brasil do século XIX, que conduziram à construção social dessa *norma gramatical*, de forma a identificar de forma mais precisa os parâmetros da seleção, exclusão e avaliação de tipos de uso da língua.

Com base no que foi explanado acima, pode-se mencionar que, no decorrer do século XIX, no Brasil, coexistiam uma *norma popular*, uma variedade a que se se pode denominar *português brasileiro popular*, que se define por um conjunto específico de características fonéticas, lexicais, morfológicas e sintáticas; uma *norma culta/comum/urbana*, encontrada nos reduzidos núcleos urbanos da época, que vai paulatinamente se diferenciando do português europeu e não se confunde com o *português brasileiro popular*; e, por último, uma *norma lusitana*, vigente em Portugal, adotada como referência nas escolas e dotada de grande prestígio literário e social.

Numa sociedade escravocrata e elitista, como era a brasileira de então, é fora de dúvida que o processo de escolha de uma norma gramatical, pedagógica, jamais poderia recair sobre a *norma popular*, sobre o *português brasileiro popular*. Se, por um lado, esta modalidade possuía grande vitalidade, em virtude de ser falada pela esmagadora maioria da população, por outro, era completamente destituída de prestígio social. Em rigor, essa variedade do português não era sequer reconhecida como tal – o que se verifica inclusive nos dias de hoje –, mas considerada tão-somente deturpação e corrupção perpetrada pelo povo ignorante. Como linguagem de escravos e gente miúda, desprovida de manifestações literárias reconhecidas, estava completamente fora de cogitação para fundamentar uma língua legítima. Mesmo os defensores do *dialeto brasileiro* rejeitavam asperamente as contribuições do vulgo, que, no seu entender, teriam de ser filtradas pela ação dos escritores.

A escolha, então, teria de ser feita entre a *norma culta/comum/standard* dos centros urbanos e a norma portuguesa, modelada pelos padrões de Lisboa e Coimbra, com todo o prestígio da literatura portuguesa, da língua de Camões, Vieira e Herculano. Contudo, se havia, no Brasil, um incipiente nacionalismo literário com Gonçalves Dias e Alencar, as condicionantes sociais, políticas e culturais dificilmente propiciariam as bases para fundamentar um padrão linguístico diverso do europeu.

De um lado, havia o prestígio europeu e o desejo de nossas elites de se identificar com a Europa. João Francisco Lisboa, já em 1854, proclamava nossa origem europeia, defendendo que “o elemento europeu é quem constitui, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade atual” (apud PINTO, 1978, p. 29).

De outro lado, havia a concepção de que, sendo a língua de Portugal, a eles caberia a última palavra. José Veríssimo, em 1886, ponderava que jamais pretendia “ensinar a língua aos que a falam de origem” e que sempre lhe pareceu “que eles são os únicos mestres autorizados dela.” (apud, PINTO, 1978, p.263).

Não há também que olvidar o preconceito que se levantava contra uma língua brasileira, em que se imiscuíam elementos africanos, indígenas e populares. A respeito do dialeto brasileiro, Carlos de Laet o denomina “dialeto de cozinha” (apud PINTO, 1978, p. 237). José Veríssimo vê, na literatura, o instrumento que servirá de “barreira às invasões descabidas da língua popular” (apud PINTO, 1978, p. 245). Mesmo Araripe Júnior, ardoroso defensor do *dialeto brasileiro*, clamava pela diferenciação entre este dialeto e o “falar atravessado dos africanos”.



Em discurso proferido na Academia Brasileira de Letras, em 1897, Joaquim Nabuco (apud PINTO, 1978, p. 197) considera estéril o esforço de criar uma literatura “sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma” e assevera ter sempre defendido “que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu” (idem, ibidem). E, mais adiante, profere estas palavras que resumem o ponto de vista dominante acerca da língua:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (id., Ib., grifos nossos)

Como consequência lógica, se eles são os donos das fontes, decorre que é neles que se deve basear o esforço de atualização linguística, numa posição subalterna e servil:

Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garret e os seus sucessores deixem de ter a vassalagem brasileira. (apud PINTO, 1978, p. 197-8, grifos nossos)

As palavras de Nabuco condensam o ponto de vista da elite branca nacional: as fontes e formas genuínas estão na Europa, preservadas pela raça pura portuguesa, guardiã mais confiável das deformações que grassam em solo brasileiro. Em 1920, ecoando as palavras de Nabuco, Laudelino Freire clamará contra o propósito da Academia Brasileira de Letras de levar a cabo um dicionário de brasileirismos, alegando, entre outras razões, que brasileirismo é “sinônimo de corruptela, e toda corruptela vocabular nunca deixou de ser escalracho da linguagem”(apud PINTO, 1978, p. 478).

Não obstante a presença de nomes ilustres entre os defensores de uma linguagem que incorporasse usos brasileiros, entre os quais se pode mencionar Gonçalves Dias, José de Alencar, Macedo Soares, Paranhos da Silva, Araripe Jr., os defensores de uma norma lusitanizante levaram ampla vantagem nessa polêmica, inclusive por terem um ponto de vista mais definido. Para os lusitanizantes, os puristas, o princípio era a rejeição de toda e qualquer forma que não tivesse a chancela de Lisboa, ao passo que os defensores de um modo próprio brasileiro tinham de sempre fazer a ressalva de que nem todo abuso seria permitido e o seu ponto de vista se fragilizava exatamente na medida em que não se sabia precisamente onde demarcar a fronteira que separava o abuso da inovação legítima.

Este processo de lusitanização da norma gramatical no Brasil foi, ao fim e ao cabo, inteiramente vencedor. No tocante ao processo de ensino, a polêmica em torno da língua

brasileira passou inteiramente despercebida. Bezerra (1985, p. 163) observa com propriedade que “a instituição escolar não se apresenta apenas insensível à polêmica sobre o português do Brasil ou sobre a realidade linguística brasileira, mas manifesta também total indiferença em relação à literatura viva”, de forma que “tudo que soa diferentemente de Portugal merece reparo ou censura” (id., ib., p. 166).

A abrangência desse ponto de vista lusitanizante pode ser evidenciada ainda no decorrer do século XX. Na 110ª edição da *Gramática Expositiva Curso Superior*, de Carlos Eduardo Pereira (1958, p. 271), vinda a lume em 1958, definem-se vícios de linguagem como as figuras de sintaxe que deturpam e desvirtuam o idioma. Entre os vícios de linguagem, arrolam-se os...brasileirismos. Pereira define brasileirismo como “os termos e frases peculiares ao português falado no Brasil” (id., ib., p. 276). Já lusitanismo é definido como as “peculiaridades do português falado em Portugal”. Apesar de se tratar de peculiaridades do falar de Portugal, o lusitanismo não constitui vício de linguagem, mas somente as peculiaridades do falar do Brasil, o que demonstra a permanência do pensamento de Nabuco de que as legítimas fontes das línguas estão no português europeu.

A esse propósito, pode-se ainda mencionar a relação de autoridades clássicas que amplamente autorizam as teorias da gramática de Pereira (1958, p. 13), conforme o quadro abaixo:

**Quadro 2** – Autoridades clássicas de referência da Gramática expositiva de Pereira

Autor	Nacionalidade	Data de nascimento/morte
Alexandre Herculano	português	1810-1870
Antônio Feliciano de Castilho	português	1800-1875
José Maria Latino Coelho	português	1825-1891
João Batista da Silva Leitão d'Almeida Garret	português	1799-1854
Antônio Gonçalves Dias	brasileiro	1823-1864
M. Odorico Mendes	brasileiro	1799-1864
João Francisco Lisboa	brasileiro	1812-1863
Luís Augusto Rebelo da Silva	português	1822-1871
Camilo Castelo Branco	português	1825-1890
Filinto Elísio, Francisco Manuel dos Nascimento	português	1734-1819
Padre Antônio Pereira	português	1725-1797
Padre Antônio Vieira	português	1608-1697
Padre Manuel Bernardes	português	1644-1710

Frei Luís de Sousa	português	1555-1632
Jacinto Freire de Andrade	português	1597-1657
D. Francisco Manuel de Melo	português	1608-1666
Sá de Menezes	português	1600-1664
Francisco Rodrigues Lobo	português	1580-1622
Luís de Camões	português	1524-1580
Gil Vicente	português	1465-1536

A Gramática Expositiva de Carlos Eduardo Pereira, cuja primeira edição data de 1907, foi a gramática de referência da Língua Portuguesa durante a primeira metade do século XX. Seu conceito de brasileirismo e o rol de autores que fundamentam as suas teorias não deixam margem a dúvidas de que a concepção purista e lusitanizante foi vitoriosa no embate que definiu a norma gramatical, pedagógica do português no Brasil.

É importante frisar que a consolidação desse processo de lusitanização da norma gramatical se deu ao longo do século XIX. Os textos coligidos por Edith Pimentel Pinto mostram claramente a trilha dessa marcha. Inicia-se com as posições românticas dos separatistas e dialetistas, passando pelos legitimistas e desembocando no apogeu do vernaculismo, no fim do século XIX.

Também o estudo que Pagotto (2013) realizou sobre o padrão de escrita empregado nas redações das Constituições de 1824 e 1891 aponta para uma alteração nos padrões normativos que norteiam a escrita de uma e outra Constituição. Pagotto analisou, entre outros fenômenos, a posição dos clíticos, o emprego de *onde* e *aonde*, a variação na presença de preposições antes de relativas e completivas e chegou à conclusão de que a Constituição de 1891 foi escrita no padrão lusitano hoje vigente nas gramáticas normativas, mas a Constituição de 1824 fora escrita com base no padrão do português clássico, com construções que estariam em desacordo com a *norma-padrão* hodierna, como se pode verificar no emprego de clíticos iniciando orações, no uso indistinto de *onde* e *aonde* ou na ausência de preposições em orações completivas:

Art. 55. Se a Camara dos Deputados adaptar o Projecto, o remetterá á dos Senadores com a seguinte formula - A Camara dos Deputados envia á Camara dos Senadores a Proposição junta do Poder Executivo (com emendas, ou sem ellas) e pensa, que ella tem logar.

(...)

Art. 104. O Imperador não poderá sahir do Imperio do Brazil, sem o consentimento da Assembléa Geral; e se o fizer, se entenderá, que abdicou a Corôa.

(...)

Art. 131. Haverá diferentes Secretarias de Estado. A Lei designará os negocios pertencentes a cada uma, e seu numero; as reunirá, ou separará, como mais convier.

(...)

Art. 53.O Poder Executivo exerce por qualquer dos Ministros de Estado a proposição, que lhe compete na formação das Leis; e só depois de examinada por uma Comissão da Camara dos Deputados, aonde deve ter principio, poderá ser convertida em Projecto de Lei.

(...)

Art. 41. Cada Provincia dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados, com a differença, que, quando o numero dos Deputados da Provincia fôr impar, o numero dos seus Senadores será metade do numero immediatamente menor, de maneira que a Provincia, que houver de dar onze Deputados, dará cinco Senadores. (grifos nossos)

Pagotto (2013, p.40) mostra que a norma escrita se alterou entre 1824 e 1891. Para ele, foi nesse espaço de tempo que Portugal atribuiu o estatuto de norma culta às mudanças que por lá se operavam. Segundo o autor, o romantismo português popularizou a escrita e defendia uma aproximação com o público leitor, com a incorporação de alterações ocorridas na fala.

Esse processo de incorporação de características da fala, se ocorreu em Portugal, não se verificou no Brasil, conforme explica Pagotto (p.41):

enquanto em Portugal os autores românticos conferem às formas novas (no caso, a ênclise) o estatuto de formas de prestígio, no caso do Brasil, as mudanças aqui ocorridas não são incorporadas como modelo de língua a ser seguido. No Brasil, terminamos o século XIX com uma nova norma importada de Portugal. O movimento em Portugal parece bem claro: uma nova gramática emerge e, aos poucos, vai tomando a escrita, até se expandir completamente no século XIX. No Brasil, a gramática antiga é abandonada por outra, moderna, sem que isto passe necessariamente pela incorporação de formas do português brasileiro falado.

O estudo de Pagotto tem o mérito de indicar a direção e o momento da mudança da norma-padrão da escrita: a inflexão da mudança se deu na direção do padrão lusitano e o momento da mudança se deu no período decorrido entre 1824 e 1891. A história dos embates linguísticos nesse interregno mostra que a adoção do padrão lusitano não foi isento de controvérsias, mas, ao fim e ao cabo, foi inteiramente vencedor.

Esboçadas as linhas gerais dos processos sócio-históricos que delinearam as grandes vertentes que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira, pode-se, à guisa de resumo, esboçar as seguintes premissas, que nortearão, explícita ou implicitamente, as análises a serem realizadas nos capítulos 4 e 5:

- a) Ao longo de 500 anos de história brasileira, configuraram-se três grandes vertentes linguísticas: uma *norma popular*, de origens predominantemente rurais, própria dos segmentos com pouca ou nenhuma escolarização, moradores da área rural e das periferias empobrecidas dos centros urbanos; uma *norma culta/comum/standard*, própria dos agrupamentos urbanos escolarizados; e uma *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, codificada em gramáticas normativas e objeto de ensino nas escolas, modelada conforme os padrões de fala e escrita lusitana;
- b) A *norma popular*, de origens predominantemente rurais, caracteriza-se por significativas alterações no tocante à morfossintaxe e tende a reduzir suas diferenças mais salientes em decorrência do maior contato com a *norma culta/comum/standard*, notadamente ao longo do século XX, devido ao êxodo rural, disseminação dos meios de comunicação de massa e universalização do ensino;
- c) A *norma culta/comum/standard* apresenta, paulatina e progressivamente, diferenças em relação à *norma-padrão/gramatical/pedagógica* de matiz lusitano, em um processo acelerado ao longo do século XX em virtude do maior contato com a *norma popular*;
- d) A *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, calcada em padrões lusitanos de fala e escrita, com importantes diferenças em relação à *norma culta/comum/standard*, permanece, a despeito da emancipação da língua literária brasileira, como a referência para a prática escolar de ensino da língua portuguesa e modelo para as situações oficiais e formais, particularmente na escrita;
- e) Cada uma dessas normas decorre de processos históricos específicos e apresenta sua própria lógica gramatical, com suas específicas características lexicais, morfológicas, sintáticas e semânticas.

Ver-se-á, nas análises a serem realizadas nos capítulos seguintes, que a definição primeira da concepção que se denominou *norma curta* neste trabalho é exatamente a redução da língua portuguesa à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, modelada segundo os cânones lusitanos.

Buscar-se-á também demonstrar que o seu efeito ideológico primeiro é impedir a percepção do português como um feixe de variedades, em que a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* desponta como um componente deste conjunto, decerto o que mais goza de prestígio sociocultural, mas, nem por isso, único. O primeiro efeito da *norma*

curta, portanto, é fazer esquecer que, como disse Ledo Ivo, todas as vozes são vozes da língua.

No quadro abaixo, reproduzido de Castilho (2010, p. 206-209), com adaptações, estão elencadas algumas diferenças fonéticas, morfológicas e sintáticas entre as três normas: a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, a *norma culta/comum/standard* e a *norma popular*.

**Quadro 3** – Diferenças entre a norma-padrão/gramatical/pedagógica, norma culta/comum/standard e norma popular

<b>Norma-padrão, gramatical ou pedagógica</b>	<b>Norma culta/comum/standard</b>	<b>Norma popular</b>
<b>FONÉTICA</b>		
Ausência da ditongação das vogais tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mês, luz</i> .	Ausência de ditongação das vogais tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mês, luz</i> .	Ditongação das vogais tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mêis, luiz</i> .
Ausência de nasalação das vogais átonas iniciais: <i>exame, educação, eleição, identidade</i> .	Execução oral da átona inicial, flutuando sua altura em pronúncias como <i>exame/izame, educação/iducção</i> .	Nasalação das vogais átonas iniciais: <i>inzame, indução, inleição, indentidade</i> .
Execução do ditongo em contexto palatal: <i>caixa, peixe, beijo, queijo</i> .	Monotongação: <i>caxa, pexe, bejo, queijo</i> .	Mesmas características da <i>norma culta/comum/standard</i>
Execução da palatal lh: <i>orelha, velho</i> .	Manutenção da palatal: <i>orelha, velho</i> .	Iodização da palatal: <i>ureia, veiu</i> .
Execução dos ditongos crescentes átonos em posição final: <i>ciência, experiência, negócio, paciência</i> .	Manutenção desses ditongos: <i>ciência, experiência, negócio, paciência</i> .	Monotongação dos ditongos crescentes átonos em posição final: <i>ciença, experiença, negoço, paciença</i> .
Ausência de rotacização em final de sílabas e em grupos consonantais: <i>malvado, planta</i> .	Manutenção do [l]: <i>malvado, planta</i> .	Troca do [l] por [r]: <i>marvado, pranta</i> .
Manutenção das consoantes [d] e [b] quando precedidas de vogal nasal: <i>andando, fazendo, embora</i> .	Manutenção dessas consoantes na fala formal: <i>andando, fazendo, embora</i> . Na fala espontânea, perda dessa consoante.	Perda das consoantes [d] e [b], quando precedidas de vogal nasal: <i>andano, fazeno, emora</i> .
<b>MORFOLOGIA</b>		
Marcação redundante do plural nos sintagmas nominais: <i>os homens, as pessoas</i> .	Manutenção das regras redundantes de marcação do plural, salvo na fala rápida: <i>os homens, as pessoas</i>	Pera progressiva do -s para marcar o plural, que passa a ser expresso pelo artigo: <i>os homi, as pessoa</i>

<i>Tu</i> é o pronome pessoal de 2ª pessoa do singular	Alteração no quadro dos pronomes pessoais: usa-se <i>tu</i> nas regiões Norte e Sul do país, e na cidade do Rio de Janeiro, neste caso sem com ele concordar o verbo: <i>tu sabe de uma coisa?</i>	Alteração no quadro dos pronomes pessoais: substituição de <i>tu</i> por <i>você</i> na maior parte do país; o uso de <i>tu</i> ocorre em variação com <i>você</i> .
Não admite o emprego de <i>nós</i> por <i>a gente</i>	Substituição progressiva de <i>nós</i> por <i>a gente</i>	Substituição de <i>nós</i> por <i>a gente</i>
O reflexivo <i>se</i> refere-se à terceira pessoa gramatical	O reflexivo <i>se</i> mantém seu traço de terceira pessoa gramatical ( <i>ele se esqueceu</i> ) ou é omitido ( <i>eu esqueci, eu formei em 1980</i> )	O reflexivo <i>se</i> perde o traço de terceira pessoa gramatical: <i>eu se esqueci, nós não se falemo mais</i>
Emprego do pronome oblíquo <i>o</i> como objeto direto e <i>lhe</i> como objeto indireto, ambos de terceira pessoa	Difunde-se a perda do <i>o</i> na língua falada, para referência à segunda e terceira pessoas, mantendo-se na língua escrita	Difunde-se a perda do <i>o</i> na língua falada, para referência à segunda e terceira pessoas.
Emprego de <i>lhe</i> como objeto indireto para a terceira pessoa.	Difunde-se a perda do <i>lhe</i> para referência à terceira pessoa, sendo substituído por <i>pra ele/pra ela</i> ; Mantém, porém, o uso de <i>lhe</i> para referência à segunda pessoa em variação com <i>te</i> em algumas regiões ( <i>eu lhe mato/eu te mato</i> ), mantendo-se igualmente na língua escrita	Generalização do pronome <i>lhe</i> como objeto direto quando em referência à segunda pessoa ( <i>eu não lhe vi, eu não lhe conheço</i> ) em que <i>lhe</i> é realizado como [lê], [li].
Quadro completo dos pronomes possessivos <i>meu/teu/seu</i> , com emprego de <i>seu</i> em referência à terceira pessoa	Redução do quadro dos pronomes possessivos para <i>meu/seu/dele</i> , com perda progressiva de <i>teu</i> nas regiões em que desapareceu o <i>tu</i> , e de <i>seu</i> em referência à terceira pessoa	Mesmas características da norma culta/comum/standard
Quadro completo dos pronomes demonstrativos <i>este/esse/aquele</i> , empregando-se <i>este</i> para indicar objetos próximos à primeira pessoa, <i>esse</i> para indicar objetos próximos à segunda pessoa e <i>aquele</i> para indicar objetos remotos	Redução dos pronomes demonstrativos a dois tipos, <i>este/esse</i> vs. <i>aquele</i> , perdendo-se a distinção lexicalmente marcada entre primeira e segunda pessoa. <i>Este/esse</i> ocorrem para indicar objetos próximos ou para retomar informações próximas, mantendo-se <i>aquele</i> para indicar objetos e informações remotas	Mesmas características da norma culta/comum/standard
Emprego dos pronomes relativos <i>que, cujo e onde</i> .	Generalização do pronome relativo <i>que</i> , perdendo-se <i>cujo</i> e	Mesmas características da norma

	<i>onde.</i>	<i>culta/comum/standard</i>
Manutenção da vogal temática no presente e no pretérito perfeito do indicativo: <i>ficamos, falamos, bebemos.</i>	Manutenção da vogal temática, continuando indistintos o presente e o pretérito: <i>ficamos, falamos, bebemos</i>	Elevação da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo: <i>fiquemu, falemu, bebimu</i> , distinguindo-se do presente <i>ficamu, falamu, bebemu.</i>
Morfologia verbal com seis formas verbais diferentes: <i>eu falo/tu falas/ele fala/nós falamos/vós falais/eles falam</i>	A morfologia de pessoa reduz-se a três formas (às vezes, a quatro formas diferentes): <i>eu falo, você fala, ele fala, a gente fala, vocês falam, eles falam.</i> Quando ocorre <i>nós</i> , ocorrerá a quarta forma: <i>nós falamos.</i>	Simplificação na morfologia de pessoa, reduzindo-se a conjugação a apenas duas formas verbais diferentes: <i>eu falo, você fala, ele fala, a gente fala, vocês fala, eles fala.</i> Ouve-se também, por hipercorreção, <i>a gente falamos.</i>
<b>SINTAXE</b>		
Concordância nominal redundante e obrigatória, com marcação do plural no núcleo do sintagma nominal e nos determinantes e qualificativos: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos.</i>	Manutenção da concordância nominal com redundância de marcas: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos.</i>	Simplificação da concordância nominal: (i) expressa pelo determinante: <i>as pessoa.</i> (ii) simplificação acentuada quando o substantivo e o adjetivo vêm no diminutivo ( <i>aqueles cabelim branquim</i> ).
Concordância verbal redundante e obrigatória: <i>as pessoas falam, falam, mas não resolvem nada.</i>	Manutenção da concordância do verbo com o sujeito anteposto: <i>as pessoas falam, falam, mas não resolvem nada.</i>	Simplificação da concordância verbal: <i>as pessoas fala, fala, mas não resolve nada.</i>
Objeto direto expresso obrigatoriamente pelo pronome oblíquo de terceira pessoa <i>o</i> : <i>eu o vi; eu não o conheço.</i>	Omissão do objeto direto em 70% dos casos: <i>eu vi.</i> Na fala culta espontânea é comum dizer-se <i>eu vi ele</i> , nas mesmas proporções da fala popular. Dependendo da região, amplia-se o uso de <i>lhe</i> como objeto direto, quando em referência à segunda pessoa: <i>eu lhe vi, mas não lhe reconheci.</i> O mesmo ocorre na escrita, em que oscilações do tipo <i>isso o agrada/o interessa/este amor lhe levou a fazer loucuras se</i>	Omissão do objeto direto: <i>eu vi.</i> Quando expressa, essa função vem preenchida pelo pronome <i>ele</i> ( <i>eu vi ele</i> ) ou por <i>lhe</i> , em referência à segunda pessoa ( <i>eu não lhe conheço</i> ).



	devem à falta de familiaridade com os clíticos.	
<i>Ter</i> não pode ser empregado nas construções existenciais.	Uso de <i>ter</i> nas construções existenciais. Manutenção de <i>haver</i> existencial na língua escrita	Uso de <i>ter</i> nas construções existenciais: <i>Hoje tem aula.</i>
Não se reconhece a construção de tópico	Abundância de construções de tópico sujeito, com retomada pronominal no interior da oração: <i>A menina, ela chegou agora mesmo.</i>	Mesmas características da <i>norma culta/comum/standard</i>
Emprego das preposições exigidas pelo verbo nas construções relativas encaixadas e manutenção do pronome relativo <i>cujo</i> : <i>o menino que chegou trouxe a correspondência, a pessoa em quem eu confio, o doce de que eu gosto, perdi a revista cuja capa estava rasgada.</i>	Preferência pela oração relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo ( <i>perdi a revista que a capa estava rasgada, a pessoa que eu confio, o doce que eu gosto</i> ) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo ( <i>o menino que ele chegou trouxe a correspondência, a pessoa que eu confio nela, o doce que eu gosto dele</i> ). Nos dois casos, nota-se que o pronome relativo se "despronominaliza", transformando-se cada vez mais numa conjunção. Na língua escrita, discreta preferência pela oração relativa padrão: <i>a pessoa em quem eu confio, o doce de que eu gosto</i> . Mesmo nesta variedade, há variação entre cortadoras e copiadoras. Nos registros do Projeto Nurc, o relativo <i>cujo</i> desapareceu por completo.	Preferência pela oração relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo ( <i>perdi a revista que a capa estava rasgada, a pessoa que eu confio, o doce que eu gosto</i> ) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo ( <i>o menino que ele chegou trouxe a correspondência, a pessoa que eu confio nela, o doce que eu gosto dele</i> ). Nos dois casos, nota-se que o pronome relativo se "despronominaliza", transformando-se cada vez mais numa conjunção.

## 4 ANÁLISE DE FENÔMENOS LINGUÍSTICOS

### 4.1 INTRODUÇÃO

Nos pressupostos teóricos deste trabalho, estabeleceu-se a premissa de que as línguas naturais são constitutivamente heterogêneas e caracterizadas pelo fenômeno da variação e mudança. Paralelamente, buscou-se, por meio do conceito de norma, dar conta do fato de que as línguas naturais se caracterizam pela coexistência de conjuntos sistemáticos de fenômenos léxicos, fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos, ou, dito de outra forma, de que toda língua natural implica uma pluralidade de normas. Paralelamente a esse conceito de norma, no sentido de normal, recorreu-se também ao conceito de norma, no sentido de normativo, identificando a existência de padrões linguísticos ideais adotados por uma comunidade linguística.

Objetivou-se, também, caracterizar a realidade linguística brasileira por meio de uma configuração tripartite, formada por um conjunto de normas populares, típicas dos segmentos não escolarizados e menos favorecidos do ponto de vista socioeconômico – aqui denominadas *norma popular* –, um conjunto de normas comuns aos grupos urbanos escolarizados das camadas médias e altas da sociedade, que se constituem em referência de prestígio para a comunidade – aqui chamadas de norma *culta/comum/standard* –, e uma norma delineada em gramáticas normativas, objeto de ensino nas escolas, aqui chamada de *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

Procurou-se também definir um fenômeno corrente na apreciação da realidade linguística brasileira, a que se denominou *norma curta*, que consiste, essencialmente, em reduzir a língua a uma só de suas variedades, com a rejeição *in limine* de todas as demais normas que a compõem, além da recusa à incorporação de novas variantes que surgem e se estabelecem como fatos linguísticos regulares à revelia da norma considerada “correta”.

Com o objetivo de precisar o conceito de *norma curta* a ser empregado neste trabalho, definiram-se os seguintes aspectos: (i) a rejeição de formas e construções linguísticas oriundas da norma *culta/comum/standard*, quando já recepcionadas pelos instrumentos normativos de referência; (ii) rejeição de formas e construções linguísticas componentes da própria tradição normativa; (iii) emissão de juízos apriorísticos contraditados pelos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa; e (iv) manifestações de intolerância não somente contra as

variedades diversas da *norma-padrão*, mas também contra seus próprios falantes, materializada na desqualificação pessoal destes.

Neste capítulo, discutir-se-ão fenômenos linguísticos abordados por Ramos que apontem para a materialização dos aspectos definidos como *norma curta*. Tais fenômenos ocorrem em diversos níveis da organização linguística, na medida em que Ramos aborda fenômenos fonéticos, morfossintáticos e semânticos, mas as considerações a serem feitas terão como diretriz unificadora (i) a discussão tecida em volta da existência de variantes nesses diversos níveis de linguagem em que uma delas é rejeitada, mas encontra apoio em instrumentos normativos de referência da língua portuguesa, definidos no capítulo 2 deste trabalho, ou (ii) a constatação da desqualificação das normas distintas da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* ou de seus falantes. Far-se-á também a análise de algumas lições que objetivam estender a *norma-padrão* a registros em que ela não é aplicável ou que desconsideram elementos contextuais e estilísticos.

As análises serão efetuadas, levando em consideração, explícita ou implicitamente, os pressupostos teóricos delineados no capítulo primeiro deste trabalho, empregando-se os instrumentos normativos de referência selecionados no capítulo 2, sem deixar de envolver, quando necessário, outros aspectos teóricos que possam fundamentar as análises.

#### 4.2 NÃO MORDA A LÍNGUA PORTUGUESA: O LIVRO E SUA AUTORA

O livro *Não morda a língua portuguesa* teve a sua primeira edição em 2000 e revelou-se um sucesso de vendas em Sergipe, atingindo sua 10ª edição em junho de 2014. O prefácio, escrito pelo professor José Araújo Filho, esclarece que o livro reúne os comentários diários que a autora faz em programas da FM Sergipe (Se ligue na Língua), da Rádio Aperipê AM (Tire suas dúvidas) e da TV Cidade (Não morda a Língua) e observa que se trata de programas de boa aceitação nos diversos segmentos da população. Filia o livro a “uma longínqua e ortodoxa tradição que idealiza um modelo de língua, que toma como padrão o uso da elite culta”, considerando-o descendente do *Appendix Probi*. Descreve a autora como aguerrida defensora da denominada norma culta, que “combate os mínimos deslizes na pronúncia, na flexão verbal e nominal, na sintaxe”, policiando “o uso descuidado de quem fala de qualquer jeito, sem se preocupar com o rigor semântico” (RAMOS, 2010, p. 9).

O surgimento no final dos anos 90, a íntima ligação com a mídia, a atitude “policialesca” e a ampla repercussão nos diversos segmentos da comunidade sergipana fazem

do livro a materialização, no Estado, do fenômeno do recrudescimento da argumentação normativista, fenômeno este observado por Castilho.

O objetivo do trabalho consistiu inicialmente em analisar a sua 9ª edição. Contudo, vindo a lume a 10ª edição e apresentando esta alterações mínimas em relação à edição anterior, a análise terminou por centrar-se na 10ª edição, com remissão à 9ª edição quando se verificou alguma alteração.

O livro pode ser dividido em três partes. Na primeira, que ocupa as páginas 21-78, fazem-se breves considerações sobre a nova ortografia, colocação pronominal, concordância verbal, concordância nominal, crase, pontuação e algumas alterações ortográficas decorrentes do novo Acordo ortográfico. Na segunda, intitulada “Desrespeito à língua portuguesa”, concentra-se a maior parte do livro, ocupando as páginas 79-353. Como sugere o título, a autora seleciona fatos linguísticos que ela considera “errados” e prescreve as formas “corretas”. O escopo das lições abrange fenômenos fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos. São tais lições prescritivas que constituirão o cerne da análise. Por fim, na última parte, intitulada “Como anda a sua linguagem”, a autora apresenta 100 questões de múltipla escolha, em que o leitor deve optar entre uma de duas possibilidades. Trata-se de questões simples, diretas, que ocupam as páginas 355-364.

O prefaciador observa também que não se deve buscar no livro “reflexões sobre as teorias linguísticas nem sociolinguísticas”, uma vez que este não é o objetivo da autora, nem a sua área, e salienta o utilíssimo serviço prestado pela obra, com seus “conselhos de como usar o idioma à luz da gramática da variante padrão”(RAMOS, 2010, p. 9).

Contrariando a recomendação de Araújo Filho, este trabalho tem em mira exatamente analisar tais conselhos, objeto da segunda parte da obra, adotando um olhar fundamentalmente sociolinguístico.

Por fim, o livro traz dados biográficos da autora, sergipana formada em Letras pela Universidade Federal de Sergipe, com pós-graduação pela Universidade Católica da Bahia. Além de roteirista e apresentadora de programas radiofônicos e televisivos, consta no livro que a autora é

Palestrante de seminários em nível nacional. Revisora de jornais da Arquidiocese de Aracaju, de monografias, projetos e teses de doutorado. Há vinte anos, é ministrante de cursos de capacitação em língua portuguesa e redação oficial aos profissionais de empresas, Tribunais de Contas e da Justiça, Secretarias de Estado e do Município. Presta serviços na Câmara de Vereadoras de Aracaju como revisora de documentos oficiais da presidência. Presta assessoria a jornalistas e repórteres da imprensa local.

Deve-se mencionar, também, que o livro *Não morda a língua portuguesa* foi lançado em braile. Notícia do sítio do Senado Federal na internet o registra como o primeiro “em linguagem tátil sobre o bom uso da língua portuguesa”, vide <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/05/23/livro-em-braile-sobre-a-lingua-portuguesa-e-lancado-no-senado> < acesso em 27jan2015 >

Feita esta breve descrição da obra e sumária nota sobre a autora, parte-se agora para a análise de suas lições.

#### 4.3 A NEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE FENÔMENOS LINGUÍSTICOS

Este trabalho tem como uma de suas epígrafes a constatação de Aryon Rodrigues de que:

quase tudo que se tem escrito sobre língua padrão (ou norma linguística) no Brasil está prejudicado por uma atitude normativa e muito subjetiva, que procura impor à sociedade um padrão, em lugar de procurar descobrir o padrão ou os padrões naturalmente constituídos na sociedade (RODRIGUES, 2004, p. 15)

Ao abordar a constituição da norma pedagógica do português, Castilho (1980, p.10) também observou que o gramático, em vez de procurar identificar tais padrões constituídos na dinâmica social, atribui a si o papel decisivo na fixação da regra.

Não obstante muito se tenha feito em termos de descrição linguística, desde a constatação de Aryon até a época atual, pode-se identificar a existência de toda uma produção voltada para a *norma-padrão* que não leva em consideração a existência dessa descrição para a definição de padrões constituídos naturalmente na sociedade, tais como livros de “não erre mais”, colunas jornalísticas, manuais de redação de jornais de grande circulação e de órgãos da Administração Pública. A regra, nessa produção, é a assunção de um conjunto de preceitos normativos repetidos pela tradição, tomados como absolutos, sem espaço para a existência de variantes inovadoras, ainda que amplamente utilizadas em textos escritos pelas camadas escolarizadas da sociedade. Tampouco se reconhece, nessa produção, a variação estilística, salvo uma rígida diferença entre uma fala informal contraposta a uma escrita formal.

O desapareço pela visão descritiva como a fonte para a instituição de padrões linguísticos normativos é agravado pelo fato de nossa *norma-padrão* ser calcada em modelos lusitanos de fala e escrita, vigentes à época do romantismo português novecentista, padrões estes que não são mais rigorosamente observados na literatura modernista brasileira, após

1922. Ora, se a identificação objetiva de padrões constituídos naturalmente na sociedade não é o foco do discurso sobre a *norma-padrão* e se esta não encontra respaldo na literatura moderna, a discussão sobre a *norma-padrão* fica restrita à verificação da conformidade com preceitos da tradição gramatical normativa e, não raro, a formulações subjetivas de estudiosos que terminam por se atribuir o papel de decidir o que é a *norma-padrão*.

Tais formulações subjetivas podem ser atestadas, em regra, na emissão de juízos categóricos que não estão de acordo com instrumentos normativos de referência da língua portuguesa ou não levam em conta possibilidades previstas nesses instrumentos. Contudo, talvez não haja melhor ilustração dessa subjetividade do que formulações em que se nega a própria realidade empírica dos fenômenos linguísticos. Trata-se do paradoxo que consiste em declarar inexistente aquilo que existe, que pode ser comprovado factualmente. Para evidenciar esse paradoxo, analisar-se-ão as lições de Ramos acerca das formas linguísticas *menas*, *somatória*, *maquinário*, *de frente de*, *detetar*, *massivo*, *necrópsia* e *descriminalizar*.

#### 4.3.1 Menas existe?

Nada mais emblemático, nesse sentido, do que partir da forma linguística *menas*. Ramos ensina que:

Falando ao telefone com a secretária de um nobre empresário sobre a ministração de um curso em três horas e sabe o que ela me perguntou?  
Esse curso pode ser dado em *menas* horas?  
Quase morri.  
*Menas* não existe. *Menos* é o advérbio correto. Ela deveria perguntar. *Esse curso pode ser dado em menos horas?* (RAMOS, 2014, p. 99)

Ora, Possenti (2009, p. 125) chama a atenção para o fato de que se pode fazer diversas afirmações sobre a forma *menas*, “que não é forma culta, que gente educada não usa, não escreve, que dói no ouvido, pode-se dizer dela o diabo. Mas não que ela não exista”. Efetivamente, a ocorrência do fenômeno linguístico *menas* é um fato, e esse fato pode ser comprovado empiricamente. Ele ocorre, com regularidade, na fala de milhares de pessoas. Goste-se ou não, é fato que o fenômeno linguístico *menas* tem existência real.

O reconhecimento da existência da forma *menas*, contudo, não implica afirmar que tal forma seja acolhida pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. De fato, ela não é encontrada

nas gramáticas normativas e nos dicionários empregados neste trabalho<sup>26</sup>. Pode-se também afirmar que *menas* não caracteriza a *norma culta/comum/standard*, ou seja, a norma falada e escrita efetivamente empregada pelos falantes urbanos cultos. Pode-se levantar a hipótese de que ela pertença à *norma popular*, que é típica dos falantes não escolarizados, de origem rural, etc. Contudo, não se pode afirmar que ela não exista. A existência da forma *menas* é a tal ponto real que não somente é objeto de correção por Ramos, mas também figura, com destaque, na capa de seu livro *Não morda a língua portuguesa*.

#### 4.3.2 Somatória e maquinário

Poder-se-ia imaginar que a negativa da existência diria respeito ao fato de a forma não vir dicionarizada. Mas, ao discutir as variantes *somatório* e *somatória*, ensina Ramos que:

Quem disser que *somatória* existe, deve achar que *menas* também existe. (RAMOS, 2014, p. 344)

O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, editado pela Academia Brasileira de Letras, registra a forma *somatória*. Relativamente aos demais dicionários, somente o Dicionário Unesp a registra, talvez por esse dicionário se fundamentar em um critério de ocorrência num *corpus* de itens lexicais, em textos escritos no Brasil a partir de 1950. De fato, no verbete *SOMATÓRIA/SOMATÓRIO*, o Dicionário Unesp observa que a “variante **somatória**, embora tradicionalmente condenada, é mais usada.” Neves (2003, p. 718) também observa que a variante feminina *somatória* “é mais frequente que a masculina (63%), nos diversos registros.”

Não obstante a materialização da forma *somatória* em textos escritos e em diversos registros, poder-se-ia argumentar que esse item não teve acolhimento generalizado em todos os dicionários. Mas também não parece ser esta a razão da “não existência”. De fato, quando discute a forma linguística *maquinário*, Ramos afirma o seguinte:

Maquinário? Você sabia que não existe esta palavra?  
A língua culta só aceita maquinaria.  
Se existisse maquinário, também existiria marcenária em vez de marcenaria. (RAMOS, 2014, p. 106, grifo nosso)

---

<sup>26</sup>No dicionário Houaiss, no verbete *menos*, consta a seguinte observação: No Brasil, na linguagem coloquial desescolarizada, ocorre a forma deturpada *menas* (pron. indef.), em concordância de gênero com o subst. que se segue (*menas confiança comigo, hein?*). No Volp, consta o registro de *menas* como substantivo feminino de dois números.

Ramos assevera que a forma *maquinário* não existe. No entanto, ela está dicionarizada no *Houaiss*, no *Aurélio*, no *Dicionário Unesp* e no *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras*. No *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* e no *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara*, *maquinário* é registrada como sinônimo de *maquinaria*. Sacconi a registra, em seu dicionário, como variante popular, e, em seu *Não erre mais*, observa que o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa – Volp* registra ambas: *maquinaria* e *maquinário*. Neves (2003, p. 502) registra que, em sua pesquisa sobre o efetivo uso em textos escritos dos mais variados gêneros, a forma *maquinário* foi a mais usual (quase 70%). A declaração de inexistência da palavra *maquinário*, portanto, carece de qualquer fundamento objetivo, já que a forma está registrada em dicionários gerais da língua portuguesa, em dicionários recomendados pelo Ministério da Educação e Cultura, pela Academia Brasileira de Letras, e pelo próprio Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – instrumento oficial para inventariar o léxico do português.

Importante observar que Ramos (2010, p. 120), ao discutir a grafia da forma *aficionado*, observa que “aficionado é errado porque não está registrado no vocabulário da Academia Brasileira de Letras, nem nos dicionários”. Se o Volp e os dicionários são base para estabelecer a correção da forma *aficionado*, por que não o seriam para atestar a existência da forma *maquinário*?

A outra afirmação discutível é que “*a língua culta só aceita maquinaria*”. Por que a “língua culta” não pode aceitar uma forma – *maquinário* –, que está dicionarizada em instrumentos de referência da língua portuguesa, consta do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, publicado pela Academia Brasileira de Letras, instrumento oficial para registro da ortografia da língua portuguesa no Brasil, e que, em textos de elevada monitoração estilística – dos tipos romanesco, oratório, técnico-científico, jornalístico e dramático –, foi a mais usual (quase 70%)? De fato, a forma *maquinário* faz parte da *norma culta/comum/standard*, ou seja, da norma efetivamente empregada pelos falantes brasileiros cultos. O que se pretende é, de fato, considerá-la não integrante da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. Contudo, pode-se invocar Jespersen – o critério do uso, conjugado com o da autoridade – para defender a possibilidade de emprego da forma *maquinário* como equivalente de *maquinaria*.

#### **4.3.3 Defronte de ou defronte a**

Um outro exemplo seria a locução prepositiva *defronte a*. Por duas vezes Ramos se refere a essa locução:



Fiquei defronte de e não defronte a.  
Fiquei defronte do cinema.  
Sentamo-nos bem defronte do palco.  
Em português só existe defronte de. (Ramos, 2014, p. 106, grifo nosso)

Não fique defronte ao cinema esperando alguém que não vem, porque em português só há defronte de (RAMOS, 2014, p. 287, grifo nosso).

Mais uma vez, Ramos assevera não existir tal locução em português. Em consulta às gramáticas de Bechara, Cunha & Cintra e Cegalla, observa-se que os três arrolam a locução *defronte de*, mas não *defronte a*. Contudo, é preciso salientar que Bechara (2009, p. 305) faz menção às principais preposições e locuções prepositivas, Cunha & Cintra (2008, p. 570) arrolam algumas locuções prepositivas e Cegalla (2008, p. 270) finaliza o seu rol com etc. O fato de *defronte a* não estar relacionada nessas gramáticas não implica, portanto, deduzir que está impugnada. Observe-se que Cegalla e Bechara definem locução prepositiva como a estrutura constituída de, em geral, advérbio ou locução adverbial seguida de preposição. Bechara, por sua vez, menciona que as preposições são *de*, *a* ou *com*. Em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, Cegalla (2008, p. 117) ensina que as duas locuções são corretas e “que não há motivo para censurar a locução *defronte a*, abonada por escritores de renomes”, citando Houaiss e Afonso Arinos de Melo Franco.

Neves (2003, p. 247) observa que, a despeito de alguns manuais normativos censurarem o emprego da preposição *a* com *defronte*, a locução *defronte a* “é a expressão mais usada (60%), e nos diversos níveis de linguagem.

Costa (2007, p. 349-350) cita a lição de Arnaldo Niskier de que a forma correta é *defronte de* e a lição de Cegalla quanto à aceitabilidade de ambas as formas e arremata: “ante a divergência entre os doutos, mais uma vez se aplica o vetusto princípio de que, na dúvida, é de se ampliar a possibilidade de uso de tais estruturas (*in dubio, pro libertate*).”

À exceção do Michaelis, todos os dicionários empregados neste trabalho registram ambas as locuções, inclusive o de Bechara. Luft a registra em seu *Dicionário prático de regência nominal*. Cabe acrescentar que Aurélio citou, a título de abonação da locução *defronte a*, o seu emprego por aquele que talvez seja o nosso maior escritor, Machado de Assis.

Novamente não há base objetiva para considerar inexistente uma locução que é registrada nos dicionários de ilustres filólogos, cuja ocorrência é atestada em textos escritos, inclusive como a variante mais empregada nos diversos níveis de linguagem, e que foi utilizada por escritores de nomeada, entre os quais Machado de Assis.

#### 4.3.4 Detetar

Outra afirmação acerca da não existência de uma forma linguística diz respeito à lição sobre a grafia e pronúncia da palavra *detectar*. Ramos assevera que:

Detectar ou detetar?

Escreva e diga sempre detectar, já que não existe nem nunca existiu detetar. Da mesma fora: bactéria, cacto, caracteres, néctar, hectare, intelecto, invicto, mictório, pacto, etc. (RAMOS, 2014, p. 291, grifo nosso)

Chama a atenção a afirmativa de que a palavra *detetarnão existe nem nunca existiu*. A forma *detetar* está registrada no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – Volp*, no *Houaiss* e no *Novíssimo Aulete* como variante de *detectar*. O Dicionário de Bechara não a registra como entrada, mas informa que se trata de outra forma de *detectar*. Consulta ao dicionário *Priberam*, na internet, no endereço <http://www.priberam.pt/DLPO/detetar> < acesso em 13jan2014> indica que *detetar* é a grafia de *detectar* em Portugal.

Além das observações acima, deve-se acrescentar que, com a promulgação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Decreto nº 6.584, de 29 de setembro de 2008, ambas as formas serão consideradas corretas tanto no Brasil quanto em Portugal, consoante regra inserta na Base IV, 1º, alínea “c”:

1º) O *c*, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

(...)

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: *aspecto* e *aspeto*, *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*, *facto* e *fato*, *sector* e *setor*, *ceptro* e *cetno*, *concepção* e *conceção*, *corrupto* e *corruto*, *recepção* e *receção*.

Observa-se, também, que Ramos impugna *cato*, forma expressamente prevista na exemplificação do Acordo Ortográfico como equivalente de *cacto*.

#### 4.3.5 Massivo, necrópsia e descriminalizar

Ainda sobre as afirmações da inexistência de fenômenos linguísticos, ocorrem dois exemplos que chamam a atenção não somente pela declaração de inexistência em si, mas também pela afirmação de que tais fatos não encontram guarida em dicionários. Assim é que, ao discutir a palavra *massivo*, Ramos (2014, p. 254) assevera que:

Minha gente, *massivo* não existe em nenhum dicionário. (grifo nosso)

Observa-se, contudo, que a palavra *massivo* está registrada no *Volp*, a quem incumbe, por delegação legal, inventariar o léxico do português. Também a registram o *Dicionário Unesp*, o *Aurélio* e o *Sacconi*. Não a registram o *Michaelis*, o *Houaiss*, o *Dicionário de Bechara* e o *Dicionário da ABL*. Neves não a relaciona em seu *Guia de usos*. O fato de nem todos os dicionários a registrarem aponta para a hipótese de que se trata de palavra de introdução recente na língua. Sacconi defende o emprego de *maciço* em vez de *massivo*, mas observa que esta palavra está no *Volp*. Ramos, contudo, em suas 9ª e 10ª edições, respectivamente de 2010 e 2014, não só nega a sua existência – apesar do *Volp* –, mas também nega o próprio registro no *Volp*, cuja última edição é de 2009, no *Dicionário Unesp*, cuja edição é de 2004, e no *Aurélio*, de 2010.

Na página 159, Ramos assevera que “não existe a pronúncia da palavra *necrópsia* e sim *necropsia*”. E, logo a seguir, acrescenta: “O Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras só registra *necropsia*”. A 10ª edição do livro de Ramos é de 2014, mas a 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 2009, já registra a variante *necrópsia*, a par da variante *necropsia*. Neves (2003, p. 537) observa que a forma *necropsia* é a mais usual (62%), ocorrendo, em especial, em obras técnicas especializadas. A forma *necrópsia* responde por 38%, restrita praticamente a textos literários e jornalísticos.

Para finalizar esta seção, mencione-se um caso em que, embora não diga respeito taxativamente à questão da negativa explícita de um fenômeno linguístico, Ramos invoca como argumento um fato objetivo que não se confirma. Ao discutir os parônimos *descriminalizar* e *discriminar*, Ramos (2014, p. 204) assevera que:

Os dicionários não registram *descriminalizar*. Portanto, *discriminar* é o certo.

Contudo, consultando os dicionários empregados como instrumentos normativos de referência neste trabalho, constata-se que a forma *descriminalizar* é registrada como variante de *discriminar* no *Volp*, no *Houaiss*, no *Aurélio*, no *Dicionário Unesp*, no *Dicionário escolar da ABL* e no *Novíssimo Aulete*. O *Dicionário de Bechara* não a registra como entrada, mas a consigna como sinônimo de *discriminar*. Apenas o *Michaelis* não a registra. Sacconi acolhe a forma *descriminalizar* em seu dicionário, mas a diferencia de *discriminar* quanto ao sentido. Acrescente-se, por fim, que Neves (2003, p. 254) observa, em seu levantamento estatístico, que as formas variantes *descriminalizar* e *descriminalização*, não obstante tradicionalmente menos recomendadas, são igualmente usuais, a par de *discriminação* e *descriminalização*.

Como se pode observar, a abordagem de todos esses fenômenos linguísticos por Ramos se deu em bases inteiramente subjetivas, desconsiderando não somente a realidade

empírica da língua, mas os próprios instrumentos normativos de referência da língua portuguesa, inclusive um instrumento oficial, o *Volp*.

Não poderia haver evidenciação mais emblemática do que se convencionou chamar aqui de *norma curta* do que essa negativa geral da existência de formas linguísticas de todos os matizes, desde formas não padrão, como *menas*, passando por formas regularmente empregadas em textos estilisticamente monitorados, como *somatória emaquinário*, já recepcionadas por instrumentos normativos da língua portuguesa, até formas empregadas por clássicos da língua, como *defronte a*, além de forma prevista em Acordo que visa a estabelecer a grafia do léxico português, como *detetar*. Com efeito, ao assim proceder, Ramos nega, indiretamente, a existência não somente da *norma popular*, como é o caso de *menas*, mas também de formas que têm ocorrência real e regular em textos escritos de elevada monitoração estilística, característicos, portanto, da *norma culta/comum/standard*. Ademais, o subjetivismo de tais afirmativas é de tal modo manifesto que se chega ao ponto de declarar a inexistência de formas acolhidas por escritores clássicos da língua, além de gramáticos, como ocorre no caso de *defronte a*, e formas integrantes da norma linguística em decorrência de Acordo entre países lusófonos, como é o caso de *detetar*.

Poder-se-ia alegar que a declaração não existe seria mera força de expressão, emprego figurado para dizer que tal forma ou construção não são aceitas pela “norma culta”. Contudo, diante da multiplicidade de expressões de que se poderia lançar mão para expressar que um determinado fenômeno linguístico não pertence à *norma-padrão*, o emprego de “não existe” é bastante sintomático de uma concepção de língua que tende a excluir, por princípio, todas as formas inovadoras da língua, ainda as que já são correntes em textos escritos de elevada monitoração estilística. É a intolerância à variação e à mudança que explica a multiplicidade de declarações de inexistência.

O rol das expressões consideradas inexistentes por Ramos é extenso. No quadro 4, citam-se alguns desses casos abaixo encontrados no livro em análise:

**Quadro 4** - Fenômenos linguísticos classificados como inexistentes

Fenômeno	Observação	Página
Bispa não existe.	A existência da palavra bispa pode ser atestada na designação dada por algumas Igrejas evangélicas a integrantes do sexo feminino, consideradas líderes espirituais. Esta acepção não está dicionarizada nem reconhecida nas gramáticas. O Volp registra o substantivo feminino bispa, mas deve referir-se à designação, na Índia, de variedade de manga, tal como registrado no Houaiss.	100

Levedo não existe. O que existe é lêvedo de cerveja.	Levedo está registrada no Volp, Houaiss, Aurélio, Unesp, Novíssimo Aulete, Bechara, ABL e Sacconi. Neves registra que se recomenda lêvedo, mas levedo é muito mais usual (93%)	134
O que não existe é muié.	Forma popular resultante da iodização. Não dicionarizada.	154
Vítima fatal não existe.	Expressão corrente em noticiários, objeto de correção em manuais normativos(MARTINS, 1990, p. 305), (CEGALLA, 2008, p. 428), (SACCONI, 2011a, p. 343). <a href="http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u684838.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u684838.shtml</a>	160
Vez que.	Locução conjuntiva corrente em textos forenses e da linguagem comum (COSTA, 2007, p. 1241-1242). Não dicionarizada.	175
Maumita não existe.	Forma popular de marmita. Não dicionarizada.	212
Desparafusar não existe.	A palavra está registrada no Volp, Houaiss, Aurélio, Michaelis, Unesp, Novíssimo Aulete, Bechara, ABL e Sacconi.	212
Destarrachar não existe.	O Volp registra destarrachar.	212
Cabecário não existe.	Forma popular de cabeçalho. Não dicionarizada.	272
Futucar não existe.	A palavra está registrada no Volp, Houaiss, Aurélio, Unesp, Novíssimo Aulete, Bechara e ABL.	295
Distraviado.	A existência está implícita na correção da própria forma. Não dicionarizada.	304
Não há estupidez...	Registrada no Volp. O Houaiss a registra com a observação de que é pouco usada.	311
...assim como não há malcriadeza.	Registrada no Volp.	311
não existe em nossa língua a locução enquanto a.	A existência está implícita na correção da própria forma. Não dicionarizada.	315
Manteu não existe.	A existência está implícita na correção da própria forma.	316
Não existe escasseza de água.	Registrada no Volp e Michaelis.	321
Não existe preservação de água.	Registrada no Volp e Michaelis.	321
Muitas das vezes não existe.	A existência está implícita na correção da própria forma.	332
Lateral direito não existe.	Houaiss registra lateral direito. (sem hífen). Aurélio, Unesp e Bechara registram lateral-direito. Sacconi argumenta que, assim como não se usa "ala direito" nem "ponta direito" nem "meia direito", não se deveria usar "lateral direito" (sem hífen) que, no entanto, <u>tem livre curso no jornalismo esportivo brasileiro</u> .	347
Se eu ver, quando eu ver. Não existe isso.	Conjugação do futuro do subjuntivo do verbo ver, com emprego, por analogia, das formas do infinitivo pessoal. Objeto frequente de correção por manuais normativos (CEGALLA, 2008, p. 422), (SACCONI, 2011, p. 285), (MARTINS, 1990, p. 290). Bagno (2009, p. 300) registra que, em pesquisa na internet, as formas "inexistentes" superam as formas padrão: <i>se eu ver</i> (81,12%), <i>contrase eu vir</i> (18,88%); <i>quando eu ver</i> (64,04%), contra <i>quando eu vir</i> (35,96%)	349
Vesse e vessem não existem.	A existência está implícita na correção da própria forma	350

#### 4.4 PRESCRIÇÕES QUE EXCLUEM LIÇÕES DA TRADIÇÃO GRAMATICAL NORMATIVA

Na seção precedente, foram apontados fenômenos linguísticos cuja existência é negada por Ramos, ainda que muitos desses fenômenos estejam acolhidos em obras de referência normativa da língua portuguesa, inclusive no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, editado pela Academia Brasileira de Letras, instrumento oficial para registro da ortografia da língua portuguesa no Brasil. Creditou-se tal abordagem à subjetividade

resultante da tendência de negligenciar a realidade empírica da língua para fins de identificação dos padrões linguísticos efetivamente constituídos na vida social.

Essa subjetividade, porém, também se manifesta de outras formas. Pode-se percebê-la em algumas lições de Ramos que não levam em consideração reflexões correntes na própria tradição gramatical normativa. Questões normativas há, com efeito, que são objeto de consenso entre os gramáticos, mas existem outras em que impera a divergência de entendimento entre eles. Em caso de divergências, uma adequada descrição de fenômenos da *norma-padrão* deveria, em princípio, considerar tais posições divergentes, sob pena de impugnar possibilidades admitidas pela própria tradição normativa.

Ramos faz menção a obras de gramáticos como suporte para o aprendizado da *norma-padrão*. Por exemplo, a certa altura de seu livro, ela recomenda: “Quer saber mais? Consulte as gramáticas de Evanildo Bechara, Celso Cunha e Rocha Lima, entre outros” (RAMOS, 2014, p. 192).” E, mais adiante, ela torna a invocar alguns gramáticos: “Leia a gramática de Evanildo Bechara, Celso Cunha, Sacconi e tire suas dúvidas”(RAMOS, 2014, p. 232). Contudo, é possível encontrar em Ramos prescrições que desconsideram possibilidades previstas por um ou mais de um desses gramáticos. Far-se-á, a seguir, um inventário dessas lições e o confronto com as gramáticas tomadas como referência neste trabalho.

#### **4.4.1 A estrutura *a + infinitivo* para expressar a condição**

Observe-se, a esse respeito, a discussão da estrutura *a + infinitivo* para expressar a condição. Ao tratar, por exemplo, da expressão “*a persistirem os sintomas*”, recomenda Ramos que:

Preste atenção nas propagandas que mordem a língua e depois dão o tiro de misericórdia: Ao persistirem os sintomas, consulte o médico. Depois mudaram: A persistirem os sintomas, consulte o médico. Mas, criatura, está tudo errado. E não é uma condição procurar o médico? Então: o certo seria estar escrito: *Se persistirem os sintomas, procure o médico*. E aí, com certeza, o remédio vai dar certo (RAMOS, 2014, p.196, grifo nosso).

Contudo, no tocante à estrutura *a + infinitivo*, a assertiva de que tal estrutura está errada para expressar a condição não encontra amparo em obras de referência citadas pela própria autora: Bechara, Cunha e Rocha Lima. Ao tratar das orações adverbiais reduzidas, ensina Bechara (2009, p. 518-520) que “é de toda conveniência conhecermos as principais preposições que correspondem a ‘conjunções’ subordinativas adverbiais, porque isso melhor nos adentra na plástica da sintaxe portuguesa”. E, entre as preposições que iniciam orações

adverbiais reduzidas condicionais, relaciona “a”, exemplificando com excerto de um dos maiores prosadores da língua portuguesa, Alexandre Herculano:

“...houve quem visse, ou fingisse ver, um notável reflexo que *a ser verdadeiro* devia nascer das muitas luzes que provavelmente estariam acesas”(BECHARA, 2009, p. 520)

Além de Bechara, Celso Cunha e Lindley Cintra (2008, p. 627) ilustram as orações adverbiais subordinadas reduzidas de infinitivo com uma frase em que José de Alencar emprega exatamente a preposição “a”:

A não ser isto/ eu preferia ficar na sombra, e trabalhar como simples soldado.

Ao abordar as orações adverbiais reduzidas condicionais de infinitivo, Rocha Lima (2013, p. 348) dá o seguinte exemplo:

A desaparecer a causa,/cessará o efeito

E comenta logo a seguir:

Na última dessas construções, de teor por excelência literário, o infinitivo vem regido pela preposição *a* e equivale à oração desenvolvida de verbo no pretérito ou no futuro do subjuntivo:

“(...) mas tudo tão caro que, *a não haver inconveniência*, ousarei dizer que a comedela foi a maior fraude que se tem feito com santos em Braga”. (CAMILO CASTELO BRANCO)

“Contava muita vez uma viagem que fizera à Europa, e confessava que, *a não sermos nós*, já teria voltado para lá...(MACHADO DE ASSIS)”

No comentário, Rocha Lima não só qualifica a estrutura como literária, mas lança mão de dois dos maiores prosadores da língua portuguesa: Camilo Castelo Branco e Machado de Assis.

Em sua gramática, Cegalla (2008, p. 411) limita-se a ilustrar as reduzidas de infinitivo adverbiais condicionais:

A ser eu rei, não faria outra coisa.

A prosseguirem esses crimes, ninguém terá mais sossego.

A julgar pelas aparências, Paulo e Vera são um casal feliz.

Mas em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, no verbete **a ser isso verdade**, assim se pronuncia:

A preposição *a*, seguida de infinitivo, equivale a *se*, *caso*, e transmite à oração a ideia de hipótese: *a ser isso verdade*, terei de mudar os meus planos. Isto é: *se isso for verdade* (ou *Caso isso seja verdade*), terei de mudar os meus planos./ *A persistirem* os sintomas, procure o médico./ *A continuarem* os projetos nas gavetas, nada se realizará. (CEGALLA, 2008, p. 50-51)

Observe-se que Cegalla ilustra a construção com o próprio exemplo condenado em Ramos.

Em sua gramática, Sacconi (2011b, p. 418) ilustra a oração reduzida de infinitivo condicional com o seguinte exemplo:

A prevalecer essa política, estaremos arruinados. (adv. condicional)

Talvez nenhum exemplo seja mais eloquente da aplicação do qualificativo *norma curta* à obra de Ramos do que este. Em primeiro lugar, pela ideia subjacente de que, em se tratando de condição, dever-se-ia empregar a conjunção condicional por excelência *se*, como se não houvesse outros meios de expressar a condição em língua portuguesa. Em segundo lugar, porque a estrutura condenada peremptoriamente como “tudo errado” não só é acolhida por gramáticos de nomeada, a quem a própria autora cita como modelares para consulta, mas também abonada em autores de grande significado literário, seja no Brasil, como Machado de Assis e José de Alencar, seja em Portugal, como Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco.

Naturalmente, é legítimo que usuários da língua portuguesa prefiram a estrutura condicional com a conjunção *se*. Se há duas ou mais estruturas para expressar uma ideia, pode-se discuti-las sob diversos pontos de vista: pode-se avaliar se se trata de formas padrão ou não, se são formas adequadas ou não a determinado contexto, se são aceitas ou não por determinados autores, discussão que não exclui, naturalmente, a preferência do autor ou usuário. No exemplo aduzido por Ramos, talvez fosse o caso de, tratando-se de uma peça publicitária, em que se pretende alcançar o maior número de pessoas, empregar a conjunção *se* por ser mais direta, e, por isso, mais eficaz do ponto de vista do propósito comunicativo.

A *norma curta*, contudo, longe de levar a cabo uma discussão dessa natureza, tende a condenar todas as formas que considera não integrantes da tradição gramatical, como é o caso do veto à estrutura condicional *a persistirem os sintomas*, em desacordo com a própria tradição gramatical normativa em que se diz fundamentar.

#### **4.4.2 A concordância verbal em estruturas relativas com o pronome *quem***

Outro caso dessa natureza é a lição que trata da concordância verbal em estruturas relativas com o pronome *quem*. Ensina Ramos que:

Fui eu que ou fui eu quem?

Quando o sujeito é o pronome relativo que, o verbo concorda com o antecedente do pronome relativo.

- *Fui eu que falei.*

- *Foi o menino que falou.*



Quando o sujeito é o pronome relativo *quem*, o verbo deve ficar na terceira pessoa do singular concordando com ele:

- *Fui eu quem falou* (RAMOS, 2014, p. 135).

E quem, quando é que podemos empregar? Pois é. Ouvi um sindicalista dizer: Não fui eu quem puxei a greve. O pronome quem exige o verbo na terceira pessoa. A forma correta seria o sindicalista dizer: *Não fui eu quem puxou a greve. Foi ele quem chegou atrasado. Sou eu quem paga a conta.* Não esqueça, o pronome quem pede a 3ª pessoa do verbo (RAMOS, 2014, p. 251).

A lição de Ramos é clara ao só admitir uma forma correta: a concordância com o verbo na 3ª pessoa. No entanto, não é o que preceituam os manuais normativos, entre os quais, autores que a própria Ramos recomenda. Bechara (2009, p. 562), por exemplo, leciona que:

Se ocorrer o pronome *quem*, o verbo da oração subordinada vai para a 3ª pessoa do singular, qualquer que seja o antecedente do relativo, ou concorda com este antecedente:

“Eram as paixões, os vícios, os afetos personalizados *quem fazia* o serviço dos seus poemas” [AH *apud* AS.5, 77].

“*És tu quem me dás* rumor à quieta noite,

*És tu quem me dás* frescor à mansa brisa,

*Quem dás* fulgor ao raio, asas ao vento,

*Quem* na voz do trovão longe *rouquejas*”[GD *apud* AS.5, 77]

Nesse diapasão, seguem Cunha & Cintra, Rocha Lima e Cegalla, conforme transcrições abaixo:

O pronome relativo *quem* constrói-se, de regra, com o verbo na 3ª pessoa do singular:

És tu **quem murmura** nas águas,

Tu és **quem respira** por mim.

(M. Mendes, P, 181.)

E não fui eu **quem** te **salvou**?

(D. Mourão-Ferreira, I, 91.P

Não faltam, porém, exemplos de bons autores em que o verbo concorda com o pronome pessoal, sujeito da oração anterior. Neste caso, põe-se em relevo, sem rodeios mentais, o sujeito efetivo da ação expressa pelo verbo:

Não sou **eu quem descrevo**. Eu sou a tela

E oculta mão colora alguém em mim.

(F. Pessoa, OP, 55.)

Eram os filhos, estudantes nas Faculdades da Bahia, **quem** os **obrigavam** a abandonar os hábitos frugais.

(J. Amado, GCC, 249)

É esta a construção preferida da linguagem popular (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 517).

São por igual excelentes as construções dos tipos seguintes:

Fui eu que resolvi a questão.

Fui eu o que resolvi a questão.

Fui eu quem resolveu a questão.

Fui eu quem resolvi a questão.

Exemplos:

(...)

d) “E tu és quem tens a culpa de eu viver sempre à sombra.”

(FILINTO ELÍSIO)

-“Sou eu quem prendo aos céus a terra.” (GONÇALVES DIAS) (ROCHA LIMA, 2013, p. 491-492)

O verbo concordará, em regra, na 3ª pessoa, com os pronomes *quem* e *que*, em frases como estas:

Sou eu quem **responde** pelos meus atos.

*Fizesse* isso - Somos nós quem **leva** o prejuízo.

(...)

Todavia, a linguagem enfática justifica a concordância com o sujeito da oração principal:

“Sou **eu** quem **prendo** aos céus a terra.” (Gonçalves Dias)

“Não sou **eu** quem **faço** a perspectiva encolhida.” (Ricardo Ramos)

“És **tu** quem **dás** frescor à mansa brisa.” (Gonçalves Dias)

“Somos **nós** quem a **fazemos**.” (Ricardo Ramos) (CEGALLA, 2008, p. 459)

Até Napoleão Mendes de Almeida acolhe, embora um tanto a contragosto, a concordância com o antecedente:

718 – **Quem** – Sabemos já que é imprescindível, para efeito de análise, a separação do *quem* (quando pronome relativo – V. § 379) nos seus dois pronomes equivalentes “o que” ou “aquele que”. Essa divisão já por si indica que o verbo deve ficar no singular, qualquer que seja a pessoa e o número do sujeito da oração principal: “Somos nós quem *paga*” (=Somos nós aquele que *paga*) – “Sou eu quem *vai*” – “Quem *vai* sou eu” (=Sou aquele que *vai* – Aquele que *vai* sou eu) – “...fui eu quem *abriu* esta polêmica” – “Eu e V. Exa. somos quem *vende*...”- “fui eu quem o *deu*” – “...és tu quem *favorece* a minha resolução” – “Fôssemos nós quem *fizesse* isso!”

**Notas: 1ª** – Todavia, antecedendo expresso na frase a *quem* um pronome pessoal, pode (note bem o aluno: *pode*; é isto justificativa para certos exemplos de escritores de nomeada) o verbo deixar influenciar-se pelo número, pessoa e gênero desse pronome: “Sou eu quem primeiro *pude* tirar a limpo” (devia ser *pôde*) – “És tu quem *lucras*” (devia ser *lucra*) – “Fui eu quem os *apresentei*” (devia ser *apresentou*) – “Não fui eu quem *obrei* diversas maldades” (devia ser *obrou*). (ALMEIDA, 2009, p. 445).

Sacconi (2011b, p. 442) ensina que o pronome *quem* exige o verbo na terceira pessoa do singular, mas observa, na língua cotidiana, a ocorrência da concordância com o antecedente, que, em seu entender, deve ser evitada.

Vê-se, portanto, que gramáticos como Bechara, Cunha & Cintra, Rocha Lima, Cegalla, e até Almeida, abonam a concordância de *quem* com o antecedente, de forma que, se é legítima a preferência pela concordância com a terceira pessoa do singular, é também fato que a tradição gramatical normativa acolhe a concordância que Ramos considera errada.

#### 4.4.3 A concordância verbal com expressões partitivas

A subjetividade na emissão de juízos em matéria de prescrição gramatical fica ainda mais clara, quando se examina a lição de Ramos acerca da concordância verbal, nos casos de sujeito formado por expressões partitivas. Ensina Ramos que:

Nada pela metade nem sempre é bom. Existem as expressões partitivas: parte de, uma porção de, o resto de, a metade de, a maioria de. Quando essas expressões são seguidas de substantivo ou pronome no plural, o verbo fica no singular.

*A maioria dos torcedores saiu correndo do estádio.* A concordância é feita com o núcleo do sujeito. *A metade da turma saiu da aula.* *Uma porção de flores enfeitava o ambiente.* Por causa de alguns gramáticos, as pessoas não sabem empregar a concordância verbal. Leia a gramática de Evanildo Bechara, Celso Cunha, Sacconi e tire suas dúvidas (RAMOS, 2014, p. 231-232).

Vê-se que a orientação é taxativa quanto à concordância com o verbo no singular, quando se trata de expressões partitivas seguidas de substantivo ou pronome no plural. Ademais, invocam-se as gramáticas de Bechara, Cunha e Sacconi, em contraposição às de outros gramáticos por cuja culpa as pessoas não mais saberiam empregar a concordância verbal. A passagem parece sugerir que Bechara, Cunha e Sacconi ensinam com mais propriedade essa matéria. Contudo, consultando as gramáticas de Bechara, Cunha e Sacconi, encontra-se uma lição diversa da ministrada por Ramos. Com efeito, leciona Bechara (2009, p. 557):

Se o sujeito é representado por expressões do tipo de *a maioria de, a maior parte de, grande parte de, parte de* e um nome no plural, o verbo irá para o singular ou plural: “a maior parte deles *recusou* segui-lo com temor do poder da regente” [AH.2,38]. “e a maior parte dos esquadrões *seguiram-nos*” [AH.1,111]

Cunha & Cintra (2008, p. 514) preceituam a mesma lição:

Quando o sujeito é constituído por expressão partitiva (como: *parte de, uma porção de, o grosso de, o resto de, metade de* e equivalentes) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural:

(...)

**A maior parte destes quartos não tinham** teto, nem portas, nem pavimento.

(C. Castelo Branco, OS, I, 196)

**Uma porção de moleques me olhavam** admirados.

(J. Lins do Rego, ME, 29.)

Para meu desapontamento, **a maioria dos nomes** anotados não **dispunha** de telefone, ou **eram** casas comerciais, que não queriam conversa.

(C. Drummond de Andrade, BV, 12).

O outro autor citado por Ramos, Sacconi, adota a mesma diretriz:

Numa frase em que entra *a maioria de* + complemento no plural, o verbo concorda com o núcleo do sujeito (*maioria*) ou, excepcionalmente, com esse complemento. Portanto, temos duas concordâncias corretas: a que vimos acima, gramatical, e a lógica, que é *A maioria dos homens ficaram nervosos*.

O mesmo se dá com *grande parte de, boa parte de, bom número de, metade de*, etc., chamados *coletivos partitivos* (SACCONI, 2011a, p. 221).

Coletivos partitivos (*a maioria de, grande parte de, bom número de, metade de*, etc.), seguidos de nome no plural, deixam o verbo no singular (concordando com eles), ou vão ao plural (concordando com o nome posposto a eles). Ex.:

A maioria dos homens pagou/pagaram ingresso.

Metade dos turistas já retornou/retornaram a seus países.

A grande parte dos homens ficou molhada/ficaram molhados.

Grande número de mulheres ficou molhado/ficaram molhadas (SACCONI, 2011b, p. 441).

Ou seja, no tocante à lição da concordância verbal, nos casos em que o sujeito é constituído por expressão partitiva, Ramos invoca a autoridade de gramáticos, preceituando, contudo, lição diversa da ministrada por eles, denotando desacordo não só com a tradição gramatical, mas com os próprios fatos em que se diz fundamentar.

Importante salientar que as lições de Bechara, Cunha & Cintra e Sacconi são idênticas às de Rocha Lima, Cegalla e Napoleão Mendes de Almeida:

Se a um nome ou pronome no plural antepomos uma expressão quantitativa como *grande número de*, *grande quantidade de*, *parte de*, *grande parte de*, *a maior parte de*, e equivalentes, o verbo fica no singular ou no plural.

Exemplos:

(...)

b) Plural:

“A maior parte das suas companheiras *eram* felizes.”

(CAMILO CASTELO BRANCO)

“(...) um grande número de velas *branquejavam* sobre as águas do estreito.”

(ALEXANDRE HERCULANO) (ROCHA LIMA, 2013, p. 479-480).

Sendo o sujeito uma das expressões quantitativas *a maior parte de*, *parte de*, *a maioria de*, *grande número de*, etc., seguida de substantivo ou pronome no plural, o verbo, quando posposto ao sujeito, pode ir para o singular ou para o plural, conforme se queira efetuar uma concordância estritamente gramatical (com o coletivo singular) ou uma concordância enfática, expressiva, com a ideia de pluralidade sugerida pelo sujeito. Exemplos:

“A maior parte dos indígenas **respeitavam** os pajés.” (GILBERTO FREYRE)

“A maior parte dos doidos ali metidos **estão** em seu perfeito juízo.” (MACHADO DE ASSIS)

(...)

A maioria das pessoas são sinuosas, coleantes...” (ONDINA FERREIRA)

Vocês já imaginaram a maravilha que seria o mundo se ao menos uma quinta parte desses gênios **se realizassem** na maioridade (LÍGIA FAGUNDES TELLES)

A maioria dos presentes, formando grupos, **contavam** histórias, baixinho, **falavam** de coisas da vida.” (AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA)

(..)

Metade dos alunos **fez** [ou fizeram] o trabalho.” (J. GUALDA DANTAS) (CEGALLA, 2008. p. 455)

**711 - Coletivo partitivo – A)** Quando a ação do verbo pode ser atribuída separadamente aos indivíduos que o coletivo representa, pode ir o verbo para o plural, concordando com a totalidade desses indivíduos (concordância siléptica ou lógica) ou ficar no singular, concordando com o coletivo (concordância gramatical): “A maior parte dos homens não *quer* salvar-se” – A maior parte dos moradores *acredita* nos feitiços e bruxarias” – A maior parte dos seus companheiros *haviam* trazido os pais decrepitos (ALMEIDA, 2009, p. 443).

Em suma, todos os gramáticos considerados neste trabalho para fins de referência ministram lição com mais de uma possibilidade para as expressões partitivas seguidas de especificador no plural, em direção contrária à de Ramos.

Registre-se que, ao discutir qual seria a concordância correta no caso das frases “metade dos fumantes do mundo vai morrer ou vão morrer por causa do tabaco”, Ramos (2014, p. 29) observa que “a preferência é o uso do verbo no singular, para concordar com o núcleo do sujeito”, ou seja, abre a possibilidade de fazer a concordância no plural. Contudo, seja dito que, sem prejuízo da legítima preferência de Ramos pelo singular, as lições dos gramáticos consultados, com a exceção de Sacconi, não indicam a preferência, mas a dupla possibilidade de concordância.

#### 4.4.4 Sujeitos constituídos por infinitivos

Outro exemplo de afirmação categórica contraditada pelos fatos é a lição relativa à concordância verbal de sujeitos constituídos por infinitivos. Ramos é enfática, ao lecionar que:

Comer e dormir faz bem ou fazem mal à saúde?  
Sujeito constituído de infinitivos exige o verbo no singular.  
Então:  
- Comer e dormir faz bem à saúde.  
- Ganhar e perder faz parte do esporte (RAMOS, 2014, p. 79-80).

Em sua gramática, Bechara não se pronuncia especificamente sobre a concordância de sujeitos constituídos por infinitivos. Já Cunha & Cintra (2008, p. 524) prescrevem:

Quando os sujeitos são dois ou mais infinitivos, o verbo fica no singular:  
(...)  
Mas o verbo pode ir para o plural quando os infinitivos exprimem ideias nitidamente contrárias:  
Em sua vida, à porfia,  
**Se alternam rir e chorar.**  
(A. de Oliveira, *Póst.*, 43)

Ou seja, seguindo a lição de Cunha & Cintra, a concordância também poderia ser “ganhar e perder fazem parte do esporte”, visto que os infinitivos exprimem ideias nitidamente contrárias. Rocha Lima (2013, p. 485) também ministra igual lição, quando trata de sujeitos oracionais, ilustrando com o padre Antônio Vieira:

No caso de os sujeitos exprimirem contraste de ideias, usa-se o plural:  
[“Usar de razão] e [amar] são duas coisas que não se ajuntam.”  
(Antônio Vieira)

Cegalla (2008, p. 454), por sua vez, ensina que “o verbo concordará no plural se os infinitivos forem determinados pelo artigo ou exprimirem ideias opostas”. Sacconi (2011b, p. 451) também leciona que “infinitivos antônimos ou determinados=verbo no singular” e exemplifica: “Discordar e apoiar são próprios da democracia”.

#### 4.4.5 O plural de modéstia

Na página 219 de seu livro, Ramos aponta o seguinte “erro” na linguagem de Serra e Lula:

Serra disse: Nós somos candidato corajoso e preparado para governar. Aí, Lula disse: Nós somos modesto e pobre. Queremos melhorar a vida dos brasileiro. Pois não é que os dois erraram. Mas, menino, se nós somos, é claro que candidatos corajosos e preparados. Se nós somos, é claro que modestos e pobres (RAMOS, 2014, p. 219, grifo nosso).

Não obstante a taxativa lição de Ramos, é possível encontrar apoio na tradição gramatical normativa para o emprego do predicativo no singular, à vista do que se chama plural de modéstia. Cunha & Cintra, por exemplo, anotam:

**O plural de modéstia.** Para evitar o tom impositivo ou muito pessoal de suas opiniões, costumam os escritores e os oradores tratar-se por *nós* em lugar da forma normal *eu*. Com isso procuram dar a impressão de que as ideias que expõem são compartilhadas por seus leitores ou ouvintes, pois que se expressam como portavozes do pensamento coletivo. A este emprego da 1ª pessoa do plural pela correspondente do singular chamamos PLURAL DE MODÉSTIA.

(...)

Advirta-se que, quando o sujeito de *nós* é um PLURAL DE MODÉSTIA, o predicativo ou particípio, que com ele deve concordar, costuma ficar no singular, como se o sujeito fosse efetivamente *eu*. Assim, em vez de:

**Fiquei perplexo** com o que ele disse.

podemos dizer

**Ficamos perplexo** com o que ele disse (CUNHA & CINTA, 2008, p. 298).

Napoleão Mendes de Almeida ministra idêntica lição, ao tratar da silepse de número. Ensina o mencionado gramático que a silepse de número opera-se:

Com o adjetivo no singular em função predicativa aos sujeitos *nós* (empregado em lugar de *eu*), *vós* (quando empregado em lugar de *tu*): “Antes sejamos *breve* que *prolixo* – “Vós estais enganado” – “*Amigo atento e obrigado* somos” – “Estamos *persuadido* disso”(ALMEIDA, 2009, p. 463).

Almeida chama o emprego de *nós* por *eu* de plural majestático e refere o seu emprego por reis, papas e prelados, mas também por escritores e oradores para efeito retórico.

Em sua obra, Costa trata do plural majestático e arrola manifestações de diversos gramáticos, tais como João Ribeiro, Júlio Ribeiro e Júlio Nogueira:

Resuma-se, nesse sentido, com o ensino de João Ribeiro, para quem “muitas vezes se empregam os pronomes *vós* e *nós* para designar uma pessoa única”, acrescentando tal autor que, em tal hipótese, o adjetivo que se referir a tal pronome “fica no singular”: ‘estamos **convencido**’, ‘sois **generoso**’, ‘trabalhai e sereis **abençoado**’.

(...)

Júlio Ribeiro sintetiza assim a lição: “Em lugar do pronome da primeira pessoa do singular *eu*, usam os escritores da forma da primeira pessoa do plural *nós*. O verbo

vai para o plural; os adjetivos em relação atributiva ou predicativa com esse pronome ficam no singular”. Ex.: Nós *ficamos perplexo* com a atitude dele”.  
(...)

Assim é a síntese de Júlio Nogueira a respeito dessa questão: “O pronome *nós* pode ser empregado em relação à primeira pessoa do singular. Na polêmica, na linguagem didática, nos discursos, quem fala ou escreve pode atribuir-se o pronome do plural, como que desejando dividir com outrem a responsabilidade do que diz, por uma espécie de modéstia: ‘*Nós mesmo (ou mesma), nós próprio (ou própria)*’. Essa concordância também existe quando tratamos a uma pessoa por *vós*: ‘*Vós mesmo, sr. Presidente*’, ‘*Vós mesma, sra. Professora*’” (COSTA, 2007, p. 888-889)

Como se percebe nas transcrições acima, as frases proferidas por Serra e Lula afiguram-se corretas, com apoio em lições de Cunha & Cintra, Napoleão Mendes de Almeida, João Ribeiro, Júlio Ribeiro e Júlio Nogueira. Costa (2007, p. 888) refere lição de Eduardo Carlos Pereira de que muitos preferem a concordância regular do adjetivo, e Cegalla, em seu *Dicionário de dificuldades de língua portuguesa*, exemplifica com frases em que o adjetivo está flexionado. O problema, contudo, não está na flexão do adjetivo, mas na restrição imposta por Ramos de que tal flexão seria obrigatória. Como já se disse outras vezes, poder-se-ia tratar a flexão como preferência do usuário, mas não como “erro”, uma vez que a fórmula condenada encontra amparo na tradição normativa.

#### 4.4.6 O emprego do presente pelo futuro

Ramos também impugna o emprego do presente pelo futuro, conforme se pode verificar na lição abaixo:

Preste atenção ao que estão fazendo com os tempos do verbo. Todos sabemos que o tempo presente é hoje, e futuro é daqui a pouco ou amanhã. Mas, ouço sempre: Assim que terminar a aula, falamos com você no corredor. Ou então: falamos sobre esse assunto amanhã.

Falamos não, meu querido! Falaremos. Daqui a pouco é futuro. O presente tem sido o tempo mais sem respeito da gramática, invade o espaço de todos os outros na linguagem dos desavisados.

Presente é presente: *Gosto de café. A terra gira em torno do Sol. Deus é misericordioso*(RAMOS, 2014, p. 240).

Ora, o uso do presente pelo futuro está registrado nas gramáticas normativas. Bechara (2009, p. 276) ensina que “o presente denota uma declaração pelo *futuro do indicativo* para indicar com ênfase uma decisão: Amanhã vou à cidade”.

Cunha & Cintra (2008, p. 463) também referem que o presente do indicativo emprega-se

para marcar um fato futuro, mas próximo; caso em que, para impedir qualquer ambiguidade, se faz acompanhar geralmente de um adjunto adverbial:

Amanhã mesmo **vou** para Belo Horizonte e lá **pego** o avião do Rio.

(A. Callado, *MC*, 19.)

Outro dia eu **volto**, talvez depois de amanhã, ou na primavera.

(A. Bessa Luís, *QR*, 277).

E acrescenta:

O emprego comedido do presente para designar uma ação futura pode ser um meio expressivo de valioso efeito para emprestar a certeza da atualidade a um fato por ocorrer. É particularmente sensível tal expressividade em afirmações condicionadas do tipo:

Se ele partir amanhã, **sigo** com ele.

Se ele **parte** amanhã, **sigo** com ele.

Mais um passo e **és** um homem morto! (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 464)

Observe-se, da parte de Cunha & Cintra, que não só se encontra registrado em sua obra o emprego do presente do indicativo em lugar do futuro, mas também se reconhece a expressividade de seu uso em circunstâncias determinadas<sup>27</sup>.

#### 4.4.7 A regência indireta de namorar

A regência do verbo *namorar* é abordada em Ramos também de forma peremptória, com a impugnação da regência indireta com a preposição *com*:

E o verbo namorar também não aceita a preposição *com*.

O certo é: *Namorei João dois anos. Maria namorou Pedro dez anos* (RAMOS, 2014, p. 165).

(...)

Cuidado com o vocabulário amoroso. No início da relação, os verbos têm uma marca. São transitivos diretos: Paquerar, namorar, abraçar e beijar não admitem intermediários. Todos eles fazem como seu Abel, mandam a preposição *pastar*.

Então: Maria paquera Luís. Luís paquera Maria. Eu namoro Pedro. Pedro me namora. (RAMOS, 2014, p. 220)

Observe-se que, na primeira lição, Ramos impugna o emprego da preposição *com* e, na segunda lição, não aponta essa possibilidade, corroborando seu ensinamento anterior. Sem prejuízo da legitimidade da preferência de Ramos, gramáticas normativas de autores renomados, tomados por ela como referência, inclusive, aceitam a regência indireta do verbo *namorar* com a preposição *com*:

Bechara (2009, p. 578), por exemplo, indica ambas as regências, a direta e a indireta com a preposição *com*, embora, em nota de rodapé, observe que “é coloquial o uso da preposição *com*, influenciado talvez pela regência de *casar*”.

Rocha Lima e Cunha & Cintra não tratam da regência do verbo *namorar*. Cegalla (2008, p. 502) assevera taxativamente que “a regência correta é *namorar alguém* e não

---

<sup>27</sup>Não é demais observar que o futuro do presente é cada vez menos empregado na fala. No século XIX, Capistrano de Abreu (apud PINTO, 1978, p. 309) observa que, na linguagem falada, o futuro do presente estava praticamente desaparecido. Azeredo anota a predominância da construção *ir + infinitivo* nos registros menos formais em geral, incluindo a maioria dos usos falados (AZEREDO, 2008, p. 362). Perini (2010, p. 224) observa que o futuro simples é de uso muito raro no português brasileiro e pode ser considerado uma forma própria do padrão escrito.



*namorar com alguém*” e acrescenta em nota que “embora defendida por alguns dicionaristas, não se recomenda a regência indireta *namorar com alguém*.”

Consultando-se os dicionários empregados como referência neste trabalho, constata-se que todos, à exceção do *Michaelis*, registram a regência indireta com a preposição *com*. Aurélio, inclusive, no verbete *namorar*, observa que a regência indireta é perfeitamente legítima, moldada em *casar com* e *noivar com*.

Em seu dicionário de regência, Fernandes não registra a regência indireta, mas Luft (2010, p. 375) o faz, com a seguinte observação:

A regência primitiva é de transitivo direto – *namorá-lo* –, aliás no sentido de ‘inspirar amor a’, evolução que é de *enamorar*. Puristas condenam, por isso, a regência *namorar com...* (cf. Berço: 258), que no entanto é normal considerando-se os traços ‘companhia, encontro’ e ‘conversa’ (v. *conversar* ‘namorar’) – uso “perfeitamente legítimo, moldado em *casar com* e *noivar com*” (Aurélio). “*E o Dr. Carmo, namorando agora com aquela sem –vergonha*” (José Lins do Rego: Jucá). “*O promotor namorava com a filha do coronel Quincas*” (Bernardo Élis: Aurélio).

Com relação à questão em discussão, Sacconi (2011a, p. 107-108) ensina que *namorar com* é:

Construção própria do italiano, já incorporada no português do Brasil, até porque boa parte dos brasileiros descende de italianos.  
Trata-se de construção plenamente consagrada não só entre jovens, mas entre bons autores, assim como jogar **de** goleiro e entrar **de** sócio. Quem é que, na prática do futebol, diz que joga **como** goleiro, e não que joga **de** goleiro?  
(...)  
Por tudo isso é que estamos livres para *namorar todo o mundo* ou **com** *todo o mundo*.

E em seu dicionário, no verbete *namorar*, Sacconi argumenta do seguinte modo:

No português do Brasil, que recebeu forte influência da língua italiana, em razão da imigração, usa-se também *namorar com*, mesmo porque quem namora está de *namoro com*. O povo usa *namorar com* não só por analogia com tal construção, mas também porque se diz corretamente *casar com* e *noivar com*. Há, portanto, certa lógica no raciocínio popular: *se eu posso noivar com e até casar com ela, porque é que não posso namorar com ela?* (Aliás, e a bem da verdade, quem já noivou *com* alguém, quem já casou *com* alguém, naturalmente já namorou *com* esse alguém...)

Em sua gramática, Sacconi (2011b, p. 470) ensina que, “no português castiço, é apenas TD” [transitivo direto], mas desenvolve, em linhas gerais, a mesma argumentação acima transcrita de seu dicionário, para registrar o uso, no português brasileiro, da regência *namorar com*.

Em seu estudo sobre os usos do português escrito, Neves (2003, p. 535) observa que, apesar das lições normativas prescrevendo a regência direta, “ocorre com complemento inicial pela preposição **com**, o que reflete a ideia de companhia que **namorar** evoca”.

Das lições mencionadas acima, o que se percebe, objetivamente, é a existência de uma variante tradicional – a regência direta de *namorar* –, que sofre a concorrência de uma variante inovadora – a regência indireta, *namorar com*. Outro aspecto visível da questão é que o emprego desta última tem-se disseminado a tal ponto que já é acolhida não só em dicionários gerais de língua, mas também em dicionários recomendados por órgãos oficiais de ensino e cultivo da língua portuguesa, e até mesmo em gramáticas normativas, como a de Bechara, não obstante a sua discutível observação de coloquialismo, haja vista o emprego dessa forma em textos escritos de elevado monitoração estilística, conforme se pode verificar em Neves. Observe-se, além das manifestações de legitimidade providas de estudiosos da língua portuguesa como Luft e Aurélio, a argumentação de um autor de cunho estritamente normativista, como Sacconi. Mais uma vez pode-se dizer que, a despeito da legitimidade da preferência pela regência direta, não se pode afirmar categoricamente que o verbo *namorar* não aceita a preposição *com*. De toda forma, eventual argumento de que tal forma não seria legítima na *norma-padrão* não seria mais do que confirmar o epíteto de *norma curta*, haja vista a evidente restrição de possibilidades da língua, na medida em que se rejeita uma forma aceita por estudiosos de variados matizes.

#### **4.4.8 A concordância do adjetivo anteposto a mais de um substantivo**

A respeito da concordância do adjetivo anteposto a mais de um substantivo, Ramos ministra a seguinte lição:

Um adjetivo ou um pronome adjetivo anteposto, quando modifica dois ou mais substantivos, concorda sempre com o elemento mais próximo.

Portanto: *Atuação de raro brilho e vigor.*

- *O eficiente assessor e secretárias.*

Eu li num determinado jornal: O empresário fechou o ano com um protesto de raras felicidade e oportunidade.

Mordeu a língua. A informação certa seria: *O empresário fechou o ano com um protesto de rara felicidade e oportunidade*(RAMOS, 2014, p. 125-126).

Cunha e Cintra (2008, p. 285) ministram lição de igual teor, mas observam que “quando os substantivos são nomes próprios ou nomes de parentesco, o “adjetivo vai sempre para o plural”. Rocha Lima (2013, p. 376), no caso da anteposição do adjetivo, também defende a concordância com o primeiro substantivo.

Cegalla (2008, p. 439, grifo nosso) observa que, “anteposto aos substantivos, o adjetivo concorda, em geral, com o mais próximo”, mas observa mais à frente que “muitas vezes é facultativa a escolha desta ou daquela concordância, mas em todos os casos deve subordinar-se às exigências da eufonia, da clareza e do bom gosto”.

Sacconi (2011b, p. 425) preceitua a concordância com o substantivo mais próximo, quando o adjetivo está anteposto aos substantivos.

Bechara (2009, p. 545), porém, ministra a seguinte lição de caráter geral:

Se as palavras determinadas forem do mesmo gênero, a palavra determinada irá para o plural e para o gênero mais comum, ou poderá concordar, principalmente se vier anteposta, em gênero e número com a mais próxima.

O exemplo de Bechara acerca da concordância do adjetivo anteposto a mais de um substantivo – “e os *nossos* Basílio e Durão, bem assim o Sr. Magalhães...” – recai no caso particular apontado por Cunha & Cintra, ou seja, a concordância obrigatória quando os substantivos são nomes próprios ou nomes de parentesco. Contudo, Bechara contesta a crítica de Eduardo Carlos Pereira à concordância no plural feita por Alexandre Herculano e Antônio Feliciano de Castilho, nos seguintes exemplos:

“...a mão esquerda entre *cujos* índice e polegar pendia o pergaminho...”[AH5, II, 24] e “...pelas exigências cada vez maiores destas *devoradoras* e *insaciáveis* fome e sede de leitura” [AC.1, 315] (BECHARA, 2009, p.545)

As lições acima apontam para uma nítida preferência pela concordância com o substantivo mais próximo quando o adjetivo vier anteposto, mas a lição de Bechara, conjugada com sua discordância em relação à crítica de Eduardo Carlos Pereira, ampara as frases condenadas por Ramos.

#### 4.4.9 A concordância com números fracionários

Com relação à concordância com números fracionários, Ramos ensina:

A concordância verbal faz a beleza da língua portuguesa.  
Um terço dos estudantes já saiu ou saíram?  
Quando o núcleo do sujeito é formado por uma fração, o verbo deve concordar com o numerador.  
Portanto: - *Um terço dos estudantes já saiu.*  
- *Um terço compareceu.*  
- *Dois terços compareceram* (RAMOS 2014, p. 163).

Em suas gramáticas, Bechara, Cunha & Cintra e Rocha Lima não se pronunciam quanto à concordância nos casos em que o sujeito é expreso por números fracionários. Sacconi (2011a, p. 196; 2011b, p. 441) defende a concordância com o numerador, posição idêntica à de Ramos. Já Cegalla leciona que a concordância, de regra, efetua-se com o numerador, mas acrescenta que:

Não nos parece, entretanto, incorreto usar o verbo no plural, quando o número fracionário, seguido de substantivo no plural, tem o numerador 1, como nos exemplos:

“Um terço das mortes violentas no campo **acontecem** no sul do Pará.” (Jornal do Brasil, 9/5/1991)

“Um quinto dos homens eram de cor escura (CEGALLA, 2008, p. 470).

Em seu Manual, Costa (2007, p. 787) refere as lições de Sacconi e Niskier, na mesma linha de Ramos, e a de Cegalla acima referida, admitindo o plural com o numerador *um*, quando seguido este de um especificador no plural. Conjugando as duas lições, Costa conclui que:

Em tal permissão levantada pelo referido gramático, parece haver uma analogia com os casos de *coletivo* seguido de *especificador*, em que o verbo fica, optativamente, no singular ou no plural, lição essa perfeitamente aplicável ao caso concreto, quando *numerador* é *singular*, de modo que estão igualmente corretas as seguintes construções: a) “*Um quarto dos bens **cabe** ao menor*”; b) *Um quarto dos **bens cabem** ao menor*” (COSTA, 2007, p. 787).

Das considerações acima, parece razoável referir a preferência pela concordância com o numeral, quando se trata de sujeitos expressos por números fracionários, sem excluir, contudo, a possibilidade de concordância com o especificador no plural, processo, inclusive, que se aplica aos sujeitos formados por expressão partitiva com especificador no plural e aos sujeitos formados por coletivo seguido de especificador no plural, conforme reconhecido por Cegalla. Invoca-se, aqui, o princípio lembrado por Costa: *in dubio, pro libertate*.

#### 4.4.10 Sujeitos unidos por conjunções comparativas assim como ou bem como

Ramos ensina também que:

Quando aparece a expressão assim como ou bem como entre os sujeitos, o verbo concorda com o primeiro sujeito (no caso eu). Ouça outros exemplos:

(...)

A partir de agora, a publicação de livros, revistas e jornais, panfletos, bem como sua importância e participação, dependerá de autorização prévia das autoridades militares (RAMOS, 2014, p. 335).

Cunha & Cintra (2008, p. 529), porém, ministram lição diferente. Segundo eles, quando os sujeitos se unem por uma das conjunções comparativas *como*, *assim como*, *bem como* e equivalentes, a concordância dependerá da interpretação que se der ao conjunto. Assim, lecionam eles que o verbo poderá concordar com o primeiro sujeito, se o objetivo for destacá-lo, ou “*com os dois sujeitos englobadamente* (isto é: o verbo irá para o plural), se os considerarmos termos que se adicionam, que se reforçam, interpretação que normalmente damos, por exemplo, a estruturas correlativas do tipo *tanto...como*”. A lição de Cunha & Cintra, portanto, ampara o plural no exemplo de Ramos, afigurando-se mais a uma questão de estilo do que de uma questão de aplicação de regra.

#### 4.4.11 A concordância do infinitivo na estrutura *ao + infinitivo*

Na página 174, Ramos ensina que, em construções formadas de *Ao + infinitivo* “o infinitivo varia obrigatoriamente. *Ao ouvirem isso, todos ficaram preocupados com o fim dos tabus.*” Essa lição contém uma impropriedade manifesta, uma vez que, se o sujeito estiver no singular, o infinitivo não se flexionará, em virtude da regra geral de que o sujeito concorda com o verbo em número e pessoa. Assim, o infinitivo não varia na frase “*Ao ouvir isso, o cidadão ficou preocupado com o fim dos tabus*”.

#### 4.4.12 A concordância com *mais de um*

As lições de Ramos sobre a concordância com a expressão *mais de um*, diferentemente das anteriores, são inicialmente prescritas de forma redutora, como se apenas uma possibilidade fosse admissível. Contudo, mais à frente, e em consonância com os gramáticos de referência deste trabalho, ministram-se lições que preveem a possibilidades inicialmente vedadas. Assim, Ramos ensina que:

Mais de um veículo chocou-se ou chocaram-se?  
Mais de um é igual a singular. Então, mais de um veículo chocou-se (RAMOS, 2014, p. 145).

Vale salientar que a própria Ramos (2014, p. 234), adiante, repete a lição de que “mais de um é singular a vida toda”, porém acrescenta que “mais de um repetido ou com ideia de reciprocidade leva o verbo para o plural. *Mais de um manifestante se agrediram* (reciprocidade).

Com efeito, as lições de Cunha & Cintra (2008, p. 514) e Rocha Lima (2013, p. 478) mencionam a possibilidade de o verbo flexionar-se no plural se a expressão *mais de um* vier repetida ou exprimir ideia de reciprocidade. Cegalla (2008, p. 458) prevê que o verbo pode ir para o plural se estiver presente a ideia de reciprocidade. Sacconi (2011b, p. 443) leciona que “mais de um exige o plural quando o verbo exige reciprocidade de ação”

Diante da lição de Cunha & Cintra, Rocha Lima e Cegalla, poder-se-ia, efetivamente, fazer a concordância no plural no caso do exemplo de Ramos, visto ocorrer a ideia de reciprocidade. Assim, poder-se-ia dizer *mais de um veículo chocou-se* ou *mais de um veículo chocaram-se*.

Em outra lição posterior, Ramos prescreve que:

A expressão *mais de um* leva o verbo para o singular, mesmo você achando que mais de um podem ser dois ou três, é a expressão mais de um que exige a singularidade do verbo. Então: mais de uma pessoa entrou no cinema. Mais de duas o verbo vai concordar com duas. Mais de duas pessoas entraram no cinema. (RAMOS, 2014, p. 300).

De se notar, nessa última lição, a concordância “... mesmo você achando que mais de um podem ser dois ou três”(grifo nosso). Contudo, como pode se tratar de uma ironia, não se abordará esta concordância. De toda forma, a lição é ministrada sem a observação de que, em expressões repetidas ou em que haja ideia de reciprocidade, o verbo também pode ir para o plural, em contraposição não só com as lições normativas, mas também com lição anterior da própria Ramos.

#### **4.4.13 A concordância com *um dos que***

De igual modo ao ocorrido com a expressão *mais de um*, Ramos, ao discutir a concordância verbal com sujeito formado por *um dos que*, defende inicialmente de forma peremptória a concordância no plural, para, logo a seguir, ministrar lição diversa. Com efeito, Ramos assevera que:

Com a expressão um dos que o verbo vai obrigatoriamente ao plural Sou um dos que mais trabalham por aqui e você é um dos que mais reclamam, porém, um dos que pouco ajudam(RAMOS , 2014, p. 175, grifo nosso).

(...)

Ele é um dos que pensa ou pensam assim.

Um dos que faz a concordância no plural. Ele é um dos que pensam assim, (Dos que pensam assim, ele é um) (RAMOS, 2014, p. 234)

Não obstante tal ensinamento, Ramos apresenta adiante lição diferente, aceitando as duas formas:

Você sabia que a expressão um dos que é como gilete, corta dos dois lados?

Topa o singular e o plural. *Fui um dos que lutou* ou *fui um dos que mais lutaram*. No entanto, o verbo no plural tem sido a opção de muitos repórteres, jornalistas, enfim de muita gente. O singular é egoísta. Diz que a ação se refere a um só indivíduo. O plural, a todos (RAMOS, 2014, p.241).

Há de se mencionar que a possibilidade de o verbo concordar no plural ou singular, quando o sujeito é *um dos que*, é prevista por Bechara ( 2009, p. 562), Rocha Lima (2013, p. 478), Cegalla (2008, p. 457), Julio Nogueira (apud COSTA, 2007, p. 1209), e Laudelino Freire (apud COSTA, 2007, p. 1209). Cunha & Cintra dizem que o verbo vai normalmente para o plural. Somente Sacconi (2011a, p. 150-151, 2011b, 443-444) não acolhe a concordância no singular.

Vê-se, portanto, que a posição dominante entre os gramáticos é a concordância no singular ou no plural, conforme se queira destacar o elemento individual ou o grupo, salvo situações específicas em que somente seria possível a concordância com o elemento individual.

De salientar, portanto, a contradição das lições de Ramos, nas páginas 175 e 234, com sua própria lição à página 241. Assim, as concordâncias impugnadas por Ramos nas duas primeiras lições encontram amparo na tradição normativa.

No quadro 5, seguem-se algumas observações de Ramos que não estão de acordo com a tradição gramatical normativa, ou excluem possibilidades permitidas por essa tradição.

**Quadro 5 – Observações em desacordo com a tradição gramatical normativa**

Fenômeno	Lição de Ramos	Observação
habitat	Habitat é forma latina. A forma aportuguesada é com acento agudo. Hábitat (RAMOS, 2014, p. 118) .	O <i>Volp</i> não registra a forma aportuguesada, embora a registrem o <i>Aurélio</i> , o <i>Novíssimo Aulete</i> e <i>Bechara</i> .
obedecer	O verbo obedecer, por exemplo, apresenta dois significados quando empregados erradamente. Veja o exemplo: Obedeça a sinalização sem crase tem um sentido e com o uso da crase tem outro (RAMOS, 2014, p. 127).	As gramáticas normativas não indicam a mudança de sentido com a regência direta. Cunha & Cintra (2008, p. 546) observam que <i>obedecer</i> tinha regime transitivo direto, documentado em escritores do século passado. Cegalla (2008, p. 503) observa que autores modernos empregam o verbo <i>obedecer</i> como transitivo direto. Luft (2010, p. 380) observa que aparece como transitivo direto nos clássicos antigos.
freada	E freiada. Muita gente diz assim, mas não é correto. O verbo frear - f-r-e-a-r - tem como substantivo freada e não freiada. Nessa família de palavras, só freio tem i; as demais não - freada - freando - freasse - freado, etc. (RAMOS, 2014, p. 152)	No tocante ao verbo frear, as três pessoas do singular do presente do indicativo, a terceira pessoa do plural do presente do indicativo e as três pessoas do singular e a terceira do plural do presente do subjuntivo possuem i: <i>eu freio, tu freias, ele freia, eles freiam; freie, freies, freie, freiem</i> .
caixa	Que é palavra feminina, todo o mundo sabe: a caixa de sapatos, a caixa de papelão, a caixa registradora, etc. O que muita gente não sabe é que esta palavra é masculina, quando usada na acepção de pessoa que trabalha junto a uma caixa pagadora ou recebedora. (...) Marta é o caixa no supermercado e é um excelente caixa (RAMOS, 2014, p. 174).	O <i>Houaiss</i> , o <i>Aurélio</i> , o <i>Michaelis</i> , o <i>Unesp</i> , o <i>Novíssimo Aulete</i> , <i>Bechara</i> e o <i>Dicionário Escolar da ABL</i> consideram o substantivo caixa como comum de dois gêneros para designar o funcionário que dá expediente em caixa. Apenas Sacconi o considera substantivo masculino.
veículo	Veículo sem acento não existe. A regra diz: acentuam-se todas as palavras proparoxítonas. Veículo (RAMOS, 2014, p. 210).	Há a forma verbal de primeira pessoa do verbo <i>veicular</i> , que se escreve eu <i>veiculo</i> , portanto, sem acento.
coma	A criatura aproveita o pré-caju e bebe todas. Resultado, entra em coma alcoólico. Coma é palavra masculina (RAMOS, 2014, p. 165).	Coma é palavra masculina na acepção de 'estado mórbido de inconsciência, com perda motora e de sensibilidade'. Há, contudo, a palavra coma, na acepção de 'cabeleira abundante', que é feminina.
exceder	Você excedeu em muito o seu limite do cheque especial. Senhor gerente, fale certo: Você excedeu tantos mil reais do seu limite. Exceder já em muito, só resta saber em quanto (RAMOS, 2014, p. 227).	Os dicionários consultados neste trabalho registram o significado básico de 'ser superior a ou ultrapassar em valor, peso, extensão etc.', ou seja, o significado não inclui o sentido de 'ultrapassar em muito', mas apenas de 'ultrapassar um limite estabelecido', que pode variar em ordem de grandeza. Exceder o limite de velocidade de 60 km/h pode se aplicar tanto a 61 km/h quanto a 200 km/h, mas se trata de grandezas de ordem nitidamente distintas.

Nesta subseção, foram discutidas algumas lições de Ramos, ministradas de modo taxativo, em que se impugnam formas ou construções admitidas pela tradição normativa. Procurou-se evidenciar, com certo detalhe, as lições contidas em gramáticas de autores de variados matizes, alguns dos quais citados como referência pela própria autora, para deixar manifesta a contradição com os ensinamentos de Ramos.

A discussão procurou deixar patente que se trata de questões cuja solução se daria antes no âmbito da legítima preferência individual, seja da autora ou do usuário da língua, do

que no âmbito do “certo” e “errado”. Poder-se-ia mencionar também a eventualidade de trazer à discussão considerações de ordem estilística, em que o usuário da língua poderia empregar uma ou outra forma, conforme o efeito a que visasse, como poderia ser o desejo de ressaltar a individualidade do agente ou o caráter coletivo da ação em sujeitos expressos por expressões do tipo *um dos que, a maior parte, um terço dos alunos*, por exemplo. Mas formas e construções admitidas pela tradição gramatical normativa não poderiam ser vedadas ou consideradas “erradas”.

Por fim, é evidente que a autora não é obrigada a esposar entendimentos contrários aos seus e pode até contestá-los, mas é de igual forma patente que lições ministradas à luz da “gramática da variante padrão”, como se diz no prefácio da obra, não podem restringir formas admitidas pela própria tradição gramatical da “variante padrão”, mormente quando provindas de gramáticas que a autora recomenda como necessárias para o domínio dessa “variante”. A proceder de tal modo, evidencia-se a natureza subjetiva desses juízos e a vedação, sem fundamento, de possibilidades previstas não somente pela língua, mas também pela própria gramática normativa. Que epíteto retrataria melhor tal proceder senão o de *norma curta*?

#### 4.5 A DESQUALIFICAÇÃO DA NORMA CULTA/COMUM/STANDARD

Nas seções anteriores, procurou-se evidenciar o caráter subjetivo de alguns juízos formulados por Ramos que conduzem a uma perspectiva reducionista sobre a língua, seja porque pretendem excluir da língua fatos linguísticos empiricamente comprováveis, seja porque vedam possibilidades admitidas pela própria tradição gramatical normativa. Nesta seção, as análises apontam para a mesma diretriz na apreciação de fenômenos da *norma culta/comum/standard*, já acolhidos por instrumentos normativos de referência da língua portuguesa.

Conforme exposto nos pressupostos teóricos deste trabalho, norma, segundo Coseriu, é o conjunto de características fonético-fonológicas, morfossintáticas, semânticas e lexicais regulares, costumeiras, habituais, comuns a uma dada comunidade de fala. Nessa diretriz, a *norma culta/comum/standard* brasileira é o conjunto de características fonético-fonológicas, morfossintáticas, semânticas e lexicais regulares, costumeiras, habituais, comuns às camadas urbanas escolarizadas, em suma, é o que se poderia chamar de “norma culta” real, o conjunto de padrões efetivamente empregados pelas camadas cultas dos centros urbanos brasileiros.

A *norma culta/comum/standard* brasileira apresenta algumas características significativamente distintas das regras da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, notadamente em razão de esta ter sido modelada em padrões de fala e escrita lusitanos, em detrimento de



padrões correntes na fala e escrita brasileira, como se discutiu no capítulo 3, além das diferenças oriundas das inevitáveis mudanças que se processam diacronicamente em qualquer língua natural.

No plano normativo, as diferenças entre a *norma culta/comum/standard* e a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, em regra, não têm sido entendidas como peculiaridades legítimas da fala e escrita brasileiras, mas consideradas “erros” pura e simplesmente. Diferentemente do que ocorre com o alemão na Suíça, em que convivem o alemão-padrão, reservado para situações oficiais, e o alemão suíço, para as situações não oficiais (CALVET, 2007, p. 128), no Brasil, qualquer diferença em relação ao prescrito pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica* é vista inapelavelmente como “erro”.

A sublinha, na expressão “em regra”, visa a reconhecer que gramáticos como Bechara, Cunha, Rocha Lima, Cegalla e Luft, entre outros, e a despeito de suas orientações sabidamente conservadoras, têm procurado, em suas obras, levar em conta a complexa inter-relação entre as duas normas. Contudo, existe uma linha de argumentação que não faz concessão às diferenças: se o fenômeno linguístico não pertence à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, é qualificado como “erro”. Não se cogita sequer de entender a lógica que estaria por trás do “erro”. Se diferença é “erro”, o entendimento de sua lógica não lhe alteraria o caráter, e, como tal, não tem de ser explicado, mas corrigido, como bem deixa claro Pasquale Cipro Neto (apud BAGNO, 2007, p. 156) em entrevista ao jornal *O Globo*:

Alguns linguistas talvez já estejam preparando suas baterias para me criticar, sob o argumento de que deve existir um motivo para que o brasileiro em geral não faça a concordância de nada com nada e o que importa é discutir o motivo do erro, como se o motivo do erro justificasse o erro. Aliás, esse tipo de linguista [...] adora dizer que em língua não existe erro, o que existe é variação linguística, o que importa é comunicar. Esses mesmos linguistas perdem seu precioso tempo e a verba do contribuinte com essas teses mirabolantes, financiadas pelo dinheiro público, em que se descabelam para justificar por que o brasileiro diz ‘falta dez minuto’. Um argumento clássico é que ‘quando o sujeito vem depois do verbo o falante não o reconhece como tal e acaba colocando o verbo no singular’. Chique, não? Nhenhêném (grifo nosso).

O entendimento de Cipro Neto não poderia explicitar de forma mais cabal o princípio subjacente esposado por livros de “não erre mais”, colunas de grandes jornais, manuais de redação de jornais e repartições públicas, gramáticas escolares, etc.: erro não se justifica e sua explicação é nhenhêném. A realidade empírica, do ponto de vista linguístico, serve apenas como suporte para identificar os “erros comuns” da fala e escrita brasileiras, sem que haja questionamento algum sobre o caráter secular e a pertinaz permanência de tais “erros”, a despeito da onipresença da gramática normativa e da expansão do ensino. Nesse diapasão,

Faraco argumenta que não seria difícil identificar as características da *norma culta/comum/standard* brasileira:

As principais características sintáticas da linguagem urbana comum do Brasil podem ser facilmente catalogadas: desde o século XIX elas estão listadas pelos comentadores mais conservadores como “erros comuns” da fala brasileira. Isto é, as propriedades correntes (habituais, normais) na nossa linguagem urbana comum têm sido tradicionalmente classificadas não como peculiaridades do português urbano brasileiro, mas como “erros”(FARACO, 2008, p. 49-50)

Se formas e construções não padrão são “erros”, e a discussão do “erro” é nhenhêném, a consequência óbvia da visão normativista é a limitação do debate a questões de “certo” e “errado” e a subsequente desqualificação das *normas culta/comum/standard e popular*, reduzidas a um mero inventário de “erros”. Nessa concepção normativista, não existe lugar para uma *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, com seu domínio próprio de utilização, ao lado de uma *norma/culta/comum/standard* e de uma *norma popular*. Nessa perspectiva, a língua se resume à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. *Norma curta*, enfim.

Não obstante Cipro Neto critique a visão que procura compreender o “erro” como própria de linguistas, é possível encontrar essa abordagem em um gramático como Bechara. Esse autor, talvez o maior gramático brasileiro da atualidade, grande autoridade em questões de língua portuguesa, sabe que a complexidade da linguagem não se reduz a questões de “certo” e “errado” e propõe, em seu lugar, a noção de língua exemplar, fruto de uma “eleição” pela tradição cultural:

Há de distinguir-se cuidadosamente o *exemplar* do *correto*, porque pertencem a planos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão pela qual o eleito não é nem correto nem incorreto.

Já quando se fala do correto, que é um juízo de valor, fala-se de uma conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica. Por ele se deseja saber se tal fato está em conformidade com um modo de falar, isto é, com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade, fato que pode ou não ser o modo exemplar de uma língua comunitária (BECHARA, 2009, p. 51-52).

Embora se possa discutir o caráter dessa “eleição”, a primeira consequência óbvia dessa visão é o reconhecimento de que a escolha de certas formas como exemplares não implica a incorreção de formas não exemplares. Dito de outra forma, a existência de formas da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* não implica a incorreção de formas não padrão. Trata-se, portanto, de uma concepção que tenta dar conta da normatividade sem desqualificar a variação como “erro”, bem distinta da visão normativista exacerbada, que interdita o debate qualificando a variação como “erro”.

Pode-se confrontar a diferença entre essas duas concepções, trazendo à baila a discussão de Ramos sobre a concordância verbal na passiva pronominal e a mesma discussão em Bechara. Ramos ensina que:

Aluga-se casas é outro erro grave que se comete. Veja: Casas são alugadas, então o certo é: Alugam-se casas (RAMOS, 2014, p. 209, grifo nosso).

Conforme se pode verificar na lição, a construção “aluga-se casas” não somente é “erro”, mas é também “erro” grave.

Bechara (2009, p. 563), por sua vez, ensina que “a língua padrão pede que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito” e dá como exemplos, entre outros, “alugam-se casas, vendem-se apartamentos e fazem-se chaves”. Mas, na mesma gramática, ao discutir o índice de indeterminação do sujeito, em frases como “vive-se bem, lê-se pouco entre nós, precisa-se de empregados” e “é-se feliz”, Bechara observa:

Pelos exemplos acima, o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto –, estende seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = ‘alguém tem casa para vender’ e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo:

*Vendem-se casas* (=‘casas são vendidas’) → *Vendem-se casas* (=‘alguém tem casa para vender’) → *Vende-se casas*.

“*Vende-se casas* e *frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se*, *fritam-se*. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda (BECHARA, 2009, p. 178, grifo nosso).

No caso em discussão, pode-se ver que Ramos considera “erro grave” a construção “aluga-se casas”, sem aventar sequer a possibilidade de substituição da interpretação passiva pela interpretação indeterminada, que leva o falante a considerar como objeto o que era sujeito na interpretação passiva e, por consequência, a não fazer a concordância. Bechara, contudo, ecoando lição de Said Ali (apud SCHERRE, p. 80-81), afirma claramente que se trata de *sintaxe correta*, sem considerá-la, contudo, *sintaxe padrão*, ou seja, *sintaxe exemplar*, em virtude de seu uso não literário.

Como já se disse acima, a identificação absoluta entre correção e padrão implica a desqualificação do que não é padrão, na medida em que este passa a ser meramente “erro” e, como “erro”, tende a não ser sequer reconhecido. Como se pôde observar em Ramos, a construção *aluga-se casas* é considerada, pura e simplesmente, “erro”, e, a despeito do que dizem autoridades da gramática normativa, como Bechara e Said Ali, “erro grave”. A

generalização desse processo, por conseguinte, termina por reduzir a língua à sua *norma-padrão*, materializando o que se convencionou aqui chamar de *norma curta*.

Cunha & Cintra (2008, p. 321) observam que em frases do tipo “vendem-se casas” e “compram-se móveis”, “consideram-secasas e móveis os sujeitos das formas verbais *vendem* e *compram*, razão por que na linguagem cuidada se evita deixar o verbo no singular” (grifo nosso). Convém observar neste passo que Cunha & Cintra não afirmam que *casas* e *móveis* são os sujeitos das formas verbais, mas que se consideram tais termos como os sujeitos dos verbos *vender* e *comprar*. Bechara também menciona que a língua padrão pede que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito. São formulações bastantes distintas das afirmações categóricas como “o verbo concorda com o sujeito *casas* e *móveis*”.

Para finalizar o tópico relativo à passiva pronominal, é importante frisar que Neves (2003, p. 690), em seu estudo baseado em *corpus* de língua escrita, registra que é comum a construção com *se* sem a concordância do verbo com a expressão plural, explicando o fenômeno da mesma forma que Bechara: interpreta-se o *se* como índice de indeterminação do sujeito. Importa mencionar que ela exemplifica com excertos colhidos em duas obras, intituladas *Clínica cirúrgicae Diagnóstico diferencial das hemorragias*, indicando claramente que não se trata de obras escritas por “incultos” para “incultos”:

**Administra-SE antibióticos** por via oral ou intramuscular. (CLC) \* Quando existe gravidez, a prova continua negativa, mesmo que se **SE injete altas doses de estrógenos**. (DDH)

Há toda uma gama de fenômenos típicos da *norma culta/comum/standard* que não são reconhecidos como integrantes da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* e que são sumariamente impugnados por Ramos, tais como a crescente indistinção entre os empregos de *este/esse*, o uso da preposição *em* com verbos de movimento, regências verbais inovadoras, o emprego de *ele* como objeto direto, o emprego de *ter* por *haver*. A desqualificação desses fenômenos como “erros” interdita o debate público sobre o reconhecimento da legitimidade do português brasileiro, na medida em que dificulta a percepção de sua realidade estruturada em regras nem sempre coincidentes com aquelas da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. No capítulo 5 deste trabalho, abordar-se-ão alguns desses fenômenos, visando a demonstrar a consistência histórica e linguística de tais fenômenos e argumentando em prol da legitimidade da diferença.

Mas esta visão restritiva, a que se chamou *norma curta*, não se limita a tachar de erros as peculiaridades da *norma culta/comum/standard* que não integram a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. É típico dela, por definição, não reconhecer a legitimidade de

fenômenos típicos da *norma culta/comum/standard*, que já foram acolhidos pelos próprios instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Presos a um ideal de língua pura, em que toda mudança é vista de forma negativa, qualquer alteração, seja ela fonética, morfológica, sintática ou semântica, tende a ser encarada como erro e sumariamente rejeitada, ainda que recepcionada pelos supracitados instrumentos normativos.

Já foram mencionadas, mais acima, as palavras *somatória*, *maquinário*, *massivo*, *necrópsia* e *descriminalizar*, variantes inovadoras, respectivamente, de *somatório*, *maquinaria*, *maciço*, *necropsia* e *discriminar*. As variantes inovadoras, embora registradas em dicionários da língua portuguesa, inclusive no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, a quem incumbe inventariar o léxico português, e encontradas em textos de elevada monitoração estilística, não têm sequer reconhecida a sua existência, mesmo que sejam as mais encontradas nesses textos escritos, como é o caso de *somatória* (NEVES, 2003, p. 718), 63% das ocorrências, e *maquinário* (NEVES, 2003, p. 502), 70% das ocorrências. O fato de todos os dicionários registrarem esta última forma, de ela ser a mais usada em textos escritos da segunda metade do século XX e, ainda assim, ser rejeitada como inexistente, é um indicador manifesto do distanciamento da dinâmica real da língua e do grande grau de subjetivismo que embasam os juízos de Ramos em relação a forma inovadoras.

O *Houaiss* e o *Aurélio* registram *maquinário* como brasileirismo. Como se viu no capítulo 3, Eduardo Carlos Pereira conceitua brasileirismo como as peculiaridades do falar do Brasil, classificadas como vícios de linguagem, o que, contudo, não se faz para os lusitanismos. Ironizando a concepção de que só valem as mudanças oriundas de Portugal, João Ribeiro, na explicação de *A língua nacional*, no começo do século XX, já se insurgia contra tal servilismo:

Não sofrerá a língua, que em toda a parte tem história e evolução, as suas alterações normais e inevitáveis?

Sofre-as, sim (responde um extremado purista), mas só em Portugal é que as sofre; cá, todo nosso dever e expediência consistem em tomar informação do que vai acontecendo por lá.

Foi contra essa férrea e estúpida coação que lancei o flébil desafio da língua nacional.

A língua nacional, escrevi, é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida, independente e livre em seus movimentos.

Não era coisa nova, em verdade. Teoricamente, esse direito de independência vinha reclamado pelos nossos grandes escritores desde Alencar: e na prática todos nós, consciente ou inconscientemente, estávamos, estamos e estaremos sempre a diferenciar e a integrar o nosso vocabulário e os nossos modismos idiomáticos (RIBEIRO, 1979, p. 43-44).

Essa subserviência a Portugal, aos legítimos donos das fontes, no dizer de Nabuco, não é, contudo, o único fator a atuar na rejeição aos modismos idiomáticos tipicamente brasileiros.

A intolerância à variação e à mudança, vistas essencialmente como desagregadoras da língua, talvez seja o maior obstáculo. Não se rejeita explicitamente *maquinário* pelo fato de ser brasileirismo, mas simplesmente porque já existe *maquinaria*. E se já existe *maquinaria*, *maquinário* só pode ser uma deturpação. Não obstante as línguas humanas mudem permanentemente em todos os seus níveis, como se procurou evidenciar nos pressupostos teóricos deste trabalho, os cultores da *norma curta* parecem acreditar, contra toda a evidência da história das línguas naturais, e, em particular, da história das línguas românicas, que está em seu poder impedir este fato natural e inevitável: o de que as línguas mudam.

Como a mudança pressupõe a coexistência de variantes, ou seja, a coexistência de duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade, as formas e construções inovadoras sempre terão a oposição dos cultores da *norma curta*, pois o processo de mudança não se implementa de forma abrupta, mas demanda um lapso temporal indefinido. Como a abordagem normativista não busca identificar os padrões objetivos efetivamente vigentes na sociedade, as variantes inovadoras são simplesmente desconsideradas, ainda que tenham larga disseminação e acolhimento em obras de referência normativa.

Pode-se evidenciar, em Ramos, a rejeição a variantes inovadoras já acolhidas em instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Não obstante venham sendo paulatinamente recepcionadas por tais instrumentos normativos, continua-se a ignorá-las como se não houvesse nenhuma divergência quanto à sua aceitabilidade.

Um desses casos é o emprego de *desapercebido* como sinônimo de *despercebido*, na acepção de “não ser percebido”, “não notado”. Assim, Ramos simplesmente se limita a ensinar que:

Diferença entre *despercebido* e *desapercebido*?  
Por causa de uma vogalzinha, morde-se a língua.  
*Despercebido* é não notado.  
*Desapercebido* é desprevenido. (RAMOS, 2014, p. 96)

Dos oito dicionários empregados neste trabalho, cinco deles consideram *desapercebido* e *despercebido* formas sinônimas na acepção de ‘não notado’, mas esse fato não é considerado por Ramos. Além de considerarem tais formas equivalentes na mencionada acepção, o *Houaiss*, o *Aulete* e o *Dicionário de Bechara* trazem as seguintes observações:

Os parônimos *desapercebido* e *despercebido* foram objeto de censura purista, acoimados de falsa sinonímia ( na acp. 3), em que o contraste entre *aperceber* ‘aparelhar’ e *perceber* ‘notar, observar’, prefixados com *des-* (negativo, privativo), era transferido para os seus derivados; no entanto, ante o emprego desses dois vocábulos como sinônimos por autores de grande expressão quer no sXIX como em

inícios do sXX, como Castilho, Camilo, Rebelo da Silva, Garcia Redondo etc., a rejeição faz-se inaceitável (HOUAISS, 2001, p. 955).

Embora condenado por puristas, o uso de *desapercebido* (part. de *desaperceber*, de *des-* + *aperceber*, ‘aparelhar’) como sinônimo de *despercebido* (part. de *desperceber*, de *des-* + *perceber*, ‘notar’), na acp. 1, é observado em vários autores de grande expressão, como Castilho etc. (NOVÍSSIMO AULETE, 2011, p. 483)

Tem-se condenado injustamente o uso de *desapercebido*, *desaperceber* com o sentido de *despercebido*, *desperceber* (BECHARA, 2009, p. 272)

Sem prejuízo da posição purista, a questão deveria ser resolvida, quando muito, em termos de preferência. Observe-se que as assertivas em favor do emprego de *desapercebido* por *despercebido* constam em um dos grandes dicionários da língua portuguesa, o *Houaiss*, de um dicionário recomendado pelo MEC, o *Novíssimo Aulete*, e do dicionário daquele que talvez seja o maior gramático brasileiro na atualidade.

Outra palavra que passa por idêntica situação é a palavra *estadia*, quando empregada como sinônimo de *estada*. Ramos leciona que:

Assim é estada: Estada é para pessoas. Tempo que alguém passa em um lugar: A minha estada no Rio de Janeiro vai ser de cinco dias.  
Estadia – é o tempo que o navio passa atracado no porto ou carro, bicicleta, moto etc. (RAMOS, 2014, p. 120)

Neves (2003, p. 315) observa que o substantivo *estadia* vem sendo muito empregado no sentido de *estada* e, para se ter uma ideia dessa intensidade, basta observar que, à exceção de Sacconi, todos os demais dicionários acolhem o emprego de *estadia* por *estada*.

Em seu trabalho, Costa (2007, p. 482) menciona autores que não consideram as formas como sinônimas – Silveira Bueno, Niskier, Luiz A. P. Vitória – e autores que as dá por sinônimas – Cândido Jucá Filho e Stringari –, este último aduzindo exemplos de Rui Barbosa e José Veríssimo empregando *estadia* por *estada*.

Um terceiro exemplo seria o da locução *através de*, impugnada pela tradição normativa mais restritiva quando empregada no sentido de *mediante*, *por meio de*. A seu respeito, Ramos leciona que:

Há palavras que pegam como praga. Abusam. Sem pedir licença, vão penetrando aqui e ali. Infiltram-se nas frases. Aparecem na TV. Chegam aos jornais. E lá vão elas estragando a língua portuguesa.  
O *através* é uma delas. *Através* pertence à família do *atravessar* e deve ser empregado no sentido de passar de um lado para o outro ou passar ao longo de.  
Veja os exemplos corretos: *Vejo a praia através da janela. O conceito de beleza mudou através dos tempos.* Dessa forma o *através* não trai a origem. Não use, por favor, *através de* no lugar de *mediante*, *por meio de*, *por intermédio de*, *graças a*, ou *por*. Falei com ele pelo telefone (em vez de *através do telefone*). A nomeação foi feita por decreto (em vez de *através de decreto*). E, assim, fazer um ofício e já começar errando, (sic) é dose. Venho *através* deste, mas (sic) menino, que coisa feia. É preciso ler e entender para não falar e escrever errado. É chique falar de forma

correta. O através de solicitamos – vá direto ao assunto – e pode ser através de outro? (RAMOS, 2014, p. 247-248)

Novamente vem à baila a questão do uso recepcionado por obras de referência normativa. Neves (2003, p. 101) observa que a locução *através de*, não obstante condenada pelos puristas, é bastante usual, em todos os tipos de texto. À exceção do *Michaelis*, todos os dicionários empregados neste trabalho contemplam a acepção ‘por meio de’ para a locução *através de*. Chama a atenção o fato de Bechara, para ilustrar o emprego de *através de* na acepção de ‘por meio de’, dar o seguinte exemplo: *Entrou em contato através do telefone*. Trata-se praticamente de um dos exemplos impugnados por Ramos.

Bagno (2009, p. 87) argumenta que a locução *através de* tinha no princípio o sentido de ‘atravessar de um lado a outro’ e passou a expressar também o sentido de ‘servir de instrumento para se realizar uma tarefa’, do mesmo modo que a locução *por meio de*, na origem, significava ‘fazer passar pelo meio (concreto, físico) da coisa’ e passou a exprimir ‘instrumento, recurso, expediente’. Concorde-se ou não com Bagno, o fato é que, a se olhar o sentido original das palavras, as expressões *por meio de* e *por intermédio de* poderiam, de fato, ser interpretadas como ‘pelo meio de’, ou seja, trazendo a mesma “incongruência” alegada quanto à locução *através de*. Esta locução, assim como os demais exemplos discutidos nesta seção, adquiriu, em verdade, um sentido adicional ao que já possuía, processo comuníssimo na história das línguas.

Um quarto exemplo diz respeito ao emprego da palavra *alternativa*, na acepção de ‘opção’. Ramos assim se pronuncia acerca dessa questão:

Alternativa ou opção? A alternativa se escolhe entre duas opções. Por isso evite dizer outra alternativa e única alternativa. Diga apenas: *Não tive alternativa, comprei uma bicicleta*.

A alternativa é sempre outra. Se não há outra, só pode ser única.

Diga assim. *A alternativa foi ficar. Não havia alternativa*. (RAMOS, 2014, p. 244)

Constata-se, no excerto acima, a assertiva peremptória de Ramos de que “a alternativa se escolhe entre duas opções”. À exceção dos dicionários *Aurélio* e *Michaelis*, os demais dicionários consultados neste trabalho recepcionam a acepção de *alternativa* como opção, conforme se pode verificar no quadro 6.

**Quadro 6** – Alternativa na acepção de opção

Dicionário	Definição de <i>alternativa</i>
Houaiss	Uma de duas ou mais possibilidades pelas quais se pode optar.
Unesp	Opção; possibilidade.
Novíssimo	Opção, escolha entre duas ou mais possibilidades.



Aulete	
Bechara	Escolha entre duas ou mais possibilidades; opção.
ABL	Opção entre duas ou mais possibilidades.
Sacconi	Escolha limitada a uma de duas possibilidades (ou, não inteiramente adequado, de mais de duas)

Sacconi acolhe a acepção, mesmo sem considerá-la inteiramente adequada. Ele argumenta, ao longo do verbete *alternativa*, que:

Em vista da presença do elemento latino *alter*, a alternativa se escolhe, em rigor, entre duas e somente *duas* possibilidades. Entre mais de duas, faz *opção*. Modernamente, porém, sobretudo nos testes de exames escolares, pede-se que o candidato assinale a *alternativa* correta, com oferta de quatro ou cinco possibilidades. Quando se realizam eleições, nas grandes cidades brasileiras, temos o primeiro e o segundo turnos. No primeiro turno há geralmente mais de três candidatos a determinado cargo; no segundo turno concorrem, porém, os dois primeiros colocados do turno anterior. Assim, temos inicialmente que fazer *opção*; depois, estamos diante de *alternativas*. // As combinações *duas alternativas* e *outra alternativa*, assim, só se empregam incorretamente por *catacrese*, a exemplo de *marmelada de chuchu* e *embarcar em avião* (SACCONI, 2010, p. 103).

A argumentação de Sacconi aborda os pontos chave da discussão. Em primeiro lugar, a causa da suposta inadequação: a presença do elemento latino *alter*. Contudo, há dois problemas com esse argumento: o primeiro problema é o fato de que os falantes não necessariamente percebem o significado de *alter* ao empregarem *alternativa*, e, como consequência, a empregam na acepção de *opção*. O segundo problema seria que, caso fosse necessário seguir à risca o argumento de que os significados originais das palavras teriam de ser rigorosamente observados em seu uso linguístico, possivelmente não haveria uso correto, pois, ao longo de sua história, as palavras mudam de sentido, ganham novas acepções ou, ao contrário, restringem seu significado. Um exemplo que se presta à discussão seria a palavra *homenagem*, que, segundo o *Houaiss*, originou-se do provençal, com a acepção original de ‘vassalo, homem de armas que deve sua fidelidade ao suserano’. Ora, está evidente a ideia de ‘homem’, presente na palavra, mas o termo se aplica, hodiernamente, a homens e mulheres.

Poder-se-ia discutir, também, o caráter pronominal do verbo *suicidar-se*. Se a forma *sui-*, originada do elemento latino *sui-*, já lhe exprimiria o caráter reflexivo, por que o seu caráter pronominal? Talvez, por isso, Ramos, na 7ª edição de seu livro, lecionasse:

**O homem suicidou-se, então morreu duas vezes.**

O homem suicidou ou praticou suicídio (matou-se) (RAMOS, 2005, p.150)

Esta lição de Ramos fazia parte de uma seção intitulada, sugestivamente, “palavras ou expressões que o povo fala, mas não é certo”. Em negrito, constava a expressão “errada” e,

abaixo, em tipo normal, a expressão “correta”. Mas parece que, neste caso, Ramos rendeu-se ao povo, pois, na 9ª edição, aparece a seguinte lição, também mantida na 10ª edição:

Estava tão desesperado, que tentou suicidar-se.  
O verbo suicidar-se é pronominal. (RAMOS, 2009; 2010; p. 170)

Assim, para finalizar a discussão sobre o primeiro problema do argumento de Sacconi, fosse necessário averiguar a origem dos termos de cada palavra, pode-se levantar a hipótese de que bastantes problemas ocorreriam no tocante ao “correto” emprego das palavras.

O segundo ponto chave do argumento de Sacconi é o que ele mesmo aponta no final de sua argumentação. A palavra, modernamente, já é usada com o significado de ‘opção’ e, como ele mesmo observa, sobretudo em exames escolares e, pode-se acrescentar, também em exames de português. Pode-se dizer que o uso corre vitorioso. Invocando Hall (1950, p. 3-4), “the only guide to what a word *should* mean is what it actually *does* mean in the mouths of the people who use it.”<sup>28</sup>

A despeito de considerar inadequada a sinonímia de *alternativa* e *opção*, Sacconi termina por admitir o seu emprego escoreito apenas como um fenômeno de *catacrese*, ou seja, meio a contragosto, termina por acolher a forma. Ramos, contudo, não considera sequer digno de menção que o uso de *alternativa* com o sentido de opção esteja generalizadoe, inclusive, recepcionado por dicionaristas de nomeada, como Houaiss, Bechara e até mesmo por um notório normativista como Sacconi.

A questão subjacente a todos esses fenômenos discutidos nesta seção é o mal-estar com o fenômeno da mudança. É um truísmo afirmar que as línguas mudam. Já mais difícil é aceitar o fenômeno da mudança. Quando a mudança está inteiramente implementada, passa a ser um fenômeno normal das línguas, que ninguém mais discute. Assim, se a palavra *homenagem* traz, em sua origem, a ligação com a noção de ‘homem’, tal noção há muito desapareceu do uso diário que os falantes fazem da palavra, ou seja, a mudança de sentido já foi implementada, de forma que é, hodiernamente, aplicada indistintamente a homens e mulheres. Contudo, o que ocorre com as formas *desapercebido*, *estadia*, *através de* e *alternativa* é que o processo de mudança ainda não se consolidou, ao menos entre os gramáticos de tendência mais normativista.

A serem observados os fatos, não parece despropositado referir que os fenômenos linguísticos acima abordados poderiam ser descritos da seguinte forma: a um significado

---

<sup>28</sup> O único guia para o que a palavra deveria significar é o que ela realmente significa nas bocas das pessoas que a utilizam (tradução nossa).

tradicional já consolidado, tais palavras ampliaram seu sentido, ganhando uma nova acepção, processo este ainda não finalizado.

Nada impede, naturalmente, que os falantes tenham a sua preferência pelas formas tradicionais. O problema é a questão de formas inovadoras serem impugnadas como “erro”, quando são de uso corrente, inclusive em textos monitorados, como o são os exames escolares, e já recepcionadas por dicionaristas de nomeada e em obras referendadas por órgãos oficiais de educação e cultivo da língua. A impugnação de formas correntes da *norma culta/comum/standard*, já acolhidas em obras de referência da língua portuguesa, é um dos atributos mais característicos do que se convencionou chamar aqui de *norma curta*, pois se trata, no caso, de evidente tentativa de restrição de possibilidades existentes na língua portuguesa.

O mal-estar com o fenômeno da mudança, correlato com o da variação, já que o primeiro pressupõe o segundo, pode ser visto também com um fenômeno relativamente recente: o emprego de *apreender* na acepção de ‘deter’. Ensina Ramos que:

Não sei por que inventaram que o menor infrator não pode ser capturado, mas apreendido. Coisas da justiça. Apreender é para objetos; gente, seja maior ou menor de idade é capturar. Eufemismo para malfeitor não procede. (RAMOS, 2014, p. 252)

Tem sido cada vez mais amplo o emprego de *apreender* com o significado de ‘deter’, uso contra o qual se insurge Ramos. Os dicionários empregados neste trabalho, conforme se pode ver no quadro 7, não são unâimes em homologar esse emprego:

**Quadro 7** – Definição de apreender nos dicionários de referência

Dicionários	Definição de <i>apreender</i>
Houaiss	Não exemplifica o emprego para pessoas, mas o relaciona com a sinonímia de prender e tomar
Aurélio	2. Segurar, pegar, agarrar, prender
Michaelis	1 Tomar posse de. (só exemplifica para objetos)
Unesp	1. Tomar posse por direito. (Exemplifica para objetos)
Aulete	1. Pegar ou tomar posse de, por decisão judicial ou não (...)2 Pegar, capturar, apanhar
Bechara	2 Tomar posse de, por meio de ato judicial. (...) 3 Prender, segurar, agarrar
ABL	2 Apropriar-se judicialmente de (bens, rendimentos)
Sacconi	1. Fazer a apreensão de; confiscar: <i>a polícia apreendeu uma tonelada de cocaína; apreenderam-lhe a muamba toda.</i>

A despeito de a concepção disseminar-se mais e mais – a reprimenda de Ramos o demonstra –, não se concebe o fenômeno como manifestação da variação e mudança inerentes

às línguas naturais, nem se busca explicá-lo, mas, pura e simplesmente, rejeitá-lo. Contudo, a recepção pelos instrumentos normativos vai depender fundamentalmente da generalização desse uso na comunidade. Se esse uso for suficientemente amplo e disseminado em gêneros monitorados, é provável que, mais cedo ou mais tarde, a forma ou construção terá reconhecida a legitimidade de seu uso.

Mas a intolerância à variação e à mudança não se dá apenas com formas inovadoras. Alcança também formas em relações às quais não pareceria, em princípio, haver nenhuma dúvida. Observe-se, como ilustração deste caso, a lição acerca do sentido do verbo *dizimar*. Ensina Ramos que:

Dizimar – vem de dízimo, ou seja, a décima parte. Originariamente, é a matança de um soldado em cada grupo de dez. Portanto, seria incoerente dizermos que uma raça foi totalmente dizimada. É melhor usar exterminar.  
- *Uma raça foi totalmente exterminada* (RAMOS, 2014, p. 116)

Os dicionários *Houaiss*, *Unesp*, *Novíssimo Aulete*, o *Dicionário Bechara* e o *Sacconi* registram *dizimar* com o sentido de ‘exterminar’. O *Aurélio* registra o sentido de ‘destruir ou exterminar em parte’, mas acolhe também o sentido de ‘destruir’, *tout court*. O *Dicionário de Bechara* define o verbete *dizimar* como ‘ocasionar o extermínio de’. O acolhimento por parte de dicionaristas esclarecidos, como o são os autores acima, conjugando o critério do uso e da autoridade, legitima o emprego da forma *dizimar* com o sentido de ‘exterminar’.

Embora Ramos ainda mitigue a sua lição com a expressão “é melhor usar exterminar”, não deixa de ser ilustrativo examinar as razões dessa recomendação. É que, argumenta Ramos, na origem, a palavra significava a matança de um soldado em cada grupo de dez, logo, seria incoerente empregá-la no sentido de extermínio. Fosse esse argumento levado à risca, não seriam poucos os casos em que o uso das palavras seria incoerente. A título de exemplo, pode-se mencionar o emprego da palavra *estádio*. Cegalla (2008, p. 163) observa que, entre os antigos gregos, correspondia à medida de 206m. Depois passou a designar a corrida atlética dessa distância: a corrida de 1 estádio. Por extensão de sentido passou a designar o lugar onde se realizavam essa corrida e outras competições de atletismo. Modernamente, indica o local onde se realizam competições esportivas, principalmente jogos de futebol. Não haveria incoerência em designar um local com um termo que significa originalmente uma certa distância? Se a designação dizia respeito, na origem, a corridas, não seria incoerente estendê-lo para competições que não se refiram expressamente a corridas?

E o que dizer de *embarcar*? Bechara (2009, p. 401) menciona que o termo *embarcar* significava originalmente ‘entrar na barca’, mas hoje significa ‘entrar em qualquer condução’, com manifesta extensão de sentido.

A invocação da origem determinante das palavras, portanto, não parece um bom argumento. A própria Ramos (2014, p. 288) o demonstra quando ensina que a palavra *quarentena* pode ser usada para um período diferente de quarenta dias. A palavra *quarentena*, contudo, em sua origem, segundo se pode verificar em Houaiss, referia-se especificamente ao “conjunto de medidas e restrições que consistia esp. [especialmente] no isolamento, durante certo tempo (orig. 42 dias), de indivíduos e mercadorias provenientes de regiões onde grassavam epidemias de doenças contagiosas” (HOUAISS, 2001, p. 2346).

No mesmo passo, Ramos (2014, p. 288) ensina que “o termo *mesada* também adquiriu outro sentido, já esquecido o fato de que se relaciona com mês.” Não se entende, pois, por que o mesmo raciocínio não se poderia aplicar à palavra *dizimar* para significar ‘exterminar’, principalmente se ela já está recepcionada em dicionários de referência da língua, inclusive no de um eminente gramático como Bechara.

Um outro fenômeno já plenamente incorporado à *norma culta/comum/standard* brasileira, esse no campo da fonética, diz respeito à palavra *boemia*. Ensina Ramos:

Devemos tomar cuidado com a pronúncia das palavras. A nossa prosódia. (...) Boêmia em vez de boemia (RAMOS, 2014, P. 282)

À exceção do *Michaelis*, todos os dicionários consultados neste trabalho registram a forma *boemia* como variante de *boêmia*. Cunha & Cintra (2008, p. 71) recomendam a preferência pela pronúncia *boêmia*. Rocha Lima (2013, p. 63) refere a flutuação na pronúncia, mesmo na língua culta, das formas *boêmia* e *boemia*. Cegalla (2008, p. 47) registra que “no português do Brasil é corrente a pronúncia *boemia*” e, em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, observa que “em um ou outro escritor brasileiro encontra-se *boêmia*” (CEGALLA, 2008, p. 67). Em seu *Não erre mais*, Sacconi ensina que “as duas prosódias são aceitas hoje, mas convém dizer que a segunda é meramente popular, surgida por influência de *orgia* (SACCONI, 2011a, p. 214).

Em sua gramática, Bechara ensina que a pronúncia é *boêmia*, mas em seu dicionário registra a forma *boemia* como entrada e apenas menciona a forma *boêmia* como variante de *boemia*.

Observa-se que todos os autores aceitam a forma *boemia*, e, mesmo Bechara, que em sua gramática não a prevê, em seu dicionário a registra como entrada, o que, contraditoriamente, não faz com a forma *boêmia*. Sem prejuízo da legitimidade da preferência

por *boêmia*, seja por parte de Ramos, seja por parte dos usuários da língua, os instrumentos normativos de referência da língua portuguesa consultados neste trabalho não dão sustentação à exclusão da forma *boemia* como legítima forma do português.

Como se observa nos exemplos acima, ficam novamente evidenciados não somente o caráter subjetivo dos juízos de Ramos, mas também a tendência redutora de sua concepção, ao não agasalhar formas da *norma culta/comum/standard*, já acolhidas em instrumentos normativos de referência da língua portuguesa.

No quadro abaixo, registram-se algumas formas e construções da *norma culta/comum/standard*, impugnadas por Ramos, mas que encontram acolhida nos instrumentos normativos de referência consultados neste trabalho. Os exemplos foram selecionados com base nos seguintes critérios, conjugados ou não: (i) o acolhimento por uma ou mais obras de referência normativa consideradas neste trabalho; (ii) o uso disseminado em textos escritos; e (iii) o acolhimento pelo *Volp*. Apesar de tais formas se enquadrarem em um desses três critérios, Ramos as julga erradas, ou inexistentes, ou, simplesmente, não as considera.

**QUADRO 8** – Lições que desconsideram fenômenos da *norma culta/comum/standard*

Fenômeno Linguístico	Lição de Ramos	Lições das Obras de Referência Normativa <sup>29</sup>
Em mão ou em mãos?	Nos convites ainda persiste o erradíssimo em mãos (p. 136, 294).	O Houaiss, Aurélio, Bechara, Aulete e ABL registram ambas. Michaelis registra somente <i>em mãos</i> . Aurélio e Sacconi registram somente <i>em mão</i> . Neves observa que <i>em mãos</i> é mais utilizada.
Em rigor (em tese) ou a rigor?	Em rigor (p. 168)	O Unesp e Sacconi registram ambas. Michaelis só registra <i>em rigor</i> . Os demais não as registram. Neves observa que <i>em rigor</i> tem uso muito raro (2%)
À custa de ou às custas de	À custa de (p. 157)	O Houaiss, Aulete e ABL registram ambas. Aurélio, Michaelis, Unesp, Bechara e Sacconi registram <i>à custa de</i> . Neves observa que, embora não seja tradicionalmente citada e recomendada, é usual às custas de (20%). Cegalla diz que o uso generalizado legitima <i>às custas de</i> .
Em via de ou em vias de?	Em via de (p. 162)	Aurélio e Bechara registram ambas. Houaiss, Michaelis, Unesp registram <i>em vias de</i> . Aulete registra <i>em via de</i> . Sacconi e ABL não as registram.
Quito ou cisto?	"Alguns dicionários trazem quisto, mas não é quisto é cisto" (p. 172)	O Volp, Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara e ABL registram ambas. Houaiss diz que <i>quisto</i> é a forma mais usada e menos preferida. Sacconi registra ambas, mas diz que <i>quisto</i> deve ser desprezada. Cegalla registra ambas e considera <i>cisto</i> preferível a <i>quisto</i> , embora menos usada. Neves as registra como variantes.

<sup>29</sup> As obras consideradas para a elaboração desse quadro foram: Houaiss (2001), Aurélio (2010), Michaelis (1998), Unesp (BORBA, 2011), Aulete (2011), Bechara (2011), ABL (2008), Volp (ABL, 2009), Sacconi (2010), Neves (2003), Cegalla (2008), Luft (2010b).

A sentinela ou o sentinela?	"Sentinela é nome sobrecomum, a exemplo de pessoa, criança, etc. A sentinela se usa tanto para o homem quanto para a mulher" (p. 199).	Aulete registra ambas. Houaiss e Aurélio registram a entrada como feminina, mas observa que também se usa no masculino. Michaelis, Unesp, Bechara, ABL e Sacconi registram <i>a sentinela</i> . Neves diz que é feminina, mas usada no masculino. Cegalla registra ambos e aponta exemplos de Camilo Castelo Branco, Adonias Filho e Zuenir Ventura.
lista=listra (risco, faixa de cor)	"Listra é o risco de cor diferente. (...) Listra é uma coisa bem diferente de lista"(p. 214).	Houaiss, Michaelis, Unesp, Aulete, ABL e Sacconi registram ambas na acepção de 'risco'. Aurélio registra <i>lista</i> como sinônimo popular, e Bechara, como brasileirismo. Neves as refere como variantes para designar 'traço', 'risco'e registra <i>Listra</i> como a mais usual (87%). Cegalla as considera variantes no sentido de "faixa de cor diferente, risca".
O champanhe ou a champanhe?	O champanhe (p. 82).	O Volp, Houaiss e Aulete registram ambas. O Aurélio, Michaelis, Unesp, Bechara, ABL e Sacconi registram <i>o champanhe</i> . Cegalla a registra como masculino.
Cobocó ou cobogó?	O certo é cobogó (p. 85)	O Volp registra ambas. O Aurélio registra ambas, cobocó como brasileirismo. O Houaiss, Michaelis, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi só registram <i>cobogó</i> .
Protocolar ou protocolizar?	"Hoje em dia estão protocolizando documentos. Eu prefiro protocolar documentos" (p. 120)	O Volp, Houaiss, Michaelis e Sacconi registram ambas. O Aurélio registra ambas, <i>protocolar</i> como brasileirismo. O Unesp, Bechara, ABL e Aulete só registram <i>protocolar</i> e Aulete a registra como brasileirismo.
Descarilar ou descarrilhar?	Descarrilar (p. 162).	O Volp, Houaiss, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi registram ambas. Aurélio registra ambas e abona <i>descarrilhar</i> com Machado de Assis. Cegalla considera não recomendável a variante <i>descarrilhar</i> .
Lêvedo ou levedo	"Levedo não existe" (p. 134). "Levedo nunca existiu"(p.280)	O Volp registra ambas. Houaiss e Aurélio registram ambas e dizem que <i>levedo</i> é mais corrente no Brasil. O Unesp registra ambas e diz que a forma <i>lêvedo</i> é pouco usada. O Michaelis, Aulete, Bechara e ABL registram ambas. Sacconi registra ambas e diz que a melhor prosódia é <i>lêvedo</i> , embora não corrente no Brasil. Neves observa que as lições normativas recomendam o uso da forma <i>lêvedo</i> , mas <i>levedo</i> é a mais usada (93%). Cegalla registra <i>lêvedo</i> e diz que a pronúncia corrente, no Brasil, é <i>levedo</i> .
Biótipo ou biotipo	Biótipo (p. 312).	O Volp, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi registram ambas. Houaiss registra ambas e diz que <i>biotipo</i> é forma geral não preferida. O Aurélio registra <i>biótipo</i> e diz que a pronúncia corrente no Brasil é <i>biotipo</i> . O Michaelis registra <i>biótipo</i> . Neves registra que são formas variantes e que, embora <i>biótipo</i> venha sendo recomendada pela tradição, ambas são igualmente usadas. Cegalla as registra como variantes prosódicas.

Madagáscar ou Madagascar?	Madagáscar (p. 312)	O Volp registra ambas. O Houaiss registra ambas e diz que <i>Madagáscar</i> , adotada em Portugal, já se registra n' <i>Os Lusíadas</i> (X, 137,8). Acrescenta que <i>Madagascar</i> seria preferível pela analogia com numerosos oxítonos em -ar da língua portuguesa, entre os quais outros nomes de origem malaia, como Zanzibar, Malabar, Macassar, todos pronunciados com acento tônico. Aurélio, na etimologia de <i>madagascarense</i> , emprega <i>Madagascar</i> . O Michaelis, o Aulete e Bechara, no verbete <i>madagascarense</i> , indicam <i>Madagascar</i> . O Unesp e ABL não as registram. Sacconi registra o verbete <i>Madagascar</i> , mas diz que, em português legítimo, prefere-se a pronúncia <i>Madagáscar</i> , muito pouco usada no Brasil. Neves diz que a tradição recomenda <i>Madagáscar</i> , mas <i>Madagascar</i> é dicionarizada e é mais usual (83%). Cegalla registra <i>Madagáscar</i> , mas observa que é, geralmente, pronunciado como oxítono e que, com raríssima exceções, as palavras terminadas em -ar são oxítonas em português.
Bulhufas ou bulufas?	"Não entendi bulhufas (e não bulufas)"(p. 342).	O Volp e o Aulete registram ambas. O Houaiss registra ambas como brasileirismos informais. Aurélio e Michaelis registram ambas como brasileirismos de gíria. Bechara só registra bulhufas. O Unesp, o ABL e Sacconi não as registram.
Acordar ou acordar-se? (despertar)	"O verbo acordar (despertar, tirar ou sair do sono) não deve ser conjugado pronominalmente" (p. 277).	Houaiss registra ambas. Aurélio registra as duas e observa que <i>eu me acordo</i> é brasileirismo. O Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi registram <i>acordar</i> . Luft registra ambas e observa que <i>acordar-se</i> constitui brasileirismo, formado por analogia com <i>despertar-se</i> , <i>levantar-se</i> . Cegalla considera não pronominal.
Iniciar ou iniciar-se? (dar início a, principiar)	"O torneio inicia domingo. Isso não é verdade. Porque alguma coisa se inicia sempre."(p. 259)	O Houaiss, Aurélio, Aulete, Bechara, ABL, Sacconi e Luft registram ambas. Cegalla diz que se pode omitir o pronome e construir "o jogo iniciou (=começou) às 16 horas".
Deitar cedo ou deitar-se cedo?	Deitar-se (p. 133)	A Unesp, ABL, Aulete e Luft registram ambas. Cegalla considera que a forma não pronominal pode ser dispensada na comunicação familiar.
Penalizado=punido	"Cuidado. Evite penalizado no sentido de punido"(p. 119-120)	Houaiss diz que sim, mas observa que tem havido rejeição no sentido de 'punir' apenas entre os profissionais ligados ao Direito. Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete e ABL as registram como sinônimas. Sacconi as registra, mas recomenda empregar <i>punir</i> . Cegalla registra <i>penalizar</i> no sentido de <i>punir</i> , mas considera neologismo dispensável. Neves registra <i>penalizar</i> e cita exemplo na acepção de 'punir'.
Colocar=expor ideias	Não (p. 104, 187, 259, 290)	O Houaiss, Aurélio, Unesp, Bechara e ABL registram <i>colocar</i> na acepção de 'expor ideias'. Aulete também, mas menciona que há restrições a este emprego. Sacconi registra a acepção, mas recomenda não empregar. Michaelis não registra a acepção. Cegalla recomenda não empregar.

#### 4.6 LIÇÕES APRIORÍSTICAS

Nesta seção, far-se-á uma discussão bastante próxima da seção anterior, na medida em que se abordarão fenômenos da *norma culta/comum/standard*, impugnados por Ramos. Contudo, a ênfase, nesta seção, recairá sobre o caráter absoluto de algumas prescrições que



fazem crer que não existe divergência acerca do fenômeno abordado, como se não houvesse nenhuma dúvida quanto à lição ministrada.

De fato, algumas prescrições de Ramos chamam a atenção pelo caráter apriorístico, como se elas independessem de verificação factual. Um desses preceitos categóricos pode ser visto em uma breve lição exposta à página 315:

Os políticos fazem muitas promessas eleiçoeiras ou eleitoeiras?  
Os políticos fazem de tudo, mas a língua só lhes permite fazer promessas eleiçoeiras! Eleiçoeiras! Ouviu! (RAMOS, 2014, p. 315)

A despeito da lição, o adjetivo comumente empregado nessa construção é exatamente *eleitoeiras*. Esta última forma, inclusive, consta em todos os dicionários tomados como referência neste trabalho e é considerada, unanimemente, sinônima da primeira. Por outro lado, a forma *eleiçoeiro*, a única que a língua “admitiria”, segundo Ramos, não é registrada no *Dicionário escolar da ABL*, no *Dicionário de Bechara* e no *Novíssimo Aulete*, ao contrário do que ocorre com *eleitoeiro*.

Um pouco antes, Ramos (2014, p. 282) ensina que “a pronúncia para quem sua muito é suôr – som fechado.” Ora, todos os dicionários consultados neste trabalho registram a pronúncia aberta, à exceção do *Unesp* e *Sacconi*, que não indicam a pronúncia, e do *Houaiss*, que registra as duas possibilidades. Sacconi, contudo, em seu *Não erre mais*, indica a pronúncia aberta (SACCONI, 2011a, p. 143).

Abordando o emprego da palavra *suíte*, Ramos escreve:

Um comercial na TV: Apartamentos com 4 quartos sendo duas suítes. Suíte é quarto com banheiro. Portanto, o certo é: Apartamento com 4 quartos sendo dois suítes. Suíte é palavra masculina – quarto (RAMOS, 2014, p. 283, grifo nosso).

A suíte é outro erro – O suíte – O quarto com banheiro. É bom lembrar: Minha casa tem três quartos, sendo um deles com suíte. A casa tem três quartos e um suíte (RAMOS, 2014, p. 296)

Conforme se pode ver nos dois excertos que tratam da palavra *suíte*, Ramos assevera taxativamente que suíte é palavra masculina. Contudo, à exceção do *Michaelis*, que não registra suíte na acepção de ‘quarto com banheiro anexo’, todos os dicionários consultados neste trabalho consignam o contrário: todos eles registram *suíte* como palavra feminina.

As três lições acima são ministradas com um caráter axiomático, apriorístico, como se fossem verdades cuja evidência prescindisse de demonstração. Estão, porém, em flagrante contradição com dicionários de referência da língua portuguesa. Contradição tão flagrante leva à seguinte indagação: afinal de contas, em que se baseia Ramos para exprimir juízos dessa natureza?

A discussão da palavra *sem-terra* talvez aponte a resposta. Ramos ensina:

Os sem-terra. Pois é, há quem defenda essa concordância. Nesta vida há mesmo de tudo! Há dicionários com erros graves, mas a gramática é a certa.

Na verdade, o que as pessoas fazem é uma ligeira confusão entre a expressão Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (sem, neste caso, é preposição) e Movimento dos Sem-terras (onde sem, (sic) já não é preposição, mas prefixo, daí o porquê do substantivo (RAMOS, 2014, p. 172, grifo nosso).

Sem prejuízo da legitimidade da argumentação de Ramos em favor da flexão, todos os dicionários consultados neste trabalho, com a exceção do *Sacconi*, que tem ponto de vista semelhante ao de Ramos, e do *Michaelis*, que não menciona a flexão, registram que se trata de substantivo e adjetivo de dois números e de dois gêneros, ou seja, todos esses dicionários consideram a forma invariável.

Ao ministrar essa lição, Ramos comenta que há dicionários com erros graves. Ora, trata-se, no caso, de dois dos principais dicionários gerais de língua brasileiros (*Houaiss* e *Aurélio*), três dicionários recomendados pelo MEC (*Unesp*, *Bechara* e *Novíssimo Aulete*) para o ensino médio, o *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras* e o próprio *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, também editado pela própria Academia, que possui caráter oficial. Ou seja, são seis dicionários que podem ser listados entre os melhores em língua portuguesa, seja pelo reconhecimento de que gozam seus autores, seja pela autoridade das instituições que os recomendam e patrocinam. Se tais autores e obras não servem de referência, que critério efetivamente se adota, senão o ponto de vista inteiramente individual e subjetivo de Ramos?

Ramos também faz menção ao fato de que a gramática é que é a certa. As gramáticas consultadas neste trabalho, na parte dedicada ao plural dos compostos, não trazem o plural de *sem-terra*, salvo a de Cegalla (2008, p. 148), em que se trata o plural de *sem-terra* como um caso especial em que os dois elementos ficam invariáveis: o *sem-terra*; os *sem-terra*. Esse mesmo gramático, sem seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, no verbete *sem-terra*, registra que se trata de forma invariável no plural. E acrescenta:

São também invariáveis no plural os substantivos: os *sem-casa*, os *sem-família*, os *sem-lar*, os *sem-luz*, os *sem-pão*, os *sem-trabalho*, os *sem-pátria* (CEGALLA, 2008, p. 379).

O *Volp* registra todos esses substantivos como invariáveis no plural. Neves, em seu *Guia de Usos*, também registra que *sem-terra* não varia no plural.

Em outra passagem, ao discutir a suposta diferença entre *penalizado* e *punido*, Ramos (2014, p. 119) assevera que “embora alguns dicionários registrem penalizado no sentido de punido, dicionário não é gramática” e, mais adiante, ratifica o seu entendimento: “a gramática é o indicador que registra o verbo descongelar ser pronominal. Dicionário não é

gramática”(2014, p. 144). É como se o dicionário não valesse diante da gramática. Contudo, em diversas ocasiões, Ramos recorre aos dicionários para fundamentar seu ponto de vista:

...nenhum dicionário registra essa palavra com apenas um s. Só se encontra o registro de aerossol com ss(RAMOS, 2014, p. 92).

Normatizar é um neologismo já registrado em nossos dicionários (RAMOS, 2014, p. 119)

Aficionado é errado porque não está registrado no vocabulário da Academia Brasileira de Letras, nem nos dicionários (RAMOS, 2014, p. 121).

Cateter, palavra oxítônica, registrada não só nas gramáticas, como nos dicionários, inclusive no dicionário da Academia Brasileira de Letras (RAMOS, 2014, p. 122)

Em todos os dicionários o registro desse verbo é pronominal, graças a Deus (RAMOS, 2014, p. 130).

A forma mais usual é chiclete e está nos dicionários (RAMOS, 2014, p. 189).

Os dicionários não registram descriminalizar. Portanto, discriminar é o certo (RAMOS, 2014, p. 204)

Nos dicionários, voltar atrás está certo e sabe por quê? Porque a única forma de empregar o verbo voltar no sentido de recuar ou retroceder é dar-lhe a companhia da preposição atrás (RAMOS, 2014, p. 226)

Que significa rajada? Os dicionários dizem que rajada é aumento repentino, temporário e forte da intensidade com que o vento sopra. Se rajada é aumento repetido (sic), uma súbita rajada forte de vento é expressão redundante. (RAMOS, 2014, p. 266)

Até hoje, nenhum gramático ou dicionarista acatou a expressão a nível de, mas o povo adora (RAMOS, 2014, p. 324)

O uso de a partir de é interessante. Alguns dicionários registram a partir de. Outros dicionários registram desde e a partir de. Portanto: a partir dos 18 anos ele é adulto, é maior ou maior de idade (RAMOS, 2014, p. 297)

Pode-se ver, nos excertos acima, que os dicionários são empregados como referência, notadamente quando coincidem com o ponto de vista da autora. Se não coincidirem, os dicionários estão errados, não podem substituir a gramática ou têm de rever os seus conceitos, como se vê nesta passagem:

Alguns dicionários erradamente dizem tanto fazer rapar como raspar, estada como estadia, cangote e cogote. Alguns dicionaristas precisam rever esses conceitos. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa (RAMOS, 2014, p. 120).

No tocante às palavras mencionadas por Ramos, consultando-se os dicionários que servem de referência neste trabalho, pode-se ver que a ampla maioria vai de encontro à sua lição:

**Quadro 9 – Registro das formas raspar/rapar/estadia/estada/cogote/cangote**

Dicionário	Houaiss	Aurélio	Michaelis	Unesp	Aulete	Bechara	ABL	Sacconi
Raspar=Rapar	Sim	Sim	Não	Sim	sim	Sim	sim	não
Estadia=Estada	Sim	Sim	Sim	Sim	sim	Sim	sim	não
Cogote=Cangote	Sim	Sim	Sim	Não registra cogote	sim	Sim	sim	sim

Como já se observou acima, não se trata meramente de alguns dicionários, mas de dicionários de filólogos consagrados (*Houaiss, Aurélio, Aulete, Bechara*), recomendados ou

patrocinados por órgãos oficiais de ensino (*Unespe Aulete*) e cultivo da língua (*Dicionário Escolar da ABL*). Se os dicionários são invocados para fundamentar um ponto de vista coincidente ao da autora, mas são desqualificados quando há divergência de apreciação, resulta claro que o critério, em tais casos, está eivado de subjetividade. Não se trata, evidentemente, de negar a Ramos o seu entendimento, mas de apontar a clara insuficiência de uma descrição de questões normativas da língua portuguesa que desconsidere entendimentos contrários, manifestados pelos maiores dicionários gerais de língua brasileiros (*Houaiss, Aurélio e Michaelis*), por dicionários recomendados pelo MEC e elaborados por gramáticos de nomeada (*Bechara*), ou instituições de cultivo da língua, como é o caso da Academia Brasileira de Letras.

Nos pressupostos teóricos deste trabalho, considerou-se que a constituição de uma *norma-padrão* envolve necessariamente a criação de uma ortografia oficial, o inventário do léxico por meio de dicionários, gramáticas normativas para a definição das regras de uso da língua e instituições de divulgação e preservação da língua.

Bechara (2009, p. 52) assevera que “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.” Há de se levar em conta, portanto, também os dicionaristas esclarecidos e, invocando-se o critério da autoridade, a que faz referência o próprio Bechara, nesse rol certamente estarão todos os dicionários arrolados neste trabalho.

Bechara também menciona o recurso ao uso dos escritores corretos para fundamentar o que ele considera exemplaridade idiomática. Embora se possa questionar a definição de “escritores corretos” – já que os escritores são escolhidos em conformidade com o ideal gramatical em apreço, deixando evidente que o critério não é literário, mas gramatical – é fato, também, que Ramos não lança mão de abonações literárias para fundamentar seus juízos de valor, à exceção de uma referência a Graciliano Ramos, quando menciona o emprego de *vitrina* por este autor (RAMOS, 2014, p. 283), a Cecília Meireles, para ilustrar a concordância verbal na passiva sintética (RAMOS, 2014, p. 265), e a Vieira, para ilustrar a regência do verbo *apelar* (RAMOS, 2014, p. 278).

Ao longo do livro de Ramos, o que se verifica, de fato, é a referência abstrata aos dicionários, como referido acima, e, em particular, à gramática como fonte de suas lições, embora nunca as cite *in concreto*:

Muitas das vezes não existe na gramática (RAMOS, 2014, p. 83)

Precisamos obedecer à gramática (RAMOS, 2014, p. 87)

E é exatamente para preservar a pronúncia da palavra sol que se dobra o s, afirma a gramática (RAMOS, 2014, p. 92)

Você sabia que o artigo antes de nome próprio é intimidade ou regionalismo, mas a gramática não aprova (RAMOS, 2014, p. 121).

Os dicionários defendem o emprego de brocha com ch em todas as acepções. A gramática, porém, define como expliquei (RAMOS, 2014, p. 186)

Aí você pondera na gramática e diz(.) (RAMOS, 2014, p. 249)

O que se constata, de fato, é que os juízos de Ramos se fundamentam em um conjunto de preceitos formulados por comentadores da tradição purista e normativo-prescritivista, reproduzidos acriticamente ao longo dos séculos XIX e XX, sem preocupações com a dinâmica real da língua e com a sistemática recusa à incorporação de variantes inovadoras.

Importa, ainda, observar em Ramos uma concepção quase jurídico-legalista de gramática, conforme se pode perceber no emprego de termos como lei gramatical e Delegacia Gramatical:

Não se esqueça de que, antes da conjunção mas, a vírgula é uma das exigências da lei gramatical (RAMOS, 2014, p. 233).

Aprenda a acentuar as palavras para obedecer à lei gramatical (RAMOS, 2014, p. 244)

Pararam para reivindicarem dá BO – boletim de ocorrência na Delegacia Gramatical (RAMOS, 2014, p. 245)

Vou agora fazer um protesto contra o chamado gerundismo. Vou estar enviando amanhã. Vou estar transferindo a ligação. Vou estar com você amanhã. Chega, chega. A lei gramatical pede justiça (RAMOS, 2014, p. 277).

É claro que trata-se de um engano. Enganou-se mesmo porque esse que é um pronome, que se emprega antes do verbo. *É claro que se trata de um engano.*(...) As regras gramaticais são leis que precisam ser respeitadas. (RAMOS, 2014, p. 236)

Prestem bem atenção: O mesmo e a mesma não podem ser substituídos pelos pronomes ele e ela. Essa é a lei gramatical que deve ser respeitada e obedecida (RAMOS, 2014, p. 320).

Perini (2006, p. 21-24) observa que, por gramática, pode-se distinguir três sentidos principais: (i) “um conjunto de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar sua língua”, que ele chama de gramática internalizada; (ii) uma descrição desse conjunto de regras, unidades e estruturas, que ele chama de gramática descritiva, que procura descrever como é que as pessoas realmente falam e escrevem; e (iii) uma disciplina que tenta estabelecer como as pessoas devem falar ou escrever, chamada gramática normativa.

Em sua gramática, Bechara (2009, p. 52) ensina que a gramática descritiva “é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser *descritiva*, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico”, ao passo que, também segundo Bechara (2009, p. 52), a gramática normativa, “que

não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica”, visa a “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social”(grifos nosso).

Ramos não parece distinguir entre uma gramática descritiva, científica, e uma gramática normativa, pedagógica, como o faz Bechara. Como, ao longo de seu livro, ela se refere apenas ao termo gramática, sem especificações, e observa que suas regras são impositivas, já que precisam ser respeitadas, pois são leis, presume-se que a autora reduz a gramática tão-somente à gramática normativa, uma vez que a gramática descritiva, “por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado” (BECHARA, 2009, p. 52). Para Ramos, a gramática normativa é a própria ciência da língua, autoridade indiscutível e incontestável. Mas, além de reduzir o universo gramatical à gramática normativa, Ramos revela, ainda, o anseio de equiparar as normas gramaticais a normas jurídicas, só lhes faltando definir a pena a ser aplicada por cada infração cometida.

Deve-se salientar, contudo, que as próprias normas jurídicas não possuem o caráter absoluto que a visão de Ramos parece acalentar. Mesmo a ordem jurídica sofre mudanças de acordo com a evolução dos costumes, da doutrina e da jurisprudência, e a língua parece estar muito mais próxima de um regime consuetudinário do que de um regime estritamente legalista. Ademais, as leis são também sujeitas a interpretações divergentes, ocasionando flutuações na jurisprudência até que se firme uma uniformização no entendimento, imposta por um tribunal superior. Em matéria de língua, inexisteste este tribunal superior, tirante a autoridade da Academia Brasileira de Letras para publicar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, instrumento oficial para o registro da correta grafia dos vocábulos e o inventário do léxico oficial do português. No mais, há convergências e divergências. Havendo estas, uma obra que objetive trazer “conselhos de como usar o idioma à luz da gramática da variante padrão” apresentará um quadro normativo incompleto, se não contemplar lições das quais divirja.

Deve-se salientar, ainda, que, a despeito de Ramos pretender equiparar as normas gramaticais a normas jurídicas, gramáticos dos mais importantes, como Cunha e Bechara, estão longe de fazer essa aproximação. E não poderia haver melhor exemplo, para confrontar as concepções, do que trazer à baila as próprias lições em que Ramos invoca o caráter de lei gramatical.

Em primeiro lugar, a lição a respeito da colocação pronominal, no caso abaixo:

É claro que trata-se de um engano. Enganou-se mesmo porque esse que é um pronome, que se emprega antes do verbo. *É claro que se trata de um engano.*(...)  
As regras gramaticais são leis que precisam ser respeitadas. (RAMOS, 2014, p. 236)

Ramos ensina que a próclise, no caso, é impositiva, porque “esse que é um pronome” (de fato, uma conjunção integrante iniciando oração subordinada substantiva subjetiva). Tal ensinamento não recebe tratamento tão peremptório, por exemplo, em Cunha & Cintra e Bechara. Segundo esses autores, “é, ainda, preferida a PRÓCLISE(...) nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda quando a conjunção esteja oculta”(CUNHA & CINTRA, 2008, p. 324-325, grifo nosso). Por sua vez, Bechara ensina que “não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada” (BECHARA, 2009, p. 588). Observa-se que, enquanto Cunha & Cintra falam em preferência e Bechara faz a ressalva em geral, Ramos ensina como obrigatório, exigência legal.

Pode-se mencionar também a lição do excerto seguinte, em que Ramos assevera:

Prestem bem atenção: O mesmo e a mesma não podem ser substituídos pelos pronomes *ele* e *ela*. Essa é a lei gramatical que deve ser respeitada e obedecida (RAMOS, 2014, p. 320).

Ramos, de fato, quer dizer que *o mesmo* e *a mesma* não podem substituir os pronomes *ele* e *ela*. Contudo, Bechara observa em sua Gramática que:

Alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo *mesmo*, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente. Não apresentam, entretanto, as razões da crítica:

“Os diretores presos tiveram *habeas corpus*. Apareceu um relatório contra *os mesmos*, e contra outros...” [MA *apud* MMc.1, 274]

(...)

Para estes críticos, *o mesmo*, etc., deve ser substituído por *ele*, etc.(BECHARA, 2009, p. 168, grifo nosso)

Relevante observar que a citação de emprego de *mesmo*, como substituto de pronome, se refere a Machado de Assis, colhida em obra de Aires da Mata Machado Filho. A despeito das observações peremptórias de Ramos, e sem esquecer que sua lição, nesses dois casos, está em conformidade com a tradição gramatical normativa hodierna e majoritária, não deixa de ser ilustrativo o fato de que dois dos maiores gramáticos do século XX não lhes endossem o caráter impositivo.

No quadro 10, estão relacionadas algumas lições de Ramos em que há divergência entre o seu ensinamento, ministrados em caráter absoluto, e as lições de instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Trata-se, em regra, de afirmações peremptórias, apriorísticas, sobre duas ou mais variantes, em que uma, ou mais, é sumariamente rejeitada, a despeito do seu uso disseminado e acolhimento por um ou mais

instrumentos normativos de referência consultados neste trabalho. Em lugar do reconhecimento da legitimidade da existência das variantes e, sem prejuízo da legitimidade da preferência pela variante mais tradicional, Ramos ignora não somente as variantes inovadoras, reduzindo-as a erro, mas também a lição das obras de referência normativa da língua portuguesa. Norma curta, em sua mais lídima manifestação.

**Quadro 10** – Lições apriorísticas, que desconsideram instrumentos de referência normativa da língua portuguesa

Fenômeno Linguístico	Lição de Ramos	Lições das Obras de Referência Normativa
Pasmo=pasmado (adjetivo).	Não. <i>Pasmo</i> é substantivo e <i>pasmado</i> é adjetivo (p. 95).	O Volp, Houaiss, Aurélio, Michaelis, Unesp, Bechara e ABL identificam as duas formas, Aulete e Sacconi, não. Neves observa que é frequente o uso de <i>pasmo</i> como adjetivo. Cegalla observa que tão generalizado está na fala do povo e na literatura o emprego de <i>pasmo</i> , como adjetivo, que não há senão aceitá-lo, mesmo contra o veto dos gramáticos".
rapar(cortar rente)=raspar?	Não (p. 120).	O Houaiss, Aurélio, Unesp, Aulete, Bechara e ABL dizem que sim. O Michaelis e Sacconi dizem que não.
parodiador=parodista?	Não(p. 130).	O Houaiss, Aurélio, Michaelis, Bechara e Sacconi dizem que sim. Aulete não registra <i>parodiador</i> . O Unesp e ABL não as registram.
Parusia ou parúsia?	Parusia (p. 168).	O Volp, Aurélio, Michaelis, Aulete e Sacconi registram ambas. O Houaiss e Bechara só registram <i>parúsia</i> . O Unesp e ABL não as registram. Cegalla considera não recomendável a variante <i>parúsia</i> .
estalar=estralar	Não (p. 219).	O Volp registra ambas. O Houaiss as considera sinônimas, em todas as acepções. O Aurélio, Michaelis, Aulete e Sacconi as consideram sinônimas. O Unesp as considera sinônimas e observa que <i>estralar</i> é muito pouco usada em linguagem jornalística, mas equilibrada em linguagem romanesca. Neves as registra como variantes. Bechara e ABL não as registram. Cegalla registra <i>estralar</i> como variante de <i>estalar</i> .
Estalo=estralo .	Não (p. 185).	O Volp, Michaelis, Aulete e Sacconi registram ambas. O Houaiss, Aurélio, Unesp, Bechara e ABL só registram <i>estalo</i> .
desparafusar=desaparafusar	O certo é desparafusar (p. 81, 162).	O Volp, Houaiss, Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi registram ambas.
O Sósia ou a sósia?	O sósia (p. 82).	O Volp, Houaiss, Aurélio, Unesp, Aulete, Bechara e ABL registram ambas as formas. Michaelis e Sacconi registram <i>o sósia</i> . Cegalla ensina que se usa <i>o sósia</i> , para homens, e <i>a sósia</i> , para mulheres. Neves refere o seu uso como comum de dois.
Hemorroidas, hemorroides ou hemorródias?	Hemorroidas (p. 86).	O Volp, Houaiss, Michaelis e Sacconi registram <i>hemorroidas</i> e <i>hemorroides</i> . Aurélio registra <i>hemorroida</i> e <i>hemorroide</i> , no singular. Aulete registra <i>hemorroidas</i> e <i>hemorroide</i> , esta no singular. O Unesp, Bechara e ABL só registram <i>hemorroidas</i> . Neves registra <i>hemorroida</i> e <i>hemorroide</i> , no singular, e observa que a segunda ocorreu apenas no plural e é muito menos usual (15%).
O bebê ou a bebê?	O bebê (p.87).	O Volp e Aulete registram ambas. O Houaiss registra ambas e observa que é mais usada no masculino. O Aurélio, Michaelis, Unesp, Bechara, ABL e Sacconi só registram <i>o bebê</i> .
O nenê ou a nenê?	O nenê (p.87).	O Volp, Houaiss, Unesp e Aulete registram ambas. O Aurélio, Michaelis, ABL e Sacconi só registram <i>o nenê</i> . Bechara não registra o gênero.



O neném ou a neném?	O neném (p.87).	O Houaiss, Aurélio, Unesp, Aulete e Bechara registram ambas. O Volp, Michaelis e ABL registram <i>o neném</i> . Sacconi não registra o gênero.
Encarpetado, carpetado ou acarpetado?	Acarpetado é o certo (p. 105).	O Volp, Houaiss, Aurélio, Michaelis, Aulete registram <i>carpetado</i> e <i>acarpetado</i> . O Unesp, Bechara e ABL só registram <i>acarpetado</i> . Sacconi registra <i>acarpetar</i> e <i>carpetar</i> .
Bassoura ou vassoura?	Hoje ninguém barre a casa (p.147).	O Volp registra ambas. O Houaiss registra ambas, <i>bassoura</i> como informal e antigo. Aurélio registra ambas, <i>bassoura</i> como popular e antiga. O Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi só registram <i>vassoura</i> .
Tecnicolor ou technicolor?	Tecnicolor (p. 167).	O Volp, Aulete, Bechara e Sacconi registram ambas. Houaiss registra <i>tecnicolor</i> , mas, na rubrica uso, diz que se pronuncia das duas formas. O Aurélio e Michaelis só registram <i>technicolor</i> . O Unesp e ABL só registram <i>tecnicolor</i> .
Ciúme ou ciúmes?	Sempre no singular (p. 170)	O Volp registra ambas. Houaiss, Aurélio e Bechara registram <i>ciúme</i> e dizem que é mais usada no plural. Aulete registra <i>ciúme</i> e diz que é muito usada no plural. Michaelis, Unesp e ABL registram <i>ciúme</i> e não comentam o uso. Sacconi registra <i>ciúme</i> e exemplifica com <i>ciúmes</i> . Sacconi (2011a, p. 173) diz que podemos usar <i>ciúme</i> , no singular, ou <i>ciúmes</i> , no plural.
Pai-nossos ou pais-nossos?	pai-nossos (p. 176).	O Volp e Houaiss registram ambas. O Aurélio, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi só registram <i>pais-nossos</i> . O Michaelis não registra a palavra e o Unesp não registra o plural. Cegalla registra ambas as formas para o plural, com preferência para a primeira.
Xérox ou xerox?	Xérox (p. 190, 282).	O Volp, Houaiss, Aurélio, Michaelis, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi registram ambas. O Unesp só registra <i>xerox</i> . Neves observa que ambas as formas são dicionarizadas, mas a forma comumente usada é <i>xerox</i> (97%).
Destarrachar ou desatarrachar?	Destarrachar não existe. O que existe é desatarrachar (p. 212).	O Volp só registra <i>destarrachar</i> e <i>desatarraxar</i> . O Houaiss só registra <i>desatarraxar</i> e registra <i>desatarrachar</i> como forma histórica. O Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi só registram <i>desatarraxar</i> .
Barganhar ou berganhar?	O Certo é barganhar, Esqueça berganhar (p. 216).	O Volp, Aurélio e Michaelis registra ambas. O Houaiss registra ambas, mas informa que <i>berganhar</i> é forma geral menos usada. Aulete registra ambas, mas observa que <i>berganhar</i> é pouco usada. O Unesp, Bechara e ABL só registram <i>barganhar</i> . Sacconi registra apenas <i>barganhar</i> , mas registra o substantivo <i>berganha</i> .
Clítoris ou clitóris?	Clitóris (p. 312).	O Volp, Houaiss, Aurélio e Bechara registram ambas. Michaelis, Unesp e ABL só registram <i>clitóris</i> . O Aulete registra <i>clitóris</i> , mas diz que, com base no grego, a melhor prosódia é <i>clitóris</i> , não obstante afirme que o uso consagrou <i>clitóris</i> . Sacconi registra <i>clitóris</i> , mas diz que há registro de <i>clítoris</i> , em razão do étimo grego
A agravante ou o agravante?	A agravante (p. 84, 289)	O Volp, Houaiss, Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara e ABL registram ambas. Sacconi só registra <i>a agravante</i> . Neves registra que, como substantivo, é tradicionalmente indicada como feminino, correspondendo a 'circunstância que agrava'. Entretanto, entendendo-se como 'fator que agrava', ou como 'tudo aquilo que agrava', usa-se, e mais frequentemente (56%), com o gênero masculino.
A atenuante ou o atenuante?	A atenuante (p. 84).	O Volp registra as duas. O Houaiss, Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara, ABL e Sacconi só registram <i>a atenuante</i> .

O funcionário que trabalha como caixa é <i>o caixa</i> ou <i>a caixa</i> ?	O caixa (p. 174).	O Houaiss, Aurélio, Michaelis, Unesp, Aulete, Bechara e ABL registram ambas, conforme o sexo. Sacconi só registra <i>o caixa</i> . Cegalla ensina que, na acepção de funcionário incumbido de receber o dinheiro e fazer pagamentos, dir-se-á, <u>de preferência</u> , <i>o caixa</i> , tanto para o homem como para a mulher.
--	-------------------	--

#### 4.7 A DESQUALIFICAÇÃO DA NORMA POPULAR

No terceiro capítulo deste trabalho, procurou-se esboçar, de forma sumária, as linhas gerais dos processos sócio-históricos que originaram as três grandes vertentes linguísticas no Brasil: a *norma popular*, a *norma culta/comum/standard* e a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. Adotou-se como premissa a concepção de que cada uma dessas normas decorre de processos históricos específicos e apresenta sua própria lógica gramatical, com suas específicas características lexicais, morfológicas, sintáticas e semânticas.

Foi também dito que, no processo de discussão sobre a constituição da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, ocorrido ao longo do século XIX, nenhum papel estava reservado à *norma popular*. Numa sociedade escravocrata e elitista, como era a brasileira de então, é fora de dúvida que o processo de escolha de uma norma gramatical, pedagógica, jamais poderia recair sobre a *norma popular*, sobre o *português brasileiro popular*. Se esta modalidade possuía grande vitalidade, em virtude de ser falada pela esmagadora maioria da população, era completamente destituída de prestígio social. Em rigor, esta variedade de português não era sequer reconhecida como tal, mas considerada tão-somente deturpação e corrupção perpetrada pelo povo.

Com o desenvolvimento da ciência linguística no século XX, e em decorrência da sua visão descritiva e não mais normativa, os fenômenos linguísticos regulares, comuns, costumeiros em uma dada comunidade de fala passaram a ser encarados como normas daquela comunidade, sem que se deixasse de reconhecer a existência de padrões considerados ideais, assumidos pela comunidade como de uso obrigatório em contextos formais: a *norma-padrão*.

O avanço da Linguística se fez sentir na discussão normativa e é nítida a sua influência em Bechara, como se pode verificar nesta passagem de seu artigo *A correção idiomática e o conceito de exemplaridade*:

Em certa variedade de língua, diz-se “sastifeito” e “framengo”, que são formas corretas na maneira daquela comunidade usar a língua. Se numa comunidade, ou se numa comunidade escolarizada, se disser “chegar em casa”, “deu dez horas”, “isso implica em insucesso” etc. – que são realidades de um registro informal da língua –, isso está certamente registro informal. E se há um registro em que se usa “cheguei a casa”, “deram dez horas”, “hoje são vinte e um” e “isto implica insucesso”, isso também está corretamente variante de língua, nesse modo de falar. O

erro, portanto, a incorreção é o uso que destoa da norma usual dentro de cada comunidade. A mistura de normas também implica erro, a não ser que ela ocorra por motivações estilísticas (BECHARA, 2007, p. 14-15, grifos nossos).

Conforme se pode verificar em Bechara, a noção de erro passa a ser relativa. O erro, a incorreção decorreria do julgamento de uma norma pelos critérios de outra norma, o emprego de uma norma em situações em que socialmente não seria esperada ou, ainda, a mistura de normas, ressalvadas eventuais intenções estilísticas do usuário da língua.

Contudo, não obstante o avanço da ciência linguística desde então, e de avanços da perspectiva normativa, como se pode notar em Bechara, a percepção sobre a *norma popular* essencialmente não mudou em relação àquela vigente no século XIX e, neste sentido, o livro de Ramos é um eloquente documento dessa permanência.

Pode-se citar, inicialmente, para trazer à baila a questão da existência de formas linguísticas, a seguinte observação de Ramos:

Não existe esta daqui nem essa daí e suas variações, embora sejam expressões comuns na boca do povo (RAMOS, 2014, p. 143).

Ou seja, embora a própria autora afirme que são expressões comuns na boca do povo, assevera, logo a seguir, que tais expressões não existem. Assim, expressões comuns na boca do povo não recebem sequer a avaliação de que são diferentes, de que não são formas padrão, de que caracterizam uma *norma popular* e, menos ainda, de que são corretas na sua variante de língua, naquele modo de falar. Elas simplesmente não existem.

Observa-se também que, diferentemente de Bechara, que reconhece o emprego da preposição *em*, com verbos de movimento, como um fato correto no registro informal da língua, Ramos não faz nenhuma concessão nesse sentido:

A preposição mais indicada para acompanhar este verbo numa linguagem elegante é a preposição *a*. Então, seja chique, desça ao andar térreo. O povo desce de qualquer maneira, aí desce no porão, desce no ponto do ônibus e vai descendo sempre errado (RAMOS, 2014, p. 149-150, grifo nosso).

O verbo chegar pertence a uma família muito especial que é a dos verbos em movimento. Eles exigem a preposição *a*. Às vezes, para. Nunca, jamais, em tempo algum, chegar *em*. Seja gramaticalmente correto. Pega bem ser correto.

Diga sem medo de errar: dirigir-se *a*; levar *a*; voltar *a*; ir *a*, retornar *a*.

Veja: Os fugitivos dirigiram-se *a* Brasília. A polícia levou-os *a* células de segurança máxima (RAMOS, 2014, p. 246, grifo nosso)

O emprego da preposição *em* com verbos de movimento é fenômeno antigo e consolidado no português do Brasil. No capítulo 3 deste trabalho, observou-se que Alencar defendia tal uso, sob o argumento de que os clássicos não empregavam a preposição *a* de forma determinista (ALENCAR apud PINTO, 1978, 124-5). João Ribeiro, em 1889, chamava

atenção para o fato de que tal fenômeno poderia ter uma razão etimológica, uma vez que, no latim, a preposição *in* indicava também o movimento, além do fato de que o mesmo fenômeno ocorre em outras línguas neolatinas, como é o caso do francês, em que se diz *je vais en Amérique*, etc.

Neves (2003, p. 170), trabalhando com *corpus* de língua escrita, observa que é comum o emprego do verbo *chegar* com a preposição *em*. Castilho (2010, p. 193) menciona que o emprego da preposição *em* é um dos traços diferenciadores do português brasileiro em relação ao português. De fato, é fenômeno tão consolidado no português de cá, que, não obstante a decidida recusa de Ramos em fazer qualquer concessão a esse emprego, pode-se apontar dois flagrantes de uso em seu livro:

*Dez corpos deram entrada no IML nesta madrugada.*

Aí o corpo levantou e disse: eu vim fazer autópsia, e morreu outra vez. Só se morre uma vez, e morto não dá entrada em nada.

- *Deram entrada no IML dez corpos nesta madrugada.*

- *Deram entrada* – sujeito indeterminado.

Alguém levou os corpos no (sic) IML (RAMOS, 2014, p. 83, grifo nosso).

O feminino de cavaleiro é dama. O feminino de cavaleiro é amazona. Mas, se você disser que chegou em (sic) algum lugar a cavaleiro – acertou, e sabe por quê? Porque, a cavaleiro, nesse sentido, é estar por cima (RAMOS, 2014, p. 265, grifo nosso)

E, na desqualificação da norma popular, segue nesse diapasão, sem concessões:

O povo inventa e, o pior, neologismos errados são copiados rapidamente (RAMOS, 2014, p. 80, grifo nosso)

Quem, um dia, precisou tomar alguma informação numa dessas pequenas cidades do interior, fatalmente ouviu: vire às esquerda ou vire às direita (RAMOS, 2014, p. 150)

Dá gosto de ser um aluno estudioso. Frase de cunho eminentemente popular dá sempre em erro gramatical (RAMOS, 2014, p. 178, grifo nosso).

Magérrimo é forma desaconselhável, mas muito frequente na língua do povo que adora errar (RAMOS, 2014, p. 194, grifo nosso)

Ela é escarrada e cuspidora o pai. Pense o que o povo inventou além dessa bobagem - cagada e cuspidora (RAMOS, 2014, p. 282, grifo nosso)

O povo adora criar palavras e expressões que, muitas vezes, ferem a gramática (RAMOS, 2014, p. 324)

Desapracatado, também não existe, mas o povo inventou quando quer se referir a desgovernado, doidão... (RAMOS, 2014, p. 324)

Ramos não reconhece nenhuma legitimidade a fatos da *norma popular*. De acordo com Ramos, não é que tais fatos não sejam exemplares, ou informais, eles são essencialmente incorretos, ou até “inexistentes”, independentemente de contexto ou registro. O povo sempre

fala errado, adora falar errado, fala de qualquer modo e suas expressões sempre redundam em erro gramatical.

Na visão de Ramos, a forma popular não merece reconhecimento. Ao discutir as formas *maruí* e *maruim*, a autora assim se pronuncia:

Vocês já foram picados por maruí ou maruim? A picada desse mosquito é dolorosa. Esses insetos existem perto de manguezais. E quando cai no olho! Queima! Sabe onde tinha maruí? No parque. Eu mesma já fui vítima desse inseto. Ouviu como eu disse: maruí ou maruim. Mas o povo inventou Muruim. Só para contrariar. (RAMOS, 2014, p. 256)

Ou seja, deve-se falar *maruí* ou *maruim*, mas não *muruim*. Embora tal forma esteja recepcionada pelo *Volp* – a quem, nunca é demais lembrar, incumbe inventariar, por delegação legal, o léxico do português –, pelo *Houaiss*, pelo *Aurélio* e pelo *Michaelis*, sobre ela pesa o estigma de ter sido invenção do povo. E, como tal, não deve ser empregada.

O mesmo se pode dizer de *cangote*:

– Sinto cócegas quando me beijam o cogote.  
Cangote vem de canga. Nós temos cogote. (RAMOS, 2014, p. 86)

Araripe Júnior (apud PINTO, 1978, p. 231) espantava-se, em 1888, com a crítica que o Padre Sena Freitas fazia a Aluísio Azevedo por este ter empregado a palavra *cangote*. Araripe Júnior argumentava que esse termo, ao lado de outros, vigentes “desde os tempos áureos de Gregório de Matos, deviam ter passado à categoria de clássicos, por ser o único modo por que o povo se corresponde e se entende”. Passados mais de cem anos do reproche do Padre Sena Freitas, continua-se a deblaterar contra o seu emprego. Não obstante já estivesse, em 1899, dicionarizada em Cândido de Figueiredo e esteja, atualmente, registrada no *Volp*, no *Houaiss*, no *Aurélio*, no *Michaelis*, no *Unesp*, no *Novíssimo Aulete*, no *Dicionário de Bechara* (em que é definida como ‘parte de trás da cabeça; cachaço, cogote, nuca), e no *Dicionário Escolar da ABL*, rejeita-se o seu emprego por questões exclusivamente de mera preferência. Observe-se que Ramos não aponta uma inadequação estilística ou uma eventual deselegância no emprego formal de *cangote*, pelo fato de originar-se de *canga*, forma associada a animais de carga. Não. Trata-se de negar a própria palavra como equivalente de cogote, a despeito de os dicionários as registrarem como variantes.

A rejeição *in limine* da norma popular pode também ser vista no excerto abaixo:

As crianças chegaram tudo sujas, Na língua popular há esse vício: dizer tudo no lugar de todo; tudo no lugar de toda. Vamos consertar (RAMOS, 2014, p. 312).

Mais uma vez, não há diferença, mas vício. Não se trata apenas de referir que tal construção não é padrão ou não está conforme a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. Ela é considerada viciosa, independentemente de contexto e de registro. Diferentemente da lição de

Bechara, não se reconhece a legitimidade de seu uso sequer na comunidade que a emprega. De fato, nega-se à *norma popular* o direito de ser diferente. Ora, se nas estruturas da *norma popular* não houvesse “vícios” e se fossem tais estruturas idênticas às da *norma-padrão*, simplesmente não haveria diferença entre as duas normas. O que não se aceita, de fato, é a legitimidade da diferença entre as normas. Quando se reconhece essa diferença, a sua avaliação se dá fundamentalmente como erro, vício, deturpação. Não por outra razão, Ramos diz que é preciso consertar.

A falta de aceitação da existência de regras diferentes operando na *norma popular*, no caso, regras morfossintáticas, pode ser evidenciada nestes dois exemplos:

Aí, Lula disse: (...). Queremos melhorar a vida dos brasileiro. (...) Queremos melhorar a vida dos brasileiros. Por que melhorar a vida de um brasileiro só, é demais. (RAMOS, 2014, p. 219)

Menino, vamos limpar os ouvido! Lá se foi o s – ouvidos – você tem dois. Vamos limpar os ouvidos? (RAMOS, 2014, p. 247)

Sabe-se perfeitamente que as estruturas *os brasileiro* e *os ouvido* não são padrão e não se poderia esperar de um livro que aspira a ministrar ensinamentos sobre formas padrão que dissesse outra coisa senão que se deve pluralizar tanto o artigo quanto o substantivo, de forma a resultar *os brasileiros* e *os ouvidos*. Contudo, quando Ramos argumenta que se deve pluralizar os dois termos, porque não se trata somente de um brasileiro e de um só ouvido, seu pensamento traz à tona uma raciocínio equivocado: a de que, se não houver a pluralização de ambos os elementos, o sentido da estrutura se referiria a um só ouvido e a um só brasileiro, o que, de fato, não é verdade.

Na *norma popular*, a regra de pluralização dos sintagmas formados por *determinante* + *núcleo do sintagma* consiste em pluralizar somente o determinante. A marca de plural no determinante já é suficiente para delimitar a ideia de plural, tanto que é usada comumente entre os falantes e não há nenhuma confusão quanto à compreensão. Quando a mãe ordena que o menino limpe *os ouvido*, ele cumpre a ordem limpando os dois ouvidos. Quando Lula diz que quer melhorar a vida de todos *os brasileiro*, sua mensagem não é entendida como querendo melhorar a vida de apenas um brasileiro. O que está implícito na argumentação da professora é a concepção de que não existe organização gramatical na estrutura *os ouvido* e *os brasileiro*.

Saussure (1978, p. 26) argumenta que a língua é um sistema que funciona por diferenças, em que séries distintas de sons viabilizam diferenças de significados. É por essa razão que não há incongruência gramatical na estrutura *os ouvido* e *os brasileiro*: a diferença

sonora entre as estruturas opositivas *o ouvido* x *os ouvidos* é suficiente para opor a ideia de singular e plural, ou seja, ela é linguisticamente funcional.

A concepção de que estruturas como *os ouvido* e *os brasileiro* teriam de ter necessariamente ambos os membros pluralizados para expressar com propriedade a ideia de plural não é verdadeira, na medida em que o inglês padrão pluraliza somente o determinado, mantendo-se inalterado o determinante, como seria o caso da tradução literal de *os ouvidos* (the ears) ou *os brasileiros* (the brazilians).

Evidentemente, o reconhecimento de que *os ouvido* e *os brasileiros* são construções gramaticalmente estruturadas, do mesmo modo que o são as construções do inglês padrão *the ears* e *the brazilians*, não implica dizer que ambas estão no mesmo plano das construções padrão *os ouvidos* e *os brasileiros*. As construções *os ouvido* e *os brasileiro* são fortemente estigmatizadas socialmente<sup>30</sup>. Embora equivalentes do ponto de vista linguístico às construções padrão, elas não o são do ponto de vista social. Não por outra razão Lula foi, ao longo de sua carreira, desqualificado pela sua falta de domínio da *norma-padrão*. Espera-se, socialmente, de candidatos a presidente da República, o pleno domínio da *norma-padrão*. Contudo, o ponto que importa trazer aqui é que Ramos não discute a inadequação das construções do ponto de vista contextual. A autora, de fato, não reconhece sequer que as construções transmitam a informação que de fato veiculam. Não reconhece, enfim, o fato objetivo de que, na pluralização da construção *determinante + determinado*, atuam regras distintas para a *norma popular* e para a *norma-padrão*. Na *norma popular*, a regra de formação do plural exige que este seja marcado no determinante. Na *norma-padrão* a regra de formação do plural exige que este seja marcado, redundantemente, no *determinante* e no *determinado*.

O que ocorre nesse caso é que, do mesmo modo que no século passado, não se reconhecem as estruturas da *norma popular* como gramaticalmente legítimas, mas exclusivamente como erros e deturpações, materializando uma das formas do preconceito linguístico, conforme definido em Houaiss:

Qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e de seus usuários como, p.ex., a crença de que existem línguas desenvolvidas e línguas primitivas, ou de que só a língua das classes cultas possui gramática, ou de que os povos indígenas da África e da América não possuem línguas, apenas dialetos (HOUAISS, 2001, p. 2282, grifos nossos).

Subjaz às lições de Ramos que a *norma popular* não tem gramática, atributo somente da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, como se pode constatar neste excerto:

---

<sup>30</sup> Vide nota 16

O povo adora criar palavras e expressões que, muitas vezes, ferem a gramática (RAMOS, 2014, p. 324)

Certamente as palavras e expressões a que se refere Ramos não estão de acordo com a *norma-padrão*, o que não quer dizer que não possuam organização gramatical, embora, como saliente Houaiss, tal concepção seja exatamente uma das crenças que caracterizam o preconceito linguístico.

Cabe observar, para finalizar esta subseção, que a rejeição de normas populares é um fato antes de ordem social do que de ordem linguística, sem fundamento na ciência linguística e sem base na história das línguas. Todas as línguas românicas, por exemplo, provieram do latim vulgar, o latim falado pela plebe, pelo povo, e não do latim clássico, falado pela elite que constituía o patriciado romano.

Auerbach (1972, p. 52) distingue o latim clássico, o baixo latim – um latim literário um tanto modificado, empregado como língua literária na Idade Média – e o latim vulgar, designação que se dava, nos primeiros séculos da Idade Média, à linguagem do povo, rústica ou vulgar, por oposição à linguagem literária (AUERBACH, 1972, p. 49-50). Na Idade Média, toda a atividade intelectual se exprimia em baixo latim, porque se considerava indigno o registro escrito em língua vulgar:

Durante longo tempo, o baixo latim manteve seu lugar de preponderância como língua escrita: a Teologia, a Filosofia, as Ciências, a Jurisprudência se exprimiam em latim, e o latim era a língua dos documentos políticos e da correspondência das chancelarias. As línguas românicas, consideradas línguas do povo, pareciam só servir para a vulgarização; mesmo a poesia, que nascia a pouco e pouco em francês, em provençal, em italiano, em castelhano, catalão e português, foi por longo tempo considerada algo popular, indigno da atenção do erudito. (AUERBACH, 1972, p. 101, grifo nosso)

A própria Igreja, que, a despeito de sua liturgia em latim, pregava os sermões em língua vulgar, para compreensão do povo, não fixava os sermões na língua vulgar, antes os traduzia para o latim. Foi preciso um longo combate contra a língua internacional e universalmente reconhecida como língua literária e de valor intelectual, o latim, para que as línguas românicas se impusessem pouco a pouco, desde o século XII – inicialmente nos domínios do francês – até o século XVI, ao longo de toda a Europa, quando passaram a ser o instrumento principal e, mais tarde, o instrumento único da vida intelectual e literária (AUERBACH, 1972, p. 150).

É preciso frisar que, durante a Idade Média, a elite intelectual se reduzia praticamente ao clero, a atividade intelectual se centralizava nos mosteiros e os conhecimentos humanos se subordinavam à Teologia, fazendo com que o latim, a língua da Igreja, se firmasse como a única língua da cultura. Mas, com a expansão da vida burguesa, o renascimento das cidades



eo florescimento do comércio, o latim passou a perder paulatinamente o monopólio da expressão da vida intelectual. O surgimento de obras literárias desde o século XII, em língua vulgar, foi, a pouco e pouco, viabilizando a feitura de monumentos literários, como a *Chanson de Roland*, a *Divina Comédia*, *El Cid*, *Os Lusíadas*, que demonstraram a viabilidade da eloquência em língua vulgar.

Em suma, línguas que são hoje prezadas como línguas de civilização estão umbilicalmente ligadas a formas e construções populares em sua origem, a formas e construções que, fossem empregadas as mesmas categorias da visão normativista aqui comentada, não seriam mais do que “erros”, “deturpações”, “corruptelas” das formas “corretas” do latim clássico ou do baixo latim. No entanto foram esses “erros”, essas “deturpações”, essas “corruptelas” que prevaleceram. E prevaleceram porque o preconceito de que eram alvo não possuía base linguística, mas base puramente social. Exatamente do mesmo modo que o preconceito hodierno.

#### 4.8 A CULTURA DO ERRO E O NORMATIVISMO EXACERBADO

Na seção anterior, procurou-se evidenciar, em Ramos, a existência de uma desqualificação *a priori* da *norma popular*, na medida em que esta é avaliada fundamentalmente como um conjunto de formas essencialmente “erradas” e não como um conjunto de formas com regras e construções diferenciadas, ainda que não padrão.

A análise até aqui desenvolvida a respeito do livro de Ramos aponta para uma perspectiva reducionista, restritiva, que tende a equiparar a língua à sua *norma-padrão*. Contudo, observa-se também em algumas lições que a autora parece exigir o emprego da *norma-padrão* em qualquer contexto. Ou seja, a língua não somente é a *norma-padrão*, mas é esta norma que se deve empregar em todos os contextos.

Nesta seção, o foco recairá sobre lições que, voltadas para a questão do “certo” e do “errado”, desconsideram os fatores contextuais e estilísticos que atuam na comunicação, como se a obediência a regras da gramática normativa fosse a única variável a ser observada na produção e avaliação de enunciados.

Em seu *Dicionário de Linguística*, Dubois (2006, p. 448), assim se manifesta acerca do verbete *padrão*:

Uma forma de língua é *padrão* quando, num país dado, além das variações locais ou sociais, ela se impõe a ponto de ser empregada correntemente, como o melhor meio de comunicação, por pessoas suscetíveis de utilizar outras formas ou dialetos. De

uma forma geral, é uma língua escrita. É difundida pela escola, pelos meios de comunicação de massa e utilizada nas relações oficiais.

Trask (2008, p. 174), por sua vez, em seu *Dicionário de Linguagem e Linguística*, define língua padrão como “a variedade de uma língua que é considerada pelos falantes como a mais apropriada nos contextos formais e educacionais”.

Bechara (2009, p. 52), por sua vez, ao delimitar a tarefa da gramática normativa, afirma caber a esta “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social”(grifo nosso).

Na definição dos três autores, interessa destacar dois pontos: em primeiro lugar, a língua-padrão é uma variedade entre outras, decerto a que goza de maior prestígio cultural, já que está associada aos contextos educacionais, como deixam claro Trask e Dubois. Em segundo lugar, a língua-padrão está, senão restrita, ao menos intimamente associada aos contextos formais, às relações formais ou, como diz Bechara, às “circunstâncias especiais de convívio social”.

Com base nos três autores, poder-se-ia postular que o domínio de plena vigência da *norma-padrão* envolve os contextos formais, oficiais e educacionais, o que não quer dizer que seu emprego seja vedado em contextos outros, mas que é particularmente nestes contextos formais e oficiais que a norma-padrão se torna imperiosa.

Algumas lições de Ramos, contudo, parecem apontar para uma perspectiva diferente, na medida em que não se levam em conta as diferenças de contexto ou dos estilos decorrentes de maior ou menor familiaridade. Assim, ensina Ramos que:

Seja ágil, esteja pronto, evite a prostração. Seje, esteje e prostação vão deixar você em situação desconfortável no registro correto da língua portuguesa. Ouviu, eu escrevi registro e não resisto como dizem aí (RAMOS, 2014, p. 211).

A lição menciona *registro correto* da língua portuguesa. Contudo, não se avaliam os registros, tomados em si mesmos, em termos de correção ou incorreção, seja na língua portuguesa ou em qualquer outra língua. Assim é que, na língua falada, podem distinguir-se, em grau descendente de formalidade, os registros oratório, formal, coloquial tenso, coloquial distenso e familiar, e, na língua escrita, o literário, formal, informal, pessoal (HOUAISS, 2001, p. 2417). Nenhum deles é mais correto ou menos correto do que o outro. Cada um desses registros tem suas próprias regras de uso. Lyons observa que os registros informais, assim como os formais, também são regidos por regras, e que é “o preconceito prescritivo ou normativo da gramática tradicional que tende a obscurecer este fato e que promoveu o ponto de vista segundo o qual o uso informal é relaxado e desorganizado (LYONS, 1981, p. 266).

O que se observa na lição de Ramos é o ponto de vista implícito de identificar a correção com as formas-padrão. Pode-se ver claramente esse ponto de vista em algumas lições. Por exemplo, na discussão sobre o cumprimento *ói ela*:

Ói ela? O certo é: *olá, como você está?* Ói ela é muito feio e, o pior, virou moda (RAMOS, 2014, p. 302).

Da lição de Ramos, pode-se extrair três pontos para discussão: o primeiro, que o cumprimento *ói ela* é corriqueiro, já que “virou moda”, ou seja, existe um domínio em que ele é efetiva e regularmente empregado. O segundo é que tal cumprimento é errado, já que não é certo, o que se discutirá adiante. E o terceiro é que ele é feio, o que caracteriza julgamento meramente subjetivo, não passível de discussão, portanto.

A lição pretende regular uma situação visivelmente informal, de grande espontaneidade e intimidade, em que as formas e construções empregadas tendem a ser bem mais livres do que as prescritas pela gramática normativa. De acordo com a classificação dos registros proposta por Houaiss, o cumprimento em análise se situa no eixo de menor formalidade, caracterizando o registro distenso ou familiar.

Bortoni-Ricardo propôs, para explicar a variação do português no Brasil, uma gradação ao longo de três *continua*, em que se entrecruzam um *continuum* rural-urbano, um *continuum*oralidade-letramento e um *continuum* de monitoração estilística, que vai do menos monitorado ao mais monitorado. Com base nesse modelo, pode-se prever que, em um encontro casual entre conhecidos, a linguagem empregada estará situada nas extremidades dos polos da oralidade e da reduzida monitoração estilística, ou seja, empregar-se-ão formas típicas da oralidade, não mediadas pela escrita, com um estilo pouco monitorado, com pouca atenção dispensada à sua fala. Contudo, esta mesma pessoa, em um encontro com uma autoridade, numa audiência formal, tende a empregar formas da oralidade, mas em um estilo monitorado, com maior atenção à sua fala.

Não se trata aqui de discutir, então, se está “certo” ou “errado” o cumprimento *ói ela*, mas se é adequado ou não de acordo com o grau de formalidade da situação em que foi empregado. É possível perceber uma gradação que vai do informal ao mais formal na série de cumprimentos: *ói ela!*/*Olá, como está você?*/*Bom dia, como está o senhor?*/*Bom dia, como está Vossa Excelência?* Tais formas, em princípio, não estão certas nem erradas, elas podem ser adequadas ou não adequadas. Empregar *ói ela* em uma situação formal, em que se dirige a uma autoridade, é tão socialmente inadequado, quanto cumprimentar um amigo íntimo ou colega de trabalho proferindo *Bom dia, como está Vossa Excelência?* Nos pressupostos

teóricos deste trabalho, discutiu-se a noção de adequação, para referir o fato de que a competência linguística envolve não somente o conhecimento de estruturas linguísticas, mas também o conhecimento de normas sociais. Se empregar *ói ela*, como assevera Ramos, virou moda é porque, em dados contextos, em regra de informalidade e intimidade, esse cumprimento é aceitável. Os contextos em que se emprega a expressão *ói ela* não parecem configurar aquelas *situações especiais de convívio social* de que fala Bechara, em que se faz imperioso o emprego de formas modelares ou exemplares, de conformidade com a gramática normativa.

Pode-se invocar, nesta passagem, a lição de Haury, em sua *Gramática da língua portuguesa padrão*, obra de caráter normativo. Ao tratar do âmbito de aplicação da norma culta – norma-padrão em nossa terminologia –, a autora observa que:

Por outro lado, dependendo das circunstâncias da comunicação e levando-se em conta *quem fala, onde e do que se fala*, aceita-se o desvio da norma, que se traduz como simplesmente como registro adequado àquela situação e circunstância, desde que não interfira na comunicação (HAURY, 2014, p. 61, grifo nosso).

Este normativismo por assim dizer “expansionista”, que pretende regular todos os modos de falar, inclusive os informais, familiares e prenhes de intimidade, pode também ser ilustrado na lição de Ramos, ao referir a invariabilidade em gênero das palavras *benzinho*, *amorzinho* e *brotinho*:

Há namorado ou marido apaixonado por aí que, quando comete alguma asneira, digna de fim de namoro ou de casamento, sai-se com esta, junto à amada: Benzinha, não foi por querer. Perdoa! Tem perdão um erro desses?! Imagine a asneira que cometeu mordendo a língua! (RAMOS, 2014, p. 150)

Com efeito, o *Volp*, o *Michaelis*, o *Novíssimo Aulete* e o *Dicionário Unesp* registram *benzinho* como substantivo masculino e não como substantivo de dois gêneros. Quanto a isso não há dúvida. O problema é que a questão não se esgota na norma gramatical. No seu *continuum* de monitoração estilística, Bortoni-Ricardo descreve a variação da linguagem no eixo que vai do estilo menos monitorado, em que se presta o mínimo de atenção à própria fala, até o estilo mais monitorado, em que se presta o máximo de atenção à fala. Como observam Bechara e Trask, a *norma-padrão* está associada ao polo da elevada monitoração estilística, ou seja, às situações oficiais, formais, enfim, às aquelas “situações especiais de convívio social” de que fala Bechara.

Observe-se, ainda, que, a se adotar a classificação de Houaiss, a situação objeto da lição caracteriza o registro de menor grau de formalidade, ou seja, o registro familiar. Querer estender o rigor gramatical a situações de intimidade, – de “alcova”, até, – não é mais do que

uma consequência do fenômeno apontado por Aryon Rodrigues (1968): a atitude normativa e subjetiva que procura impor à sociedade um padrão, em vez procurar identificar os padrões naturalmente constituídos na sociedade. Em qualquer língua natural, a linguagem informal se caracteriza pela maior liberdade em relação às formas canônicas e, quanto mais informal o contexto, maior o descompromisso em relação à norma prescritiva. Inversamente, quanto mais formal a situação, maior o compromisso em relação à norma idealizada.

Uma outra lição que ignora a variação da linguagem existente em decorrência da oposição entre linguagem informal e linguagem formal diz respeito ao emprego da próclise:

Porque é proibido começar frase com pronome oblíquo.  
O certo é: Disseram-me; entregaram-me; Empreste-me.  
Comece a falar bonito em casa e, com certeza, você se tornará elegante em qualquer lugar (RAMOS, 2014, p. 169).

À exceção de Cunha & Cintra, as gramáticas normativas consultadas neste trabalho são unânimes na prescrição de que não se deve iniciar frase com pronome oblíquo, vide Bechara, (2009, p. 588), Rocha Lima (2013, p. 545), Cegalla (2008, p. 541), Sacconi (2011b, p. 508) e Almeida (1962, p. 414). Almeida, inclusive, assim se manifesta:

Uma vez que, para efeito de prosódia, o pronome oblíquo deve apoiar-se no acento do verbo, *não se pode iniciar um período com pronome oblíquo*: “Disseram-me isso ontem” e não: “*Me* disseram isso ontem” ALMEIDA, 1962, p. 414).

A menção de Almeida à questão da prosódia para proibir a próclise em início de período é completamente irrealista no tocante ao que ocorre no Brasil, na medida em que se aplica efetivamente à variedade lusitana, mas não à variedade brasileira, que possui características fonético-sintáticas diversas da lusitana, conforme salienta Bechara (2009, p. 587).

Em sua *Gramática do português brasileiro*, em que descreve a língua falada no Brasil, Perini (2010, p. 119) observa que a regra geral no Português falado no Brasil, inclusive pelas camadas cultas, é a próclise ao verbo principal.

Este fato é de tal forma generalizado que mesmo as gramáticas normativas, que prescrevem a regra contrária, fazem menção ao emprego diverso:

Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece, me traga*, são expressões generalizadas em nosso falar doméstico (PEREIRA, 1958, p. 264)

Ainda que não vitoriosa na língua exemplar, mormente na sua modalidade escrita, este princípio [não se inicia período por pronome átono] é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado, e, como diz Sousa da Silveira, em alguns exemplos literários, a próclise comunica “à expressão encantadora suavidade e beleza” (BECHARA, 2009, p. 588)

Na língua coloquial, falada e escrita, corre vitoriosa a colocação do pronome átono no início do período (BECHARA, 2005, p. 200)

Na pronúncia do Brasil, as formas pronominais oblíquas não são completamente átonas; são, antes, semitônicas. Assim se explica por que entre nós é predominante a tendência para a próclise:

(...)

*Me empresta* o livro (CEGALLA, 2008, p. 540).

Acrescente-se, ainda, que Cegalla, depois de enunciar a regra que proíbe iniciar períodos com pronomes oblíquos, observa:

Iniciar a frase com pronome oblíquo só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens (CEGALLA, 2008, p. 541).

Por fim, lecionam Cunha & Cintra:

A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica:

Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

- a) A possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*:

– **Me desculpe** se falei demais.

(É. Veríssimo, A, II, 487)

– **Me arrepio** todo...

(Luandino Vieira, NM, 138)

À luz dessas observações, percebe-se claramente a inadequação da lição de Ramos. Em primeiro lugar, sua lição diz respeito à fala e, como se viu acima, na fala brasileira, a próclise, em termos descritivos, segundo Perini, é a regra geral do português falado no Brasil. Mas a inadequação torna-se ainda mais clara com a recomendação de que a pessoa comece a falar bonito (empregar a próclise) em casa, pois assim ela será elegante em qualquer lugar. Ora, os próprios gramáticos normativos observam que na fala espontânea (Bechara), no falar doméstico (Pereira), no colóquio normal (Cunha & Cintra) e na conversação familiar, despreocupada (Cegalla), é que se emprega a próclise. O contexto familiar, portanto, não se afigura, tanto do ponto de vista da realidade empírica, quanto das prescrições normativas, o *locus* apropriado para o emprego da próclise. O contexto familiar não configura uma daquelas “situações especiais de convívio social” de que fala Bechara, em que a ênclise seria a regra, mas, ao contrário, configura o *locus* do regular emprego da próclise.

Mas a prova da inadequação da lição de Ramos talvez esteja exposta na 9ª edição de seu próprio livro, uma vez que, embora assevere ser proibido iniciar frase com pronome oblíquo, a autora assim o fez por diversas vezes:

Criatura, ninguém fica preso *fora* e (sic) nem inclui *fora*. Preste atenção, se ligue na língua. (RAMOS, 2010, p. 86)  
 Se ligue na língua: duzentas e vinte páginas (é o certo) (RAMOS, 2010, p. 90)  
 Se ligue na língua! Tire o s e pronto (RAMOS, 2010, p. 100).  
 Ganhar bebê é coisa do passado. Se ligue na língua (RAMOS, 2010, p. 110).  
 Devemos evitar: o médico recomendou o empregado a fazer dieta. **Se ligue na língua** (RAMOS, 2010, p. 121)  
 Vale insistir: **se ligue na língua**, leia, observe o erro dos outros e não morda a língua (RAMOS, 2010, p. 174).  
 Só se deve votar em partidos cujas propostas venham ao encontro dos interesses do país. **Se ligue!**(RAMOS, 2010, p. 263)<sup>31</sup>

Uma lição normativa mais adequada, e realista, seria a prescrição da proibição de iniciar frases com pronomes oblíquos na escrita formal, em que a ênclise tende a ser, de fato, observada com mais rigor. Poder-se-ia tecer algumas considerações sobre o critério da adequação e da convergência de fala para explicar o porquê de os usuários escolarizados empregarem a próclise em um contexto e a ênclise em outro. Mas tal discussão será feita no capítulo seguinte, em que se abordarão brevemente aspectos históricos da próclise no português. Por ora, importa reforçar, à guisa de resumo, que a norma-padrão tem um âmbito de aplicação específico, fato que é reconhecido, inclusive, por obras de caráter normativo, como já se observou em Bechara e pode-se anotar em Haury ( a despeito da confusão que esta faz entre *norma culta* e *norma-padrão*):

A norma culta, principal fator de unificação linguística, é explicitada pela gramática normativa e deve ser adotada sobretudo nos códigos escritos, nos documentos oficiais, na linguagem científica, artística e jornalística, enfim, nos mais diversos meios culturais da sociedade elitizada; nesse contexto sociocultural é que o desvio da norma constitui erro; erro é, então, desvio da norma culta apenas em situações que a exigem (HAURY, 2014, p. 60-61, grifo nosso).

O normativismo exacerbado, que pretende impor de forma categórica a *norma-padrão* em todos os tipos de contexto, tende a abordar a língua apenas como um código de proibições, deixando em segundo plano o fato de que a língua também é um código de possibilidades. É como se houvesse um tal *animus* de proibir, que se esquece a possibilidade de conciliar regras normativas e possibilidades expressivas e identitárias. A esse respeito, a lição sobre a fórmula “brasileiros e brasileiras” é bem ilustrativa:

O ex-presidente Fernando Henrique, no afã de agradar ao eleitorado feminino, inventou brasileiros e brasileiras. Alguns políticos adoram inventar para desagradar a (sic) língua portuguesa.  
 Não há nenhuma necessidade de usar o adjetivo pátrio no feminino. Quando dizemos: O Brasil espera que cada brasileiro cumpra seu dever, já estamos nos referindo ao homem e à mulher. Quando afirmamos que o Brasil tem mais de 140 milhões de eleitores, já estamos nos referindo ao homem e à mulher. Acrescentar eleitores e eleitoras é um erro primário, imperdoável.  
 É bom rever conceitos. Não diga, por favor:

<sup>31</sup> Na 10ª edição, a autora substituiu, em todas essas passagens, a próclise pela ênclise ou pela construção “fique ligado”..

Meus eleitores e eleitoras, Telespectadores e telespectadoras, Leitores e leitoras, Servidores e servidoras, Meus alunos e alunas.  
Não ofenda e nem morda a língua, por favor.  
*Prezados telespectadores, Prezados servidores, Prezados alunos, Prezados eleitores*  
(RAMOS, 2014, p. 128).

A lição termina pela prescrição de uma só forma, em que o respeito à regra gramatical normativa assume o único aspecto a ser considerado. Se a forma masculina já inclui, gramaticalmente, a referência ao sexo oposto, deve-se empregar somente a forma masculina e resolve-se o problema. A questão central pela qual a fórmula foi criada, o papel de destaque concedido à mulher na sociedade moderna e o desejo do falante de pôr em relevo o sexo feminino em seu discurso, é inteiramente desconsiderada. A relevância é posta apenas na regra gramatical. Mas será que não haveria um modo de conciliar a regra gramatical e o desejo de expressar a atenção especial devotada à mulher?

Nos pressupostos teóricos deste trabalho, buscou-se evidenciar que a competência linguística não envolve apenas normas gramaticais, mas também normas sociais. Além disso, procurou-se também evidenciar o postulado da teoria da acomodação, formulado nos quadros da Psicologia Social, segundo o qual as pessoas tendem a ajustar a sua fala, a fim de expressarem atitudes, valores e intenções em relação a outras. As pessoas tendem, portanto, a adequar as características de sua fala às que julga serão bem recebidas por seus interlocutores: é a estratégia de convergência de fala.

No caso em discussão, o presidente FHC pretende estabelecer, por meio da fala, uma atitude positiva em relação ao papel de destaque que a mulher merece na vida social e, para isso, lançou mão do recurso de explicitar a forma feminina em sua invocação. Mas, ao empregar a fórmula “brasileiros e brasileiras”, esbarrou na reação dos normativistas, que viram na infração à lógica gramatical uma invenção para “desagradar” à língua portuguesa.

Contudo, sem entrar na discussão do mérito da fórmula invocada por FHC, seria perfeitamente possível conciliar a regra gramatical infringida e o desejo de identificação com o eleitorado feminino. Poder-se-ia, simplesmente, inverter a fórmula e proferir: *brasileiras e brasileiros*. Como a forma feminina é marcada – só inclui o sexo feminino, seria obrigatório acrescentar a forma masculina, já que FHC também se dirige aos homens. Ou seja, é possível dizer igualmente, sem “ofensa” à gramática normativa, “boa noite, *brasileiros*” e “boa noite, *brasileiras e brasileiros*” e, ao mesmo tempo, na segunda hipótese, viabilizar a convergência com o eleitorado feminino.



A cultura do “certo” e do “errado”, em que se procura avaliar a conformidade gramatical sem nenhuma concessão à adequação contextual ou a propósitos estilísticos, tende a ver “erros” em cada passo, levando a lições curiosas como esta:

Você sabe o nome certo de apelidos?

O nome certo de apelidos é hipocorístico, você usa essa palavra? Hipocorísticos são os apelidos carinhosos com que costumamos tratar parentes, pessoas íntimas ou queridas. Fazem-se esses hipocorísticos ou apelidos por reduções, multiplicações, diminutivos, alterações, associações: Daniela vira Dâni; Regina vira Rê(...) (RAMOS, 2014, p. 328, grifos nossos)

De acordo com a lição, o nome certo de *apelidos* é *hipocorístico*, do que se poderia deduzir que a forma *apelido* estaria “errada” ou seria inadequada para exprimir a noção de *hipocorístico*. Logo a seguir, contudo, Ramos torna um termo equivalente do outro, porquanto ensina que hipocorísticossão os apelidos e, mais adiante, refere-se a hipocorísticos ou apelidos. Ora, se *apelido* é equivalente ou hiperônimo de *hipocorístico*, como parece sugerir a lição, não haveria razão para *hipocorístico* ser o nome certo de *apelidos*. No *Michaelis*, inclusive, encontra-se a seguinte definição de hipocorístico:

Diz-se do diminutivo carinhoso de um nome próprio, tomado como apelido, sobretudo quando formado por duplicação de sílaba (grifo nosso).

O espírito da lição parece apontar para o fato de que hipocorístico é a palavra que designa, de forma precisa, os termos carinhosos formados dos nomes próprios das pessoas por reduções, duplicações, multiplicações, diminutivos, etc.

Dentro dessa diretriz de desconsiderar os fatores contextuais na avaliação de enunciados, há uma observação de Ramos, transcrita literalmente de Sacconi (2011a, p. 263), em que se ignora o papel do contexto para a interpretação do enunciado:

Outra bobagem que se lê à beira das nossas rodovias é esta: Mantenha a sua mão. Aí é o caso de perguntar: com quê? Com um bom hidratante? De que marca? (RAMOS, 2014, p. 152)

Trask (2008, p. 233) observa que os estudos da linguagem apontaram para a existência de um tipo de significado, intrínseco à expressão que o contém, que constituiria o domínio da Semântica, e um segundo tipo de significado, que resultaria da interação entre a expressão linguística e o contexto, objeto da Pragmática. A observação de Ramos e Sacconi não leva em consideração esse segundo tipo de significado, negligenciando o papel determinante do contexto para a interpretação do enunciado. De fato, quem ler a mensagem “mantenha a sua mão”, aposta a uma placa à beira de uma rodovia, não vai interpretar a palavra *mão* como parte do corpo humano, ressalvada, evidentemente, a intenção de fazer pilhéria.

Em primeiro lugar, a palavra *mão*, na acepção de ‘direção de trânsito nas ruas e estradas’, está registrada em todos os dicionários empregados como referência neste trabalho, inclusive o de Sacconi (2010):

*Mão* (...) 15. Direção do trânsito nas ruas e estradas; lado direito de quem trafega ou caminha.

Como a palavra *mão* pode significar, entre outros significados, ‘parte do corpo humano’ e ‘direção do trânsito nas ruas e estradas’, somente o contexto definirá qual o sentido efetivamente empregado. No caso, o fato de a mensagem constar em uma placa à beira de uma rodovia aponta para o significado ‘direção do trânsito nas ruas e estradas’, de modo que os motoristas que trafegam nas rodovias brasileiras interpretarão a mensagem como uma ordem para que eles se mantenham à direita. Mais uma vez, pretende-se restringir possibilidades previstas na própria língua portuguesa.

Não se pode restringir, por outro lado, a discussão sobre a adequação ou elegância da construção. Talvez fosse mais eficaz uma mensagem mais transparente, direta, que evitasse a possibilidade de dupla interpretação, principalmente em vias de tráfego de veículos, em que a comunicação deve ser imediata. Nesse sentido, a construção *mantenha-se à direita* poderia ser avaliada como mais adequada do que *mantenha a sua mão*.

Os exemplos discutidos acima apontam para o fato de que não se pode resolver as questões de língua exclusivamente em termos de regras gramaticais. Faz-se necessário examinar outras regras com as quais aquelas interagem, tais como o registro em que se profere o enunciado, as normas sociais de adequação, as estratégias de convergência envolvidas na interação entre os falantes, os aspectos pragmáticos que dizem respeito ao papel do contexto para a interpretação bem-sucedida, etc. O emprego da *norma-padrão* é impositivo em um trabalho acadêmico, mas seria inadequado no ambiente familiar.

À *norma-padrão* estão reservadas as situações especiais de convívio social de que fala Bechara, aos registros oratório, formal e tenso, de que fala Houaiss, às situações formais e oficiais, de que fala Trask. O ideal da comunicação é que o falante domine todos os registros em sua língua, isto é, seja capaz de utilizar os recursos linguísticos apropriados para a situação em que se encontre. O desejo de estender a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* a registros em que ela não se aplica é uma outra faceta da *norma curta*, porque implicará, inevitavelmente, a negação de estilos que não se caracterizam como padrão ou não padrão, certo ou errado, mas como adequados ou não adequados, apropriados ou não apropriados.

#### 4.9 A INTOLERÂNCIA LINGUÍSTICA

Na discussão do referencial teórico desta pesquisa, lançou-se mão dos conceitos de preconceito e intolerância na linguagem, com base em Marli Quadros. A autora estabelece uma diferença entre os dois termos, na medida em que, embora sejam ambos fundados na não aceitação da diferença, o preconceito não leva a um discurso acusatório contra o outro. A intolerância, por sua vez, “manifesta-se na forma de discurso acusatório, atingindo-o em sua integridade física, moral ou racial.

Dentro da realidade linguística brasileira tripartite, conforme evidenciado nos capítulos 1 e 3, é inevitável o defrontar-se com a diferença entre as três normas, principalmente levando-se em consideração os peculiares processos históricos que conduziram à formação do português popular e à adoção de uma *norma-padrão* de base lusitana, com características notavelmente distintas dos hábitos linguísticos dos brasileiros, principalmente no tocante à fala.

No debate entre os defensores de uma “língua brasileira” e os “puristas”, as diferenças entre a *norma-padrão* lusitanizante e as *normasculpta/comum/standard* e *popular* não eram vistas, em sua grande maioria, como manifestações legítimas da cultura brasileira, pois mesmo os que preconizavam a adoção de características mais afeitas à índole brasileira sempre se preocupavam em estabelecer um limite contra os “abusos” do vulgo. Ao longo do século XIX e no início do século XX, pode-se perceber a marcha vitoriosa da rejeição da diferença como manifestação de raças inferiores e corruptelas da linguagem, conforme se pode constatar nestas emblemáticas passagens de renomados intelectuais, como Joaquim Nabuco e Laudelino Freire:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles.

Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garret e os seus sucessores deixem de ter a vassalagem brasileira. (apud PINTO, 1978, p. 197-8, grifos nossos)

Brasileirismo, (...) é sinônimo de corruptela, e toda corruptela vocabular nunca deixou de ser escalracho de linguagem”(apud PINTO, 1978, p. 478).

Não é demais notar que a gramática normativa de referência nos primeiros cinquenta anos do século XX, de Carlos Eduardo Pereira, define vício de linguagem como as figuras de sintaxe que deturpam e desvirtuam o idioma. Entre os vícios de linguagem, arrolam-se

os...brasileirismos. Pereira define brasileirismo como “os termos e frases peculiares ao português falado no Brasil” (id., ib., 276). Já o lusitanismo é definido como as “peculiaridades do português falado em Portugal”. Apesar de se tratar de peculiaridades do falar de Portugal, o lusitanismo não constitui vício de linguagem, mas somente as peculiaridades do falar do Brasil, que, conforme a definição de Pereira, deturpam e desvirtuam o idioma. Pode-se dizer, invocando João Ribeiro (1979, p. 54), que as inovações em matéria de língua exigiriam a chancela alfandegária de Lisboa.

Já se disse, no capítulo terceiro, que a polêmica entre a “língua brasileira” e a “língua portuguesa” se restringiu aos escritores, permanecendo de todo ausente do ensino escolar, que continuou a preceituar a *norma-padrão* lusitanizante como única modalidade de língua aceitável.

Dentro dessa moldura, pode-se dizer que é praticamente “natural” o preconceito contra as demais modalidades, uma vez que a língua não é vista como o conjunto das variedades, mas como uma entidade definida em gramáticas normativas, cercada de deturpações e desvirtuamentos por todos os lados. Como o preconceito, invocando a formulação de Quadros, é o pressuposto da intolerância, há uma configuração de base sócio-histórico-educacional, propícia a viabilizar uma postura em que se passa da rejeição implícita da diferença à desqualificação do outro, daquele que fala diferentemente.

Em regra, textos dedicados a ensinar o português “correto”, como caudatários dessa concepção linguística, resvalam naturalmente do preconceito à intolerância, com a ridicularização ou desqualificação dos usuários das formas “deturpadas”, o que se pode ver facilmente em obras de autores como Napoleão Mendes de Almeida, Sacconi e Dad Squarisi, por exemplo. O livro de Ramos, como produto dessa visão, não é diferente. As manifestações de intolerância, materializadas na desqualificação do outro, pululam ao longo de todo o livro e possuem um espectro bastante amplo, já que incluem qualquer falante que apresente desvios em relação aos preceitos da gramática normativa.

A desqualificação do outro já começa pela falta de reconhecimento da faculdade inata da linguagem, própria de todo ser humano: a faculdade de falar.

Ave, Maria com vírgula é interjeição. Ave. [sic] Maria, quanta gente que não sabe falar! (RAMOS, 2014, p. 177)

Há quem diga quando alguém espera muito, por outro ou alguma coisa. Tomei um suador esperando o prefeito. Bem feito, não sabe falar! (RAMOS, 2014, p. 291).

Josafá só fala dele mesmo. Pois é, Josafá não sabe falar é um bobalhão. O pronome reflexivo da 3ª pessoa do singular é si e não ele e variações.

Josafá só fala de si mesmo. Ela só se interessa por si mesma. A língua mal falada é como uma pessoa desleixada (RAMOS, 2014, p. 339)

A desqualificação tem como base o pressuposto equivocado da identidade entre a gramática normativa e a língua ou idioma de um povo. Todos os seres humanos, sem distinção, e ressalvada a eventualidade de moléstias que impeçam ou limitem a faculdade da linguagem, falam uma língua, aqui entendida, conforme Scherre (2004, p. 218) como “o conhecimento linguístico intuitivo, construído ou fixado a partir de uma capacidade inata para a aquisição da linguagem e da exposição natural aos dados linguísticos, sem ensino formal.” Todo falante internalizou um conjunto de regras que lhe permitem formar e compreender frases em sua língua.

Josafá, portanto, sabe perfeitamente falar a sua variedade da língua portuguesa. Ele pode não dominar as regras da gramática normativa, no caso a prescrição para empregar o pronome oblíquo *si* como complemento em construções reflexivas preposicionadas. Mas a sua frase é dotada de organização gramatical, embora com regras distintas das estabelecidas pela gramática normativa. As regras desta gramática, vão os falantes aprendê-las na escolarização formal, como é também o caso de regras de convenção da escrita, entre elas a regra segundo a qual se deve separar, com vírgula, orações coordenadas assindéticas, como ensina Ramos à página 233, mas que não foi observada em seu exemplo, já que não se apôs a vírgula entre as orações coordenadas assindéticas: (i) *Josafá não sabe falar* e (ii) *é um bobalhão*. O que diria Josafá se pudesse responder a Ramos?

Desqualifica-se também o falante que emprega torneios da *norma popular*. Castilho (2010, p. 206) observa como uma característica do português popular a perda das consoantes [d] e [b], quando as precede vogal nasal, como é o caso de *pagano* por *pagando*, *correno* por *correndo*, e observa que, na fala espontânea, ocorre o mesmo fenômeno no português praticado pelas camadas cultas da população. Pode-se notar também a desqualificação do falante neste caso:

Os vícios de linguagem vêm crescendo muito. Imagine que há um programa de TV em que a personagem diz: Tô pagano! Em vez de pagando. Há uma dupla de sertanejo que diz: Larga tudo e vem correno – em vez de correndo. Pois é, essa trocas (sic) de letras serve apenas para mostrar os erros que os desavisados da gramática cometem (RAMOS, 2014, p. 324).

De observar a infração à *norma-padrão/gramatical/pedagógica* no exemplo de Ramos, haja vista a falta de concordância nominal entre o pronome demonstrativo *essa* e o substantivo *trocas*, a que o primeiro se refere, como adjunto adnominal. Tal impropriedade, constante da 9ª edição, permanece na 10ª edição.

A desqualificação atinge também os falantes de normas regionais, que se individualizam por peculiaridades de sua fala, como se percebe na referência a “cearense desatencioso” ou ao “péssimo hábito” linguístico de pessoas graduadas de Recife:

Entro no trabalho às 8 ou de 8 horas?  
Quem é consciente, responsável, entra no trabalho às 8 horas.  
Entrar no trabalho de 8 e sair de 12 é coisa de cearense desatencioso (RAMOS, 2014, p. 142, grifo nosso)

Pessoas graduadas da cidade de Recife têm um péssimo hábito de, na indicação de horas, utilizar o de em lugar do a. Dizem eles: a reunião começou de 2 horas. Paulo chegou de 7h. O voo parte de 9 horas. Dói ouvir uma colocação dessas como se fosse nervo exposto (RAMOS, 2014, p. 230).

No Nordeste, no entanto, usa-se muito a expressão de hipótese nenhuma e morde a língua (RAMOS, 2014, p. 111)

A desqualificação se estende igualmente aos falantes de normas profissionais, no caso do jargão jurídico, como se pode observar no comentário acerca do emprego do neologismo *inobstante*, que, segundo Costa (2007, p. 631-632) é de largo uso nos meios jurídicos, e no emprego da expressão *de menor*, também comum nos meios forenses (COSTA, 2007, p. 327):

Inobstante.  
É pura tolice. Alguns advogados criaram essa palavra que lhes confere autoridade, sapiência, excentricidade. Advogados sérios, dignos de confiança usam o que a língua lhes oferece: Não obstante. E os juízes agradecem (RAMOS, 2014, p. 179)

Ele é de menor. Ouvi um delegado dizer essa asneira ao ser entrevistado (RAMOS, 2014, p. 88)

A desqualificação também atinge o falante que, na língua cotidiana, emprega estruturas consideradas não padrão. Valem aqui as mesmas observações referentes à desqualificação da *norma popular* por empregar estruturas diversas das prescritas pela *norma-padrão*. Se a língua cotidiana empregasse estruturas padrão não seria a língua cotidiana. A desqualificação pessoal reflete a intolerância com as demais variedades:

Esta é uma frase típica da língua cotidiana, sem perceber a bobagem que se diz.  
Para o bom português se prefere o emprego da preposição a, porque chamar, aí, dá ideia de movimento, e em português todo verbo ou expressão que der ideia de movimento usa-se melhormente com a preposição a. Portanto, na norma culta é assim: *Lânia, estão chamando você ao telefone*. (RAMOS, 2014, p. 176).

De igual modo se desqualificam aqueles que empregam formas típicas da *norma culta/comum/standard*, como se dá com aqueles que empregam *o óculos* e o verbo colocar na acepção de ‘expor’:

É bom sabermos o que é certo para ouvir o erro dos outros e nos policiarmos para não repetir como papagaio a bobagem que se diz. Ligo a TV e assisto (sic) a apresentadora dizer: Pegue o óculos, pegue o óculos. Essa criatura é uma

apresentadora de TV que morde a língua. Pegue os óculos, pegue os óculos (RAMOS, 2014, p. 137)

Você sabia que ninguém faz colocação inteligente?

Ninguém faz colocação nenhuma e muito menos colocação inteligente.

Melhor é ser inteligente e interessante (RAMOS, 2014, p. 104)

Vou colocar aqui minha opinião, disse outro deputado. Colocar mal empregado dá BO. Vou expor aqui minha opinião (RAMOS, 2014, P. 259)

O professor fez uma colocação inteligente. Ninguém faz colocação nenhuma e, muito menos, inteligente (RAMOS, 2014, p. 290)

Segundo Ramos (2014, p. 104), “virou mania o uso de colocar, colocação, mas ideias não se colocam, se dão ou se expõem”. E arremata: “devemos usar colocação e colocar em casos eminentemente concretos”<sup>32</sup>.

Sem prejuízo da legítima preferência de Ramos, à exceção do Michaelis, todos os dicionários já registram o verbo colocar na acepção de “expor, propor, trazer à baila”, de tal forma está generalizada:

**Quadro 11** – Colocar na acepção de expor, conforme dicionários de referência da língua portuguesa

Dicionário	Acepção	Exemplo
Houaiss	3. Trazer à baila, propor, aventar	Colocar uma questão, um problema
Aurélio	9. Trazer à baila ou à discussão; apresentar, expor	Colocar um problema, uma questão
Michaelis	Não registra	
Unesp	3 expor; apresentar	Eu também quero colocar minha opinião
Novíssimo Aulete	5 Propor, apresentar para consideração e/ou votação etc. (...) Há restrições ao uso com essa acepção, como equivalente à também criticada fórmula <i>fazer uma colocação</i>	O MST coloca como meta o assentamento de um milhão de pessoas (Antônio Callado, <i>Entre o Deus e a Vasilha</i> )
Bechara	6 Apresentar, propor para ser apreciado, debatido, votado	Não exemplifica
ABL	6. Trazer à consideração, num debate ou numa votação	O líder colocou a proposta de negociação
Sacconi	9. Oferecer para consideração; pôr em pauta	Colocarei o assunto durante a reunião

Em seu dicionário, Sacconi observa que “convém evitar dar a este verbo a acepção de *expor*, muito comum na língua falada”. O *Novíssimo Aulete* menciona a restrição ao emprego da acepção em discussão. Mas o fato de tal acepção estar registrada em importantes dicionários da língua portuguesa demonstra a generalização de seu uso, de resto reconhecida até por quem a impugna, ou seja, trata-se de efetivo fenômeno da *norma culta/comum/standard*, tal como definida neste trabalho. A sua generalização e o seu acolhimento em obras de referência normativa da língua portuguesa, conjugando os critérios

<sup>32</sup> A despeito da diátribe de Ramos, ela própria emprega a forma por ela condenada: “O voo parte de 9 horas. Dói ouvir uma colocação dessas como se fosse nervo exposto (RAMOS, 2014, p. 230, grifo nosso).

do uso e da autoridade, segundo Jespersen, não tornam razoável a impugnação dessa forma como incorreta ou demonstração de falta de inteligência.

Pode-se anotar, a respeito desta lição, a concretização do já mencionado mal-estar com a mudança, materializado na rejeição à variante inovadora, já que esta representa um desvio em relação à variante conservadora. Como as duas coexistem até que o processo de mudança seja implementado, as concepções normativistas tendem a combater fortemente a variante inovadora, lançando mão, inclusive, da desqualificação pessoal daqueles que a empregam.

No que toca ao fenômeno em análise, Ramos considera que se deve aplicar a palavra *colocação* apenas para casos concretos, mas não para noções abstratas. Contudo, é comum, na história das línguas, palavras que originalmente possuíam sentido concreto assumirem sentidos abstratos, como se deu, por exemplo, com o verbo *delirar*, que, originalmente, significava ‘sair do sulco, do rego’, expandindo o seu significado para ‘sair da linha reta’ e, posteriormente, para a noção abstrata de ‘perder a razão’ (FARIA, 1962, p. 290). Pode-se aduzir também o emblemático verbo *pensar*, que, em sua origem, apresentava o sentido físico de ‘pesar’ e adquiriu, com o passar do tempo, o sentido abstrato de ‘ponderar’ (FARIA, 1962, p. 718). O verbo *ponderar*, por sua vez, também possuía o sentido físico de ‘pesar’ e também passou a ter o sentido abstrato de ‘julgar’, ‘avaliar’ (FARIA, 1962, p. 766). Nesses três casos, o sentido ‘abstrato’ terminou por afastar o anterior sentido ‘concreto’, mas, no caso de *colocação*, o sentido abstrato, inovador, desviante, coexiste com o sentido concreto. A avaliação de tais processos de mudança em curso – no caso, a aquisição, pelo verbo *colocar*, da noção ‘abstrata’ – sempre é vista de modo negativo pelos normativistas, mas a áspera reação destes e o sensível acolhimento pelos dicionários mostram que a nova acepção já está fazendo largos passos para o enriquecimento da língua com uma possibilidade a mais.

A desqualificação do outro, contudo, não se limita à desqualificação dos falantes da *norma culta/comum/standard*, da *norma/popular*, de normas regionais ou de normas profissionais. Há um curioso caso em que Ramos manifesta-se de forma intolerante contra um hipotético professor, por este partilhar uma posição ainda mais conservadora do que a sua. Com efeito, Ramos assim se manifesta:

Para o português do Brasil, o pronome pode perfeitamente vir isolado entre dois verbos e não há necessidade do hífen.  
- *Eu quero me divertir*. Se você disser: Eu quero divertir, você vai divertir alguém.  
Há professores, até professores universitários que condenam o uso do pronome oblíquo isolado entre dois verbos. Pois é, esses professores deveriam ser cassados. O português do Brasil é outra coisa. É preciso estudar (RAMOS, 2014, p. 139).



Ao abordar a questão da colocação pronominal em locuções verbais, Costa (2007, p. 977) observa que o emprego do clítico, isolado, entre o auxiliar e o verbo principal, encontra resistência de muitos gramáticos. Júlio Nogueira (apud COSTA, 2007, p. 979), por exemplo, prescrevia que o clítico não deveria ficar solto entre o auxiliar e o gerúndio. Aires da Mata Machado Filho (apud COSTA, 2007, p. 979) observa a tendência de escritores brasileiros em deixar isolado o clítico, mas não a recomenda por considerar indevida a próclise ao verbo principal.

Bechara (2009, p. 590), tratando da colocação dos clíticos nas locuções verbais de infinitivo e gerúndio, menciona as três posições canônicas: eu *lhe* quero falar/eu *lhe* estou falando; Eu quero-*lhe* falar/eu estou-*lhe* falando; Eu quero falar-*lhe*/eu estou falando-*lhe*. Mas, logo após, observa:

1ª) Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen:

Eu quero *lhe* falar  
Eu estou *lhe* falando

A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição: *Começou a lhe falar* ou *a falar-lhe* (BECHARA, 2009, p. 590).

Cunha & Cintra (2008, p. 331) também consideram como característica do português do Brasil, e também do português falado nas repúblicas africanas, a próclise ao verbo principal, nas locuções verbais.

Rocha Lima (2013, p. 549), ao tratar do assunto, descreve as posições canônicas e registra que “a interposição do pronome átono nas locuções verbais, sem se ligar por hífen ao auxiliar, é sintaxe brasileira que se consagrou na língua literária, a partir (ao que parece) do Romantismo”.

Cegalla (2008, p. 545) observa que a colocação do clítico ao verbo principal “espelha um fato inequívoco da língua falada e escrita do Brasil”, em razão do que a “gramática não pode senão sancioná-la”.

Sacconi (2011b, p. 509) prevê a possibilidade e, em seu *Não erre mais*, observa que “há professores que condenam o uso do pronome oblíquo isolado entre dois verbos, amparando-se na sintaxe do português lusitano. Convém parar” (SACCONI, 2011a, p. 137). E arremata: “Universidade ou faculdade que ainda exige isso deveria ser cassada, a bem do serviço público.”

As lições dos gramáticos acima delineadas amparam, com certeza, a colocação do clítico isolado entre o auxiliar e o principal, mas é bem verdade que a críticas de Sacconi e

Ramos não parecem adequadas, na medida em que ambos impugnam formas e construções brasileiras com base em lições da gramática clássica. Comentaram-se, neste trabalho, diversas lições de Ramos que apontam para uma imposição de formas e construções oriundas da tradição gramatical mais conservadora, desconsiderando usos brasileiros. Com já se disse alhures, é perfeitamente legítimo o falante optar por uma forma mais tradicional. O que parece discutível é pretender impô-la como a única admissível, crítica que se pode fazer tanto ao hipotético professor universitário a que se refere a lição, quanto à própria Ramos, em decorrência de lições restritivas ao longo da obra.

Abaixo, listam-se alguns excertos em que Ramos se manifesta de modo a ridicularizar ou desqualificar o usuário da língua que faz uso de formas e construções não padrão.

Leia as bobagens que tanto enfeiam a língua portuguesa:

\_ Passei o final de semana na fazenda e fiquei toda mordida de mosquito (RAMOS, 2014, p. 80).

Não obstante o óbvio, volta e meia se ouve alguém dizer pela televisão que o acidente provocou quatrocentos e quinze vítimas. Aliás, a essa altura já serão quatrocentos e dezesseis vítimas, porque uma sofreu mal súbito só de ouvir a tolice... (RAMOS, 2014, p. 89-90)

E clichês, ninguém aguenta, porque são expressões batidas e repetitivas.

- *Ao apagar das luzes, o Palmeiras conseguiu dar a volta por cima e, finalmente, fez as pazes com a vitória.*

- *Via de regra*

- *Foi dar o último adeus*

- *Sua contratação veio preencher uma lacuna.*

- *É preciso aparar as arestas e chegar a um denominador comum.*

- *A fúria da natureza deixou um rastro de destruição.*

Esqueça o clichê porque só marca o papagaio que existe em você (RAMOS, 2014, p. 94)

Se acaso eu não puder ir, irá meu filho.

Pense na bobagem que se diz por mania de morder a língua.

- *Se acaso você chegasse.*

E não se caso você chegasse (RAMOS, 2014, p. 94).

Pense no erro que se comete com a maior cara de pau.

Vice-Presidente em exercício (RAMOS, 2014. P. 101).

No bastidor do teatro acontecia de tudo.

Pois não é que ouvi essa asneira de um artista? (RAMOS, 2014, p. 109)

Palácio do Alvorada. Li esta barbaridade num jornal (RAMOS, 2014, p. 124).

E ocasião favorável?

Pensa na tolice que se diz!

Na palavra ocasião, já está implícita a ideia de favorável. A ocasião faz o ladrão. Pra que ocasião favorável! Certa vez uma empresa fez um anúncio bem assim: Oportunidade é ocasião favorável! Ah! se não fosse! Três bobagens juntas: oportunidade e ocasião favorável (RAMOS, 2014, p. 140).

Crianças de zero a seis anos de idade.

Mas, criatura de Deus, eis aqui uma das grandes tolices dos adultos. Existirá, por acaso, uma criança de zero ano? Claro que não. Como então podem ser vacinadas crianças de zero a seis anos?

O mais coerente e mais correto é dizer: - *todas crianças até seis anos devem ser vacinadas* (RAMOS, 2014, p. 142).

E a prova dos nove? Pois não é que continuam dizendo a prova dos nove! Errar por gosto é muito feio (RAMOS, 2014, p. 147)

Correr atrás do prejuízo é uma expressão contrária ao lucro ou vantagens que, nesse caso, é mesmo uma grande bobagem ou mesmo asneira (RAMOS, 2014, p. 148)

E continuam dizendo: Panorama parcial/panorama geral.

Você sabia que são impróprias as duas expressões? Pois é, nem panorama parcial nem panorama geral. Se panorama traz os elementos gregos pan=tudo e orama=visão, espetáculo, esta palavra já significa visão total, vista geral, vista de tudo.

Como professora, confesso: fico perplexa quando ouço um ministro seja da educação ou da justiça dizer tal bobagem.

*O panorama visto aqui de cima é de muita paz* (RAMOS, 2014, p. 148).

Então, panorama parcial ou total e gente humana ou pessoa humana e demente mental são a mesma bobagem que se diz (...)Viu, o panorama precisa ficar só sem parcial ou total. Nós sabemos, não somos brancos (RAMOS, 2014, p. 148).

Há namorado ou marido apaixonado por aí que, quando comete alguma asneira, digna de fim de namoro ou de casamento, sai-se com esta, junto à amada: Benzinha, não foi por querer. Perdoa! Tem perdão um erro desses?! Imagina a asneira que cometeu mordendo a língua! (RAMOS, 2014, p. 150)

Cair na gandalha.

Pois é, às vezes quer falar bonito e faz besteira. (RAMOS, 2014, p.154)

Até o presente momento devia 'sair com tudo' da linguagem, mas fazer o quê?

Censurar e não fazer como papagaio: repetir sem saber o que está dizendo. Então, existe momento ausente? Não. Portanto, diga sem medo de censura: *até este momento, não sabemos a causa da queda do avião* (RAMOS, 2014, p. 206-7).

Roupas em couro. Certas manias aparecem. Ninguém sabe de onde – e, às vezes, ficam. Uma propaganda de uma das fábricas de automóveis instaladas no Brasil anunciava que o carro tinha bancos em couro.

Desde quando isso é português? O banco é de couro e não em couro (RAMOS, 2014, p. 207)

Outra bobagem é dizer: paredes em verde. Faz muito tempo que em português as paredes são verdes e não em verde (RAMOS, 2014, p. 207)

Gêlo – com acento é coisa do passado e marca não só a idade como a ignorância gramatical. Gelo não tem acento (RAMOS, 2014, p. 209).

Abismo tem fundo? Abismo já é sem fundo. Então, por que dizer: se você continuar bebendo, vai ficar num abismo sem fundo. Pense na besteira que se diz! (RAMOS, 2014, p. 211)

Si mesmo. É bom não se esquecer de como empregar si mesmo. Por exemplo, dizer que João feriu a ele mesmo é um pecado sem tamanho (*João feriu a si mesmo*). Veja o certo: *O ator dirigiu-se a si mesmo*. Eles falavam do caso da corrupção entre si mesmos (jamais digam entre eles mesmos) e sabe por quê? Porque ele não tem vez. João julgará a si mesmo e que Deus o ilumine e tenha piedade dos que erram tanto (RAMOS, 2014, p. 226).

Nova criação é outra asneira que se diz (RAMOS, 2014, p. 227)

O verbo preferir tem sofrido muitos maus tratos por causa dos desavisados da gramática (RAMOS, 2014, p. 230)

Quando fala-se de dinheiro, fico furioso. E é pra ficar mesmo, além de duro, não entende de pronomes átonos. As conjunções pedem os pronomes antes do verbo. Quando se fala de dinheiro, fico furioso. Pois é melhor duro do que bronco (RAMOS, 2014, p. 237)

O aviso: Faça silêncio absoluto continua em muitos hospitais que insistem em nos chamar de brancos (RAMOS, 2014, p. 232)

Daí uma enfermeira dizer que vai ordenhar as mamas de uma mulher para ela aprender a ordenhação, é demais da conta, chega a ser estupidez (RAMOS, 2014, p. 245)

Pois é, estão inventando que a mulher tem teta. Fiquei chocada quando ouvi tamanha asneira (RAMOS, 2014, p. 245)

Pude vim é muito feio (RAMOS, 2014, p. 261)

A redundância apenas nos chama de brancos (RAMOS, 2014, p. 266)

Portanto, observe a redundância dos outros como feias. Não as copie, por favor (RAMOS, 2014, p. 266).

Todas as vezes que você disser vas – nem termine – conserte a besteira que ia dizer e pronuncie: Basculante (RAMOS, 2014, p. 270).

Preste atenção às bobagens que dizemos: Quero uma empregada que durma (RAMOS, 2014, p. 286).

Veja a bobagem que eu ouvi de um profissional numa declaração no aeroporto: foi um erro equivocado. Mas, criatura, e existe erro equivocado? (RAMOS, 2014, p. 292)

E garoa fina. Pois não é que eu ouvi essa asneira de um repórter! (RAMOS, 2014, p. 293)

E ela tem sistema nervoso! Mas quem não fica vez por outra com o sistema nervoso abalado. Não jogue com palavras erradas. Não troque verbos. Policie-se, fale devagar e não deixe registrada a sua ignorância na língua portuguesa (RAMOS, 2014, p. 294).

Somente vou aposentar daqui trinta anos. Essa criatura já aposentou tudo, até a língua portuguesa (RAMOS, 2014, p. 296).

Por causa de que, essa expressão é muito errada, e muito usada pelos desavisados da gramática. Prefira porque ou por causa de (RAMOS, 2014, p. 301).

Veja a bobagem quando se acha que vai homenagear os noivos! E dizem cheios de animação – Viva os noivos! (RAMOS, 2014, p. 302).

Há tempos que não lhe vejo e, é claro, a gramática também. O certo é dizer: *Há tempos que não o vejo* ou *há tempos que não te vejo* (RAMOS, 2014, p. 303).

Só tá eu aqui. É mesmo uma coisa horrível a sua solidão de palavras corretas. Só eu estou aqui. Pronto, acertou (RAMOS, 2014, p. 303).

O dia está anoitecendo! E dia anoitece?

Pois é, ouvi esta asneira de um repórter. *Está anoitecendo*. Amanheceu, anoiteceu e pronto. É dia ou noite. É claro ou escuro (RAMOS, 2014, p. 309).

Dois açudes arrombaram no Ceará, disse um desavisado da gramática. O verbo é arrombar-se (com pronome ) assim como é romper-se (RAMOS, 2014, p. 312).

Enquanto a mim, estou tranquilo. Só pode ser mentira essa tranquilidade. Não pode estar tranquilo quem diz asneira (RAMOS, 2014, p. 315).

Vimos pelo presente. E alguém pode vir pelo ausente(sic). Servimo-nos desta. E você se serve de papel? Com a presente, outra besteira (RAMOS, 2014, p. 330).

Vão para dez anos que saí da escola. Pelo visto nada aprendeu nessa escola (RAMOS, 2014, p. 346).

Nas seções deste capítulo efetuaram-se análises de lições do livro *Não morda a língua portuguesa*, tendo como eixo unificador o desacordo das lições com instrumentos normativos de referência da língua portuguesa ou a desqualificação das *normas culta/comum/standard* e *popular*. Efetuou-se também a análise de algumas lições em que se estende o domínio da norma-padrão a registros em que ela não é impositiva e de algumas lições que deixam de considerar elementos contextuais fundamentais para a análise.

As análises evidenciam uma perspectiva que identifica a língua portuguesa com a sua *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, desconsiderando fatos da *norma culta/comum/standard*, inclusive já recepcionados pelos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Evidenciou-se, também, a desqualificação da *norma popular*, com a rejeição sistemática de suas formas e construções, consideradas essencialmente como erradas e destituídas de organização gramatical.

Evidenciou-se, também, a intolerância contra as pessoas que empregam estruturas não padrão, materializada na desqualificação pessoal dos usuários da língua, formando um amplo

espectro, que envolve falantes com uma suposta ausência de capacidade de falar, falantes de normas regionais, profissionais, da *norma-popular*, da *norma culta/comum/standard* e ao menos um caso em que se desqualifica um hipotético defensor de uma posição da tradição gramatical clássica.

Evidenciou-se também, em algumas lições, uma postura marcada pelo subjetivismo na avaliação de fenômenos linguísticos, desconsiderando formas e construções já aceitas pela tradição gramatical normativa.

Evidenciou-se também a equivalência que faz a autora entre correção e *norma-padrão*, com a consequente desqualificação, como erro, de qualquer estrutura não-padrão, o que dificulta sobremaneira a percepção do português brasileiro como uma legítima variedade do português, com regras afins, mas também distintas das demais congêneres europeia, africana e asiática.

As análises efetuadas nesta seção tiveram como uma de suas diretrizes selecionar lições em desacordo com os instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. No próximo capítulo, far-se-á uma breve análise de alguns fenômenos que caracterizam o português brasileiro, também impugnados nas lições de Ramos, mas que não são efetivamente acolhidos pela tradição normativa. A análise terá como objetivo demonstrar a consistência histórica dos fenômenos analisados, evidenciar a legitimidade da diferença do português brasileiro e o seu processo de silenciamento.

## 5 PORTUGUÊS BRASILEIRO: A LEGITIMIDADE DA DIFERENÇA E O SEU SILENCIAMENTO

### 5.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, analisaram-se, predominantemente, prescrições da obra *Não morda a língua portuguesa* que apresentassem contradições com as lições contidas em seus instrumentos normativos de referência e/ou apontassem para uma perspectiva reducionista na apreciação do português no Brasil. Neste capítulo, por sua vez, serão discutidas algumas formas linguísticas comuns ao português brasileiro, impugnadas nas lições de Ramos, e que, de fato, não são acolhidas nos manuais normativos da língua portuguesa, não obstante a sua generalização entre os falantes das mais variadas condições socioculturais.

Far-se-á uma breve reflexão sobre aspectos históricos e sistemáticos que envolvem essas formas rejeitadas, para, ao fim e ao cabo, evidenciar, com exemplos concretos, o efeito ideológico a que se fez referência no capítulo 3, decorrente da concepção aqui denominada *norma curta*: impedir a percepção da multifacetada realidade linguística brasileira, reduzindo-a à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. Ver-se-á que a desconsideração sumária, como meros erros, de formas linguísticas correntes no Brasil obscurece a percepção de aspectos históricos, sistemáticos e comunicativos que envolvem tais formas.

A seleção dos fenômenos linguísticos baseou-se em quatro condições: a sua generalização entre falantes brasileiros de todos os estratos; a sua rejeição pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*; a sua impugnação na obra de Ramos; e, por último, a possibilidade de evidênciação, na análise, de aspectos sistemáticos, linguísticos e extralinguísticos, ou históricos do português brasileiro, embora esta quarta condição não se aplique a todos os fenômenos aqui analisados.

Diversos fenômenos do português brasileiro poderiam atender a essas condições, mas os escolhidos são suficientes para evidenciar o objetivo aqui proposto: o silenciamento, pela *norma curta*, de fatos sistemáticos e históricos que explicam características da *norma culta/comum/standard* brasileira.

Servirão de base para esta reflexão as gramáticas do português brasileiro de Perini (2010), Castilho (2010) e Bagno (2011). Tributárias de numerosas pesquisas linguísticas, tais gramáticas buscam delinear as características gramaticais do português efetivamente praticado no Brasil. A despeito de diferentes perspectivas teóricas – gerativista, funcionalista e

sociolinguística, respectivamente – seus resultados se aproximam no tocante aos fenômenos que serão discutidos a seguir.

## 5.2 DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU

No capítulo 3, fez-se referência à observação de Saussure (1978, p. 272-273) de que, admitindo-se, por hipótese, um país unilíngue, após um certo lapso temporal, a língua não será mais idêntica a si mesma e sua evolução não se dará de maneira uniforme, ao longo de sua superfície. Não se poderia esperar, pois, que o português transplantado para a América deixasse de apresentar diferenças em relação ao português europeu, notadamente quando se levam em conta os contatos linguísticos com línguas ameríndias e africanas, além dos diferentes processos histórico-culturais que nortearam a vida social de Portugal e do Brasil.

As discussões sobre as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal remontam a um texto de Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca (apud PINTO, 1978, p. 5-7), escrito para compor o *Atlas Etnográfico do Globo*, preparado por Adrien Balbi em 1824-1825, em que se arrolavam diferenças lexicais entre o português do Brasil e o português de além-mar, resultantes da mudança de significação ou do surgimento de termos novos, próprios do Brasil e desconhecidos dos lusitanos. O processo de Independência intensificou, ao longo do século XIX, as discussões sobre as diferenças entre as duas variedades. No século XX, as discussões voltaram à tona com o movimento modernista de 1922, com a progressiva emancipação da literatura brasileira moderna dos cânones gramaticais tradicionais, penetraram na Universidade e terminaram por conduzir às primeiras gramáticas do português brasileiro, agora no século XXI. Tais gramáticas, frutos da pesquisa acadêmica levada a efeito por linguistas de variados matizes, ao longo do século XX, pretendem descrever os padrões linguísticos que caracterizam a variedade praticada no Brasil.

No quadro 1, no capítulo 3, delinearam-se, não exaustivamente, algumas dessas diferenças, conforme expostas por Castilho (2010, p. 192-193), envolvendo aspectos fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos. Para a discussão deste capítulo, serão selecionadas as seguintes características diferenciadoras:

**Quadro 12** - Diferenças entre o português brasileiro e o português europeu

PORTUGUÊS BRASILEIRO	PORTUGUÊS EUROPEU
SINTAXE	
O pronome <i>ele</i> pode funcionar (i) como objeto direto: <i>Maria viu <u>ela</u></i> .	<i>Ele</i> só funciona como sujeito, o objeto direto pronominal é expresso por <i>o</i> .
Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: <i><u>Me</u> passa o bife</i> .	Os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: <i>Passa-me o bife</i> .
Usa-se <i>ter</i> em lugar de <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não tem comida</i> .	Usa-se apenas <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não há comida</i> .

Quadro adaptado de Castilho (2010, p. 192-193)

O quadro de Castilho não aponta para uma outra ordem de fenômenos, a mudança da regência de alguns verbos, objeto de apreciação em Bagno (2011, p. 519-538). Observa esse autor a possibilidade de as regências verbais se alterarem não somente em decorrência de os falantes passarem a interpretar de modo novo o significado dos verbos, atribuindo-lhes novos sentidos, mas também de os falantes passarem a adotar a construção de verbos com sentidos semelhantes. Algumas dessas alterações estão de tal forma consolidadas, que são objeto constante de “correção” em manuais normativos.

Com efeito, as regências inovadoras de alguns verbos são reproduzidas em praticamente todas as gramáticas normativas: assim é que as regências inovadoras *agradecer alguém*, *desagradar alguém*, *assistir algo*, *irem algum lugar*, *desobedecer algo/alguém*, *obedecer algo/alguém*, *esquecer de algo/alguém*, *lembrar de algo/alguém*, *implicar em*, *responder algo*, *pagar alguém*, entre outras, são inevitavelmente arroladas como “erros” em uma seção das gramáticas normativas voltadas para o ensino das regências “corretas”.

O fato de tais regências serem centenárias – no início do século XX, Silva Ramos (apud PINTO, 1978, p. 445) comentava as regências condenadas dos verbos *assistir*, *responder*, *obedecer* e *perdoar* –, de serem invariavelmente as mesmas regências objeto de “correção” e de serem usuais em textos escritos monitorados, conforme evidenciam os estudos de Luft (2010) e Neves (2003), mostra que se trata de fenômenos plenamente consolidados no português brasileiro, integrantes de sua *norma culta/comum/standard*, mas, em regra, rejeitados pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

Todos os fenômenos linguísticos arrolados acima, tanto os relacionados no quadro oriundo de Castilho, quanto os verbos com regência inovadora, discutidos em Bagno, foram



objeto de impugnação em Ramos, considerados pela autora como meros “erros”, sem concessão ao seu uso em registros sequer informais e sem nenhuma consideração adicional sobre a lógica de tais “erros” ou suas condicionantes sócio-históricas e linguísticas. Dentro da lógica mencionada no capítulo anterior por Cipro Neto, não poderia ser diferente, uma vez que, em se tratando de erros, não haveria por que discuti-los, porquanto sua explicação não teria o condão de justificá-los.

O objetivo desta seção, ao revés, consiste exatamente em ir de encontro a essa lógica. Pretende-se fazer uma sumária apreciação de cada um desses “erros”, com base nas gramáticas do português brasileiro citadas na introdução, a fim de evidenciar a consistência histórica e linguística de tais fenômenos, que, embora não integrantes da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, certamente estão longe de configurar aglomerados assistemáticos de “erros” de português.

### 5.3 O EMPREGO DE TER EXISTENCIAL

O emprego do verbo *ter* por *haver* é impugnado, em Ramos, em três ocasiões:

Outro dia eu ouvi, como vocês também ouviram, o presidente dizer: No Brasil não tem maremotos, vulcões, terremotos, furacões. Pois é, o presidente trocou o verbo *haver* pelo verbo *ter*. O certo é elegante:

- No Brasil, não há maremotos, vulcões, terremotos, furacões.

É outra coisa falar de forma correta (RAMOS, 2014, p. 137, grifo nosso).

Não confunda o verbo *ter* com o verbo *haver* porque não procede ao certo.

Por exemplo: Não tem ninguém em casa. *Não há ninguém em casa* (é o certo).

Somente por licença poética se troca o verbo *ter* por *haver*. Mas em concurso público, vestibular e em textos formais, considera-se erro, portanto é melhor optar pelo certo sempre (RAMOS, 2014, p. 175, grifo nosso).

Tem cada coisa no jornalismo brasileiro ou há cada coisa no jornalismo brasileiro?

O certo é: *Há cada coisa no jornalismo brasileiro!* (RAMOS, 2014, p. 176, grifo nosso)

A impugnação do verbo *ter* em seu sentido existencial é uma constante em manuais normativos, de forma que a impugnação em Ramos se afigura um fenômeno previsível. Embora se possa perceber, em sua segunda lição, a referência ao emprego do *haver* existencial em concursos e textos formais, como se fosse restrito o seu emprego, sua explícita concessão é feita tão-somente em termos de licença poética, deixando-se claro que o certo e elegante é mesmo o verbo *haver*, além de que o melhor é optar sempre pelo certo. Nada mais natural, contudo, do que ouvir, de um brasileiro, enunciados como “*tinha muita gente na sala*”, “*não tem perigo*”, etc.

Este emprego generalizado está registrado nos estudos que abordam o português brasileiro. Neves (2003, p. 744) anota que, “segundo as lições da gramática tradicional, o verbo **ter** não deve ser usado no sentido de ‘haver’ (existencial). Entretanto, a construção é usual, especialmente na linguagem menos formal.” Castilho (2010, 209) observa que, na *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, *ter* não pode ser empregado nas construções existenciais, mas é característico da *norma popular* e da *norma culta/comum/standard*, mantendo-se, nesta última, o *haver* existencial somente na língua escrita.

Perini(2010, p. 79-80), por sua vez, registra que;

“*Haver* ocorre raramente, em geral no contexto de linguagem cuidada; *ter* é a forma normal. À parte isso, *ter* e *haver* são sinônimos, e aparecem tipicamente na construção de **apresentação de existência**, acompanhados de um objeto posposto:

[10] Tem um besouro no banheiro.

[11] No Brasil tem muita gente de origem japonesa.

[12] Houve uma festa na minha casa. (mais frequentemente: *teve uma festa...*)

Os dicionários registram esse emprego. O *Dicionário Unesp* anota o seu uso coloquial com o sentido de existir, haver. *Sacconi* também aponta o sentido, observando que se trata de uso popular, sem guarida no nível culto formal<sup>33</sup>. O *Novíssimo Aulete* não averba a acepção, mas observa que, “usado como verbo impessoal, equivale a haver”. O *Aurélio* assinala o seu emprego impessoal, caracterizando-o como popular e restrito ao Brasil, a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé. O *Dicionário Escolar da ABL* e o *Dicionário de Bechara* anotam o seu uso, no sentido de *haver*, na linguagem coloquial. Faraco (2008, p. 128) observa que o *ter* existencial está contemplado no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa, com o seguinte registro: “Em construções impessoais, significa o mesmo que haver: *Tem gente que nunca trabalhou. Tem leite no frigorífico.*”

A despeito desse uso generalizado, a tal ponto que está registrado nos dicionários, inclusive em Portugal, por que se considera errado esse emprego? A razão pode ser percebida consultando o quadro 1, em que foi feito um confronto entre o português europeu e o português brasileiro. Castilho observa que, no português europeu, usa-se apenas o verbo *haver* nas construções existenciais. No português brasileiro, é geral o emprego do verbo

---

<sup>33</sup> Em sua Gramática, porém, Sacconi escreve: “Muitos não aceitam o uso do verbo **ter** por **haver** (=existir, realizar-se, etc.), mas a verdade é que muitos autores de nomeada de nossas letras o fizeram. Quem, um dia, não disse ou não vai dizer: *Não tem nada não, pode deixar, um dia você me paga!* Ou *Não tem dúvida: devo, sim, pago quando puder?* (SACCONI, 2011b, p. 365)

*ter*existencial, mantendo-se o *haver* existencial apenas na escrita formal, em seus gêneros mais monitorados. A razão, então, como bem observa Bagno (2011, p. 625), é que, “como os portugueses não usam o verbo *ter* nessa função, logo (pela lógica distorcida que move a atitude purista) tal uso é ‘errado’”.

De fato, a recusa, a rejeição do verbo *ter*existencial remonta ao vício de origem da instituição da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* entre nós: a tentativa de impor aos brasileiros usos portugueses. Tal imposição estriba-se tão-somente no princípio da autoridade, uma vez que desconsidera a história da língua (o uso de verbo *ter* existencial tem raízes na história arcaica do português) e a ocorrência de fenômenos comuns na história das línguas naturais, tal como a atribuição de novas funções a itens lexicais<sup>34</sup>, no caso, a assunção, pelo verbo *ter*, da função de apresentação de existência.

Em primeiro lugar, há que se chamar a atenção para um fato observado por Bagno: *oter* em sentido existencial já foi empregado em Portugal. Com efeito, tal autor mostra a sua ocorrência em textos do século XVI, de autoria de Fernam Mendez Pinto e Frei Pantaleão Aveiro, conforme transcrito abaixo:

Do livro *Peregrinação*, de Fernam Mendez Pinto:

(361) Na frontaria deste pátio, onde estava a escada por onde subiam para cima, *tinha* hum grande arco lavrado. (v. II, p. 45)

(362) Aquy nos mostrou hum oratório em que *tinha* huma Cruz de pão dourada (v. III, p. 82)

(363) [...] no mais alto desses arcos *tem* sinos de vigia. (v. III, p. 169)

Do *Itinerário da Terra Santa*, de Frei Pantaleão Aveiro:

(364) Dentro na cidade & arrabaldes *tem* vinte conventos de Religiosos & vinte & quatro de Religiosas. (p. 3)

(365) Dentro na cidade *tem* um almazem. [...] (p. 4)

(366) Dentro do castello não *tem* armas. (p. 109) (BAGNO, 2011, p. )

Como tais textos provêm do século XVI, época das grandes navegações portuguesas, Bagno levanta a hipótese de que o emprego de *ter* existencial foi recebido diretamente dos colonizadores portugueses, razão por que tal uso se constata não só no Brasil, mas também nas demais colônias portuguesas da África. O que parece ter ocorrido é o abandono do *ter* existencial pelos portugueses e sua permanência nas antigas colônias.

---

<sup>34</sup> Cabe lembrar, neste ponto, o princípio da uniformidade e a noção de gramática emergente, expostos no capítulo 1, pp. 30 e 32, respectivamente.

O Houaiss (2001, p. 2699) também registra que o emprego de *ter* por *haver*, embora considerado impróprio, também “ocorre no português de Portugal, tratando-se de um arcaísmo datável do século XIV” e aponta abonações no *Índice do Vocabulário do Português Medieval*.

O segundo aspecto da questão é o fato de que o fenômeno que está ocorrendo com o verbo *ter* é o mesmo que já ocorreu com o verbo *haver*. Castilho (2010, p. 402-403) observa que o verbo *haver* provém do latim *habere*, que significava “ter em sua posse”, “ser dono”, “guardar” e era empregado como verbo pleno e nas construções de posse no português arcaico, concorrendo com o verbo *ter*, vindo do latim *tenere*, que significava “ter em suas mãos”, “possuir”. A partir do século XVI, o verbo *haver* foi se especializando nas construções existenciais e o verbo *ter* predominou nas estruturas possessivas. No Brasil, contudo, observa Castilho que o embate entre *ter* e *haver* novamente veio à tona, levando o verbo *ter* a afastar progressivamente o verbo *haver*, predominando em ambas as construções, tanto possessivas quanto existenciais. O emprego do verbo *haver*, nas construções existenciais, só se conserva na escrita formal, em seus gêneros textuais mais monitorados, mesmo assim por conta da disciplina gramatical, que persiste em impor aos brasileiros usos típicos de Portugal.

Do ponto de vista da realidade empírica, o que ocorre, de fato, na língua portuguesa praticada no Brasil, é que o verbo *ter* e *haver* se apresentam como variantes para expressar a construção de existência, com amplo predomínio do primeiro verbo em todas as suas manifestações, faladas e escritas, à exceção da escrita formal, em que se mantém o *haver* existencial.

Uma concepção que não encurtasse as possibilidades da língua consideraria, na verdade, uma riqueza da língua poder expressar uma noção ( a de apresentação de existência ) por mais de uma forma. Mas, neste caso, a intolerância à variação anda de braços dados com a subserviência em relação aos hábitos linguísticos de Portugal. Como os portugueses não empregam o *ter* existencial, a gramática normativa insiste em impingir como erro um uso, que, longe de ser popular ou simplesmente coloquial, é generalizado entre brasileiros de todos os estratos. Ou seja, o *ter* existencial caracteriza o português brasileiro e não somente uma de suas variantes. O *haver* existencial é que possui emprego restrito, ainda assim por conta do que Bagno denomina policiamento normativo ou patrulhamento purista.

Este caso, portanto, caracteriza uma típica manifestação da *norma curta*. Um fenômeno linguístico, característico da nossa *norma culta/comum/standard*, é impugnado sem

nenhuma base empírica, mas tão-somente porque os portugueses não o empregam. Já em 1914, João Ribeiro (1979, p. 51) considerava “incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras” E, mais adiante, acrescenta:

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e métodos diversos. A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que nos são pessoais (RIBEIRO, 1979, p. 51).

João Ribeiro emprega o verbo *mutilar* para expressar a correção adventícia de termos tão próprios da variedade brasileira do português, o que se poderia aplicar apropriadamente à tentativa de corrigir o uso de *ter* existencial, de tal forma está esse uso generalizado em todos os segmentos sociais brasileiros. E nada poderia indicar melhor tal generalização do que a sua ocorrência em Ramos, pois, a despeito de considerar que o melhor é optar pelo certo sempre, pode-se constatar dez flagrantes de uso em seu livro, a despeito da recomendação feita e da revisão efetuada:

Tem coisa mais gostosa do que purê de batatas ou de aipim?

Tem. O pirê de batatas e de aipim. Tanto faz purê quanto pirê (RAMOS, 2014, p. 216, grifo nosso).

Pois é, essas profissionais não se ligaram na importância da língua portuguesa. Tem jeito? Tem (RAMOS, 2014, p. 222, grifo nosso).

E a mãe diz: Filho, o que é que você tem, tá queto! Pois é, desse jeito não tem filho que aguento. *Veja: Filho, o que é você tem, está quieto, hoje!* (RAMOS, 2014, p. 247, grifo nosso)

E muita gente diz: Passei uma hora de relógio na fila do supermercado. E tem hora sem ser de relógio? (RAMOS, 2014, p. 298, grifo nosso)

Pois não é que as pessoas continuam dizendo em seus discursos ou em suas falas assim: Até o presente momento ou agora nesse momento!!! E tem momento ausente! (RAMOS, 2014, p. 298, grifo nosso)

O que tem de gente misturando o significado de ratificar e retificar (RAMOS, 2014, p. 328, grifo nosso)

Tem gente que diz ter-se aplumado na vida, por achar que aprumado é coisa de tabaréu. Tem gente que diz fleira em vez de freira (RAMOS, 2014, p. 346, grifo nosso)

É digno de menção o fato de que o último excerto se segue a uma lição em que se emprega o verbo *haver*:

Há gente por aí, caro ouvinte, que diz cadalço, por achar que cadaço é coisa de caipira (RAMOS, 2014, p. 346)

Vê-se, pois, que o uso do *ter* existencial é tão generalizado, que, mesmo quem o condena não consegue evitar-lhe o uso, ainda que recomende sempre empregar o verbo *haver*, e a despeito mesmo de tê-lo feito na passagem imediatamente anterior.

#### 5.4 O EMPREGO DE ELE COMO OBJETO DIRETO

Consoante a tradição prescritiva, Ramos impugna, em suas lições, o emprego do pronome *ele* como objeto direto, vide abaixo:

Amo ela, por isso vou me casar.  
Não vai dar certo esse casamento à moela!  
*Amo-a, por isso vou me casar* (2010, p. 304 ).

Deixei ele no serviço. Deixei ele é a treva e sabe por quê? Porque os gramáticos proíbem o uso do eu, tu, ele, nós, vós e eles (pronomes do caso reto) como objetos diretos (2010, p. 236).

Ouçã o certo: *Deixei-o no serviço*. Mande-os voltar. Vi-o na festa (RAMOS, 2010, p. 236).

Se tal lição é peremptória nas gramáticas normativas, nem por isso a realidade linguística brasileira tem se alterado no que concerne ao emprego condenado desse pronome como objeto direto. Há cerca de cem anos, João Ribeiro (apud PINTO, 1978, p. 352) observou que o famoso *vi ele* constituía um modismo brasileiríssimo, “tão nosso”, e registra que Rui Barbosa apontou, em sua réplica, que esse “brasileirismo” pode ser constatado em prosadores do século XV, ou seja, no português arcaico, quando o Brasil nem fora descoberto. Não obstante a gramática normativa ensinar que *ele* não pode ser empregado como objeto direto, o fato de João Ribeiro e Rui Barbosa se referirem a esse “brasileirismo”, há cerca de cem anos, mostra que a disciplina gramatical não tem tido sucesso contra esse emprego, que, de fato, é fenômeno fortemente enraizado no português brasileiro.

Castilho (2010, p. 208) registra que, na *norma popular*, quando o objeto direto vem expresso, o pronome empregado é sempre *ele*. Na *norma culta/comum/standard*, Castilho observa que, em 70% dos casos, ocorre a omissão do objeto e que, na fala culta espontânea, é comum dizer *eu vi ele* nas mesmas proporções da fala popular. No português europeu, não se emprega *ele* como objeto direto, mas tão-somente as formas oblíquas *o*, *a*, *os* *as* (CASTILHO 2010, p. 193). Por que, não obstante a vigilante disciplina gramatical, já centenária, conforme se vê pelas referências de João Ribeiro e Rui Barbosa, os brasileiros continuam a empregar *ele* como objeto direto?

Nessa matéria, deve-se iniciar a discussão mostrando que o quadro real dos pronomes pessoais retos e oblíquos, vigentes no português brasileiro, difere do quadro apresentado pelas gramáticas normativas. Nestas, encontra-se o seguinte quadro:

**Quadro 13** – Quando dos pronomes pessoais da *norma padrão/gramatical/pedagógica*

Pessoa	Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos	
		Átonos	Tônicos
1ª sing.	eu	me	mim, comigo
2ª sing.	tu	te	ti, -tigo
3ª sing.	ele, ela	o, a, lhe, se	ele, ela
1ª plural.	nós	nos	conosco
2ª plural	vós	vos	convosco
3ª plural	eles, elas	os, as, se, lhes	eles, elas

Adaptado de Bechara (2009, p. 164) e Cunha & Cintra (2008, p. 291)

O quadro real dos pronomes pessoais no português do Brasil, aquele que pode ser deduzido da fala real dos brasileiros, é, conforme Perini (2010, p. 116), o exposto abaixo:

**Quadro 14** – Quadro dos pronomes pessoais do português do Brasil, conforme Perini

Pessoa	Forma reta	Forma oblíqua
1ª sing.	Eu	me, mim, -migo
2ª sing.	você (tu)	te, (ti), (-tigo), (lhe)
3ª sing.	ele, ela	-
1ª plural.	nós	nos, -nosco
2ª plural	vocês	-
3ª plural	eles, elas	-

As formas entre parênteses são de uso restrito, sendo correntes apenas em parte do território brasileiro.

Perini observa que os pronomes que não possuem formas oblíquas (*ele/ela*, *vocês*, *eles/elas*) são usados em todas as funções, sem mudança de forma, de modo que os pronomes *ele*, *ela*, *eles*, *elas* são empregados na função de objeto:

[1] Eu encontrei ela no cinema.

Uma primeira aproximação para se compreender o emprego de *ele* como objeto direto consiste, portanto, em perceber que os clíticos *o*, *a*, *os*, *as* praticamente desapareceram da fala brasileira. Ao abordar o objeto direto no português brasileiro, Castilho (2010, p. 301) baseou-se em pesquisas de Duarte, que analisou o preenchimento do objeto direto, num *corpus* de língua falada, constituído de quarenta horas de entrevistas com falantes de São Paulo, originários de três camadas socioculturais (curso primário, curso colegial, curso superior) e de três faixas etárias, encontrando os seguintes resultados:

**Quadro 15 – Realização do objeto direto no português brasileiro**

Preenchimento do Objeto direto	Percentual	Exemplo
Clítico acusativo	4,90%	Então eu fui ao aeroporto para buscá- <b>lo</b>
Pronome <i>ele</i>	15,40%	Eu amo meu pai e vou fazer <b>ele</b> feliz
Sintagma nominal anafórico	17,10%	Ele vai ver a Dondinha e o pai da Dondinha manda a <b>Dondinha</b> entrar...
Categoria vazia	62,60%	Malta está tentando o Zé das Medalhas a matar Roque. Mas ele é muito medroso. Quem já tentou matar <b>Ø</b> foi o empregado da Porcina. Ontem ele quis matar <b>Ø</b> , a empregada é quem salvou <b>Ø</b> .

Baseado em Duarte (apud CASTILHO, 2010, p. 301-302)

Como se percebe, o emprego dos clíticos *o*, *a*, *os*, *as* tende a desaparecer na fala. O estudo de Duarte mostrou que o emprego dos mencionados clíticos é favorecido quando se trata de um tempo simples do indicativo ou quando se trata do infinitivo. Por outro lado, observa-se que o pronome *ele* não substitui inteiramente os clíticos. Como se vê no quadro, adotam-se três soluções: ou emprega-se *ele* (15,4%), ou repete-se o objeto direto (17,1%), ou adota-se a estratégia de deixar vazia a função de objeto direto, solução esta que responde pela maior parte dos casos (62,6%).

Embora o estudo tenha sido feito com falantes de São Paulo, as pesquisas acerca do português brasileiro têm corroborado esses resultados<sup>35</sup>.

Castilho (2010, p. 303) traz à baila uma explicação de ordem estrutural para o desaparecimento do clítico *o* e o emprego de *ele* como objeto direto no português brasileiro:

- (i) A direção de cliticização fonológica não é mesma no PE e no PB. No PE ela é enclítica, movimentando-se da direita para a esquerda, como em *Quem-me vê, Não-te vi, Já-te digo, Vamo-nos encontrar*, o que impede iniciar sentenças por clíticos. No PB, ela é proclítica, movimentando-se da esquerda para a direita, como em *Já te-vi, João vai te-ver, João tinha me-visto, Vamos nos-encontrar*, o que permite iniciar sentenças por clíticos. A mudança na direção de cliticização se deu a partir da segunda metade do século XIX, época em que Cyrino (1997) encontrou as primeiras ocorrências de próclise a imperativo afirmativo.
- (ii) Podendo figurar em início de sentença, o clítico *o* corresponde a uma vogal átona, no plano fonológico. Ora, átonas iniciais tendem a cair, o que dificultaria o processamento sintático da sentença. Isso explica a emergência de *ele* nessa função, segundo Câmara Jr. (1975b), ou sua omissão, com o desenvolvimento do objeto direito nulo.

Castilho observa, em síntese, que quatro fenômenos teriam ocorrido simultaneamente, na segunda metade do século XIX:

<sup>35</sup> Pode-se citar, entre outros, Omena (1978), que analisou a fala carioca; Luíze (1997), sobre a fala de Florianópolis; Malvar (1992), sobre a fala de Brasília, e Baltor (2003), sobre a fala de João Pessoa. Oliveira (2005) apresenta uma breve revisão da literatura, confrontando os resultados.



- (i) Aparecimento da construção com objeto direto nulo, (ii) aparecimento da construção com objeto direto *ele*, (iii) mudança na direção de cliticização, e (iv) desaparecimento de *o*.

Castilho (2010, p. 304) Também faz menção à ocorrência de *ele* como objeto direto no português arcaico, conforme estudos diacrônicos e consoante já observara Rui Barbosa no século XIX.

A explicação estrutural tem o mérito de, com base em uma mesma matriz – a direção da cliticização –, apontar as diferenças que vieram a se consolidar tanto no Brasil, quanto em Portugal, fazendo com que, além-mar, devido à direção enclítica, ocorresse a plena manutenção do clítico *o*, ao passo que, no Brasil, devido à direção proclítica, ocorresse o desaparecimento do clítico *o*. Na falta desse clítico para a expressão do objeto direto, outras estratégias vieram a se constituir, entre elas a ocorrência de *ele* como objeto direto, a categoria vazia e o sintagma nominal anafórico.

Contudo, a constatação de que o emprego de *ele*, como objeto direto, é sintaxe antiga na língua também teria o condão de explicar, diacronicamente, o progressivo afastamento do clítico *o* para a mesma função,

Independentemente de se decidir pela explicação estrutural ou diacrônica, importa evidenciar dois fatos apontados pelos estudos linguísticos: em primeiro lugar, a baixa frequência, na fala, dos clíticos *o*, *aos*, *as*, para a expressão do objeto direto. Em segundo lugar, a necessidade de exprimir o objeto direto, que se resolve, entre outras possibilidades, com o emprego de *ele*, sintaxe já existente na língua.

Em suma, poder-se-ia dizer, conjugando as duas linhas de pesquisa, que o emprego de *ele* como objeto direto, longe de constituir um mero erro, resulta da combinação de fatores históricos – a existência da sintaxe no português arcaico – e de fatores estruturais do sistema linguístico do português brasileiro – a direção da cliticização para a próclise acarretando a perda dos clíticos *o*, *a*, *os*, *as*. Tais clíticos, observa também Castilho (2010, p. 304), têm sobrevivido unicamente devido à ação da escola, razão pela qual se observam com mais frequência na língua escrita.

Contudo, mesmo com a ação da escola, os clíticos *o*, *as*, *os*, *as* não se impõem na fala. Pelo contrário, Castilho (2010, p. 208) observa que, na fala culta espontânea, é comum dizer-se *eu vi ele* nas mesmas proporções da fala popular. Como se poderia explicar tal fenômeno? Segundo Castilho (2010, p. 303), com base no já citado estudo de Duarte, os falantes

consideram pedante o emprego dos clíticos *o, a, os, as* nas situações informais, porém estigmatizam o emprego do pronome *ele* nas situações formais. A solução mais eficaz, então, parece ser ou a repetição do objeto direto ou, o que é predominante, o não preenchimento do objeto direto. Não querendo passar por pedante, nem querendo ser estigmatizado por empregar o pronome *ele* como objeto, o falante escolhe intuitivamente não retomar o objeto, deixando vazia esta função sintática. Contudo, na medida em que se passa de situações de maior formalidade para as de menor formalidade, haveria menos estigmatização para o emprego de *ele* como objeto direto, razão pela qual ocorre um incremento em sua frequência, chegando-se aos mesmos níveis da fala popular.

Macedo (2007, p. 59) chama a atenção para o fato de que:

Tudo indica que os falantes possuem um repertório linguístico que pode variar dependendo de onde se encontram e com quem fala. Em ambientes mais descontraídos, entre pessoas com quem se tem maior intimidade ou quando não informais. Esses mesmos falantes, em ambientes de maior formalidade, entre pessoas que não conhecem, entre pessoas de posição hierárquica diferente, ou em situações em que estão autoconscientes quanto à linguagem, são capazes de adaptar sua maneira de falar e usar com frequência as variantes de prestígio, segundo as normas.

As pessoas, portanto, não fazem uso do mesmo repertório linguístico, independentemente da situação, mas procedem a ajustes estilísticos conforme se passe dos estilos mais monitorados aos menos monitorados e vice-versa. Essa variação, no eixo da monitoração estilística (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62-63), explica porque os falantes, ainda que conheçam os clíticos e os empreguem na escrita formal, tendem a não usá-los em sua fala quotidiana. Neste ponto, deve-se observar uma das mais frequentes inadequações da visão que aqui se denominou *norma curta*: considerar que as prescrições da norma gramatical são impositivas para todas as situações. Tal consideração esbarra na realidade empírica, por duas razões básicas, que serão discutidas abaixo.

Em primeiro lugar, como lembra o próprio Bechara (2009, p. 52 ), já referido no capítulo anterior, a gramática normativa tem como finalidade “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social”(grifo nosso). A *norma curta*, contudo, não faz essa distinção.

Em segundo lugar, as interações linguísticas não obedecem somente a imperativos gramaticais, mas a imperativos sociais e, neste caso, aplica-se, com particular propriedade, o conceito de adequação, de Hymes. Para esse autor, um enunciado pode ser gramaticalmente

perfeito, mas pode não ser adequado a uma situação. O emprego do clítico *o*, num contexto informal, por exemplo, é tido como pedante. Devido a esta norma social – não se deve ser pedante nas inter-relações pessoais – o falante, ainda que domine perfeitamente o emprego dos clíticos na linguagem escrita formal, tende a evitá-los na sua interação quotidiana. Inversamente, o emprego de *ele*, estigmatizado em situações formais, tende a ser empregado com maior liberdade, conforme evidencia a observação de Castilho, quanto ao fato de a fala culta espontânea empregar *eu vi ele* nas mesmas proporções da fala popular.

Este fenômeno pode ser explicado pelo conceito de convergência de fala, proveniente da teoria da acomodação, da Psicologia Social. Os falantes tendem a adotar os comportamentos, atitudes e valores do grupo com que se identificam e, nesta estratégia de aceitação social, o comportamento linguístico, como parte do comportamento mais geral, também se submete a essa tendência. Como, no plano empírico, as pessoas não empregam os clíticos na função de objeto direto, nas interações quotidianas, familiares e informais, os falantes, quando interagem com tais pessoas e em tais situações, tendem a não empregá-los, salvo se quiserem marcar uma diferença, um distanciamento do interlocutor. Coerentemente com a mesma estratégia de convergência de fala, nos textos escritos formais ou em situações de fala mais formais, o falante emprega os clíticos, quando os conhece e domine, evidentemente.

Embora seja comum os gramáticos normativos falarem em vício de linguagem, é preciso enfatizar que o emprego de *o* por *ele* e vice-versa não caracteriza tal vício. Com efeito, pode-se argumentar que, em se tratando de vício de linguagem, a providência consistiria tão-somente em substituir o *ele*, que seria “incorreto”, pelo clítico *o*, que seria o “correto”, eliminando-se o problema. Contudo, como evidenciaram o estudo de Duarte e as observações sobre variação estilística e estratégias de convergência de fala, não se trata de usos intercambiáveis. Em uma novela, por exemplo, pode-se constatar que é corriqueiro o emprego de *ele* como objeto direto na fala das personagens, mas se fosse efetuada a troca pelos pronomes oblíquos *o*, *a*, *os*, *as*, a fala perderia muito da espontaneidade, porque as pessoas efetivamente não falam, em suas interações quotidianas, empregando tais clíticos. A “correção” transformaria a interação numa cena artificial e distante do interlocutor, com quem o canal de televisão pretende estabelecer uma convergência. Não se trata, pois, de “erro” pura e simplesmente, mas de variação estilística decorrente da maior ou menor formalidade, facilmente explicável pela variação em termos de *continuum*, tal como proposto por Bortoni-Ricardo (2004).

Observando a realidade empírica, o que há no português brasileiro, no tocante aos clíticos *o, a, os as* e ao pronome *ele* como objeto, é praticamente uma diglossia, ou seja, o emprego institucionalizado e demarcado de tais formas para funções previamente especificadas. Na escrita, especialmente a formal, e na fala cuidada, formal, tende-se a empregar os clíticos, enquanto, na fala cotidiana, informal, tende-se a empregar uma das três estratégias acima apontadas: o emprego de *ele*, a repetição do objeto ou a categoria vazia.

Contudo, a visão normativista, ignorando os estudos linguísticos sobre o emprego de *ele* como objeto direto, não reconhece a legitimidade de seu emprego nem mesmo em registros específicos, por exemplo, os mais informais, quotidianos, familiares. O que se observa, ao revés, é a tentativa de, contra hábitos seculares dos brasileiros, prescrever o emprego dos clíticos em todos os registros. Como nas seções e capítulos anteriores, observa-se, claramente, a um só tempo, a idealização da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, calcada em padrões de uso adventícios, e o concomitante silenciamento da realidade histórica e linguística da *norma culta/comum/standard* brasileira.

### 5.5 A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A PRÓCLISE NO INÍCIO DE PERÍODOS

Na 10ª edição de seu livro, no tocante à proibição de iniciar frases com pronome oblíquo, Ramos se manifesta em duas ocasiões:

Me disseram que ele vai chegar.  
Mas, falando errado, ele não chegará. E sabe por quê?  
Porque não se inicia frase com pronome oblíquo (RAMOS, 2014, p. 134).

Porque é proibido começar frase com pronome oblíquo.  
O certo é: disseram-me; Entregaram-me; Emprésteme.  
Comece a falar bonito em casa e, com certeza, você se tornará elegante em qualquer lugar (RAMOS, 2014, p. 169)

No capítulo 4, discutiu-se esta lição no que concerne à inviabilidade de sua aplicação a todos os registros, dada a absoluta predominância da próclise em início de frases, em contextos informais, cotidianos, familiares, etc. Uma visão empírica da língua mostra que, na língua falada, a regra é exatamente inversa, e, dificilmente, algum falante empregaria a ênclise em seu domínio familiar, fato reconhecido, inclusive, pelos gramáticos normativos. Não se retomará tal discussão. Neste capítulo, o que se fará é uma breve referência às raízes históricas da próclise, com o fito de evidenciar a consistência histórica e linguística desse fenômeno, que, longe de constituir “erro”, constitui uma permanência do português trazido para o Brasil.

Castilho (2010, p. 484) observa que, quando se compara, atualmente, o português europeu e o português brasileiro, constata-se que o primeiro é predominantemente enclítico, ao passo que o segundo é eminentemente proclítico.

Perini (2010, p. 119), por sua vez, assevera que:

No PB [português brasileiro] a regra de posicionamento do pronome oblíquo é muito simples:

O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração.

Por exemplo:

[37] Me empresta esse livro, por favor

[38] Ele nos levou até o aeroporto.

[39] O médico me receitou esses comprimidos.

Perini ainda chama a atenção para o fato de que a referência ao verbo principal implica que, nas perífrases verbais, o oblíquo se coloca depois do auxiliar, como se verifica nas frases a seguir: “*Meu filho tem se sentido mal*” e “*Papai vai nos levar no aeroporto*”.

Bagno (2011, p. 761), após citar Perini, invoca Galves e Abaurre, para concluir que “no PB [português brasileiro], a regra geral é a próclise”.

Nesta matéria, mais uma vez retorna o problema do vício de origem da instituição, no Brasil, da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, uma vez que as regras de colocação pronominal levam em conta os hábitos de fala dos portugueses, deixando de lado os seculares hábitos de fala dos brasileiros.

Interessante observar que a colocação proclítica parece ter sido legada pelos próprios portugueses. Castilho (2010, p. 484), fazendo referência a estudo de Salvi, baseado em textos escritos do século XIII a XX, observa que a colocação dos clíticos sofreu variação ao longo desse período, conforme se pode verificar na tabela abaixo, transcrita de Castilho (idem, ibidem):

**Quadro 16** - Colocação dos clíticos no português europeu segundo Salvi (1990)

	1267- 1348	1425- 1450	1510- 1520	1550- 1600	1655	1727	1746	1846	1878
Próclise	29%	50%	61%	100%	57%	81%	49%	10%	5%
Ênclise	71%	50%	39%	0%	43%	19%	51%	90%	95%

O quadro acima mostra que, no século XVI, período em foi descoberto o Brasil, a colocação dos clíticos no português europeu era essencialmente proclítica, o que leva à conclusão de que a colocação proclítica foi legado dos próprios portugueses. Posteriormente, em Portugal, houve um paulatino abandono da próclise e um crescente predomínio da colocação enclítica, característica do português europeu atual.

Castilho também menciona estudo de Pagotto, baseado em documentos dos séculos XVI a XX, que mostra como se deu a colocação dos clíticos no Brasil, vide tabela abaixo transcrita de Castilho (2010, p. 485):

**Quadro 17** - Colocação dos clíticos no português brasileiro segundo Pagotto

	1530-1550	1551-1599	1600-1650	1650-1699	1700-1750	1751-1799	1800-1850	1900-1950	1951-1992
Próclise	83%	84%	92%	88%	85%	85%	89%	55%	46%
Ênclise	17%	16%	8%	12%	15%	15%	11%	45%	54%

A tabela acima mostra que, nos textos escritos, predominou a próclise até o século XIX, notando-se um incremento da posição enclítica ao longo do século XX, o que talvez se deva à influência da gramática tradicional, secularmente apegada ao dogma da colocação enclítica como regra canônica.

Se, na escrita, ao longo do século XX, a ênclise está rivalizando com a próclise, na fala, a predominância é exclusiva da próclise. Bagno (2011, p.762) observa que, “no *corpus* do NURC-Brasil, das 160 ocorrências do clítico *me*, somente 5 não estão em próclise ao verbo principal – em outras palavras, a próclise se deu em 97% das ocorrências”.

Os estudos baseados na realidade empírica mostram, portanto, que, no português falado no Brasil, a próclise é praticamente soberana, ao passo que, no português escrito, a ênclise disputa a primazia com a próclise. Dentro desse quadro geral, observa-se, portanto, que as regras que regem a *norma culta/comum/standard*, no que toca ao início de períodos com pronome oblíquo, são distintas das regras que regem a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*. A norma curta, desprezando a realidade empírica desse fato, pretende fazer crer que a única regra que existe é a preceituada pela segunda.

Vale, aqui, tudo o que foi dito para o emprego de *ele* como objeto direto. A estratégia da convergência de fala e o critério da adequação tornam virtualmente inexecutável o emprego da ênclise nas interações quotidianas. Perini (2010, p. 19), em palavras lapidares, resume a verdade dos fatos, deixando entrever, em sua argumentação, a estratégia da convergência e o critério da adequação que norteiam as interações verbais na vida real:

A língua que falamos (nós todos, operários, professores, mecânicos, médicos e manicures ) é bastante diferente da língua que escrevemos (isto é, aqueles dentre nós que têm a formação necessária para a tarefa de escrever). Assim, na cantina dizemos *me dá um quibe aí*, mas na língua escrita isso seria *dê-me um quibe*. Note-se que se trata de duas formas de expressão igualmente adequadas, cada qual no seu contexto. Seria bastante estranho chegarmos na cantina e dizermos *dê-me um quibe* – o falante ia parecer pedante, até mesmo antipático (‘quem esse cara tá pensando que é?’). Uns momentos de reflexão devem deixar bem claro que as duas variedades existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português padrão escrito, pede-se um quibe em português falado. A esse

português falado se dá em geral a designação de **português falado do Brasil**(PERINI, 2010, p. 19).

Como já se disse em outras partes deste trabalho, a concepção que se denominou *norma curta* tende a ignorar o fato de que diferentes contextos exigirão diferentes regras. Contudo, mesmo Ramos não consegue escapar à exigência de diferentes regras em diferentes contextos, o que se pode evidenciar com base em uma lição inserta na 7ª edição de seu livro *Não morda a língua portuguesa*. Embora esta lição não conste mais nas duas últimas edições, é bastante ilustrativa da força da próclise na vida social.

Com efeito, ao comentar a vinheta da TV Globo – Se liga na Globo –, Ramos assim se manifesta na sétima edição do seu livro ( o grifo é nosso):

Não obstante a boa qualidade de programação da emissora, esse convite é um **insulto à inteligência** do telespectador.

Ainda que seja prática de muita gente graúda da nossa imprensa iniciar oração com pronomes oblíquos – para citar expressões de impacto –, esse artificialismo, na linguagem escorreita, deve ser rejeitado com veemência.

Ligue-se na globo (sic). (é o correto) (RAMOS, 2005, p. 73)

Embora se faça imperiosa a ressalva de que tal lição não consta mais em suas duas últimas edições do livro *Não morda a língua portuguesa*, talvez poucas passagens pudessem resumir, na prática, o conceito de *norma curta* como a reproduzida acima. Partindo da prescrição gramatical que assevera não se poder iniciar oração com pronomes oblíquos, a lição fecha os olhos para a secular realidade linguística vigente na fala dos brasileiros e para as próprias observações dos gramáticos normativos. Contudo, a se concordar com a autora, e deixemos claro que não concordamos, teria havido também um “insulto à inteligência” na designação do nome de seu programa radiofônico na FM Sergipe, intitulado, nada mais, nada menos, “Se ligue na língua”!

Em verdade, não há insulto à inteligência do telespectador nem do ouvinte, mas, pelo contrário, emprego inteligente das possibilidades previstas na língua. Como dito acima, ao se tratar do *ele* como objeto direto, em um ato comunicativo, não estão em jogo somente regras gramaticais, mas também estratégias de convergência com o interlocutor e adequação à situação comunicativa. O que orientou a vinheta da rede Globo, assim como a denominação do programa “Se ligue na língua”, foi a estratégia comunicativa de convergência com o telespectador e ouvinte, buscando exatamente evitar o artificialismo da ênclise. Quando a Globo e as emissoras de rádio se dirigem à audiência com a colocação proclítica, elas estão recorrendo à regra amplamente vigente na *norma culta/comum/standard*, à regra essencialmente proclítica que rege o português falado no Brasil.

Evidentemente, em se tratando de uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado, um discurso solene, seria inadequado empregar-se tal regra. Seria, então, o caso de empregar a regra vigente na *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, ou seja, a ênclise. Não há, pois, erro em empregar-se a próclise em início de oração. O que há é adequação ou inadequação à situação de comunicação. Em contextos em que se exige socialmente a *norma-padrão*, emprega-se a ênclise. Em contextos em que ela não é socialmente exigida, emprega-se a próclise. De fato, a regra da adequação é tão imperativa, que a própria professora, a despeito de sua desabrida recriminação contra o emprego da próclise no início de oração, não a impugnou em seu programa. No que agiu com grande inteligência. Afinal, como já ensinou Bechara(2009, p. 38), o cidadão deve ser um poliglota em sua própria língua e conhecer qual variedade empregar de acordo com a situação em que se encontra. Foi exatamente o que fez a professora em relação ao nome de seu programa “Se ligue na língua”.

Pode-se dizer, no tocante à colocação proclítica em início de frases, que, ao menos neste caso, o silenciamento da realidade histórica e linguística da *norma culta/comum/standard* brasileira, se existe no nível teórico, não há como ser levado a efeito na prática.

## 5.6 REGÊNCIAS VERBAIS IMPUGNADAS: MAIS UMA VEZ O SILENCIAMENTO DA DIFERENÇA

As gramáticas normativas comumente trazem uma lista de verbos com suas regências, normalmente verbos que possuem mais de uma regência, com ou sem mudança de sentido. Trazem também uma lista de verbos para os quais preconizam as regências ditas “corretas”, visando a distingui-las das regências “incorretas”. O quadro abaixo, baseado em Bagno (2011, p. 537-538), elenca alguns dos verbos mais comumente trazidos pelas gramáticas normativas, com suas regências tradicionais, reconhecidas, e as regências contemporâneas, impugnadas pela tradição gramatical:

**Quadro 18** – Regências tradicionais e regências inovadoras e rejeitadas

VERBO	REGÊNCIA TRADICIONAL	REGÊNCIA REJEITADA
Agradar	Agradar alguém ('fazer carinho'); agradar <b>a</b> alguém ('satisfazer')	Agradar alguém
Agradecer	agradecer <b>a</b> alguém	Agradecer alguém
Aspirar	Aspirar algo ('inalar'); aspirar <b>a</b> algo ('almejar, desejar')	aspirar algo ('almejar, desejar'/'inalar')
Assistir	assistir <b>a</b> algo ('presenciar')	assistir algo ('presenciar')
Chegar	Chegar <b>a</b> algum lugar	Chegar <b>em</b> algum lugar
Custar	Custar+(pronomes oblíquos) + infinitivo	Alguém custa <b>a</b> + infinitivo



Desobedecer	Desobedecer <b>a</b> algo/alguém	Desobedecer algo/alguém
Esquecer	Esquecer algo/alguém; esquecer-se de algo/alguém	Esquecer <b>de</b> algo/alguém
Implicar	Implicar algo ('resultar')	Implicar <b>em</b> algo ('resultar')
Ir	Ir <b>a</b> algum lugar [-permanência]; Ir <b>para</b> algum lugar [+permanência]	Ir <b>em, para, a</b> algum lugar [+permanência; -permanência]
Lembrar	Lembrar algo/alguém; Lembrar-se <b>de</b> algo/alguém	Lembrar <b>de</b> algo/alguém
Namorar	Namorar alguém	Namorar <b>com</b> alguém
Obedecer	Obedecer <b>a</b> algo/alguém	Obedecer algo/alguém
Pagar	Pagar <b>a</b> alguém	Pagar alguém
Pedir	Pedir <b>a</b> alguém que + subjuntivo	Pedir a alguém <b>para</b> + infinitivo; pedir <b>a</b> alguém <b>para que</b> + subjuntivo
Perdoar	Perdoar <b>a</b> alguém	Perdoar alguém
Pisar	Pisar algo	Pisar <b>em</b> algo
Preferir	Preferir algo1 <b>a</b> algo2	Preferir algo1 [mais] do que algo2
Vir	Vir <b>a</b> algum lugar	Vir <b>em</b> algum lugar
Visar	Visar algo ('mirar, apontar'); visar <b>a</b> algo ('ter por objetivo')	Visar algo ('mirar, apontar, ter como objetivo')

O fato de as regências indicadas no quadro acima como inovadoras serem continuamente impugnadas nas gramáticas normativas já indica, por si só, que se trata de fenômenos usuais, comuns, habituais, corriqueiros, enfim, normais, no sentido coseriano.

Pode-se, também, lembrar o caráter secular de alguma dessas regências, relembando o discurso proferido por Silva Ramos (apud PINTO, 1978, p. 445) no Colégio de D. Pedro, em 1918, em que ele faz referência às regências comuns entre alunos brasileiros, tais como *assistiram festas, responderam cartas, obedeceram ordens, perdoaram dívidas*, ou as considerações de Alencar (apud Pinto, 1978, p. 124-5) ao emprego da preposição *em* com verbos de movimento. Trata-se, portanto, de fenômenos não somente corriqueiros, comuns, mas consolidados.

Por fim, um terceiro aspecto que convém trazer à discussão é o fato de que tais regências não se restringem somente à língua coloquial, informal, como podem fazer crer algumas lições, em relação a alguns casos. Cunha & Cintra (2008, p. 534, 539, 545), por exemplo, fazem referência ao fato de que o verbo *assistir*, no sentido de 'ver, presenciar', se constrói com objeto direto na linguagem coloquial, assinalando que se dá o mesmo fenômeno com as construções *esquecer de algo/alguém* e *lembrar de algo/alguém*. Cegalla (2008, p. 504) registra que a construção *pagar alguém* é empregada na linguagem informal. Bechara, (2007, p. 14) se refere à regência *implicar em* como própria do registro informal da língua e a construção *namorar com* como coloquial. Contudo, tais fatos não se restringem à esfera coloquial, informal ou familiar. Mesmo no plano normativo, é possível constatar ali e acolá o

reconhecimento do fato. Com relação ao verbo *implicar*, por exemplo, Rocha Lima (2013, p. 524) já observava, em sua gramática, que “está ganhando foros de cidade na língua culta a sintaxe *implicar em*”. Cegalla (2008, p. 503) observa que “autores modernos constroem o verbo obedecer como objeto direto”. No tocante a *assistir*, no sentido de ‘ver, presenciar’, Cunha & Cintra (2008, p. 534) também observam que escritores modernos têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada”, anotando o mesmo fato para a construção *esquecer de algo/alguém*, que se insinua na linguagem literária.

No tocante aos verbos listados no quadro 18, Luft (2010) registra o emprego generalizado das regências inovadoras no Brasil e, com exceção das construções *agradacer alguém* e *vir em algum lugar*, arrola exemplos literários ou relaciona escritores que empregaram as regências condenadas, conforme discriminado no quadro 19 abaixo:

**QUADRO 19** – Autores que empregaram as regências condenadas

Regência Rejeitada	Autores que empregaram a regência condenada, cf. Luft (2010)	Exemplo
Agradar (satisfazer) - (TD)	Vieira, Bernardes, Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Nélida Piñon, Clarice Lispector.	<i>Fez o possível para agradá-la</i> (José Lins do Rego).
Aspirar (ter por objetivo) - TD	Gilberto Amado, Plínio Salgado, Vianna Moog, José Lins do Rego, Darcy Ribeiro.	<i>Um estreante não tinha o direito de aspirar nada melhor</i> (Vianna Moog).
Assistir (presenciar) - TD	Menciona a tendência ao acolhimento na língua literária e registra a manifestação de Celso Cunha de que escritores modernos têm dado acolhida à regência condenada.	Não consigna
Chegar em	José de Alencar, Euclides da Cunha, Taunay, Vicente de Carvalho, Lopes Neto, Humberto de Campos, Amando Fontes, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego.	<i>Quando ela chegou na porta da cozinha...</i> (Alencar).
Custar (Custo a acreditar)	José de Alencar, Clarice Lispector.	<i>"Custas a vir e, quando vens, não te demoras"</i> (Cecília Meireles).
Desobedecer (TD)	Menotti del Picchia, Lúcio Cardoso. Ocorria no português antigo e clássico.	<i>...Desobedecer Salomé</i> (Menotti del Picchia).
Esquecer de algo ou de alguém	Érico Veríssimo, Mário de Andrade, Jorge Amado, José Lins do Rego, Clarice Lispector.	<i>la esquecendo de fazer uma confidência importante</i> (Érico Veríssimo).
Implicar em	Menciona que se trata de inovação plenamente consagrada, admitida até pela Gramática Normativa, citando o seu acolhimento por Rocha Lima.	<i>Tal procedimento implica desdouro (ou em desdouro) para você</i> (Rocha Lima).
Ir em	Menciona o uso literário, citando estudos de Antenor Nascentes, Luiz Carlos Lessa e Raimundo Barbadinho Neto. Cita exemplo de Mário de Andrade.	<i>Os portugueses dizem ir à cidade. Os brasileiros: na cidade. Eu sou brasileiro</i> (Mário de Andrade).
Lembrar de algo ou de alguém	José Lins do Rego, Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca.	<i>Lembro de todos, amo todos</i> (Lygia Fagundes Telles).
Namorar com	José Lins do Rego, Bernardo Élis.	<i>E o Dr. Carmo, namorando agora com aquela sem-vergonha</i> (José Lins do Rego).

Obedecer (TD)	Vieira, Euclides da Cunha, Clarice Lispector, Menotti del Picchia, Lúcio Cardoso, Nélida Piñon, Autran Dourado, Marina Colasanti.	<i>Nem a Deus se podem perguntar os porquês: obedecê-los sim, muda e cegamente (Vieira).</i>
Pagar alguém	Rachel de Queiroz, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, José Lins do Rego.	<i>Canários não pagam criados (Machado).</i>
Pedir a alguém para	Herculano, Garret, Machado, José Lins do Rego, Dinah Silveira de Queiroz, Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa, Tasso da Silveira, Jorge Amado, José Cândido de Carvalho.	Não consigna.
Perdoar alguém	Josué Montello, Amando Fontes, Olavo Pereira, José Geraldo Vieira, Ricardo Ramos, Adonias Filho, Lygia Fagundes Telles, Dinah Silveira de Queiroz, José Lins do Rego, Drummond, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Vianna Moog, Clarice Lispector, Lúcio Cardoso, Nélida Piñon, Darcy Ribeiro.	<i>Levemente o perdoa (Camões); Perdoei-o (Machado).</i>
Pisar em	Gregório de Matos, Vieira, Castilho, Camilo e Rebelo da Silva	<i>...pode saber em que terreno pisa (Machado).</i>
Preferir antes ou preferir isto do que aquilo	Oswald de Andrade, Cecília Meireles, Mário de Andrade. Também ocorria nos clássicos (Bernardes, Garret, Camilo).	<i>...mais prefiro escutar-te (Cecília Meireles).</i>
Visar (ter por objetivo) - TD	Aluísio Azevedo, Mário de Andrade, Érico Veríssimo.	<i>Aquilo não visava outro interesse (Aluísio Azevedo).</i>

Por outro lado, o estudo de Neves (2003), analisando um *corpus* de oitenta milhões de ocorrências do português escrito contemporâneo do Brasil, baseado em textos dos tipos romanesco, oratório, técnico-científico, jornalístico e dramático, identificou o uso costumeiro, usual, comum, corrente de todas as regências rejeitadas do quadro acima.<sup>36</sup>

Vê-se, portanto, que tais regências rejeitadas possuem grande vitalidade, uma vez que, a despeito da disciplina gramatical, algumas já possuem caráter secular e, frise-se, persistem na língua escrita contemporânea. São fenômenos profundamente arraigados e característicos no português praticado no Brasil, típicos do que se chamou, neste estudo, de *norma culta/comum/standard*. Não configuram, em vista das lições das gramáticas normativas, fenômenos acolhidos pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, mas efetivamente configuram características da *norma culta/urbana/standard*, típica dos falantes que se distribuem ao longo do polo urbano, letrado, mesmo em contextos de maior monitoração estilística.

Embora seja comum mencionar as regências acolhidas pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica* como próprias da “norma culta”, há de se diferenciar as duas normas. A confusão entre a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* e a *norma culta/comum/standard*, objeto da crítica de Faraco (2008) e Bagno (2011, p. 533), é tão

<sup>36</sup> Excetua-se a regência *vir em*, que não é arrolada no trabalho.

comum que pode ser vista até no próprio dicionário Houaiss, ao comentar o uso do verbo *preferir*:

O uso, embora frequente no Brasil, de *preferir* seguido de *do que* (provavelmente por influência da construção comparativa *mais... (do) que* [*gosto mais deste do que daquele; prefiro este do que aquele*]) não é aceito pela norma culta da língua, embora se abone em escritores como Mário de Andrade, Cecília Meireles e Oswald de Andrade e mesmo em clássicos como Manuel Bernardes, Garret e Camilo, como o registra Antenor Nascentes em *O Problema da Regência*, 3ª ed., 1967. O mesmo quanto a *preferir antes*, construção de expressividade pleonástica, mas que se abona em Camilo, Eça de Queirós, Euclides da Cunha etc. (HOUAISS, 2001, p. 2284)

Consoante a distinção metodológica feita no capítulo 2, pode-se afirmar que a regência *preferir isto a aquilo* é preconizada pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, ao passo que a regência *preferir isto do que aquilo* e *prefiro antes* é típica da *norma culta/comum/standard*, uma vez que é usual, costumeira, corrente na fala e escrita de falantes urbanos, letrados, mesmo em situação de elevada monitoração estilística, como se pode constatar, aliás, no próprio Houaiss, quando faz referência à sua abonação em autores como Mário de Andrade, Cecília Meireles e Oswald de Andrade, sem falar nos autores clássicos portugueses, Camilo e Eça de Queirós. O que Houaiss chama de *norma culta* da língua é, na verdade, a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

A diferença entre o uso culto da língua e a sua *norma-padrão/gramatical/pedagógica* não deveria, em teoria, levantar maiores problemas, uma vez que a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* tende, com o passar do tempo, por conta do caráter intrinsecamente mutável das línguas naturais, a se diferenciar da *norma-culta/comum/standard*, que reflete o uso real da língua pelos falantes urbanos, letrados, em situações de monitoração estilística. Ora, se no caso do português no Brasil, a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* já era bastante diferenciada do seu uso real pelas pessoas cultas, ou seja, se já era bastante distinta da nossa *norma culta/comum/standard*, é evidente que tais diferenças tendem a se acentuar. Diferenciar entre uma *norma-padrão*, modelar, exemplar, no dizer de Bechara, e uma norma culta real, demonstrável empiricamente em textos falados e escritos, não deveria, em tese, trazer maiores dificuldades.

O problema é que a visão subjacente à concepção de *norma curta* parte do princípio de que são “erros” todas as divergências em relação à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, ainda que digam respeito a formas, estruturas e construções regulares, sistemáticas, seculares, e empregadas pelos falantes cultos da língua, inclusive em textos escritos, em gêneros de elevada monitoração estilística. A redução da língua portuguesa à *norma-*

*padrão/gramatical/pedagógica* termina por interditar a percepção da realidade plural, multifacetada, da língua portuguesa no Brasil.

Do ponto de vista estritamente linguístico, descritivo, o que há são variáveis (a regência de cada um dos verbos) e duas (ou mais) variantes para expressar a mesma relação entre o verbo e seu complemento: uma, tradicional, e a outra, inovadora. Trata-se de uma evidente tendência de mudança em curso na língua, em que duas variantes disputam a primazia, o que pode levar à substituição da forma tradicional pela forma inovadora, ao desaparecimento desta última, ou à variação estável entre as duas variantes.

A proscrição pura e simples da forma inovadora pelas gramáticas normativas também interdita a apreensão do fato de que as regências verbais podem mudar ao longo da história da língua. Bagno (2011, p. 521) discute o fenômeno da mudança das regências verbais, relacionando diversos verbos que sofreram alteração ao longo da história da língua portuguesa. Observa o autor que as antigas regências indiretas dos verbos *desejar*, *merecer*, *jurar*, *dever* (*desejar de comprar*, *merecer de ser nomeado*, *jurar de obedecer*, *dever de fazer*) foram substituídas pelas suas atuais regências diretas (*desejar comprar*, *merecer ser nomeado*, *jurar obedecer e dever fazer*). Como a variante inovadora substituiu completamente a variante tradicional, ou seja, como a mudança já foi implementada, não se discute, nesses casos, o fato, comprovado historicamente, de que as regências verbais mudaram e de que podem mudar.

Segundo Bagno (2011, p. 519-520), “as regências verbais mudam com o tempo porque os falantes passam a interpretar de forma nova o significado dos verbos, atribuindo a eles novos sentidos, ou formando paralelismos sintáticos com verbos de significado semelhante.” Assim, pode-se explicar que o verbo *assistir*, no sentido de *ver*, *presenciar*, passa a ter uma regência direta pela analogia semântica com os dois últimos verbos. Da mesma forma, a analogia semântica com o verbo *resultar* ocasiona a regência indireta de *implicar*, usado comumente com a preposição *em*. O verbo *namorar*, por analogia semântica com *casar*, passa a ter regência indireta, do que resulta *namorar com*. O verbo *visar*, por analogia semântica com *pretender*, passa a ter a regência direta. Tem-se, pois, quatro verbos que, em razão da analogia semântica, passaram a ter regências inovadoras, distintas das regências tradicionais.

Cunha & Cintra (2008, p. 539-540) observam que a construção *esquecer de algo/alguém* resulta do cruzamento das construções *esquecer algo/alguém* e *esquecer-se de algo/alguém*, assim como a construção *lembrar de algo/alguém* resulta do cruzamento das construções *esquecer algo/alguém* e *esquecer-se de algo/alguém*.

Tais ponderações – analogias semânticas, cruzamentos sintáticos, emprego em textos escritos monitorados, empregos em textos literários modernos –, contudo, não são levadas em conta na discussão sobre a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, que, ao fim e ao cabo, reduz o fenômeno a uma questão de certo e errado, como se pode verificar em Ramos, em algumas lições extraídas de seu livro:

**Quadro 20 – Regências inovadoras em Ramos**

Regência Condenada	Lição em Ramos	Página
agradecer alguém	<i>Agradeço você pelo carinho que me fez.</i> Pois não é que ela agradeceu errado!	79
desagradar alguém	A notícia desagradou ao público, desagradou ao presidente, ao professor e por aí vai.	135
Agradar alguém ou algo	O filme agrada o público ou ao público? Não. Filme só pode agradar ao público.	135
assistir (ver) algo	Veja só. No Jornal Nacional, o repórter disse: Dentro de dois minutos assista Jornal Nacional. Fiquei perplexa!	327
preferir algo <sup>1</sup> do que algo <sup>2</sup>	O verbo preferir tem sofrido muitos maus tratos por causa dos desavisados da gramática.	230
obedecer algo/alguém	A classe obedeceu o professor ou ao professor? Obedecer e desobedecer constroem-se com a preposição a.	260
esquecer de	Você pode esquecer de alguém? Pode, mas para achá-lo, construa a frase certa: <i>Como pôde você se esquecer de mim?</i>	217
lembrar de	Lembrei-me de você quando fui a Paris. O me pede o de.	331
implicar (resultar) em	Implicar quando significa acarretar não suporta a preposição em	351
responder algo	<i>Ainda não respondi o questionário.</i> Não, está errado! O certo é dizer e escrever: - <i>Ainda não respondi ao questionário.</i>	80
pagar alguém	Pague a todos o que deve. Mas pague sem se esquecer da preposição a.	218

Nesta discussão, contudo, justiça deve ser feita a Ramos, uma vez que, nesta seara – a regência verbal –, não há diferença relevante entre a concepção normativista própria da *norma curta* e a visão, normalmente ponderada, de alguns gramáticos. Mesmo Bechara, invocado constantemente neste trabalho como exemplo de um gramático que procura levar em conta a complexa inter-relação entre a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* e a *norma culta/comum/standard*, não destoa da visão aqui denominada *norma curta* quando trata de regência verbal em sua gramática.

Destoam, contudo, dessa avaliação, as observações de Luft (2010), em seu *Dicionário prático de regência verbal*, na medida em que o autor sempre descreve as regências rejeitadas, explicando-lhes a origem, as influências sintáticas e semânticas, e ilustrando-as com exemplos colhidos na literatura.

À exceção de Luft, portanto, a designação de *norma curta* pode ser, até certo ponto, generalizada. Com efeito, em todos esses casos, trata-se de uma variável, a regência verbal, com duas variantes: uma, conservadora, tradicional, a outra, inovadora, ambas documentadas

nas variedades urbanas de prestígio e nos gêneros tradicionais monitorados, ou seja, ambas as variantes pertencentes à *norma culta/comum/standard*. A despeito de seu uso pelos falantes cultos da língua, comprovado no uso literário (LUFT, 2010) e em levantamentos empíricos em textos escritos (NEVES, 2003), nega-se o direito de cidadania na *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

No tocante às regências inovadoras, foi também possível identificar dois flagrantes de uso em Ramos, conforme excertos abaixo, um sintoma da amplitude que alcançam tais regências inovadoras:

Alguns políticos adoram inventar para desagradar a língua portuguesa (RAMOS, 2014, p. 128)

Ligo a TV e assisto a apresentadora dizer (RAMOS, 2014, p. 137).

A exemplo das seções anteriores, pode-se verificar, mais uma vez, a desconsideração da realidade linguística brasileira na apreciação de fenômenos típicos da língua, caracterizando o fato anotado por Azeredo (2008, p. 26):

Continuam a ser indevidamente estigmatizadas como ‘erros gramaticais’ muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português”.

## 5.7 CONCLUSÕES

Neste capítulo, abordaram-se quatro fenômenos linguísticos – o emprego de *ter* por *haver*, na apresentação de existência; a próclise em início de orações; o emprego de *ele* como objeto direto e as regências verbais inovadoras de alguns verbos. Todos esses fenômenos têm dois aspectos em comum: (i) são generalizados entre todos os brasileiros, independentemente de região e classe social, e (ii) não são acolhidos pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

Pode-se também dizer que tais fenômenos estão plenamente consolidados no português do Brasil. O *ter* existencial, a primazia da próclise e o emprego de *ele* em função acusativa remontam à época da colonização, já que trazidos pelos colonizadores portugueses, e persistem até hoje. A disciplina gramatical não conseguiu mais do que afastá-los dos gêneros escritos mais monitorados, fora dos quais imperam livremente. As regências inovadoras, por sua vez, trazem o testemunho de sua consolidação nas próprias lições normativas que, a despeito de condená-las, não conseguem impedir seu emprego nem mesmo em textos escritos monitorados, inclusive literários.

A esta altura, é inevitável a seguinte indagação: se são fenômenos linguísticos historicamente consolidados, linguisticamente estruturados, empregados por falantes de todas

as regiões e de todas as classes sociais, por que são impugnados? A resposta aponta para mais uma característica comum a todos eles: é que tais fenômenos não são característicos do português europeu. Trata-se, nada mais nada menos, da persistência do vício de origem da instituição da nossa *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, no século XIX: a tentativa de impor aos brasileiros usos lusitanos, hábitos linguísticos que não são efetivamente característicos dos falantes brasileiros do português.

Além da tentativa de imposição de usos lusitanos, pode-se perceber, também, a subsequente desqualificação da *norma culta/comum/standard* brasileira. Não se reconhece sequer a diferença entre uma *norma-padrão/gramatical/pedagógica* e uma *norma culta/comum/standard*. Apesar de os fenômenos abordados neste capítulo serem típicos, inclusive, das camadas escolarizadas urbanas, caracterizadores, portanto, de uma *norma culta/comum/standard*, o seu emprego é relegado ao domínio da informalidade e do coloquialismo, ainda que seu emprego esteja comprovado em textos escritos monitorados, inclusive literários, o que ocorre particularmente com as regências inovadoras.

Em sua *Gramática do português brasileiro*, Perini (2010, p. 19) espousa o ponto de vista de que não podemos escapar do fato de que o Brasil é marcado por uma dualidade linguística, que consiste em um português brasileiro falado, empregado pela totalidade dos brasileiros, e um português padrão, privilégio de uma minoria escolarizada, usado apenas em situações especiais relativamente raras, um texto para ser publicado, um discurso de formatura, etc. Perini argumenta sobre a eventual inconveniência dessa dualidade em um mesmo país, mas observa que, a serem observados os fatos, “as duas variedades existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português padrão escrito, pede-se um quibe em português falado (PERINI, 2010, p. 19).”

Percebe-se que Perini não questiona o português padrão, o fato de que a sua instituição entre nós se deu com a exclusão de características linguísticas brasileiras. Contudo, reconhece a diferença entre duas variedades: o português falado e o português padrão, cada uma com regras próprias e com seu próprio domínio. Embora se possa questionar essa divisão absoluta entre a língua falada e a língua escrita no Brasil, o fato é que se pode afirmar que Perini reconhece a legitimidade da diferença, na medida em que identifica domínios de usos diferenciados e não intercambiáveis para cada uma das variedades.

Não se pode dizer o mesmo da concepção aqui denominada *norma curta*. Nesta, não há lugar para mais do que uma norma: a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, o português padrão de que fala Perini. Todos os fenômenos linguísticos que não se enquadrem em suas regras são descartados como “errados”. Suas análises não evidenciam aspectos linguísticos



históricos, estruturais e semânticos para a permanência dos fenômenos condenados. Afinal, se são “erros”, sua explicação não os justificam. Quando muito, relegam-se tais fenômenos à condição de informais, coloquiais, familiares, domésticos, mas invariavelmente seguidos das expressões retificativas, implícitas ou explícitas: “em linguagem escoreita”, “em linguagem elegante”, “em boa linguagem”, etc.

A constatação, em Perini, de diferentes regras para o português falado e para o português padrão levou ao reconhecimento de duas variedades distintas do português no Brasil. A constatação da diferença conduziu, enfim, à sua legitimação. Na concepção denominada *norma curta*, ao contrário, a diferença é vista simplesmente como erro, sem regras subjacentes, sem condicionamentos históricos, linguísticos e sociais. Os falantes que divergem da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* são sistematicamente desqualificados. Na *norma curta*, não se põe a questão da legitimidade da diferença, pois o que está em jogo, na rejeição da variação ou na negativa da incorporação das variantes, é o silenciamento da diferença.

## 6 CONTRIBUTOÀ REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Bortoni-Ricardo (2005, p. 115) destaca, como premissas básicas da Sociolinguística, a heterogeneidade linguística inerente, o relativismo cultural e a relação dialética entre forma e função linguística. Com base na primeira premissa, postula-se que as línguas naturais são constituídas por um conjunto de variedades e que a heterogeneidade, longe de ser considerada um fenômeno excepcional, é assumida como a situação normal de qualquer língua natural. Com base na segunda premissa, pressupõe-se a equivalência estrutural entre as diversas línguas e entre as diversas variedades constituintes de uma língua, rejeitando-se a noção de línguas e culturas primitivas e também de variedades ou dialetos inadequados ou inferiores. A terceira premissa aponta para uma mudança de foco na análise linguística: em vez do foco na forma linguística isolada, o foco na forma linguística no contexto humano.

Não obstante a equivalência estrutural das variedades linguísticas, processos sócio-históricos específicos conduzem a uma hierarquização social dessas variedades, de forma que uma delas termina por impor-se como norma de referência, em relação à qual são avaliadas todas as demais. Por outro lado, apesar da terceira premissa, que enfatiza o contexto humano na abordagem dos fenômenos linguísticos, assume-se, neste trabalho, que a abordagem da constituição de uma rede hierárquica de avaliação das variedades linguísticas não será adequadamente descrita senão pela consideração de fatores macrossociais, socioestruturais, em razão do que se faz necessário recorrer à Sociologia da Linguagem, na medida em que esta disciplina, como observa Labov (1985, p. 183), trata dos “large-scale social factors, and their mutual interaction with languages and dialects”<sup>37</sup>. Para inserir a discussão em uma teoria social mais ampla, tomar-se-á como base o conceito de *língua legítima* de Bourdieu (1982) e o seu processo de constituição e reprodução. Este capítulo objetiva, assim, identificar as linhas gerais desse processo e suas implicações no processo de transmissão da *língua legítima*. Esboçadas essas linhas gerais, pretende-se identificar o lugar do livro *Não morda a língua portuguesanesse* aparato institucional e analisar as suas implicações sobre o processo de ensino-aprendizagem da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

O embasamento em Bourdieu deve-se fundamentalmente ao fato de suas análises se centrarem nas relações entre a linguagem e a estrutura social, o que atende ao objetivo de identificar os fatores institucionais de larga escala que interferem na instituição e reprodução

---

<sup>37</sup> “Fatores sociais de larga escala e sua mútua interação com línguas e dialetos” (tradução nossa).

de uma *norma-padrão*. Mas importa observar também que seus conceitos guardam correlação com aqueles oriundos da Sociolinguística. Com efeito, observa Soares (1991, p. 67) que os conceitos de *língua legítima*, *capital linguístico*, *mercado cultural* e *mercado linguístico* correspondem aos de *norma-padrão*, *competência*, *contexto cultural* e *contexto linguístico*. Embora haja uma mudança de foco, pode-se aproximar, conceitualmente, a abordagem da Sociologia da Linguagem de Bourdieu e os conceitos da Sociolinguística que norteiam a diretriz teórica deste trabalho, em particular a identificação entre a noção de *língua legítima* e *norma-padrão*.

Como ponto inicial da discussão, Bourdieu sustenta que a instituição de uma língua padrão está diretamente relacionada com a constituição dos Estados Centralizados. Nesse processo de unificação política é que se encontram as condições para a instituição e imposição de uma modalidade que se sobrepõe às demais variedades, a língua oficial, a *língua legítima*, entendida como a língua reconhecida como dominante pelo conjunto dos cidadãos submetidos à nação. A instituição da *língua legítima*, portanto, é o correlato linguístico do processo de centralização política. A *língua legítima* nasce, assim, de braços dados com o poder oficial, centralizado.

Mas não é somente na sua gênese que a língua oficial se reveste da autoridade do Estado. Ela passa a ser obrigatória nas ocasiões e nos espaços oficiais, na escola, na Administração Pública e nas instituições políticas, de modo que:

a ninguém é dado ignorar a lei linguística, que tem seu corpo de juristas, os gramáticos, e seus agentes de imposição e de controle, os professores, investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar a performance linguística dos sujeitos falantes (BOURDIEU, 1982, p. 27, tradução nossa).

Embora atribua à escola um importante papel para a elaboração, legitimação e imposição de língua oficial, Bourdieu salienta o papel determinante exercido pela relação dialética entre o mercado escolar e o mercado de trabalho. A escola institui títulos de valor nacional que independem das características sociais ou regionais de seus detentores, viabilizando o acesso não somente aos cargos públicos, decorrentes do desenvolvimento da administração e de seu corpo funcional, mas também aos melhores postos no mercado de trabalho em geral. Em suma, o acesso ao mercado de trabalho é facilitado pelo domínio da *língua legítima* que, por sua vez, é de uso obrigatório na escola e condição de acesso aos melhores postos do mercado de trabalho, de modo que se estabelece uma relação de interdependência em que o mercado escolar reforça o mercado de trabalho e vice-versa. Em

relação ao caso especificamente brasileiro, Faraco (2008, p. 125) chama a atenção para o fato de que os programas dos concursos tomam como referência a língua objeto de ensino nas escolas, que, por sua vez, consideram as exigências do mercado de trabalho para o ensino da língua legítima, criando um círculo vicioso em que “os concursos dão como justificativa de seus programas a programação escolar; e as escolas justificam sua programação pelos programas dos concursos”(FARACO, 2008, p. 125). Meyhoff (2006, p. 114), por sua vez, observa que:

government jobs usually pay reasonably well and are usually pretty steady, so as soon as knowing a language becomes a requirement for holding a government position, it is going to become reasonably desirable to a number of people<sup>38</sup>.

Como consequência dessa relação dialética entre o mercado de trabalho e o mercado escolar, instaura-se uma progressiva desvalorização das variedades distintas da modalidade padrão, que passa a ser a referência em relação à qual se avaliam todas as demais, na medida da maior ou menor distância que guardam em relação a ela.

Mas não somente a relação dialética entre o mercado de trabalho e o mercado escolar contribui para a valorização e reprodução da *língua legítima*. Bourdieu chama a atenção para a existência de um campo de produção linguístico, voltado para a definição do modo de expressão legítimo, das formas modelares que regem o “bom uso” da língua. Há toda uma “economia” das instituições de produção de bens culturais:

Il suffit de penser par exemple à l'*industrie culturelle* orientée vers la production de services et d'instruments de correction linguistique (avec, entre autres, l'édition de manuels, de grammaires, de dictionnaires, de 'guides de la correspondance', de 'recueils de discours modèles', de livres pour enfants, etc.) et aux milliers d'agents des secteurs public ou privé dont les intérêts matériels et symboliques les plus vitaux sont investis dans des jeux de concurrence qui les entraînent à contribuer, mais par surcroît, et souvent à leur insu, à la défense et à la illustration de la langue légitime (BOURDIEU, 1982, p. 51).<sup>39</sup>

Para os objetivos deste capítulo, importa salientar dois aspectos desse campo de produção, em conformidade com Bourdieu: em primeiro lugar, a existência desse campo de produção confere aos produtores não somente um poder sobre a língua, mas também sobre os seus usuários; em segundo lugar, a própria existência de um campo de produção em que se

---

<sup>38</sup>Empregos governamentais costumam pagar razoavelmente bem e são bastante estáveis, de forma que o conhecimento da língua torna-se um requisito para conseguir um emprego público, tornando-se desejável para um grande número de pessoas (tradução nossa).

<sup>39</sup> Basta pensar, por exemplo, na indústria cultural orientada para a produção de serviços e instrumentos de correção linguística (com, entre outros, a edição de manuais, de gramáticas, de dicionários, de 'guias de correspondência', de coleção de discursos modelares, livros para crianças, etc.) e aos milhares de agentes dos setores público ou privado, cujos interesses materiais e simbólicos mais vitais são investidos em jogos de concorrência que os levam a contribuir, involuntariamente, à defesa e à ilustração da língua legítima (tradução nossa).

luta pelo estabelecimento do modo de expressão legítimo contribui não somente para produzir a ideia de uma *língua legítima*, distante do uso comum, mas para reproduzir a crença em sua legitimidade, em seu reconhecimento.

A definição de um modo de expressão legítimo vai conferir ao seu detentor um poder simbólico. Bourdieu lembra que os atos de interação verbal nunca são trocas linguísticas de conteúdo meramente informativo, mas são também “relações de poder simbólico em que se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos (BOURDIEU, 1982, p.14). Os discursos, portanto, não se destinam apenas a serem compreendidos, mas também a serem avaliados como signos de distinção, riqueza e autoridade. Esse poder simbólico está diretamente associado ao domínio da *língua legítima*, de forma que os falantes de variedades distintas da modalidade padrão, como as modalidades populares e regionais, encontram-se desprovidos desse poder, tanto mais quanto suas variedades dela se afastem. Os usos populares, portanto, fora de seu contexto normal de utilização, sofrem uma desvalorização sistemática e seus falantes se veem reduzidos ao silêncio ou a uma avaliação social negativa por parte dos demais falantes, em particular nas situações oficiais e formais.

Todo este aparato institucional – a instauração de um poder centralizado e a imposição correlativa de uma língua suprarregional, a sua obrigatoriedade nas ocasiões e nos espaços oficiais, na escola, na Administração Pública e nas instituições políticas, a relação dialética entre o mercado escolar e o mercado de trabalho, a existência de um campo de produção linguístico voltado para a produção dos modos de expressão legítimos e o poder simbólico associado ao domínio da *língua legítima* – termina por criar uma hierarquia dos usos linguísticos, em que todas as práticas linguísticas se acham medidas, avaliadas, aferidas em relação às práticas legítimas, instituídas, legitimadas e reproduzidas pelos fatores de larga escala que Bourdieu traz à discussão.

Importante salientar, na formulação de Bourdieu, o fato de que há, nos Estados Centralizados, uma determinação socioestrutural que impõe a *língua legítima*, independentemente da ação individual de atores sociais. Um professor, ou uma escola, que pretendessem abolir as diferenças de avaliação social entre a *norma-padrão* e as variedades estigmatizadas não alterariam o fato de que, fora da escola, continuam a vigor as estruturas que determinam a supervalorização da *língua legítima*. De igual modo, um professor, ou escola, que viabilizassem apenas o ensino das variedades estigmatizadas, sob o pressuposto de que tais variedades são equivalentes do ponto de vista estrutural, criariam dificuldades aos próprios educandos, já que a sobredeterminação da *norma-padrão* continuaria a imperar na

vida social, porquanto permanecem intactas as relações de dominação econômica e social que regem os Estados Centralizados.

A existência de uma equivalência estrutural, do ponto de vista linguístico, associada a uma hierarquização funcional e social, acarreta, segundo Bourdieu, dois erros comuns na abordagem da *língua legítima*, decorrentes do escamoteamento dos fundamentos sociais dessa legitimação: de um lado, ocorre a absolutização inconsciente do que é relativo, a fetichização da *língua legítima*, considerando, como norma absoluta, aquilo que, objetivamente, é “uma construção intencional, cujo valor é determinado por condicionamentos sociais, políticos e ideológicos” (BEZERRA, 1985, p. 4). Do outro lado, o relativismo ingênuo, que ignora as determinações objetivas que hierarquizam social e funcionalmente a língua reconhecida como legítima não somente por seus detentores, mas também pelos que dela são desprovidos, ignorando o fato de que os falantes que não a dominam estarão excluídos dos espaços sociais em que ela é requerida ou, então, reduzidos ao silêncio.

O domínio da língua legítima aparece, portanto, como um importante instrumento de inserção social, uma vez que viabiliza o acesso ao mercado escolar, ao mercado de trabalho, ao mercado cultural, aos espaços sociais em que ela é requerida e assegura posições de poder simbólico nas interações sociais. Nesta conjuntura, a aquisição e a transmissão da língua legítima surgem como processos sociais fundamentais para todos os cidadãos se afirmarem socialmente.

Bourdieu argumenta que a *língua legítima* pode ser adquirida por familiarização, por meio da exposição mais ou menos prolongada a ela, ou pela inculcação de regras explícitas. Ao sistema escolar incumbe a tarefa da ação de inculcação durável da *língua legítima*, apoiada por um permanente trabalho de correção. Contudo, esse trabalho de inculcação não obtém o mesmo rendimento com todos os falantes. Na medida em que o sistema escolar emprega a *língua legítima*, os falantes dos estratos sociais favorecidos levam uma vantagem competitiva, porquanto suas práticas linguísticas estão mais próximas das práticas linguísticas legítimas, em contraposição às práticas linguísticas dos segmentos menos favorecidos socioeconomicamente. A aquisição por familiarização, portanto, representa uma vantagem, já que os segmentos menos favorecidos socialmente não possuem esse domínio prático, acarretando um menor rendimento ou um fracasso neste processo:

L'effet cumulé d'un faible capital culturel et de la faible propension à l'augmenter par l'investissement scolaire que en est corrélatif voue les classes les plus démunies aux sanctions négatives du marché scolaire, c'est-à-dire à l'élimination ou

à l'auto-élimination précoce qu'entraîne une faible réussite (BOURDIEU, 1982, p. 53-54)<sup>40</sup>

O processo de universalização do ensino, com a incorporação das camadas populares visando à igualdade social, decorrente do avanço dos ideais democrático-liberais no mundo ocidental, trouxe à baila a problemática da relação entre origem social e fracasso escolar. Afinal, quais as razões para que o fracasso escolar se concentre maciçamente nos alunos provenientes dos segmentos populares, desfavorecidos socioeconomicamente?

A discussão sobre a concentração do fracasso escolar nas camadas mais pobres mobilizou uma intensa discussão sobre o fenômeno nos Estados Unidos e na Europa, desde os anos sessenta, e, no Brasil, desde os anos setenta. Soares (1991) compendiou as teorias que se propuseram explicar esse fenômeno: a teoria da deficiência cultural, a teoria da diferença cultural e a teoria da opressão cultural.

A teoria da deficiência cultural creditava o fracasso escolar das camadas mais pobres a deficiências de ordem cultural e, do ponto de vista linguístico, encontrou suporte nas formulações de Bernstein sobre o déficit linguístico. Soares (1991, p. 29-30) explica que, na concepção de Bernstein, as crianças da classe média e alta dominariam um código elaborado, com significados universalistas e opções léxicas e gramaticais independentes do contexto, ao passo que as crianças das classes trabalhadoras dispunham de um código restrito, com significados particularistas e opções léxicas e gramaticais fortemente dependentes do contexto. Do ponto de vista dessa teoria, a solução estaria em programas de educação compensatória, visando à substituição de um código por outro. Em termos de discussão de norma linguística, trata-se de substituir a variedade popular pela variedade de prestígio.

A teoria da diferença cultural se opôs fortemente à teoria da deficiência, argumentando que não haveria deficiência cultural, mas diferença cultural: em vez de deficiência linguística, haveria diferença linguística. A teoria da diferença linguística recebeu forte apoio na Sociolinguística, em particular dos trabalhos de Labov. Em seus estudos sobre o *Black English*, Labov mostrou que esta variedade constituía um sistema perfeitamente estruturado, com estreitas relações com o inglês-padrão, mas com diferenças sistemáticas e regulares em relação a ele. Os trabalhos de Labov evidenciaram que as variedades não padrão diferem da norma-padrão de modo regular e de acordo com regras, oferecendo formas equivalentes para a expressão do mesmo conteúdo lógico. A concentração do fracasso escolar dos alunos mais

---

<sup>40</sup>O efeito cumulativo de um fraco capital cultural e da fraca propensão a aumentá-lo pelo investimento escolar que lhe é correlativo destina as classes mais pobres às sanções negativas do mercado escolar, isto é, à eliminação ou à autoeliminação precoce que acarreta um fraco sucesso (tradução nossa).

pobres resultaria não de uma suposta deficiência linguística, mas do fato de que a escola adota padrões culturais e linguísticos diversos dos padrões das camadas menos favorecidas do ponto de vista socioeconômico. Não seria o aluno que deveria ajustar-se, mas a escola que deveria ajustar-se à realidade social. A proposta da teoria da diferença linguística seria a adoção, no processo educacional, do bidialetalismo funcional, cujo objetivo não mais seria substituir a variedade trazida pelo aluno, mas levá-lo a dominar a norma-padrão. Os falantes das variedades não padrão devem aprender a modalidade padrão, para empregá-la nas situações em que é requerida, conforme explica Soares:

A fim de que o aluno não seja discriminado por usar um dialeto não padrão em situações em que o dialeto padrão é o único aceito, deve-se-lhe ensinar, na escola, o dialeto-padrão e a habilidade de usar esse dialeto ou o seu próprio de acordo com o contexto (SOARES, 1991, p. 50).

A teoria da opressão cultural, baseada nas ideias de Bourdieu e Passeron, não vê solução educacional para o problema do fracasso escolar, uma vez que o problema não estaria na escola, mas nas desigualdades sociais e econômicas entre os indivíduos. Como, para as camadas favorecidas socioeconomicamente, o processo de aquisição linguística se dá por familiarização, por um longo e prolongado processo de domínio prático da língua; como suas práticas linguísticas estão mais próximas da língua legítima; como o seu aprendizado implica uma explicitação de regras mais ou menos interiorizadas; e, considerando que o sistema escolar emprega a língua legítima não só como objeto de aprendizagem, mas como instrumento de aquisição de conhecimentos, decorre que os segmentos menos favorecidos tendem a fracassar na escola, já que não possuem o domínio prático e prolongado das regras da *norma-padrão*. Para Bourdieu, tais segmentos tendem a ter, no máximo, o reconhecimento da língua legítima, mas não o seu conhecimento, o seu domínio prático. A escola seria impotente para resolver o problema educacional das camadas menos favorecidas, cuja solução estaria fora dela.

Fazendo uma síntese das três teorias, Soares propõe uma escola transformadora, que toma como pressuposto a teoria das diferenças linguísticas, objetivando a adoção de um bidialetalismo instrumental, ou seja, o domínio da norma-padrão “não para que ele substitua o seu dialeto de classe, mas para que ele se acrescente a ele, como mais um instrumento de comunicação”(SOARES, 1991, p. 74), sem ignorar a necessidade de transformações na estrutura socioeconômica, de forma a reduzir as diferenças de rendimento na escola, resultantes da profunda desigualdade social vigente no Brasil.



Definidas as linhas gerais da moldura institucional em que se configura e se reproduz a língua legítima, delineado o desigual processo de aquisição da língua legítima pelas camadas favorecidas e menos favorecidas do ponto de vista socioeconômico, apontada a correlação entre fracasso escolar e classe social, e resumidas as diferentes teorias que se debruçaram sobre o fenômeno, intentar-se-á situar o livro *Não morda a língua portuguesa*, identificando o lugar que ocupa nessa moldura institucional e a sua inserção no quadro das propostas teóricas de ensino da norma-padrão.

Inicialmente, deve-se situar o livro de Ramos no campo de produção linguístico, em que se engajam diferentes autoridades na “concurrence pour le monopole de l’imposition du mode d’expression légitime”<sup>41</sup> (BOURDIEU, 1982, p. 47). Trata-se, efetivamente, de uma obra que participa do esforço coletivo para a imposição do modo de expressão considerado legítimo por uma dessas vertentes que lutam para estabelecer o *arbitrium et jus et norma loquendi*.

Pode-se esboçar, numa visão panorâmica, sem nenhuma pretensão de exaustividade, algumas das forças que concorrem nesse campo de produção. Em primeiro lugar, uma tradição pseudopurista, centrada no prescritivismo, em detrimento da abordagem empírica da língua, chamada à discussão apenas como exemplário de erros, avessa à discussão sobre os fenômenos da variação e mudança. Seria, em suma, a tradição dos comentadores oriunda do século XIX, já referida por Faraco (2008, p. 49-50), que considera todas as peculiaridades da variedade brasileira do português como uma súmula de erros. Essa concepção pode ser encontrada em manuais de grandes jornais, de que são exemplos o *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo* e o *Manual de Redação da Folha de São Paulo*; em colunas de grandes jornais, de que são exemplos a coluna que Dad Squarisi manteve no *Correio Braziliense*, no ano de 1995, discutida em Scherre (2005, p. 37-78), a coluna de Pasquale Cipro Neto na *Folha de São Paulo*; em obras gramaticais, de que são exemplo as gramáticas de Napoleão Mendes de Almeida e Sacconi; e em obras que possuem a natureza de “consultório gramatical”, de que são paradigma os livros *Não erre mais*, de Sacconi, *Os trezentos erros mais comuns da língua portuguesa*, de Eduardo Martins, e *Dicas da Dad*, de Dad Squirisi.

Esta abordagem constitui o que se denominou, neste trabalho, *norma curta*. Centrada na cultura do erro, desqualifica não só as variedades distintas da *norma-padrão*, mas também

---

<sup>41</sup>Concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítimo (tradução nossa).

os seus falantes, não raro objeto de motejos e escárnios. Encastelada na norma de matiz lusitano, tomada em sentido absoluto – fetichizada, para empregar a expressão de Bourdieu –, e avessa às formulações da Linguística, tende a negar validade às variantes inovadoras, verberadas acerbamente como erros grosseiros, e à mudança, considerada degeneração linguística.

Uma outra vertente do campo de produção poderia ser exemplificada com a obra de Celso Cunha e Evanildo Bechara. Filólogos consagrados, caudatários dos avanços da ciência linguística, propõem um modelo de *norma-padrão* fundamentada na escrita literária. Para Bechara, a gramática normativa “recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (BECHARA, 1999, p. 52). Ao diferenciar o “correto” do “exemplar”, Bechara traz, para sua gramática, a concepção da Linguística sobre a impossibilidade do “erro” em matéria de língua, dado que todo fato linguístico está sempre em conformidade com uma norma ou variedade, que pode ser exemplar ou não. O “erro”, em verdade, seria “o uso que destoa da norma usual dentro de cada comunidade” (BECHARA, 2007, p. 14). Bechara também delimita o lugar da *norma-padrão*, que ele denomina modo exemplar, quando define gramática normativa: a disciplina cujo objetivo é “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social” (BECHARA, 1999, p. 52, grifo nosso).

Um obra gramatical, recentemente vinda a lume, pode ser incluída nessa vertente. Trata-se da *Gramática da língua portuguesa padrão*, de Amini Boainain Haury. Nessa gramática, também se observa a incorporação das conquistas da Sociolinguística. A autora deixa claro que não se trata de impor as “normas da língua culta às mais variadas camadas linguísticas, como uma camisa de força”(HAURY, 2014, p. 37) e reforça, logo a seguir, a “incontestável importância das variações regionais, da Sociolinguística e dos níveis de fala”(HAURY, id., ib.). A autora também observa que a gramática normativa deve ser adotada

sobretudo nos códigos escritos, nos documentos oficiais, na linguagem científica, artística e jornalística, enfim, nos mais diversos meios culturais da sociedade elitizada; nesse contexto sociocultural é que o desvio da norma constitui erro; erro é, então, desvio da norma culta apenas em situações que a exigem” (HAURY, 2014, p. 60-61).

E, logo a seguir, conclui:

Por outro lado, dependendo das circunstâncias da comunicação e levando-se em conta *quem fala, com quem, onde e do que se fala*, aceita-se o desvio da norma, que

se traduz simplesmente como registro adequado àquela situação e circunstância, desde que não interfira na comunicação” (HAUY, 2014, p. 61).

Observa-se, na obra de Haüy, o respeito à diversidade, a relativização da noção de erro, a incorporação do critério de adequação e o reconhecimento do lugar da norma-padrão.

A despeito da incorporação de pressupostos da Sociolinguística, esta segunda vertente não deixa de ter um matiz conservador, na medida em que toma como referência, primordialmente, o padrão de escritores do século XIX. Quando incorporam autores mais recentes, fazem-no, fundamentalmente, para ilustrar padrões já considerados modelares no século XIX. Não se questionam, pois, os pressupostos sócio-históricos dessa norma-padrão.

Uma terceira vertente desse campo de produção linguístico, voltado para a discussão teórica da norma-padrão, questiona o fato de a nossa norma-padrão não refletir adequadamente a nossa *norma culta/comum/standard*. Propõe, em nível teórico, a atualização dos nossos instrumentos normativos de referência, de forma a incorporar os fatos da nossa norma *culta/comum/standard*, conforme se pode verificar em Lucchesi (2002).

Uma quarta diretriz, conforme se pode ver em Faraco (2008, p. 176), questiona a conveniência ou necessidade da adoção de um padrão, sob o argumento de que “as forças centrípetas dos meios de comunicação social e as pressões niveladoras típicas do ambiente urbano” garantiriam a unidade linguística do país:

Não há qualquer indício de risco à relativa unidade das variedades cultas. Bem ao contrário: as circunstâncias históricas – ou seja, a intensa urbanização da população brasileira, as novas redes de relações que se estabelecem no espaço urbano e suas respectivas pressões niveladoras, a presença quase universal dos meios de comunicação social e a própria expansão (ainda que precária) da escolaridade – em boa medida a favorecem (FARACO, 2008, p. 176)

Esta visão observa que os projetos padronizadores, seja para a fala seja para a escrita, se revelaram irrealistas e, de fato, nunca prosperaram entre nós. O projeto de uma norma-padrão para a pronúncia brasileira que fosse a referência para o teatro, o canto e os meios de comunicação, centrada na pronúncia carioca – projeto que animou a intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX -, fracassou, na medida em que, sem qualquer regulamentação normatizadora, a expressão nessas áreas tendeu a uma pronúncia que “difícilmente pode ser identificada com a carioca, sem, no entanto, excluir a pronúncia culta em sua grande diversidade regional” (FARACO, 2008, p. 177). No plano da escrita, dado o fracasso da imposição de uma norma-padrão adventícia, propõe-se que as variedades cultas sejam adotadas como a efetiva referência para esta modalidade.

Em suma, pode-se resumir esta tendência na concepção de que, dado o pressuposto da inexistência de risco para a relativa unidade das variedades cultas e considerando o irrealismo dos projetos padronizadores entre nós, o ideal seria postular, tanto na fala quanto na escrita, que “o normal seja o normativo” (FARACO, 2008, p. 177).

O livro de Ramos vai se inserir na primeira vertente, aqui denominada de *norma curta*, uma concepção essencialmente reducionista da língua. As análises levadas a efeito nos capítulos 4 e 5 evidenciam claramente essa tendência reducionista. Por diversas vezes se nega a existência de fenômenos linguísticos que percorrem a ampla faixa que vai da *norma popular*, passando pela *norma culta/comum/standard* falada, *norma culta/comum/standard* escrita, até, inclusive, a própria tradição gramatical normativa, codificada em gramáticas e dicionários. Desconsideram-se, igualmente, fenômenos linguísticos característicos da *norma culta/comum/standard* acolhidos por instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Tende-se a reduzir o ato comunicativo a questões de gramática normativa, sem levar em consideração o registro e fatores contextuais que envolvem a comunicação. Depreciam-se todas as normas não padrão como viciosas e desqualificam-se os falantes de formas e construções consideradas não integrantes da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

A primeira vertente desse campo de produção é amplamente predominante no Brasil, fora dos círculos especializados que lidam com a questão da linguagem. Pode-se afirmar que, no Estado de Sergipe, Ramos é, atualmente, a sua representante com maior evidência, haja vista as sucessivas edições de seu livro, um sucesso editorial para os padrões do Estado, e o amplo respaldo recebido dos meios de comunicação de massa do Estado. Em Sergipe, as três outras vertentes circulam exclusivamente dentro do espaço acadêmico universitário, de forma que a dita *norma curta* detém, no Estado, fora dos círculos especializados, a hegemonia indisputada na luta pela imposição do modo de expressão legítimo.

O livro de Ramos, portanto, vai atuar como instrumento de reprodução, legitimação e disseminação da representação social de uma língua homogênea, em que se defrontam, de um lado, a língua “certa”, a *norma-padrão*, e, do outro, a “miríade de erros”, que compreende os diversos modos de falar e escrever que se distanciam do modo de expressão definido como *legítimo*.

Bourdieu menciona que a existência do campo de produção linguístico confere aos produtores não somente um poder sobre a língua, mas também um poder sobre os seus usuários. Pode-se dizer que a obra de Ramos detém, em Sergipe, um efetivo poder sobre a

representação social<sup>42</sup> que se tem da língua portuguesa, com uma ampla ressonância social, como o mostram as dez edições de seu livro, além da amplitude de suas lições por intermédio de programas radiofônicos e televisivos.

No tocante ao poder que o campo de produção linguístico confere aos seus produtores, convém ressaltar o fundamento institucional desse poder. Bourdieu (1982, p. 64) chama a atenção para o fato de que a competência linguística não é uma simples capacidade técnica, mas uma capacidade estatutária que se acompanha, o mais frequentemente, da capacidade técnica. Não é apenas o que se diz, mas também a posição de onde se diz, que fundamentam a autoridade de que se revestem as trocas linguísticas. Neste sentido, pode-se argumentar que o livro *Não morda a língua portuguesa* beneficia-se amplamente dessa capacidade estatutária. De fato, embora a produção nesse campo linguístico pressuponha a posse de conhecimentos objetivados em gramáticas e dicionários (BOURDIEU, 1982, 46-48), demonstrou-se nesta pesquisa o desacordo entre muitas lições de Ramos e as lições de gramáticas e dicionários de referência da língua. Além das considerações expendidas no quarto capítulo deste trabalho, pode-se anotar a existência de impropriedades no livro de Ramos que, em tese, não deveriam ocorrer, uma vez que indicam contradição aberta com pressupostos da “norma culta”, em que se diz fundamentar, ou a contradição interna entre suas próprias lições.

Como exemplos de impropriedades em relação à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, pode-se mencionar as seguintes lições:

Assistir tem vários significados. Assiste ao trabalhador o direito de férias. Assistir, nesse caso, significa pertencer, é de direito, cuja predicação é: Assistir é verbo transitivo direto e indireto. Assiste a quem? Ao trabalhador – transitivo indireto. O quê? O direito de férias – objeto direto (RAMOS, 2014, p. 327, grifo nosso)

As pessoas no Natal, confraternizam (RAMOS, 2014, p. 314)

Preste atenção, os pronomes demonstrativos esse, este e aquele (ou suas variações) quando contraídas com a preposição de, figura, obrigatoriamente, no plural (RAMOS, 2014, p. 345)

Criatura cadê a crase? (RAMOS, 2014, p. 114)

Nas lições acima, observam-se infrações à própria *norma-padrão/gramatical/pedagógica* em que a autora se diz fundamentar. Na primeira lição o sintagma “o direito de férias” não é o objeto direto, mas o sujeito da oração; na segunda lição, separa-se o sujeito do predicado por vírgula; na terceira, o verbo *figura* não está concordando

---

<sup>42</sup>Vamos conceituar representações sociais de acordo com Guimelli (apud CHAREAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008): “o conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões que são *produzidas e partilhadas* pelos indivíduos de um mesmo grupo, a respeito de um mesmo objeto social”.

com o sujeito plural *os pronomes demonstrativos esse, este e aquele* e, na quarta, o vocativo não está isolado por vírgulas.

Há também lições que, além de desconsiderarem a *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, encontram-se em contradição com observações contidas no próprio livro:

E nem.

Preste atenção: só se usa *e nem* quando pudermos pospor sequer. Eles chegaram e nem me telefonaram = *Eles chegaram e nem sequer me telefonaram*. Viu como é fácil empregar *e nem*? Agora, não havendo essa possibilidade, basta retirar o *e* para que tudo fique perfeito.

Ela não come nem bebe ( *e não*: ela não come e nem bebe). As crianças não almoçaram nem jantaram ( *e não*: as crianças não almoçaram e nem jantaram) (RAMOS, 2014, p. 178).

No entanto, pode-se encontrar no livro as seguintes frases da autora:

É bom rever conceitos. Não diga, por favor:

Meus eleitores e eleitoras, Telespectadores e telespectadoras, Leitores e leitoras, Servidores e servidoras, Meus alunos e alunas.

Não ofenda e nem morda a língua, por favor (RAMOS, 2014, p. 128, grifo nosso).

Não erre mais, criatura, sente-se à mesa e mate sua fome degustando uma boa quiabada. Nem coma na mesa e nem se sente na mesa (RAMOS, 2014, p. 248, grifo nosso).

Gente, ninguém deve e nem pode andar a pés e nem de pé. Nós andamos a pé (RAMOS, 2014, p. 298, grifos nossos)

Na página 257, ministra-se a seguinte lição:

Pulseira incrustada de diamantes não vale nada. O certo é incrustado porque vem de crosta, por isso não tem o grupo *tr*.

Pulseira incrustada de diamantes (RAMOS, 2014, p. 257).

No entanto, pode-se ler, à página 172, a seguinte frase da autora:

Cisto é o acúmulo de substância mole incrustada em um órgão ou tecidos (RAMOS, 2014, p. 172, grifo nosso)

Discriminam-se no quadro abaixo, de forma não exaustiva, algumas impropriedades ou contradições encontradas no livro de Ramos.

**Quadro 21** – Frases do livro *Não morda a língua portuguesa* que infringem a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* ou apresentam contradições com suas próprias lições

Frase do Livro	Página	Impropriedade
A regência nominal é muito importante na língua portuguesa. O verbo optar, por exemplo, você não opta em, mas por ou pelo.	97	Não se trata, no caso, de regência nominal, mas de regência verbal.

Jogo de palavras provocam mau gosto.	118	Falta de concordância do sujeito com o predicado.
Esses fechos e tantos outros parecidos, foram resumidos apenas por: atenciosamente e respeitosamente	123	Vírgula separando o sujeito do predicado.
Alguns políticos adoram inventar para desagradar a língua portuguesa.	128	Contradição com a lição da página 135: “A notícia desagradou ao público, desagradou ao presidente, ao professor e por aí vai.”
Em Aracaju, 45% da população consideram o trânsito da cidade ruim...	132	Concordância em contradição com a lição da página 206, segundo a qual, quando a percentagem vem acompanhada de especificador, o verbo passa a concordar com este especificador.
O mais coerente e mais correto é dizer: - <i>todas crianças até seis devem ser vacinadas.</i>	142	No plural, <i>todos, todas</i> , antepostos ou pospostos, exigem sempre a presença do artigo, desde que o substantivo não esteja precedido de adjunto que o exclua (BECHARA, 2009, p. 198).
Foi cansativo, mais cheguei bem, graças a Deus, graças a Deus.	149	<i>Mais</i> , em vez de <i>mas</i> .
Pois alguns dicionários trazem quisto, mas não é quisto é cisto.	172	Ausência da vírgula para separar orações coordenadas assindéticas.
(onde sem, já não é preposição)	172	Vírgula separando o sujeito do predicado.
Daí, para fazer graça disse:	197	Omissão da vírgula após graça, de forma a isolar a oração intercalada.
Uma mulher deu à luz sete filhos. Pois é, essa mulher deu à luz a sétuplos.	224	...deu à luz sete filhos...deu à luz sétuplos.
Venho através deste, mas menino, que coisa feia.	248	Vocativo não isolado por vírgula.
Caçar com Ç, equivale a procurar.	262	Vírgula separando o sujeito do predicado.
Quando entendemos o sentido do verbo aí, com certeza, exibimos a nossa competência.	268	Falta da vírgula para separar a oração subordinada adverbial temporal anteposta. A vírgula deveria ser aposta após a palavra <i>verbo</i> .
José acorde.	278	Vocativo não isolado por vírgula.
Mas criatura, quem varreu o doido?	304	Vocativo não isolado por vírgula.
Colar na prova, reprova, viu!	316	Sujeito separado do predicado por vírgula.
Nós, precisamos cometer menos erros.	319	Sujeito separado do predicado por vírgula.
Você sabe o que é pro-labore. Pro-labore: remuneração por serviço prestado. O plural de pro-labore é pro-labore.	329	O Volp registra a forma aportuguesada como pró-labore e a forma latina como pro labore, sem hífen.
Outrossim, também é coisa do passado.	330	Sujeito separado do predicado por vírgula.

Não obstante se possa tratar de erros tipográficos ou de revisão, é surpreendente observar que a 10ª edição reproduz, na íntegra, sem nenhuma alteração, todas as

impropriedades acima observadas, já constantes da 9ª edição. Ademais, tais impropriedades surpreendem em um livro que traz conselhos de “como usar o idioma à luz da gramática da variante padrão”, conforme se diz na apresentação, principalmente quando se observa a sua intolerância em relação aos desvios cometidos por falantes que não possuem sequer o domínio da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

Considerando que o livro de Ramos está inserido nesse campo de produção voltado para a definição do modo *legítimo* de usar a língua e, também, voltado para a transmissão desse modo *legítimo* de expressão, surge a questão de abordá-lo nos termos de sua perspectiva educacional. Para essa abordagem, partiremos de duas teorias que se debruçaram sobre as maneiras de incrementar o rendimento do aprendizado da língua: a teoria da deficiência cultural e a teoria da diferença cultural.

Deixando de lado a teoria da opressão cultural, que não vê a escola como solução para problemas que estão fora dela, a discussão centrar-se-á na oposição que se instaura entre a teoria da deficiência cultural e a teoria da diferença cultural. De acordo com a primeira perspectiva, trata-se de substituir a língua do aluno pela língua da escola, ou seja, promover a erradicação das “deficiências” linguísticas, para que o aluno substitua sua linguagem “deficiente” pela linguagem “correta”. De acordo com a segunda perspectiva, porém, o objetivo é levar o aluno a adquirir a linguagem socialmente prestigiada, a fim de empregá-la nas situações em que ela é requerida socialmente, sem que isso implique a substituição de sua variedade não padrão.

A diferença de perspectiva consiste no fato de que, como a teoria da deficiência cultural considera as variedades não padrão como deficientes, carentes de organização lógica, sua proposta é substituir as variedades “deficientes”, “ilógicas”, pela norma-padrão, esta, sim, coerente e lógica.

A teoria da diferença cultural, por seu turno, parte do princípio de que variedades não padrão são sistemas organizados, estreitamente relacionados com a língua padrão, mas que dela se diferenciam por diferenças persistentes e sistemáticas, ou seja, as modalidades não padrão diferem da modalidade padrão “de modo regular e de acordo com regras, e oferecem formas equivalentes para a expressão do mesmo conteúdo lógico”(SOARES, 1991, p. 47), Não se trata, pois, de “deficiência”, mas de “diferença” e, como tal, não se impõe a substituição das modalidades não padrão, mas o ensino da modalidade padrão, para que o aluno saiba usar uma ou outra conforme o contexto. Nas palavras de Castilho (apud HAUY,



2014, p. 61), o objetivo não é “aprenda a norma culta em vez do português que você fala”, mas “aprenda a norma culta além do português que você fala, e utilize um ou outro segundo as circunstâncias”.

Soares (1991) considera que, não obstante a contestação de forma irrefutável, por parte da Sociolinguística e da Antropologia, dos conceitos de “deficiência” cultural e linguística, é a teoria da deficiência cultural e linguística “que vêm, consciente ou inconscientemente, informando a prática pedagógica no ensino da língua materna no Brasil”(SOARES, 1991, p. 70). A despeito do período decorrido desde a afirmativa de Soares, não há dúvida de que o livro de Ramos aponta para a filiação à teoria da deficiência cultural e linguística, na medida em que absolutiza a norma-padrão como a única aceitável. Não obstante a menção, aqui e acolá, a um estilo informal, no capítulo 4 desta pesquisa foram apontadas, de forma inequívoca, a desqualificação sistemática de todas as variedades distintas da norma-padrão, assim como de seus falantes, além da desconsideração da variação estilística e contextual. Na concepção de Ramos, a língua é a *norma-padrão* e tudo o que dela se afasta se caracteriza como erro. Como tal, as variedades não padrão devem ser consertadas:

As crianças chegaram tudo sujas, Na língua popular há esse vício: dizer tudo no lugar de todo; tudo no lugar de toda. Vamos consertar (RAMOS, 2014, p. 312).

A água é muito importante. Quando desperdiçamos a mesma – pronto – errou feio. Vamos consertar (RAMOS, 2014, p. 320)

A concepção de Ramos está na contramão das recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, segundo os quais:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (PCN, 1997, p. 26, grifo nosso).

Castilho menciona a importância de os professores dominarem tanto a *norma popular*, quanto a variedade culta, a fim de viabilizar as melhores estratégias para ensinar aos alunos a *norma-padrão*, principalmente levando em conta que numerosos discentes só dominam as estruturas da *norma popular*:

Tendo a escola a obrigação de ensinar o português culto, e levando em conta o ingresso nela de muitos alunos que praticam a variedade popular, é evidente que os professores têm de conhecer bem ambas as variedades para desenvolver estratégias de, respeitando a popular, expor os alunos à variedade culta. Ou seja, é preciso que professores e alunos conheçam bem ambas as variedades para escolher com adequação aquela que melhor corresponda à situação de fala: em casa, adota-se a norma familiar, qualquer que seja ela; falando com estranhos, adota-se o português padrão. É nessa espécie de “bilinguismo interno”, manejado com naturalidade em sociedades desenvolvidas, que se assenta uma percepção democrática de uso da língua materna (CASTILHO, 2010, p. 209).

Bortoni-Ricardo (2005, p. 132) anota a importância de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos como condição para o estabelecimento de estratégias interacionais de reflexos positivos no ensino da língua, mas salienta que o desenvolvimento de uma tal pedagogia pressupõe mudança de postura de professores, alunos e da sociedade em geral.

As lições de Ramos apontam numa direção radicalmente contrária aos Parâmetros Curriculares Nacionais e às observações de Castilho e Bortoni-Ricardo. Tendo em vista que, na concepção de Ramos, a linguagem popular é manifestamente errada, – e, como lembra Cipro Neto, explicar o erro não o justifica – por consequência não se aceita que ela possua regras diferenciadas do ponto de vista fonético-fonológico, morfossintático e semântico. O que existe é somente “erro”. E, como tal, não deve ser estudada nem considerada. Deve ser consertada.

É preciso observar que a concepção de Ramos não só desconsidera – ou desconhece – as reflexões desenvolvidas pela Linguística, mas também está aquém da própria visão normativa constante da obra de autores consagrados como Cunha, Bechara e Haug. Não obstante a visão conservadora dos três gramáticos, na medida em que não põem em discussão a *norma-padrão* de matiz lusitanizante, tais autores estão longe de proferir condenações arbitrárias sobre as modalidades distintas da *norma-padrão* e propugnam o seu ensino contextualizado, voltado para as situações em que ela é socialmente requerida.

Além de a concepção de Ramos estar aquém da discussão científica sobre a língua e da própria visão normativa mais ponderada, é preciso ressaltar os efeitos negativos de sua aplicação ao ensino de línguas, quando voltado para as camadas menos favorecidas do ponto de vista socioeconômico. De fato, a desqualificação das variedades não padrão e de seus falantes acarreta a insegurança linguística daqueles que não dominam a norma-padrão, conforme observam Labov (1990, p. 206-207) e Bortoni-Ricardo (2005, p. 141). Deve-se observar que, no Brasil, esse sentimento de insegurança reveste-se de grande amplitude. Como a *norma-padrão/gramatical/pedagógica* apresenta diferenças significativas mesmo em

relação às normas empregadas pelos falantes escolarizados das camadas médias e altas, a insegurança linguística dos falantes brasileiros é, pode-se dizer, generalizada. Como a concepção dominante, em matéria de língua, é a visão da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* como a única forma aceitável, mesmo os falantes escolarizados se ressentem dessa insegurança, na medida em que esta *norma-padrão/gramatical/pedagógica* não reflete seus hábitos linguísticos. Apesar dessa insegurança linguística generalizada, o seu efeito é muito maior sobre os falantes das camadas menos favorecidas socioeconomicamente, na medida em que tais falantes praticam modalidades bem mais distantes da *norma-padrão*.

Na visão de Bourdieu, o processo de aquisição da língua legítima pode-se dar por familiarização, mediante a exposição mais ou menos prolongada a essa modalidade, ou por inculcação de regras explícitas. Na medida em que as camadas urbanas médias e altas praticam variedades mais próximas da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, o seu processo de aquisição por meio da inculcação de regras se dá, em grande parte, como explicitação de regras interiorizadas. O que era um saber prático converte-se em saber consciente, reflexivo. Já os falantes das modalidades mais populares, mais afastadas da *norma-padrão*, não possuem esse domínio prático que só um contato mais ou menos prolongado pode conferir. Contudo, eles se veem às voltas com a necessidade de, na escola, transformarem em conhecimento consciente uma linguagem da qual não possuem o domínio prático. Uma vez que o ensino da língua, e por meio da língua, se dá em conformidade com a norma-padrão, os alunos das camadas médias e altas tendem a ter uma vantagem competitiva no processo de aquisição da língua legítima.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 131) observa que, no Brasil, “o principal fator de variação linguística é a secular má distribuição de bens materiais e o consequente acesso restrito da população pobre aos bens da cultura dominante”. Não há, pois, como desconsiderar o fato de que as escolas de zona rural ou das periferias empobrecidas das grandes cidades lidam com uma clientela com características socioculturais profundamente distintas das escolas dos bairros urbanos de classe média, inclusive no tocante ao repertório linguístico.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 27) também registra que, no Brasil, o emprego da norma-padrão está fortemente associado à classe ou *status*, de forma que “qualquer variedade cuja morfossintaxe e léxico desviem-se do português padrão efetivamente usado é considerada ruim e indesejável, independentemente do contexto em que ocorra”.

Neste processo de aquisição desigual da norma-padrão, a desqualificação das modalidades não padrão, assim como a desqualificação de seus falantes, será um dificultador a mais no processo de aprendizagem por parte das camadas populares, uma vez que agravará o sentimento da insegurança linguística, reduzindo ainda mais a sua baixa autoestima em matéria linguística.

Pode-se dizer, em resumo, que, em um contexto (i) marcado por forte desigualdade social, geradora de diferenças linguísticas igualmente acentuadas e, por sua vez, geradora de um desigual processo de aquisição da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*; (ii) caracterizado por uma *norma-padrão/gramatical/pedagógica* com diferenças significativas, inclusive em relação à linguagem das camadas privilegiadas do ponto de vista social; (iii) marcado por uma forte estigmatização das variedades não padrão; em um contexto com tais características, a adoção de um processo educativo marcado pela desqualificação não só das normas não padrão, mas também de seus falantes, tende a agravar o processo de aquisição da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* por parte das camadas menos favorecidas do ponto de vista socioeconômico. Neste contexto, é natural que, portadoras de uma maior insegurança linguística, as camadas rurais e os estratos urbanos empobrecidos da periferia das grandes cidades sejam reduzidos ao silêncio nas situações em que se requer o emprego da norma-padrão. Nessas condições, a língua passa a ser um fator de discriminação e exclusão.

Por outro lado, no que concerne ao ensino da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* para as classes médias e altas, o livro de Ramos tende a reproduzir, fortalecer e disseminar a visão de que as modalidades não padrão não são legítimas variedades linguísticas, que se diferenciam de forma sistemática e regular da norma-padrão, mas formas deturpadas, ilógicas, erradas. Na medida em que não aceita a legitimidade da variação, seu livro contribui para o fortalecimento da concepção de que só há uma maneira certa de usar a língua – a norma-padrão –, do que decorre que todas as outras são erradas, reproduzindo, assim, o secular:

preconceito que a sociedade brasileira desenvolveu, ao longo de sua história, quanto ao “português errado”. Para a grande maioria dos brasileiros, as noções de dialeto (ou variedade) ou de variação dialetal não têm qualquer realidade psicológica. O que existe, como um valor cultural bem arraigado, é a noção de erro gramatical e algumas pronúncias regionais que têm caráter de estereótipos (BORTONIRICARDO, 2005, p. 138)

O secular preconceito contra as modalidades não padrão abre espaço para a intolerância linguística característica da visão que aqui se denominou *norma curta*. O livro de Ramos contribui, portanto, para firmar a linguagem como instrumento de discriminação e exclusão social.

Embora se afirme que o livro de Ramos atue como instrumento de discriminação e exclusão social, pode-se dizer que tais efeitos decorrem antes da concepção que subjaz à sua obra do que a uma vontade consciente neste sentido. É notório o interesse de Ramos na disseminação do que ele considera a “língua portuguesa”, e a sua atuação nos meios radiofônicos em Sergipe evidencia claramente esse desiderato. Não há dúvida quanto ao papel democratizador que os meios de comunicação de massa podem exercer no tocante à disseminação da norma-padrão. As bases teóricas é que conduzem a um efeito diverso do pretendido. Contudo, há um aspecto de discriminação social que é enfaticamente salientado por Ramos de forma consciente; trata-se do emprego da linguagem como instrumento de afirmação simbólica. Com efeito, pode-se sublinhar, em seu livro, o propósito de salientar o emprego da língua como instrumento de afirmação de poder simbólico sobre o outro.

Como visto acima, conforme Bourdieu, as relações comunicativas não são apenas relações de trocas linguísticas, em que se visa tão-somente a explicitar um conteúdo a ser decodificado, mas também relações de poder simbólico, em que se materializam as relações de força entre os indivíduos, signos de distinção e autoridade. Como já ressaltado anteriormente, a instauração de uma *norma-padrão* oficial termina não apenas por criar um sistema de diferenças linguísticas entre as diversas variedades, avaliadas em relação à distância que guardam da norma-padrão, mas também um sistema de diferenças sociais, em que a linguagem serve como instrumento de desqualificação ou exclusão do indivíduo em razão do seu maior ou menor domínio em relação ao padrão. A linguagem, portanto, não é apenas um instrumento de interação social, mas também um instrumento de distinção e exclusão social.

Bourdieu (1982, p. 43, tradução nossa) observa que “a aquisição da capacidade legítima gera um lucro de distinção nas trocas sociais”. O livro de Ramos hipertrofia esse caráter de distinção social a que se presta a linguagem, enfatizando constantemente a relação entre o domínio da norma-padrão e diferenciação social:

Está na moda falar certo. Falar certo é chique (RAMOS, 2014, p. 164)  
É uma questão de bom gosto falar de forma correta, é elegante, é chique (RAMOS, 2014, p. 176).

O certo é chique (RAMOS, 2014, p. 235)

Vou explicar pro público; apesar de eu ser! É dose para elefante; Vou explicar ao público, apesar de eu ser. É muito elegante falar de forma correta (RAMOS, 2014, p. 292)

Em português a pronúncia é glamur. Glamuroso é o adjetivo. Glamur, portanto, é charme, é chique e é também ser educado e falar bem, sem erros, Seja glamuroso! (RAMOS, 2014, p. 250).

Esta ênfase na distinção social, na língua como adereço cultural, pode-se evidenciar em diversas lições, em que se reforçam a prescrição gramatical e a prescrição social:

E é exatamente para preservar a pronúncia da palavra sol que se dobra o s, afirma a gramática. Portanto, digam aerossol – seja diferente, fale certo (RAMOS, 2014, p. 92).

Pronuncie bem as palavras e seja elegante (RAMOS, 2014, p. 136).

Curriculum vitae ou currículo, forma aportuguesada? Prefira curriculum vitae, do latim, é chique (RAMOS, 2014, p. 189).

Gente, postergar é deixar para depois. Seja chique (RAMOS, 2014, p. 215).

Alguns apresentadores de programas na TV estão inventando: Antes da gente despedir. E vai despedir quem? O certo é: antes de a gente se despedir ou mais chique ainda: Antes de nós nos despedirmos (RAMOS, 2014, p. 217).

Concomitante, concomitantemente. Eta duas palavras chiques de doer (RAMOS, 2014, p. 224)

E por falar em verbo, com o verbo responder, no sentido de dar resposta a alguém ou a alguma coisa, a presença do a fica pra lá de chique (RAMOS, 2014, p. 239)

Os pronomes relativos dão um toque de classe à oração. Preste atenção: O Fantástico apresentou o analfabeto. O analfabeto passou no vestibular. Fica muito feio repetir palavras. Com o toque de classe, a oração fica cheia de elegância. O Fantástico apresentou o analfabeto que passou no vestibular (RAMOS, 2014, p. 254)

Preste atenção: Desabrido significa violento, insolente, malcriado, rude, descontrolado. Daí podermos dizer palavras desabridas, discursos desabridos. Ninguém suporta a petulância de suas palavras desabridas. É chique essa palavra (RAMOS, 2014, p. 325).

Esta relação entre “correção” e “distinção social” não só traz implícita a diferenciação social, que põe, de um lado, a classe “cult”, e, do outro, o povo, mas também mostra a subjacente correlação entre domínio do padrão e inteligência. Bagno (2011, p. 29) chama a atenção para a verdadeira questão social implícita neste emprego da língua:

Porque o verdadeiro problema (...) tem a ver, isso sim, com o uso social perverso que se faz do domínio desse suposto saber. “Eu sei empregar a passiva sintética, eu sei quando empregar o acento indicador de crase, eu sei usar os pronomes oblíquos, mas você não...Por isso eu sou mais inteligente, estou mais preparado para exercer o comando, pertenço a uma casta superior”.

É esse o discurso, muitas vezes não explicitado, oculto na atitude de quem se vale de seu conhecimento de gramática normativa como um instrumento de *distinção*, como se saber a regência “correta” do verbo *implicar* implicasse em algum tipo de vantagem, de superioridade intelectual, de senha secreta para o ingresso num círculo de privilegiados (BAGNO, 2011, p. 29)

Nessa matéria, Ramos não tem meias palavras. O seu discurso excludente e discriminador é claramente explicitado, evidenciando, sem peias, a ideologia normativo-

prescritiva aristocrática, culturalmente elitista, tão própria da elite escravocrata do século XIX, que subjaz à sua obra.

Então, panorama parcial ou total e gente humana ou pessoa humana e demente mental são a mesma bobagem que se diz.

- *Sou uma pessoa orgulhosa.*

- *O ser humano precisa ter fé em deus.*

- *Aquele homem é demente.*

Viu, o panorama precisa ficar só sem parcial ou total. Nós sabemos, não somos brancos (RAMOS, 2014, p. 148, itálicos da autora e sublinhado nosso).

Descer ao andar térreo ou descer no andar térreo? O verbo descer é um verbo em movimento. A preposição mais indicada para acompanhar este verbo numa linguagem mais elegante é a preposição a. Então seja chique, desça ao andar térreo. O povo desce de qualquer maneira, aí desce no porão, desce no ponto do ônibus e vai descendo sempre errado (RAMOS, 2014, p. 149-150).

Pronuncie corretamente as palavras porque você não é bronco: Comeu camarão e chupou cana, ficou intoxicado (Ks) (RAMOS, 2014, p. 195)

É claro que no boteco da esquina se pode dizer que anda grande o calote nas prestações. Mas, em linguagem específica – jurídica, jornalística, o certo é inadimplência. Viu, no popular, calote (sic) e no chique, inadimplente (RAMOS, 2014, p. 206)

A próclise é chique.

Quando fala-se de dinheiro, fico furioso. E é pra ficar mesmo, além de duro, não entende de pronomes átonos. As conjunções pedem o pronome antes do verbo. Quando se fala de dinheiro, fico furioso. Pois é melhor duro do que bronco (RAMOS, 2014, p. 237, grifo nosso)

A despeito da explicitude de Ramos na desqualificação das modalidades não padrão e de seus falantes, corriqueira ao longo do livro, talvez não haja passagem em que se verifique o uso da linguagem como instrumento de exclusão, com maior ênfase, do que as linhas que a autora reserva aos emergentes:

Pessoa emergente é a que se encontra em ascensão econômica e social. Era pobre, virou rica. E fica deslumbrada com a nova situação. Essas pessoas, criatura, possuem poucas letras. Nunca se preocupam com a correção da fala. Mas, mesmo assim, não mais que de repente, tornam-se importantes. E assim vão mordendo a língua sem a mínima preocupação e aí dizem: Houveram e o disse do que, esquecem-se dos ss, em vez de ruim – exibem o rúim e por aí vai (RAMOS, 2014, p. 112-113, grifos nossos).

O verbo haver é uma das vítimas preferenciais dos novos ricos. Eles se esquecem de que o verbo haver no sentido de existir e ocorrer é impessoal (RAMOS, 2014, p. 113)

Dizer, afirmar, negar, etc. são verbos transitivos diretos. Não pedem preposição. E os emergentes que aparecem na TV e nos jornais estão convencidos de que estão abafando e dizem numa boa:

- Em Buenos Aires, Lula afirmou de que pretende fortalecer o Mercosul. (RAMOS, 2014, p. 113)

De tanto a gente ler e ouvir erros dos emergentes e de tantos outros maravilhosos, a língua portuguesa está ameaçada de morte.

Em manchete estava escrito no jornal:

Falta segurança a beira-mar. Criatura (sic) cadê a crase? A beira-mar é locução adverbial formada por palavra feminina. (RAMOS, 2014, p. 114)

O mesmo não pode substituir ele, de jeito nenhum. Só os emergentes vivem cometendo esse erro sempre.

Ouvi uma certa pessoa influente dizer: - *Relatei o fato ao delegado e o mesmo me disse que iria instaurar um inquérito*. Na linguagem culta o certo seria dizer:

- *Relatei o fato ao delegado e ele me disse que iria instaurar um inquérito* (RAMOS, 2014, p. 169).

Não poderia estar mais evidenciada a permanência da visão ideológica da aristocracia escravocrata novecentista, preconceituosa e intolerante, que via com desprezo a ascensão social das camadas “pobres” que querem “virar ricas”. Na impossibilidade de lidar com a ascensão dos “pobres”, resta ainda o último bastião, o preconceito linguístico, a exclusão pela linguagem daqueles que eram pobres e viram ricos:

É rico, mas não tem conhecimento gramatical. Haja visto – não existe – A locução é haja vista e não varia. Haja vista seu esforço. Haja vista aquelas acusações. Haja vista tantos erros e por aí vai. Se alguém disser haja visto, corra dele (RAMOS, 2014, p. 271, grifos nossos).

É como se, pelo domínio da linguagem, se pudesse reduzir o outro à condição de bronco: “embora você tenha ascendido economicamente, você não sabe português, portanto é um ignorante”.

## 6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo a análise de prescrições da 10ª edição do livro *Não morda a língua portuguesa* que apontassem para a manifestação da concepção definida como *norma curta*, essencialmente uma concepção de língua que tende a reduzi-la à *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, com a concomitante desqualificação das demais normas e de seus falantes.

No primeiro capítulo, delinearam-se os pressupostos teóricos que fundamentaram a análise. Foram adotadas as premissas básicas de que (i) todas as línguas naturais são constitutivamente heterogêneas, (ii) caracterizadas por um conjunto de normas ou variedades, (iii) apresentando variação diatópica, diastrática, diafásica e diacrônica. Com base nessas premissas, buscou-se caracterizar a língua portuguesa no Brasil como um conjunto de variedade ou normas, distribuídas em três grandes grupos, oriundos de processos sócio-históricos específicos: um conjunto de normas típicas dos segmentos urbanos escolarizados, a que se denominou *norma culta/comum/standard*; um conjunto de normas típicas dos



segmentos com pouca ou nenhuma escolarização, em regra moradores da zona rural ou das periferias empobrecidas das grandes cidades, a que se denominou *norma popular*; e uma norma idealizada, codificada em gramáticas normativas e objeto de ensino nas escolas, a que se denominou *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

Paralelamente a essas normas, buscou-se caracterizar a concepção chamada de *norma curta*, definida com base nas seguintes características: (i) rejeição de formas e construções linguísticas oriundas da *norma culta/comum/standard*, quando já recepcionadas pelos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa; (ii) rejeição de formas e construções linguísticas componentes da própria tradição normativista; (iii) emissão de juízos apriorísticos contraditados pelos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa; e (iv) manifestações de intolerância não somente contra as variedades diversas da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, mas também contra seus próprios falantes, materializada na desqualificação pessoal destes.

No segundo capítulo, com base na premissa de que o estabelecimento de uma norma-padrão envolve (i) o estabelecimento de uma ortografia unificada; (ii) a elaboração de gramáticas normativas que explicitem as regras para o uso correto da língua; e (iii) a elaboração de dicionários com o inventário do léxico da língua; promoveu-se a seleção dos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa para serem utilizados neste trabalho: (i) o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, editado pela Academia Brasileira de Letras, instrumento que registra oficialmente o léxico e a ortografia do português no Brasil; (ii) gramáticas normativas da língua portuguesa, com ênfase para as gramáticas consideradas de referência para a segunda metade do século XX; (iii) os três grandes dicionários gerais de língua portuguesa no Brasil (*Houaiss, Aurélio e Michaelis*), três dicionários recomendados pelo MEC para o ensino médio, no âmbito do PNLD – Dicionários (*Unesp, Bechara e Novíssimo Aulete*), o *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras*, além de um dicionário levando em conta uma vertente essencialmente normativista da língua (*Sacconi*). Utilizou-se, também, o *Guia de Usos do Português*, de Neves, como um instrumento para permitir o confronto entre a *norma padrão/gramatical/pedagógica* e a *norma culta/comum/standard* escrita.

No terceiro capítulo, elaborou-se uma breve síntese histórica, visando, fundamentalmente, aos seguintes objetivos: (i) caracterizar as linhas gerais dos processos sócio-históricos que conduziram às três normas assumidas como caracterizadoras da realidade sociolinguística do Brasil, (ii) evidenciar o caráter de produtos sócio-históricos de cada uma

das normas caracterizadoras da realidade sociolinguística brasileira; (ii) evidenciar aspectos históricos, socioculturais e ideológicos da constituição da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* no Brasil, salientando o seu caráter adventício, com a imposição de usos linguísticos lusitanos em detrimento de usos linguísticos brasileiros.

No quarto capítulo efetuou-se a análise de prescrições do livro *Não morda a língua portuguesa*, selecionando lições que apontavam para (i) a desconsideração de fenômenos linguísticos empiricamente comprováveis; (ii) a desconsideração de possibilidades previstas na própria tradição gramatical prescritiva; (iii) a desqualificação de fenômenos típicos da *norma culta/comum/standard*, já acolhidos nos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa; (iv) a desconsideração apriorística de formas e construções previstas nos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa; (v) a desqualificação da norma popular; (vi) O normativismo exacerbado, que tende a reduzir manifestações da língua unicamente a questões de gramática; e (vi) a manifestação de intolerância contra os falantes das variedades consideradas não padrão ou de formas e construções consideradas não integrantes da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*.

No quinto capítulo, selecionaram-se alguns fenômenos típicos do português brasileiro, generalizados entre os falantes de todas as regiões e de todas as classes sociais, não acolhidos pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, a fim de evidenciar, na atualidade, a persistência do vício de origem da instituição da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*: a rejeição de usos tipicamente brasileiros, ainda que correntes em estilos monitorados da escrita.

No sexto capítulo, tomando como referência teórica a discussão sobre o aparato institucional que institui, sustenta, reproduz e dissemina a língua legítima, conforme Bourdieu, intentou-se situar o livro *Não morda a língua portuguesa* dentro desse aparato, identificar a sua perspectiva educacional à luz das teorias que abordaram a desigual aquisição do domínio da língua legítima e a sua contribuição ao processo de representação social da língua.

Neste sentido, situou-se o livro de Ramos como (i) integrante do campo de produção linguístico, voltado para a legitimação, reprodução e disseminação da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* de matiz lusitano, herdeiro de uma tradição secular de comentadores que desqualificam as variantes e falantes de variedades que se afastam do modo considerado legítimo; (ii) vinculado a uma perspectiva educacional que tem como objetivo consertar a língua do aluno ou falante, considerada “errada”, “deficiente” ou “ilógica”,

substituindo-a pela *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, considerada a única aceitável; (iii) contribuindo para a manutenção de uma representação social da língua que considera os fenômenos da variação e mudança como degenerescência linguística, dificultando a percepção das diversas variedades que compõem a complexa realidade linguística brasileira, propiciando a reprodução do secular preconceito vigente contra as variedades distintas da *norma-padrão/pedagógica/gramatical* e abrindo as portas para a intolerância linguística; (iv) voltado para a hipertrofia do uso da língua como instrumento de poder simbólico de afirmação sobre o outro, com efeitos discriminatórios e excludentes em relação aos falantes das variedades não padrão.

As análises das lições da obra de Ramos giraram em torno da materialização do fenômeno da *norma curta*, designação que aponta para uma concepção essencialmente reducionista da língua. As análises levadas a efeito nos capítulos 4 e 5 evidenciam claramente essa tendência reducionista na obra de Ramos, conforme já ressaltado acima, quando da discussão da vertente do campo de produção linguístico em que está inserida.

A designação *norma curta* está em relação direta com a expressão *norma culta*, na medida em que se invoca sempre a última como a fonte das prescrições – reza o prefácio, por exemplo, que a obra toma como padrão o uso da elite culta –, mas descartam-se formas e construções empregadas correntemente pelos falantes cultos brasileiros em gêneros de elevada monitoração estilística, típicos da *norma culta/comum/standard* escrita, ou seja, desconsidera-se o efetivo uso da elite culta. A obra pretende, de fato, reduzir o uso da elite culta a preceitos insertos nas gramáticas normativas, identificação posta em xeque por estudos empíricos sobre a língua portuguesa no Brasil.

É exatamente neste aspecto que sobressai a propriedade da expressão *norma curta* para o livro de Ramos. Em diversas ocasiões, formas e construções linguísticas reconhecidas nos instrumentos de referência normativa da língua portuguesa são simplesmente desconsideradas, sem menção a manifestações divergentes desses instrumentos, como se não houvesse dissenso na abordagem de tais formas e construções. Os fenômenos em variação não são descritos em termos de uma variante tradicional, clássica, que se defronta com uma variante inovadora, já acolhida em instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Em regra, variantes inovadoras, mesmo que acolhidas nos referidos instrumentos normativos e empregadas correntemente em textos escritos de elevada monitoração estilística, são consideradas meros “erros”, de modo que não se recomenda a variante tradicional, a par da variante inovadora, nem se deixa ao leitor o direito de escolha. A variante inovadora, de

fato, é simplesmente desqualificada, excluída ou ignorada. Embora se faça referência ao uso culto, em verdade excluem-se usos consagrados na fala e na escrita da própria elite letrada urbana. Em suma, invoca-se a *norma culta*, para, ao fim e ao cabo, praticar-se, de fato, a *norma curta*.

No prefácio da obra, diz-se que “não se busquem no livro reflexões sobre as teorias linguísticas nem sociolinguísticas. Não, pois esse não é objetivo da autora. Sua área é outra”. Não há dúvida de que o objetivo da autora é essencialmente normativista, até policaresco, como também observa o prefácio. Não se entende, porém, por que um estudo que verse sobre prescrições normativas esteja fora do alcance de teorias linguísticas e sociolinguísticas, que estudam, entre outros temas, a questão da norma linguística. Todas as disciplinas pedagógicas incorporaram as conquistas da ciência em suas respectivas áreas, de forma que a Física, a Química e a Biologia não são ensinadas com os métodos e conteúdos de 100 anos atrás. Paradoxalmente, apenas o ensino de línguas estaria à margem de questionamentos e reorientações, como se a ciência linguística não tivesse posto em xeque, com sua abordagem descritivista, todo o arcabouço da gramática tradicional, centrada na cultura do certo e do errado, como o fazia Probo em seu apêndice, há cerca de dois mil anos. O que o prefácio, na verdade, já intui é o fato de que o livro de Ramos está na contramão das teorias linguísticas e sociolinguísticas.

Com efeito, a Sociolinguística descreve as línguas naturais como um conjunto de variedades ou normas, todas elas dotadas de organização gramatical, equivalentes do ponto de vista linguístico, mas hierarquizadas do ponto de vista social. Em regra, uma dessas variedades, geralmente a empregada pelos falantes cultos da sociedade, é erigida como norma-padrão para emprego em circunstâncias específicas da vida social. Contrariamente a esse conjunto de premissas, Ramos aborda as normas ou variedades que se afastam da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* como erros, vícios ou deturpações, reforçando uma visão preconceituosa, pré-científica, comum na sociedade elitista brasileira do século XIX.

Contrariamente aos estudos sociolinguísticos, que relativizam, do ponto de vista estritamente linguístico, a constantemente invocada “norma culta”, Ramos atribui valor absoluto aos preceitos da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, invocados em um sentido jurídico, praticamente como leis, ignorando o processo sócio-histórico, cultural e ideológico de sua imposição no Brasil, sem menção ao fato de que suas prescrições refletem fatos linguísticos modelados nos hábitos de fala e escrita lusitanos, distantes, em muitos aspectos, dos hábitos de fala e escrita dos brasileiros. Não por acaso, permanece praticamente

inalteradoo conjunto de fatos do uso *culto/comum/standard* que são, há mais de um século, insistentemente combatidos como incorretos pela tradição normativa pseudopurista, aqui denominada *norma curta*.

Pode-se mencionar em Ramos, ainda, o alheamento dos estudos linguísticos em geral, na medida em que se verifica, em diversos juízos, que ela não se apoia em estudos linguísticos de natureza científica, nem leva em consideração o resultado de estudos refletidos nos instrumentos normativos de referência da língua portuguesa. Ao longo desse trabalho, identificaram-se, não raro, diversos juízos de base inteiramente subjetiva.

Esse conjunto de considerações não pretende minimizar, evidentemente, a importância cultural da *norma-padrão/gramatical/pedagógica* e a necessidade de seu ensino – embora se possa questionar, obviamente, a adequação desse padrão para o português no Brasil. De fato, o objeto da crítica consiste, retomando Faraco, em apontar

“as condenações arbitrárias que não observam os fatos, que não acompanham a dinâmica da língua, que desconhecem as pesquisas contemporâneas da nossa realidade linguística e os estudos consolidados nos bons instrumentos normativos (FARACO, 2008, p. 100)

As palavras de Faraco aplicam-se, à perfeição, à obra de Ramos e é esta crítica que, no fundo, o prefácio já antevê; por isso a tentativa de isolar o campo das teorias linguísticas e sociolinguísticas da esfera do ensino normativo de línguas, como se fossem áreas incompatíveis, de modo que uma nada tivesse a dizer à outra. Não há, contudo, em princípio, impossibilidade de conciliar teorias linguísticas e sociolinguísticas com o ensino da *norma-padrão/gramatical/pedagógica*, mas tal conciliação implica necessariamente uma postura que ponha em xeque a subjetividade dos juízos e procure evidenciar, nos fatos, os padrões linguísticos efetivamente constituídos na vida social. A norma não deriva do arbítrio do gramático. A obra de Ramos marcha em sentido exatamente contrário. De suas lições depreende-se que a língua se restringe à *norma-padrão* e aos que a dominam, relegando-se as demais normas à condição de erro e os seus falantes à condição de brancos. *Norma curta*, portanto, em sua mais ampla dimensão: linguística e social.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANDRADE, Sammela Rejane de Jesus. *Competências linguísticas na prova do Enem: Uma abordagem sociolinguística*. Dissertação (mestrado em linguística). UFS, São Cristóvão, 2015.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim!/: em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011a.
- BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2011b. p. 355-387.
- BALTOR, Cristiane da S. *Estudo Variacionista do objeto direto de terceira pessoa em série anafórica no falar pessoense*. Mestrado, UFPB, 2003)
- BECHARA, Evanildo. A correção idiomática e o conceito de exemplaridade. In: AZEREDO, José Carlos (Org.). 4.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 11-18.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática Portuguesa*. 37.ed. ver., ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECHARA, Evanildo. *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BECHARA, Evanildo. A norma culta em face da democratização do ensino. Conferência proferida no Ciclo “A língua portuguesa em debate”. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4284&sid=531>>.

Acesso em : 15 ago. 2014.

BEZERRA, Antônio Ponciano. *Norma e linguagem: um estudo sobre a representação da norma em gramática da língua portuguesa*. Universidade de São Paulo, 1985.

BEZERRA, Antônio P. Agressão da diferença: reflexões sobre variação linguística numa sociedade complexa. In: BEZERRA, Antônio P.; Pedrosa, Cleide E. F.(orgs.) São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008. p. 11-59.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. & ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS:Editora UFMS, v. 1, 2001.

BORBA (org), Francisco S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2004.

BORBA (org), Francisco S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e rede sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire*. Fayard: Paris, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental)*. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRITO, Ana Maria et al. *Gramática comparativa Houaiss: quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano e francês*. São Paulo: Publifolha, 2010.

CALVET- Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CASTILHO, Ataliba T. de. A constituição da norma pedagógica do português. *Revista do instituto de estudos brasileiros*, São Paulo, nº 22, p. 9-17, 1980.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos P. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lexicon; Porto Alegre; Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48.ed. ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. 2. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução, introdução, notas e apêndices: José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado, 1975.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

COSTA, José Maria da. *Manual de redação profissional*. 3. ed. Campinas: Millenium, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 259-275.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 3.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1962.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001. p. 107-125.

GONÇALVES, Patrícia Alexandra. De Babel a Pandora: crise, cultura e identidade no multilinguismo italiano. In: *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 153-167.

HALL Jr., Roberto A. *Leave your language alone!* New York: Ithaca, 1950.

HAUY, Amini Boainain. *Gramática da língua portuguesa padrão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

HOPPER, P. J. Emergent Grammar. Berkeley Linguistic Society.. 13: 139-153.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



HYMES, Dell. *On communicative competence*. Disponível em:<  
<http://humanidades.uprrp.edu/smjeg/reserva/Estudios%20Hispanicos/esp3246/Prof%20Sunny%20Cabrera/ESPA%203246%20%20On%20Communicative%20Competence%20p%2053-73.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

JESPERSEN, Otto. *Mankind, nation and individual: from a linguistic point of view*. London: Allen and Unwin, 1954.

KRIEGER, Maria da Graça. *Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

LABOV, William. The logic of Nonstandard English. In: *Language and Social Context: Selected Readings* (Edited by Pier Paolo Giglioli). Penguin Books, 1992, (179-215).

LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. Editora Contexto, 2008.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 51.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística brasileira. D.E.L.T.A., 17:1, 2001, (97-130)

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: *Linguística da norma*. BAGNO, Marcos. (Org.). São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 63-92,

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

LUCCHESI, Dante. *O português afro-brasileiro*. Dante Lucchesi, Alan Baxter, Ilza Ribeiro (Organizadores). Salvador: EDUFBA, 2009.

LUFT, Celso P. Dicionário prático de regência nominal. 5.ed. São Paulo: Ática, 2010a.

LUFT, Celso P. Dicionário prático de regência verbal. 9.ed. São Paulo: Ática, 2010b.

LUÍZE, Terezinha B. *Entre o PE e o PB: o falar açoriano de Florianópolis*. Mestrado, UFSC, 1997.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1981.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: *Obra completa*. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1992.

MALVAR, Elisabete da S. *A realização do objeto direto de 3ª pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Mestrado, UnB, 1992.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS Fº, E.L. Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEYERHOFF, Miriam. *Introducing sociolinguistics*. Taylor & Francis e-Library, 2006.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M.C; BRAGA, M.L.(Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-14.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Maria Helena de M. *Guia de usos do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NEVES, Maria Helena de M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Marilza de. A natureza do SN e do “clítico” acusativo de 3ª . pessoa no processo de aprendizagem do PB. Estudos Linguísticos XXIV, p. 229-234, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/a-natureza-do-sn-e-do-clitico-1614.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2015.

PAGOTTO, Emílio Gozze. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. Revista Letra, Rio de Janeiro, 2013, p. 31-50. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.letras.ufrj.br/index.php?journal=rl&page=article&op=view&path%5B%5D=27&path%5B%5D=12>>. Acesso em 8 jul. 2014.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, M.C; BRAGA, M.L.(Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 67-71.

OMENA, Nelize P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Mestrado, PUC-RJ, 1978.

PEREIRA, Eduardo C. *Gramática expositiva: curso superior*. 110.ed. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1958.

PEREIRA, Ivelã. *Mesmo: a multifuncionalidade de um item linguístico camaleônico*. 2013. 293 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POSSENTI, Sírio. *Língua na mídia*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRETI, Dino. A propósito do conceito discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, D. (Org.). *O discurso oral culto*. 3.ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. p. 21-34.

RAMOS, Wilma. *Não morda a língua*. 7. ed. Aracaju: J. Andrade, 2005.

RAMOS, Wilma. *Não morda a língua*. 9. ed. Aracaju: J. Andrade, 2010.

RAMOS, Wilma. *Não morda a língua*. 10. ed. Aracaju, J. Andrade, 2014.

RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão o Brasil. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004.p. 11-25.

SACCONI, Luiz A. *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico*. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SACCONI, Luiz A. *Não erre mais!:* com exercícios e respostas no final. 31.ed. São Paulo: Nova Geração, 2011a.

SACCONI, Luiz A. *Nossa gramática completa:* teoria e prática. 31.ed. São Paulo: Nova Geração, 2011b.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1978.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *A norma do imperativo e o imperativo da norma:* uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004.p. 217-251.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle:* variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SERPA, Oewaldo. *Gramática da língua inglesa*. Companhia Nacional de Material de Ensino: São Paulo, 1966.

SILVA, Fernanda Cunha Pinheiro da. *O percurso de mudança do item onde na perspectiva da gramaticalização*. 2008. 135 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola:* uma perspectiva social. 8.ed. São Paulo, 1991.

TAVARES DE MACEDO, Alzira Verthein. Linguagem e contexto. In: MOLLICA, M.C; BRAGA, M.L.(Orgs.). *Introdução à sociolinguística:* o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2007. p. 59-66.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilari; rev. téc. Ingedore Villça Koch, Thaís Cristófaró Silva. 2.ed.1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WELKER, Herbert Andréas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. Revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

